

Júlia Mendes Carrenho



EU VOU CONTAR E OUTRAS CENAS DE TESTEMUNHOS DE MULHERES

UM ESTUDO DISCURSIVO DAS RELAÇÕES ENTRE ARQUIVO, TRAUMA E LÍNGUA



EU VOU CONTAR E OUTRAS CENAS
DE TESTEMUNHOS DE MULHERES:
UM ESTUDO DISCURSIVO DAS RELAÇÕES
ENTRE ARQUIVO, TRAUMA E LÍNGUA

JÚLIA MENDES CARRENHO

1ª edição

IEL-Unicamp
CAMPINAS
2021

Universidade Estadual de Campinas
Reitor: Antonio José de Almeida Meirelles
Vice-Reitora: Maria Luiza Moretti

Instituto de Estudos da Linguagem
Diretor: Jefferson Cano
Diretor Associado: Petrilson Pinheiro

Publicações IEL
Coordenadora: Jacqueline Peixoto Barbosa

Layout e Arte-Final: Setor de Publicações IEL

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

C232e

Carrenho, Júlia Mendes, 1997-.

Eu vou contar e outras cenas de testemunhos de mulheres : um estudo discursivo das relações entre arquivo, trauma e língua / Júlia Mendes Carrenho ; Orientador: Lauro José Siqueira Baldini. – Campinas, SP : Unicamp / Publicações IEL, 2021.

155 p.

ISBN 978-65-87407-11-1

E-book no formato PDF

1. Análise do discurso. 2. Testemunho. 3. Arquivo I. Baldini, Lauro José Siqueira, 1972-. II. Título.

CDD: 401.41

AGRADECIMENTOS

Por acaso eu demorei meio semestre a mais do que o previsto pra me formar e acabei me formando mais ou menos exatamente cinco anos depois daquele dia em que eu estava *mangiando fuori sul terrazzo* com minhas duas famílias. Naquele dia eu resolvi abrir o computador no site do IEL, um site azul e branco com o menu do lado esquerdo, e ler a descrição dos cursos de Letras e de Linguística, traduzindo daqui pra lá e dali pra cá uma discussão que terminou com: “*Allora fai Linguistica!*”. Pelo acaso eu entrei nesse Instituto, nessa arcádia nessa biblioteca nessas aulas nessas SELLLs nesses grupos nesses eventos, que viraram minha casa. Por acaso, nesse caminho, eu conheci pessoas infinitamente maravilhosas e eu queria que elas soubessem. Por acaso, apareceu um dia no meu Facebook um *post* de um tal de *Eu vou contar* e eu falei pro Lauro e agora eu escrevi essa monografia. O acaso tem mania de fazer umas coisas que eu sempre acho bonitas demais, *per questo mi piace chiamarlo Dio. Grazie!*

Ao Lauro, meu orientador. Acho que você não sabe, mas minha primeira aula quando entrei na Linguística foi com você. Muito daquelas aulas ficou em mim, mas me lembro em especial da quantidade de pontos de interrogação que escrevi no caderno naquele primeiro dia. Obrigada pelas conversas sempre tão boas. Obrigada em especial por suscitar tantas questões e por me fazer acreditar que posso trabalhar com elas, mesmo que respondê-las seja muitas vezes da ordem do impossível.

Ao Fábio, pelo tanto que acredita em mim. Aprendi e aprendo sempre muito com você, sobre teoria e sobre a vida. Obrigada pelas indicações de leitura, o trabalho não seria o mesmo sem várias delas. Obrigada pela amizade e pelas risadas. Obrigada pela leitura e escuta atenta e, enfim, por ter aceitado participar da minha banca, significa muito pra mim.

Ao Thales, pois foi parte importante do início do meu percurso na AD. Obrigada por ter lido meu primeiro trabalho, sobre a *#vempraruá*, muito melhor do que eu mesma. Obrigada pelas conversas sobre testemunho, corpos, violência e derretimento em últimos dias de eventos. Obrigada também por ter aceitado o convite pra banca.

Aos queridos do Grupo de Pesquisa Discurso e Arquivo (DARQ), obrigada por dividirem comigo afetos, angústias, cafés na cantina depois das reuniões, caipirinhas e questões sobre a AD, o arquivo, o amor e a vida. Muito de vocês está marcado em mim e neste trabalho. Que continuemos juntos!

Aos meus pais, porque devo a maior parte de tudo isso a tudo que vocês me proporcionaram. Obrigada pela importância que sempre deram aos meus estudos e ao conhecimento em geral, e por terem sempre me incentivado e apoiado. Espero deixar vocês orgulhosos.

Ao Guilherme, por ser a surpresa que eu sempre amo. Obrigada por cuidar de mim, em especial no mês que fiquei doente. Obrigada por me ouvir mesmo quando estou falando

praticamente sozinha e por me fazer dar risada nos e dos momentos de maior atordoamento. Sem você teria sido muito mais difícil.

Às minhas famílias, por me ensinarem que presença e amor nada têm a ver com distância ou tempo.

Alle mie famiglie, perché mi hanno insegnato che l'essere presenti e l'amore non hanno niente a che fare con la distanza o il tempo.

Ao meu tio André: “*Les morts, c'est nous. C'est bien certain, il y a là un lien mystérieux qui fait que notre vie s'alimente de la leur*” (George Sand).

A todos os que dançam comigo, porque não só dançar, mas dançar com vocês é uma parte essencial de mim e do meu percurso no mundo. Obrigada por todos os abraços sinceros que já me deram, não só entre as aulas, mas também enquanto dançávamos juntos. Obrigada em especial à Luana, por me fazer viver sonhos e por todo o acolhimento que sempre tive.

À Ana Ju, à Mari e ao Lucas, por viverem comigo uma amizade tão boa. Obrigada por todo carinho, todo incentivo e todo amparo. Vocês fizeram e fazem uma diferença gigante na minha vida, agradeço porque nossa amizade me ensinou muito sobre mim, e isso é a coisa mais incrível que uma amizade pode fazer. Admiro e amo muito as pessoas maravilhosas que vocês são, saibam que estarei sempre aqui por vocês.

À Débora Diniz, pela coragem. Tempos melhores hão de vir.

A todos e todas que acreditaram e acreditam, lutaram e lutam por uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Só é possível produzir conhecimento nessas condições e o conhecimento tem a (in)utilidade que é própria dele e só.

SUMÁRIO

Introdução	7
Breve apresentação dos materiais	15
Um percurso da/na análise de discurso	23
“Eu vou contar”	35
Contar, arquivo, acontecimento	35
Acontecimento, trauma, testemunho	37
Uma locução verbal: efeito de ruptura	43
Encontro com o real: um objeto ausente	48
Pensar o testemunho, , (n)a cena	55
Algo de retomada, algo de deslocamento	61
Uma cena para o testemunho: primeiras inquietações	67
Uma política do testemunho em cena	71
O sujeito que conta	78
O sujeito, os sujeitos	82
Demandas, determinações, funcionamentos	89
Escuta e verdade	93
Sentido e transmissão	100
Escutar o abismo	107
“Aborto” e “abortar”: regularidades e efeitos	107
Dêixis e indizível	112
Um objeto significado	114
Outros sentidos para “aborto”	118
Há ainda uma palavra a ser dita	121
Referências bibliográficas	123
Anexos	127
Sobre a autora	155

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, me proponho a, filiando-me à perspectiva da análise de discurso materialista (doravante AD) (PÊCHEUX, [1975] 2014; [1983] 2006), analisar três materiais: a campanha *Eu vou contar*, a campanha *#meuamigosecreto* e o Capítulo 10 do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (doravante CNV) (BRASIL, 2014b). Contudo, os primeiros gestos de análise que fiz – e que não deixam de compor este trabalho, ainda que revisitados e retrabalhados – tomavam como material de trabalho apenas o *Eu vou contar*. Elaboro as questões centrais, que me norteavam desde então e que continuam a ser algumas das grandes questões que impulsionam a escrita deste trabalho, desta forma: quais são as condições necessárias para que os “relatos” (denominação proveniente da primeira campanha) ou os testemunhos emergjam, se produzam? Qual(is) são a(s) relação(ões) entre os relatos ou os testemunhos e suas condições de emergência? Que marcas encontradas na materialidade dos relatos ou dos testemunhos apontam para essa(s) relação(ões)?

Ao pensar os relatos **em relação a** suas condições de emergência, as primeiras análises deram visibilidade a questões em funcionamento no *Eu vou contar*, que me pareceram centrais para se pensar o **testemunho** e, em particular, o **testemunho de mulheres**, principalmente considerando suas implicações políticas e aquilo em que o político está implicado para que esses testemunhos possam se produzir. Parecia-me notável não só a emergência dessa campanha, mas também a possibilidade de remetê-la a um conjunto ou a uma profusão de emergências de outros movimentos, que colocavam em **cena**, ou quase em **ato**, o **testemunho de mulheres**, de uma forma que não tinha precedentes – menciono, sobretudo, as campanhas nomeadas com o uso de *hashtags*, como a *#meuamigosecreto*, mas também *#meuprimeiroassédio*, *#meumotoristaabusador*, entre outras. Com isso, passei a me interessar por, além de analisar os processos em questão na campanha *Eu vou contar*, pensar a possibilidade de generalizar o funcionamento de certos elementos identificados de início para um **conjunto** de materiais em que a questão do **testemunho** estivesse em jogo.

Paralelamente, o estabelecimento dessa espécie de conjunto referente aos **testemunhos de mulheres**, em que se destacavam aqueles que tinham relações estreitas – e que pareciam significativas – com o campo das redes sociais e do digital, parecia já se dar como recorte diante de um conjunto ou de uma série mais extensa de movimentos de recolhimento e divulgação de testemunhos, movimentos ou campanhas que coloca(ra)m em cena a questão do **relato do traumático**: desde aqueles produzidos a partir do holocausto e da segunda guerra, mas também das ditaduras militares latino-americanas, do *apartheid*, e ainda aqueles cuja força testemunhal seja raramente reconhecida, como os testemunhos de violência obstétrica, de violência doméstica, de genocídios populacionais no passado e em curso no presente, entre outros.

A chegada ao conjunto de materiais de análise que mencionei no início – a campanha *Eu vou contar*, a campanha *#meuamigosecreto* e o Capítulo 10 do Relatório da CNV (BRASIL, 2014b) – se deu a partir de um gesto que remeto à prática da **leitura-trituração** trabalhada por Pêcheux: “[r]ecortar, extrair, deslocar, reaproximar: é nessas operações que se constitui esse dispositivo muito particular de leitura que se poderia designar como **leitura-trituração**” (PÊCHEUX, [1980a] 2016, p. 25, grifo do autor). Isso, pois, não se trata de um conjunto dado e nem mesmo naturalmente estabelecido ou estabelecível: ainda que eu procure apontar algum tipo de justificativa ou motivação plausível para dizê-lo como tal, trata-se no limite de um **gesto** meu, enquanto analista, de propor essa aproximação e de me propor a tirar dela as consequências, partindo da perspectiva discursiva a que me filio.

É importante ressaltar que esse gesto de aproximação e de estabelecimento de conjunto não se calca em e nem pretende apontar para qualquer tipo de **aproximação temática** ou homogeneidade entre os materiais. Ou, ainda, ele permite manter inicialmente a aproximação temática como critério plausível para, no percurso do trabalho, contrapô-la: meu interesse ao filiar-me à perspectiva discursiva é justamente o de apontar o modo como aquilo que parece se referir a um “mesmo tema”, como “violência contra a mulher” ou “aborto”, se desdobra em questões muito diferentes em termos de discursividades.

Na verdade, o que de outro lugar poderia ser nomeado como “tema” devo tomar como **objeto discursivo**, do ou para o qual **os sentidos estão em disputa** precisamente enquanto atravessados por memórias e discursividades diferentes para **posições discursivas** diferentes. Por exemplo – sem necessariamente me referir às regularidades que encontro efetivamente nos materiais que me proponho a analisar –, se tomo o objeto “aborto”, pode haver discursividades em que “falar sobre aborto” seja “falar sobre legalização do aborto”, ao passo que em outras “falar sobre aborto” pode ser “falar sobre um procedimento médico”. Ainda a esse respeito, o deslize dos sentidos e a possibilidade de mobilização de memórias muito díspares a partir do “mesmo” continuaria a estar posta.

A partir da emergência desses conjuntos ou séries possíveis, outras questões se coloca(r)am. A primeira delas – e mais fundamental – se refere à própria definição de **testemunho**. Debrucei-me sobre ela a partir da campanha *Eu vou contar*, pensando, sobretudo, no que consiste o processo de **contar**, de que processo se trata e o que implica. Eu estava às voltas, aí, com a necessidade de elaborar um conceito de testemunho que funcionasse na rede de conceitos que eu assumia enquanto filiada à perspectiva discursiva materialista. Isto é, era preciso elaborar **um conceito discursivo de testemunho**, que possibilitasse justificar a afirmação de que um “relato” se tratava de um testemunho a partir de uma perspectiva discursiva.

Dessa problemática decorreram duas discussões bastante centrais deste trabalho: uma sobre as fricções entre o conceito de **acontecimento** (PÊCHEUX, [1983] 2006) e a **dimensão do trauma** – pensada a partir de elaborações de Levi ([1946] 2014, [1986] 2014), Agamben ([1998] 2008), Felman (2014) e Mariani (2016) –, que me levou a pensar e a problematizar uma possível noção de **acontecimento traumático**; e a outra, não dissociada da anterior,

referente exatamente à possibilidade de definição discursiva do testemunho, a partir da qual cheguei à elaboração da noção de **funcionamento testemunhal**. A noção elabora como próprio do testemunho o funcionamento entre a **tentativa ou chance** e a **falha ou impossibilidade** de dizer (algo do) trauma. É também a partir desse funcionamento na contradição que, mais para o fim, proponho-me a pensar a questão da **transmissão** em funcionamento nos materiais entre a potência de desestruturação-reestruturação do testemunho e a necessidade de (que faça) sentido.

Além disso, é importante ressaltar como o gesto de propor a **leitura-trituração** desses materiais como uma espécie de conjunto fez emergir a possibilidade de cotejá-los e fez com que eu passasse a estabelecer entre eles, pela análise, aproximações e distanciamentos fundados sobre funcionamentos discursivos. Por exemplo, as análises deram visibilidade ao fato de que, em todas as campanhas, havia sempre um lugar específico a ser ocupado pelo sujeito que conta, para que conte. Esse lugar era sempre marcado por determinações e atravessamentos, mas que para cada campanha eram particulares, marcados eles mesmos por estabelecerem relações diferentes com a memória e as discursividades possíveis. No caso do *Eu vou contar*, por exemplo, essa relação está posta para o sujeito que conta a necessidade de afirmação de sua própria consciência, relativa, principalmente, ao domínio de como a experiência tocou o sujeito; no Capítulo 10 do Relatório da CNV, por sua vez, a constituição desse lugar é fortemente marcada pelo atravessamento do jurídico, que barra ao sujeito a possibilidade de esquecimento e incita a profusão de nomeações e identificações.

A possibilidade de cotejo e as regularidades que, a partir dela, a análise trouxe à tona – como a da constituição de um lugar para o sujeito que conta, o funcionamento de determinações específicas referentes à transmissão e à escuta, entre outras – passaram a, em parte, fazer-me elaborar novas questões. Não eram, na verdade, questões de todo novas, eram antes reelaborações das questões que inicialmente eu tinha posto especificamente para o *Eu vou contar* e que não deixavam de continuar pertinentes, a partir da nova dimensão que o trabalho tomava, referente a pensar **elementos estruturantes** que se repetiam entre esses materiais e possivelmente em outros em que estivesse em questão o testemunho. A passagem era, por exemplo, de “quais as determinações postas para o sujeito que conta na campanha *Eu vou contar*?” para “como se constitui ou lugar ou posição para o sujeito que testemunha? Quais determinações estão em jogo?”, ou de “o que se conta na campanha *Eu vou contar*?” para “que funcionamentos e que marcas apontam para o atravessamento de algo da ordem do traumático em um relato?”.

Por outro lado, essa nova dimensão passou a colocar problemas para mim e sobretudo para o dispositivo teórico-analítico que eu construía: as regularidades que vinham à tona demandavam que o trabalho de análise desse visibilidade a elas com mais vigor e consistência na relação entre dispositivo e material, também para que eu pudesse tentar responder a essas novas questões. Era preciso entender o funcionamento desses **elementos**, para justificá-los como **estruturantes**, dentro do jogo de (sobre)determinações que marcam o funcionamento discursivo. Era preciso negociar, também aí, com a rede de conceitos à qual eu já me filiava.

O primeiro conceito que demandava negociação era o de **condições de produção**: seriam as determinações de que trato remissíveis a esse âmbito da produção do discurso, conforme trabalhado por Pêcheux ([1969] 1997, [1975] 2014)? O conceito de **condições de produção**, funcionando articulado ao de **interdiscurso** e ao de **memória discursiva**, situa o discurso na história e no campo dos já-ditos e já-esquecidos que funcionam como memória: nenhum enunciado ou discurso é, assim, origem de si mesmo e nem original, sem outros que o precedam e que a ele ofereçam sentidos e objetos possíveis.

Portanto, eu não poderia pensar os **elementos estruturantes** de então dissociados do âmbito das **condições de produção**, justamente porque fazê-lo era negar sua historicidade e seus processos de constituição. Contudo, não parecia possível remeter os mesmos elementos exclusivamente ao âmbito das condições de produção, ou seja, elas tomavam parte nos processos de emergência do testemunho e de produção de sentido, mas havia algo outro que intervia na constituição das regularidades.

Passei a ver que esses **elementos estruturantes** demandavam, eles mesmos, estrutura(ção), de um modo que o conceito de **condições de produção** e até o de **formação discursiva** (doravante FD) não ofereciam: as regularidades apontavam a necessidade de elaborar uma espécie de **espaço estruturado** em que os testemunhos **emergiam** – e por isso passei a pensar na diferença entre as **condições de produção** e o que se poderia chamar de **condições de emergência** dos relatos. Nesse espaço, elas se imbricavam, advindas em parte do âmbito do interdiscurso e da memória discursiva, mas essa imbricação também produzia determinações para funcionamentos discursivos específicos.

Elaborei esse **espaço estruturado** na tentativa de dar visibilidade às articulações que nele e a partir dele se estabeleciam e que eram primordiais para compreender a constituição de processos discursivos nos materiais, como uma **cena**, a partir da retomada do conceito de **cena enunciativa** de Guimarães (2002; 2014). Contudo, propor a entrada de um conceito advindo de outro campo dos estudos da linguagem em um dispositivo teórico-analítico que pretende a filiação ao campo da AD não pode se dar sem novas negociações. Essa necessidade foi radicalizada ao pensar a entrada também da **dimensão do traumático** na constituição da cena.

Por isso, não tomei o conceito de Guimarães (2002; 2014) tal como se apresentava e como funcionava no trabalho do autor: produzi deslocamentos a partir da fricção com conceitos do campo discursivo e também da tentativa de pensar um quarto material, o filme-documentário *Jogo de cena*, de Eduardo Coutinho (2007). Considero esse material bem mais lateral, em relação aos outros três, no desenvolvimento do meu trabalho, pois de fato incide mais pontualmente no primeiro momento de discussão sobre a instância da **cena** – ainda que também nesse filme-documentário o que está em jogo, ou em **cena**, são **testemunhos de mulheres**. Trago esse material, contudo, pois ele já trabalha com a questão do testemunho e do testemunhar produzindo deslocamentos e colocando em cheque bases que frequentemente servem a uma escuta redutora do testemunho, como a do estabelecimento da **verdade** diante

da **ficção** – e o movimento que tento fazer neste trabalho como um todo não deixa de caminhar no mesmo sentido.

Propus, após um percurso considerável de elaboração e questionamento, a **cena** como **estrutura e instância relativamente autônoma** – que, portanto, determina funcionamentos, não apenas reflete ou mimetiza determinações já estabelecidas em outro lugar. A partir disso, dediquei-me a investigar as determinações que a cena colocava em jogo no funcionamento dos materiais, com interesse particular em estabelecer quais dessas ou em que medida essas determinações poderiam ser consideradas **estruturais/estruturantes**, isto é, verificadas em repetição nos materiais analisados e possivelmente ainda em outros, e quais delas ou em que medida elas eram remissíveis ao funcionamento particular de um material, de forma a produzir diferença em relação a outros.

É a partir dessas questões que se estrutura em grande parte o percurso deste trabalho, como um percurso de investigação da elaboração teórica do conceito de **cena** a partir da exploração de seu **funcionamento heurístico** diante dos materiais analisados. As diferentes etapas são, em geral, passagens por funcionamentos que percebi como regularidades nos diferentes materiais e que passei a pensar como elementos que compunham, material e discursivamente, a cena. Enfim, o objetivo é, de um lado, o de pensar a **produtividade do conceito de cena** como parte do dispositivo teórico-analítico da AD quando está em questão o **testemunho** e, de outro, apontar para os funcionamentos e filiações que sustentam a **emergência de testemunhos de mulheres** nas diferentes campanhas e movimentos, discutindo os limites e as potências dessas emergências no campo do social.

Apresento, abaixo, um resumo não tão breve de cada capítulo desta monografia, à exceção deste capítulo introdutório e do capítulo final, visando a situar o leitor no percurso que faço neste trabalho. Para os capítulos mais longos, o início do parágrafo que os resume apresenta o cerne do passo que aquele capítulo realiza no corpo da monografia, enquanto o restante apresenta de forma mais detalhada as etapas de desenvolvimento percorridas, a fim de facilitar a localização de elaborações e análises específicas que interessem ao leitor. Por fim, explico também a organização dos anexos.

No **Capítulo 2**, intitulado *Breve apresentação dos materiais*, apresento ao leitor os três materiais trabalhados nesta monografia – a campanha *Eu vou contar*, a campanha *#meuamigosecreto* e o Capítulo 10 do Relatório da CNV –, bem como as principais questões concernentes a cada um deles e à sua articulação aos demais no trabalho.

No **Capítulo 3**, *Um percurso da/na análise de discurso*, construo um percurso de **investigação da posição da AD** a que proponho me filiar e de suas consequências para o trabalho com os materiais apresentados, no que concerne, sobretudo, a **questão da leitura**. Trabalho a constituição dessa posição em relação a outras possíveis, retomando pontos centrais das reflexões de Pêcheux, Herbert, Althusser e outros, em torno da prática científica, em especial no tocante à linguagem e à semântica.

Apresento os primeiros gestos de análise, elaborados em torno do enunciado-nome da primeira campanha, no **Capítulo 4**, intitulado *“Eu vou contar”*. De início, penso o

funcionamento do “contar” voltando-me para a **problemática da textualização** no pensar o arquivo em AD, para em seguida articular essa questão a uma reflexão sobre o conceito de **trauma**, construindo um debate entre as noções de **acontecimento** e **acontecimento traumático**. Esse percurso de discussão e análise é orientado pela necessidade de elaboração de um **conceito discursivo de testemunho**, que me leva a propor a noção de **funcionamento testemunhal**, em curso desde o enunciado-nome da campanha que me proponho a analisar, desmontando-o para investigar os efeitos discursivos da relação entre a locução verbal (“vou contar”) e o objeto ausente (“contar []”) que o compõem.

Deixo em suspenso as análises do *Eu vou contar* ao final do Capítulo 4 para, no **Capítulo 5**, intitulado *Pensar o testemunho, (n)a cena*, começar a discutir e a justificar a entrada do conceito de **cena** no meu dispositivo teórico-analítico. Elaboro a noção a partir da retomada do conceito de **cena enunciativa** de Guimarães (2002; 2014), produzindo, contudo, alguns deslocamentos a partir da fricção com a **dimensão do traumático**. Nesse processo, retomo Benveniste ([1956] 1995, [1958] 1988, [1970] 1989) a respeito dos **lugares de enunciação** e articulo a discussão sobre o funcionamento da cena a um gesto de análise do filme-documentário *Jogo de Cena* (2007), de Eduardo Coutinho. Argumento que, ao **pôr em relação** diferentes elementos em uma estrutura específica, a cena entra no jogo de (sobre) determinações, ainda que ela mesma seja determinada por outras instâncias, como a das condições de produção. Chego, portanto, à **cena** como instância **estruturada** e, portanto, **estruturante**, com **autonomia relativa**, e começo a apresentar e a discutir elementos que a compõem ou a atravessam quando está em jogo a dimensão do traumático.

As elaborações sobre a cena continuam no **Capítulo 6**, *Uma política do testemunho em cena*, articuladas à discussão sobre a emergência de uma **política do testemunho** em funcionamento para cada material. Essa política é relativa a **quem, como** e **para quê** testemunhar em cada **cena**. Estabeleço uma distinção necessária entre **demandas** e **determinações** para pensar essa política em funcionamento na cena e a relação de ambas com os processos discursivos. Nesse percurso, apresento análises dos três materiais: a partir do *#meuamigosecreto*, penso o estabelecimento de um **efeito de conjunto** a partir da emergência de um **nós político organizador** como condição de possibilidade dos testemunhos; com o *Eu vou contar* em paralelo ao Capítulo 10 do Relatório da CNV (BRASIL, 2014b), penso o desdobramento do contar **para** a partir do estabelecimento de **demandas de escuta** diferentes, referentes ao endereçamento do testemunho marcado por memórias particulares em cada material, que se desdobram em **efeitos de verdadeiro** também específicos; por fim, produzo um gesto de análise da relação entre texto e vídeo na campanha *Eu vou contar* para pensar o estabelecimento de uma **demanda de transmissão** por parte da política do testemunho em cena que se constitui em **necessidade de (que faça) sentido**.

No **Capítulo 7**, retomo, enfim, as análises relativas ao objeto ausente do material *Eu vou contar*, agora à luz das reflexões não só sobre o funcionamento testemunhal, mas também sobre a política do testemunho em cena. Na primeira seção (7.1), analiso ocorrências do signifiante “aborto” nos relatos, reunidas por mim no Anexo P, mas agrupadas ao longo da

análise pela repetição de estruturas e funcionamentos aos quais dou visibilidade e dos quais discuto as consequências na produção de sentidos, evidenciando a relação entre funcionamento discursivo e jogo na estrutura linguística. Na seção 7.2, exploro o funcionamento dos dêiticos articulados à ausência na posição de objeto do contar e, assim, aprofundo a discussão sobre a noção de **funcionamento testemunhal** pensando-a como marca material do trabalho do sujeito **diante de** e **em torno do** indizível. Em 7.3, exploro o modo como, ainda que sintomaticamente marcado pela ausência, o objeto do contar é também marcado por outras memórias, como a da interdição moral e a da maternidade compulsória, na medida em que seu espaço estrutural toma parte em processos discursivos articulados sobre o funcionamento sintático. Por fim, em 7.4, volto-me, após o percurso sobre as ocorrências nos relatos, para as ocorrências de aborto nos textos de apresentação, dando visibilidade à produção de sentidos para esse significante a partir de uma FD outra, calcada nas possibilidades decorrentes do efeito dos testemunhos na estrutura, isto é, na **irrupção do novo** decorrente do testemunhar.

Para facilitar o acesso ao material e o acompanhamento das análises por parte de quem me lê, os textos e as imagens das postagens analisadas estão presentes na íntegra nos anexos do trabalho. O Anexo A e o Anexo B apresentam os textos a que frequentemente me refiro como **paratextos**, pois são os textos de apresentação da campanha. Os anexos C a O apresentam, na ordem em que foram publicadas, as **histórias** (conforme nomenclatura usada pela campanha) que aparecem nas análises. Ressalto que, junto aos trechos citados no corpo do trabalho, faço referência ao número da história (como “história 1”) e não ao anexo em que a história consta. Por fim, o Anexo P apresenta a lista de todas as ocorrências do significante “aborto” no material analisado, à qual faço referência no Capítulo 7.

BREVE APRESENTAÇÃO DOS MATERIAIS

Nesta seção, apresento brevemente os materiais a serem analisados ao longo do trabalho, com o objetivo de situar o leitor em relação a eles. Essa apresentação volta-se para o contexto geral das campanhas ou movimentos em que os materiais em sua “totalidade” foram produzidos, por isso é necessário pontuar que as análises a serem vistas ao longo do desenvolvimento dos demais capítulos não os abarcam de maneira pretensamente completa: há, no processo analítico, o gesto de **recorte** do material em relação à posição a que me filio enquanto analista e, a partir dela, às perguntas que coloco para o material.

A pretensa descrição aqui feita, contudo, não deixa de já encaminhar-se para as análises que faço ao longo do desenvolvimento do trabalho: vários dos pontos aqui meramente mencionados retornam adiante para serem trabalhados em sua importância e em suas implicações para o estudo discursivo que me proponho a fazer. Nesse processo, há em cada gesto de análise um trabalho mais cuidadoso de **montagem do corpus**, em que o efeito de unidade dos que aqui são descritos como textos de uma campanha, por exemplo, se desfaz, para que eu possa pinçar sequências discursivas cuja aproximação, pelo trabalho que faço com o dispositivo teórico-analítico, dê visibilidade a **processos discursivos** (conceito que definirei mais à frente) em funcionamento no material.

São três os materiais aos quais dirijo gestos de análise ao longo do trabalho: duas campanhas, *Eu vou contar*¹ e *#meuamigosecreto*², e o Capítulo 10 do Relatório da CNV, intitulado *Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes* (BRASIL, 2014b).

O primeiro deles, a campanha *Eu vou contar*, é o mais extensivamente (mas não exaustivamente) analisado, e aqui não penso apenas por uma quantidade possivelmente superior de gestos analíticos ou de sequências discursivas retiradas desse material em relação aos dois outros, mas em especial pois foi a tentativa de análise dessa campanha que norteou todo o meu processo de trabalho e também de escrita. Dito de outro modo, a tentativa de dar visibilidade a uma possível série a que fiz referência na introdução estruturou-se a partir dessa campanha em específico, de forma que os outros dois materiais, a campanha *#meuamigosecreto* e o Capítulo 10 do Relatório da CNV, entraram no percurso de trabalho e nos gestos de análise no tentame de me ajudar a pensar questões do primeiro material, como a da posição do sujeito que testemunha, a da remissão das marcas presentes nos relatos a determinadas condições de produção e emergência e mesmo a da própria definição de testemunho.

O material produzido pela campanha *Eu vou contar* é divulgado na página da campanha criada na plataforma *Tumblr* e posteriormente é compartilhado em outras redes sociais, vinculadas aos nomes de duas ONGs: a ONG *Anis – Instituto de Bioética*³, que promove

1 O material produzido pela campanha é divulgado, em especial, por meio deste site, disponível na plataforma *Tumblr*: <http://eu-vou-contar.tumblr.com>. Acesso em: 20 jun. 2019.

2 A campanha circula em redes sociais como o *Twitter* e o *Facebook*. Pelo fato de os *posts* terem sido produzidos por internautas diversos, recomendo o uso das ferramentas de busca disponibilizadas pelas próprias plataformas para acesso ao material produzido, de preferência usando como filtro o período entre o início de novembro de 2015 e o fim de janeiro de 2016 (ou ao menos o ano de 2015, no caso do *Facebook*, que não permite a especificação de um período de mais de um mês). O link a seguir leva à busca pela *hashtag* no *Twitter*, filtrada por data conforme recomendado: <https://twitter.com/search?l=pt&q=%23meuamigosecreto%20since%3A2015-11-01%20until%3A2016-01-31&src=typd>. Acesso em: 20 jun. 2019. Ademais, a página sobre a campanha presente no *#MUSEÚdeMEMES* também reúne algumas das ocorrências: http://www.museudememes.com.br/sermons/meuamigosecreto/#Exemplos_Notaveis. Acesso em: 20 jun. 2019.

3 A ONG *Anis – Instituto de Bioética*, fundada em 1999, é a primeira da América Latina voltada para a pesquisa, o assessoramento e a capacitação em bioética. É uma organização que se declara feminista e anuncia como seu principal objetivo a promoção de cidadania, igualdade e direitos humanos para mulheres e outras minorias. Tem como uma de suas atividades a comunicação sobre violações e defesa de direitos em alguns campos, dentre os quais o de direitos sexuais e reprodutivos. Disponível em: <http://anis.org.br/>. Acesso em: 29 set. 2019.

a campanha, e a ONG *Think Olga*⁴, que a apoia, conforme informações do site citado. Ele consiste em: (i) um conjunto de postagens intituladas *histórias*, identificadas por números sucessivos que substituem o *n* no modelo “história #*n*”; (ii) um texto longo de apresentação (Anexo B), divulgado como primeira postagem da página do *Tumblr*; (iii) e um texto breve (Anexo A) que se mostra ao leitor quando acessa a página, logo abaixo da imagem de cabeçalho – a esses dois últimos me refiro como paratextos. No Anexo B, temos que

4 A ONG *Think Olga*, criada em 2013, declara-se uma ONG feminista que tem como objetivo empoderar mulheres por meio da informação. Esse objetivo é calcado na crença de que informação é poder e de que, portanto, é preciso disputar o espaço de detenção e produção da informação, que tenta se manter restrito e homogêneo. Disponível em: <http://thinkolga.com/>. Acesso em: 29 set. 2019.

5 Ressalto que não foi possível verificar em que medida esses textos se afastam ou não do relato feito diretamente para Débora Diniz, ou mesmo investigar o processo de elaboração desse texto em relação ao material recebido. Contudo, considero que para os recortes e perguntas de análise feitos não haveria necessidade de fazê-lo, pois o processo de análise não tem como objetivo nenhum tipo de verificação da verdade ou de escavação do texto como que para separar o que nele há de verdadeiro ou de original e o que há de supostas “interferências”. Pelo contrário, a análise a que me proponho considera o quadro da campanha como cena em que esses relatos emergem e são divulgados, e leva em conta as marcas deixadas nos textos por essas condições específicas. Foge-se, assim, por princípio, de qualquer avaliação de valor de verdade das informações ou de fidelidade do texto a um pretense arquivo original ou a um arquivo ausente, que é, na verdade, um grande fetiche. Essa proposição é trabalhada por Roudinesco (2017) a partir da ideia de que “o poder do arquivo é tanto mais forte quanto mais ausente for o arquivo” (ROUDINESCO, [2001] 2006, p. 7) e também por Farge (2009) ao narrar questões do percurso de pesquisa em arquivo.

Eu vou contar é uma campanha iniciada pela **Anis – Instituto de Bioética** e apoiada pela **Think Olga** para ouvir histórias de aborto. Ouvir e contar histórias é uma forma de cuidar de mulheres. Não pense se você é contra ou a favor do aborto, pare e se permita conhecer essas histórias reais. Você é capaz de ouvir? Ao terminar de ler, se quiser contar sua história ocorrida há mais de 8 anos e contribuir para romper o medo e o estigma, oferecer solidariedade e cuidado a outras mulheres, clique **aqui** (texto breve de apresentação, Anexo B).

Já no Anexo A, há o seguinte:

Eu vou contar. É assim que muitas mulheres começaram seus relatos de aborto. Ouvi histórias do mundo feminino na sua máxima delicadeza e intensidade. Foi o vivido por cada mulher no segredo de quem se esconde do crime e foge do dedo em riste. Muitas delas passaram pelo aborto com medo e solidão, mas também alívio e senso de dever. Cada história é parte de uma vida. Todas elas importam para nós; é falar de um vivido entre mulheres e pouco conhecido para além de nós mesmas. Aqui, contaremos uma história por semana, durante doze meses. Serão 52 mulheres e suas memórias (trecho do texto longo de apresentação, Anexo A).

Nesses trechos, assim como nos paratextos em geral, a campanha se apresenta como um esforço de escuta, de coleta e de divulgação de “histórias de aborto” ou “relatos de aborto”, que descrevo – por ora sem maiores questionamentos, mas também sem a pretensão de abarcar com precisão todos os relatos – como histórias, contadas majoritariamente por mulheres, a respeito de mulheres – que na maior parte das vezes são elas mesmas – que fizeram aborto. Outro detalhe é que se espera que a história contada esteja relacionada de alguma forma a essa experiência. Esse processo de escuta se deu principalmente pela atuação de Débora Diniz, integrante da ONG *Anis*, para quem as mulheres, descritas por ela como “diversas”, contaram as histórias através do *Whatsapp*, usando recursos de texto e/ou de áudio oferecidos pelo aplicativo.

Nos *posts* de histórias, esses “relatos” são publicados em forma de texto⁵, acompanhados de uma imagem e de um vídeo (que tem a imagem como fundo). As imagens são ilustrações, em geral feitas em estilo aquarelado, e nelas aparecem na maior parte das vezes objetos e/ou elementos da natureza, bem como uma frase ou trecho de frase escrito em meio à ilustração, que é destacado do corpo do texto que aquela imagem acompanha (Figura 1). Os vídeos, por sua vez, são filmagens de uma leitura-interpretação do texto por Débora Diniz, sendo que a narração da história, assim como no “relato” escrito, se dá sempre em primeira pessoa, como se fosse a própria mulher protagonista do relato a narradora do vídeo. Em tempo, resalto que o relato é divulgado de forma anônima, isto é, não há dados que identifiquem diretamente as mulheres que dirigiram seus relatos à ONG.



Figura 1. Imagem que acompanha o primeiro relato divulgado⁶.

Em grande parte do trabalho, tomo como material de análise o que foi publicado em forma de texto, mas é importante pontuar que tanto as imagens quanto o vídeo com a leitura- interpretação poderiam ser mais explorados analiticamente do que efetivamente o são nesta monografia. Isso porque, neles, entram em cena outras materialidades e elementos analisáveis, como a imagem – amplamente trabalhada e teorizada, enquanto materialidade significativa, por Lagazzi (2013, 2014, 2015 e outros) –, a modulação da voz (SOUZA, 2000, 2011 e outros; MODESTO, 2018) – e o fato de que Débora Diniz em alguns momentos do vídeo se distancia em diferentes níveis do texto publicado no mesmo *post*. Produzo, neste trabalho, um gesto que toca em especial esse último ponto (no Capítulo 6), mas, como já mencionado, não se pode pretender trabalhar um material à sua exaustão ou totalidade: outros recortes e outras entradas de análise sempre são e serão possíveis.



Figura 2. Imagem que acompanha o texto de apresentação da campanha no Tumblr⁷.

Para além das ilustrações que acompanham cada postagem de história, há ainda uma que serve de imagem de capa, fixada no topo da página do *Tumblr* da campanha (Figura 2), e outra presente na postagem do texto longo de apresentação (Figura 3). Ambas seguem o estilo das demais, ainda que a que acompanha o texto longo seja um pouco menos aquarelada. A propósito desse texto, interessa-me ainda mencionar algumas questões. Em primeiro lugar, nele, Débora Diniz reconta brevemente o percurso de elaboração da campanha e dos relatos e fala de sua experiência com esse processo. Ao fazê-lo, comenta também o nome da campanha: “*Eu vou contar*. É assim que muitas mulheres começaram seus relatos de aborto”, justificando a escolha do nome pela identificação de uma recorrência ou regularidade nos relatos, o que exploro mais à frente.

6 Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/165871317711/história-1>. Acesso em: 20 mai. 2019.

7 Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/165778031711/eu-vou-contar>. Acesso em: 20 mai. 2019.



Figura 3. Imagem de cabeçalho do Tumblr da campanha⁸.

Em segundo lugar, tanto nesse como no outro paratexto uma informação importante sobre a campanha é destacada: todas as histórias ali contadas são referentes a abortos acontecidos há mais de oito anos. Além disso, a convocatória para que se contem mais histórias também é dirigida a mulheres que abortaram há mais de oito anos, isso porque esse é o tempo mínimo necessário, segundo a lei brasileira que criminaliza o aborto, para a prescrição da infração.

Preciso dizer, por fim, sobre essa campanha, que o processo de divulgação das “histórias”, isto é, de produção do material da campanha, ainda está em curso no momento em que escrevo este trabalho. Tive, portanto, que fazer um gesto de recorte para restringir o material de análise a alguns dos textos publicados, a partir do qual pude evitar me preocupar com uma necessidade de abarcar a suposta totalidade da campanha, ou de verificar à exaustão a repetição dos processos discursivos encontrados de início nos novos textos que surgiam: o recorte é parte do gesto do analista, de modo que não torna menos profícuo ou justificado o percurso de análise, bem como as conclusões às quais ele leva.

Passo, agora, à breve apresentação do segundo material, a campanha *#meuamigosecreto*. Ela foi lançada em 2015 nas redes sociais, em especial no *Facebook* e no *Twitter*, pelo coletivo *Não me Kahlo*, por ocasião do Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres, celebrado em 25 de novembro. A repercussão do movimento foi grande em diversos veículos de mídia e, neles, a campanha foi recebida e descrita como um meio pelo qual as mulheres “denunciavam” ou “expunham” “atitudes machistas” ou “o machismo (do dia a dia)” (Figuras 4 a 6).

⁸ Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/>. Acesso em: 20 mai. 2019.

⁹ Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2015/11/meuamigosecreto-nova-campanha-na-internet-denuncia-o-machismo-nosso-de-cada-dia.html>. Acesso em: 29 set. 2019.

#MeuAmigoSecreto: nova campanha na internet denuncia o machismo do dia a dia

Nas redes sociais, mulheres mais uma vez tomam a frente e expõem atitudes machistas de colegas e conhecidos

Figura 4. Captura de manchete e lide de notícia da revista *Época* sobre a campanha *#meuamigosecreto*.⁹

#MeuAmigoSecreto: Campanha denuncia machismo e abusos vindos de amigos

A hashtag reúne histórias cotidianas, muitas vezes tratadas como naturais, que todas nós já presenciamos

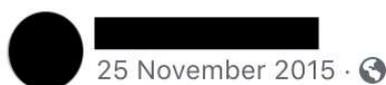
Figura 5. Captura de manchete e lide de notícia da revista *Claudia* sobre a campanha #meuamigosecreto.¹⁰

Campanha #MeuAmigoSecreto expõe machismo e violência na web; veja relatos

Figura 6. Captura de título de texto publicado na plataforma *Vix* sobre a campanha #meuamigosecreto.¹¹

A descrição da campanha baseada nos recortes de mídia produz uma caracterização da campanha através de uma suposta “temática” comum entre os *posts* produzidos a partir dela. Para minha perspectiva, esse agrupamento temático não é relevante, mas o é o fato de esses lides darem visibilidade à emergência de um **efeito de conjunto** – noção que trabalharei à frente, mas que se refere sobretudo à não-gratuidade, de uma perspectiva discursiva, da emergência da possibilidade de designar uma série de produções (*posts*, neste caso) enquanto formadoras de um conjunto. Na campanha #meuamigosecreto, diferente da *Eu vou contar*, não há a mediação do coletivo que lançou a campanha na produção dos *posts* – eles são produzidos pelas próprias internautas. Essa diferença primordial enfatiza a relevância da emergência de um efeito de conjunto, isto é, da percepção da profusão de *posts* como referentes a um mesmo corpo, dado que não há uma fonte única de produção dos dizeres que compõem esse corpo lido como mais ou menos uniforme, mesmo que em primeira vista por sua “temática”.

Ademais, lançada próximo ao fim do ano, o enunciado que compõe a *hashtag* e, assim, nomeia a campanha, toma como referência o enunciado costumeiro da popular brincadeira dessa época do ano: o amigo oculto ou secreto. O funcionamento do enunciado no momento da brincadeira se repete, em parte, em seu funcionamento nos *posts* da campanha: em geral, no momento da revelação e da entrega dos presentes proporcionado pela brincadeira, “meu amigo secreto” serve de sujeito para uma sentença que descreve ou diz algo sobre aquele a ser presenteado; os demais presentes devem tentar, a partir dessas descrições, adivinhar quem seria o amigo secreto. Da mesma forma, na maior parte das postagens associadas à campanha, a estrutura da *hashtag* é repetida no início do *post*, seguida por um verbo que a conecta ao restante da sentença, da qual acaba por se tornar sujeito (Figuras 7 a 9). Assim, há de início a proposição de um sujeito específico e de um modo específico, que remete ao anonimato e à adivinha, para a frase a ser formulada, determinando a forma como ela se constrói.



#meuamigosecreto diz que não é machista, mas acha que mulher que transa no primeiro encontro não serve pra ser sua namorada

Figura 7. Captura de *post* do *Twitter* marcado com a #meuamigosecreto.¹²

10 Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/meuamigosecreto-campanha-denuncia-machismo-e-abusos-vindos-de-amigos/>. Acesso em: 29 set. 2019.

11 Disponível em: <https://www.vix.com/pt/bdm/abusos-sexuais/campanha-meuamigosecreto-expoe-machismo-e-violencia-no-facebook-veja-relatos>. Acesso em: 29 set. 2019.

12 Disponível em: <https://twitter.com/livrevidaminha/status/669248469211717632>. Acesso em: 29 set. 2019.

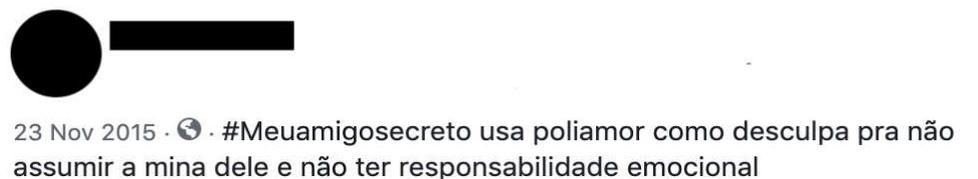


Figura 8. Captura de *post* do *Facebook* marcado com a *#meuamigosecreto*.¹³



Figura 9. Captura de *post* do *Facebook* marcado com a *#meuamigosecreto*.¹⁴

Resta, então, a apresentação do material proveniente do Relatório da CNV, que me impele a fazer uma breve contextualização sobre a própria comissão. Ela foi instituída pela Lei nº 12.528/2011 e é ao texto da lei (BRASIL, 2011, s.p.) e ao primeiro capítulo do Relatório, chamado *A criação da Comissão Nacional da Verdade* (BRASIL, 2014a), que me refiro na tentativa de descrever brevemente sua história e seu funcionamento. A CNV *e/*anuncia-se e é *e/*anunciada como um aparelho criado para suprir uma “demanda histórica” (BRASIL, 2014a, p. 20) *e/ou* para efetivar um “direito à memória e à verdade histórica” (BRASIL, 2011, s.p.), visando a promover a “reconciliação nacional” (BRASIL, 2011, s.p.). Suas atividades, efetivamente, seriam as de reunir informações, seja através da consulta a documentos e a dados de instituições, seja através da promoção de espaços de recolhimento *e/ou* acolhimento de testemunhos, bem como da convocação de pessoas para testemunhar, para “esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos” (BRASIL, 2011, s.p.) ocorridos no período de 1946 a 1988, isto é, durante a ditadura militar brasileira.

Nesse processo de “esclarecimento circunstanciado” (BRASIL, 2011, s.p.), a CNV deveria “identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições” (BRASIL, 2011, s.p.) relacionadas a essas violações, tal como precisar sua autoria. Porém, é de suma importância destacar, a esse respeito, o parágrafo quarto do artigo quatro da mesma lei, que diz que “[a]s atividades da Comissão Nacional da Verdade **não terão caráter jurisdicional ou persecutório**” (BRASIL, 2011, s.p., grifo meu), isto é, que a identificação da autoria de crimes não implica, da parte da comissão ao menos – ainda que a corrente jurisprudência sobre a Lei da Anistia (BRASIL, 1979) estenda esse limite ao restante do aparato jurídico civil e militar –, nenhum tipo de poder de julgamento *e/ou* punição.

Como resultado de suas atividades, a CNV apresentou um extenso Relatório, dividido em três volumes, que soma mais de quatro mil e trezentas páginas. Nesse documento, ela cumpre com seus objetivos de reconstituição das condições e circunstâncias históricas tanto de casos emblemáticos, como o do jornalista Vladimir Herzog, quanto do funcionamento geral do aparato estatal militar e dos órgãos de repressão. Além disso, o Relatório dá, conforme previsto no texto da lei, em especial na Parte V do Volume I, recomendações para “a adoção

13 isponível em:
<https://www.facebook.com/lara.luccas/posts/1009466135763582>.
Acesso em: 29 set. 2019.
14 Disponível em:
<https://www.facebook.com/veganaeasuamae/posts/1697110727171190>.
Acesso: em 29 set. 2019.

de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional” (BRASIL, 2011, s.p.), a maior parte das quais, é preciso dizer, não foram adotadas ou levadas adiante.

Em específico, o Capítulo 10 (BRASIL, 2014b), como a maior parte dos capítulos do Relatório, tem seu texto composto por uma alternância entre elaborações feitas pela comissão e numerosos recortes de testemunhos de vítimas recolhidos em seu processo de trabalho. Esses recortes, em sua maioria, aparecem como elementos que ilustram, comprovam, justificam ou mesmo exemplificam o que é dito nas linhas escritas pela comissão. É interessante, porém, que essa tentativa de recorte para exemplificação não perpassa uma restrição da presença do testemunho ao título de exemplo: há trechos bastante longos postos no capítulo, ou, mesmo que não tão longos, trechos que não se restringem somente ao mínimo necessário para a fundamentação do que foi dito. Nesse processo de aparecimento do testemunho no Relatório da Comissão, dá-se visibilidade a uma série de questões outras ali presentes, como busco mostrar nas análises em que esse material aparece, ainda que em grande parte elas não sejam trabalhadas no documento em si.

Por fim, não deixando de tratar da questão de um conjunto por “temática”, reconheço que a escolha do Capítulo 10 do Relatório da CNV, especialmente dos trechos desse capítulo em que a questão da violência sexual e de gênero está em foco, poderia enquadrar-se nesse tipo de agrupamento, de forma que se pudesse concluir que é possível analisar esses materiais juntos, pois tratam de “um mesmo assunto”. Contudo, o que procuro mostrar ao longo do trabalho, e por isso mantenho minha escolha com a possibilidade de afastá-la de um recorte temático, é precisamente que, ainda que supostamente possa-se estar falando de violência contra a mulher e mesmo de aborto tanto nesse material quanto na campanha *Eu vou contar*, e mesmo na *#meuamigosecreto*, as questões que emergem em cada material a partir desse “tema”, ou na verdade desse objeto discursivo, não são as mesmas. Isto é, ainda que nos diferentes materiais um mesmo significante apareça, ele não significa a mesma coisa; ainda que as mulheres de uma ou outra campanha estejam falando de “violência”, elas não estão falando da mesma coisa, nem do mesmo modo, nem pelos mesmos processos, nem nas mesmas condições.

UM PERCURSO DA/NA ANÁLISE DE DISCURSO

Ao pretender produzir, a partir desses movimentos e materiais, algum tipo de trabalho acadêmico-científico, vejo-me tocada, em primeiro lugar, pela questão de como me aproximar deles. É dessa trajetória de aproximações e das posições nela envolvidas que pretendo falar neste capítulo de fundamentação teórica. Não será, portanto, uma apresentação de todos os conceitos a serem mobilizados ao longo das demais etapas do trabalho – pois isso acontecerá conforme for necessário na montagem do dispositivo de leitura e análise –, mas, sim, uma discussão sobre a construção desse lugar ou posição a partir do qual pude fazer o meu gesto de aproximação, de trabalho, de análise. A construção dessa posição se deu – através dos movimentos e textos de Michel Pêcheux e de outros pesquisadores que junto dele começaram a (re)pensar a questão do discurso – e se dá – a cada nova análise, a cada nova produção, como esta – em relação a outras posições possíveis, com suas consequências próprias.

Importa-me, aqui, por fim, dizer algo sobre o modo como ao mesmo tempo em que é a partir desse lugar que me aproximo do material e coloco minhas questões, é também a partir de e por esse lugar que deixo que o material retorne sempre sobre as minhas questões, recolocando-as, e ao mesmo tempo sobre a rede conceitual que sustenta o lugar, colocando também para essa rede e para mim problemas que me fazem constantemente questioná-la, montá-la e remontá-la – sem deixar de manter, é claro, um cerne que lhe é próprio, aos moldes do que, como mostro à frente, aponta Pêcheux-Herbert ([1966] 1972), que é justamente o que me presto a identificar no decorrer deste capítulo.

Primeiro, parece-me necessário explorar minimamente o que me permitiria justificar o caráter científico deste trabalho. Tomo como ponto de partida uma primeira tentativa de definição de trabalho científico como um trabalho produzido através de e/ou no interior de uma prática científica, ou a partir da assunção de uma posição instaurada por uma prática científica específica – a questão é, então, a de definir o que constituiria uma prática científica, para esclarecer a especificidade da posição a que me referi. Esse movimento de definição é feito por Pêcheux em seu primeiro texto, publicado sob o pseudônimo de Thomas Herbert (HERBERT, [1966] 1972), por meio de um extenso e cuidadoso percurso de delimitação da **prática científica** diante de outras práticas existentes. Esse percurso é desencadeado pelo questionamento inicial sobre a situação teórica das ciências sociais, e é elaborado à luz da necessidade de um novo modo de trabalho teórico, verdadeiramente de uma “Teoria da prática em geral”, uma teoria da prática teórica, retomada por Herbert ([1966] 1972) conforme proposta por Althusser ([1965a] 2015, p. 137).

Alinhando-me ao que aponta Henry ([1969] 1997) ao retrazar brevemente o percurso herbertiano, considero que esse primeiro gesto de Pêcheux não deixa de se articular àquela que era sua ambição: “abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e,

em particular, da psicologia social” (HENRY, [1969] 1997, p. 14). Isto porque leio o texto de Herbert como uma tentativa de, fazendo corpo ao movimento já iniciado por Althusser, recolocar radicalmente as bases para se pensar a ciência mesma, pois somente a partir dessas novas bases seria possível produzir fissura no campo de uma das ciências em particular. Disso decorre, para mim, que a AD não pode prescindir de uma reflexão Teórica, referindo-me aqui justamente à **teoria da prática teórica** de Althusser (1965a), tanto naquele que se pode historicizar como o momento de sua emergência quanto nos percursos de novos analistas e análises – como o meu e como o desta.

Não à toa, continuando a defender a afirmação de Henry ([1969] 1997), as inquietações presentes no primeiro texto de Herbert reverberam de forma bastante marcada no texto *A semântica e o corte saussuriano* (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, [1971] 2008), em que os autores, dentre os quais Pêcheux, se dedicam a analisar os campos da semântica e da linguística para “indicar como é possível conceber, atualmente, a mudança de terreno ou de perspectiva que nos parece indispensável [para a semântica]” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, [1971] 2008, p. 15). Mais uma vez, a tentativa de produzir mudanças de terrenos ou fissuras passava necessariamente por uma reflexão sobre os conceitos e as práticas de um campo, vistos de maneira articulada.

O ponto de partida da análise produzida no texto de 1971 é a crítica ao que os autores denominam as “explorações ideológicas das atuais teorias linguísticas” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, [1971] 2008, p. 14), decorrentes das tentativas de suposta elevação da linguística ao posto de ciência piloto ou ciência modelo que então se davam com frequência. A crítica a esse movimento de alçamento diz respeito em particular ao descolamento entre método e teoria que o acompanha: é quase literalmente que digo que a linguística era tomada como ciência **modelo**, pois outros campos tinham, na tentativa de se legitimarem como científicos, tomado emprestados os métodos da linguística, em especial seus instrumentos de formalização, sem que esses estivessem articulados a uma reflexão teórica que os fundamentasse. Ou seja, retomando as elaborações de Herbert ([1966] 1972) a respeito da relação entre instrumentos e prática científica, não havia nesses casos uma “**apropriação dos instrumentos pela teoria**” (HERBERT, [1966] 1972, p. 32, grifo do autor), necessária quando se considera característico de uma ciência, como ele o faz, o engendramento recíproco de seu objeto – elaborado por sua teoria – e de seu método.

Volto, assim, à minha questão inicial, de definir o próprio de uma prática científica, pois a resposta acena justamente para os três elementos que acabo de mencionar: **teoria, método e objeto** – três pilares que definem essa prática uma vez ao se articularem. Em resumo, uma prática científica é aquela que a) “enuncia seu objeto” (HERBERT, [1966] 1972, p. 31), e ao enunciá-lo delimita-o, cria-o, retomando também Saussure ([1916] 2012); b) teoriza sobre ele; c) produz um conjunto estruturado de práticas – das quais podem fazer parte instrumentos – que realiza para produzi-lo e analisá-lo, sendo que esse conjunto não deixa de ser estruturado a partir do objeto mesmo (HERBERT, [1966] 1972). Os três itens, como se vê, não são nem etapas estanques, nem processos desarticulados: não é possível considerá-los

movimentos isolados, nem determinar entre eles uma ordem cronológica precisa¹⁵, pois não constituem uma direção única de determinação. Há entre eles sempre **sobredeterminação** (ALTHUSSER, [1965a] 2015), determinações que retornam umas sobre as outras na estrutura do todo complexo com dominante¹⁶.

Portanto, se se pretende a filiação a uma prática que possa se dizer científica, não se pode deixar de lado nenhum dos três pilares, pois da desarticulação resultam práticas que podem pretender científicidade, mas que são ideológicas, nos termos de Herbert ([1966] 1972). Nessas condições, essas práticas tendem ao empirismo e mesmo ao cientificismo, pois veiculam a crença de que o uso de determinado tipo de instrumento ou formalização garante uma suposta possibilidade de apreensão do real (no sentido não-conceitual do termo, referente à “realidade objetiva” ou que assim aparece), conferindo, assim, legitimidade à prática que o constitui. Um exemplo, trabalhado tanto no texto de Herbert ([1966] 1972) quanto em sua retomada por Henry ([1969] 1997) quando da afirmação de que não se pode “declarar científico todo uso dos instrumentos” (HERBERT, [1966] 1972, p. 31), é o uso de balanças para medir uma série de materiais: há, nesse caso, somente método – aqui não no sentido que Herbert ([1966] 1972) dá ao termo, pois trata-se apenas do **uso** (não científico, justamente) de um instrumento – e objeto, mas não pode haver ciência. Isso, pois, não há teoria que sustente o estabelecimento de qualquer tipo de relação entre as medidas dos diferentes materiais obtidas pela balança. No sentido propriamente herbertiano, na verdade, o método só pode emergir uma vez que a relação do uso do instrumento com o objeto é **mediada** pela teoria e posta em relação com ela.

A necessidade de mediação é aplicável também às demais relações entre os pilares, reforçando o imperativo de considerá-los sempre em uma rede de sobredeterminações. É preciso ressaltar, contudo, que com a imagem da rede de sobredeterminações e o estabelecimento de relações de engendramento recíproco entre teoria, método e objeto não quero apontar para a existência de uma homogeneidade harmônica e funcional entre os pilares no interior de uma prática científica, trata-se mais de uma fricção necessária entre essas engrenagens. Por isso, mesmo que relativamente estabelecidas, não raramente as ciências se debatem dentro de seu próprio campo na tentativa de resolver questões e torná-lo o mais coeso possível. Há, porém, sempre um resto que, com alguma frequência, retorna e rompe com o efeito de coesão até então construído.

Sem deixar de lado a relativização da impressão de cronologia deste ponto (cf. nota 15), retomo a afirmação de Herbert ([1966] 1972, p. 32, grifo do autor) de que “não basta que uma ciência fale, é preciso que ela **se ouça falar**” à luz da reflexão acima feita sobre os três pilares articulados necessários à prática científica para defender como próprio à prática científica e a qualquer trabalho científico o imperativo da reflexão teórica – não mais me referindo à teoria da prática teórica althusseriana (ALTHUSSER, [1965a] 2015), mas ao trabalho de uma ciência dentro de seu próprio campo. Retomando o exemplo das balanças, se a partir da obtenção de medidas de diferentes exemplares de um mesmo objeto ou material, por exemplo, passa-se a elaborar efetivamente algum tipo de conclusão, essas não deixam de

15 Ainda que Herbert ([1966] 1972) aponte para uma necessidade primeira de “enunciar o objeto” para que se produza uma ruptura epistemológica e se passe da ideologia à ciência, o que poderia parecer construir uma cronologia da e na prática científica, ele também reconhece que esse primeiro momento de nomeação é mais uma tentativa errônea do que um momento triunfante de fundação. É só depois de um percurso inicial de “aventura teórica” (termo que o autor retoma de Althusser) – um explorar caminhos nos entremeios da prática e da teoria, guiado também pela delimitação do objeto e não livre de erros – é que a delimitação daquela prática científica se torna mais palpável. Nesse caminho, não são poucos os retornos e as tentativas de nomeação e renomeação do objeto, o que rompe com a possibilidade de cronologia.

16 Não retomarei de forma aprofundada, aqui, a ampla discussão feita por Althusser ([1965a] 2015) sobre a noção de **sobredeterminação**, que se estende não apenas pelo texto citado, mas por grande parte de sua obra. Porém, gostaria de apontar que ela se desdobra a partir de um percurso aprofundado de investigação do conceito de **contradição** em Hegel e em Marx. A partir da contradição em Marx, Althusser pensa sobre a noção de **contradição sobredeterminada**, que visa a inserir a contradição no “todo complexo”, isto é, na estrutura com dominante (determinante econômica) em que estão organizados elementos da superestrutura marxista. Por essa inserção, a contradição passa a ser determinada por elementos da estrutura que lhe são exteriores. Com isso, deixa-se de pensar a contradição, mais próxima da hegeliana, como expressão de algo que é interior, como manifestação de algum tipo de essência dos elementos. Na perspectiva discursiva, a retomada do conceito de **sobredeterminação** althusseriano caminha pela mesma via de remeter o discurso e os demais conceitos do dispositivo teórico-analítico ao seu lugar na estrutura com dominante do todo com-

se calcar em algum tipo de teoria – distante, contudo, da conceituada por Herbert (1966) ou Althusser ([1965a] 2015).

O ponto problemático é, então, o caráter espontâneo do surgimento dessas mais bem denominadas “filosofias”, uma vez que não são em nenhum momento **enunciadas**, e é só numa análise a posteriori e fora da prática mesma que são delineadas: elas entram em jogo e colocam a prática – que Herbert (1966) caracterizaria como ideológica – em funcionamento, mas sua existência espontânea e não marcada impede a produção de qualquer tipo de **conhecimento**. Toco, aqui, na distinção entre **reconhecimento** e **conhecimento** trabalhada por Althusser ([1965a] 2015), não desassociada de suas elaborações sobre o processo de interpelação ideológica (ALTHUSSER, [1970] 1985; PECHÊUX, [1975] 2014, 1996): ao tomarmos parte nas diferentes práticas humanas, nos identificamos com diversos conjuntos de “verdades” que as estruturam, verdades que quase nunca precisamos dizer, pois são “conhecidas” por todos, são coisas que “todo mundo sabe”; isso, porém, como aponta o autor, não se trata de conhecimento, mas de **reconhecimento**, referente justamente ao processo de interpelação.

O **conhecimento**, por sua vez, passa, necessariamente, por **teoria** (ALTHUSSER, [1965a] 2015) e a teoria perpassa o falar, enunciar o que diz respeito àquela prática ou a um problema que ela se propõe a enfrentar. Dessa forma, concluo que é fundamentalmente na prática que se pretende científica que a teoria, o método e o objeto, bem como as relações entre eles, não podem estar presentes apenas por uma certa espontaneidade a partir da qual se torna possível alcançar um objetivo outro, e sim devem ser o objeto primeiro de análise, reflexão e enunciação, pois só assim é possível que uma ciência – então adequadamente designada – tome parte no processo apontado por Herbert como uma “reflexão do discurso teórico sobre ele mesmo, que lhe confere a coesão” (HERBERT, [1966] 1972, p. 32), a partir da “reprodução metódica” (HERBERT, [1966] 1972, p. 32) das práticas e do objeto que caracterizam aquela ciência em particular. Ademais, nesse processo de reprodução, não deixam de existir deslocamentos, retornos, mudanças, mas há sempre algo de permanência, que é justamente o fato de uma ciência continuar a trabalhar na construção de seu próprio campo e não na tentativa de torná-lo outro; continuar a trabalhar em torno do objeto que criou, tentando ajustar-se dentro de seu campo às questões que o objeto lhe coloca, e não tomando para si outro objeto.

É por isso, portanto, que uso do espaço deste capítulo para não só declarar minha filiação à **AD**, mas também enunciar algo das relações entre **teoria**, **método** e **objeto** que a constituem como **prática científica**. Contudo, por não ter como objetivo fazer uma apresentação extensa, e muito menos completa, de todo o campo teórico e analítico da **AD**¹⁷, atenho-me a tecer alguns comentários sobre a construção desse aparato a partir daquele que emerge, tanto no meu percurso de formação quanto na especificidade do trabalho com os materiais já apresentados, como o elemento que me é mais caro e a partir do qual, na minha história de contato com a **AD**, os demais se organizam. Esse elemento é o trabalho com a **língua** e decorre seja do fato de que a **AD** não pode prescindir da Linguística e da teorização

plexo. Além disso, faz com que, ao mesmo tempo, nos voltemos para o discurso visando a retrair suas relações com esse todo complexo, considerada a seguinte afirmação de Althusser: “[a] sobredeterminação designa, na contradição, a qualidade essencial seguinte: a reflexão, na própria contradição, de suas condições de existência, ou seja, de sua situação na estrutura com dominante do todo complexo. [...] [E]la [a contradição] se revela determinada pela complexidade estruturada que lhe designa seu papel, como – se me perdoarem esta palavra horrível – complexamente-estruturalmente-desigualmente-determinada...” ([1965a] 2015, p. 167-168).

17 Para o leitor que não está familiarizado com o campo, indico, com o fim de introdução, a leitura de *A cidade se mexe. Da bicicleta ao cycle chic* (ZOPPI-FONTANA, 2011), *Domesticação e proteção: o discurso dos padres na raiz do latifúndio* (ORLANDI, 2008) e *Construções relativas e articulações discursivas* (HENRY, 1975). Ademais, o próprio *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, [1975] 2014) é recomendado como bibliografia inicial, ainda que seja de leitura mais extensa e trabalhosa.

sobre a língua enquanto **objeto de conhecimento** (ALTHUSSER, [1965b] 1979), seja do modo como a AD, afetada pela psicanálise, também não ignora – distanciando-se de outras áreas da Linguística – a existência de *lalíngua* [*lalangue*].

A predominância de minha preocupação com a língua e com a filiação a uma posição científica – depois de justificada a constituição desse lugar – que me fornecesse meios para trabalhá-la teórica e analiticamente se deu, pois, uma vez diante dos materiais produzidos pelas diferentes campanhas, era preciso **lê-los**. Se para muitas posições de pesquisa a leitura não se coloca como questão, é particular da posição do linguista – ou ao menos de alguns deles – perceber que se está diante da língua **e não só**. As elaborações para essa coisa outra que não é somente a língua e para o que se faz quando se lê são as mais variadas, mas muitas vezes, como no exemplo das balanças, ficam aquém da enunciação, da elaboração teórica, e recaem no empirismo do “todo mundo sabe” – o que é ler, neste caso – que acima critiquei.

Assim, voltando à proposição de produzir um trabalho científico, construiu-se como um pressuposto incontornável a necessidade de elaborar um conceito não-empirista – o que é quase um pleonasma, dado que se há a elaboração de um **conceito**, rigorosamente, pode-se esperar que já haja afastamento de uma perspectiva empirista – de **leitura** e de **arquivo** (dou aqui esse nome à necessidade de um conceito que dissesse algo da materialidade diante da qual me encontro), que deveria servir de base na montagem de um dispositivo heurístico bem delimitado, um dispositivo que mediasse minha aproximação com o material. Enfim, a filiação à AD se deu em busca da possibilidade de negar o empirismo diante da língua e de construir um dispositivo de leitura – uma vez que a língua e a leitura são elaboradas como conceito dentro dessa prática científica – que me permitisse pensar as questões que, na relação dispositivo-material, emergissem como as mais particulares do material em pauta.

Para esclarecer a especificidade do dispositivo mencionado acima e justificar sua pertinência, tento definir, primeiro, uma leitura empirista, à qual fiz, por contraste, alusão. Uma leitura empirista é, em grande parte, aquela que prescinde da elaboração de qualquer conceito de leitura, pois a toma como dado a partir da relação espontânea do sujeito com qualquer material de que se aproxime e, no limite, com a língua. A consequência primeira da assunção desse tipo de posição é considerar a leitura como ponte, como meio de ter acesso a algo que está além. Assim, a leitura empirista é também, com frequência, conteudista. Por consequência, o “conceito” de arquivo – na maioria das vezes igualmente não-elaborado – que acompanha essa concepção de leitura é o de arquivo como mero suporte, transparente e dispensável, não fosse pela possibilidade que oferece de acesso a um fato ou ao registro dele, isto é, a um acontecimento tomado como dado no mundo registrado por meio da língua (que também é primordialmente transparente, tomada como meio de representação de outro tipo de substância).

Ao fazer esse exercício de definição em rede¹⁸, busco mostrar como a necessidade de evitar a espontaneidade empírica das práticas se torna ainda mais imperiosa quando o que está em jogo é a leitura e a relação com a língua. Isso porque a relação do sujeito com aquilo que toca a linguagem – portanto também a leitura – se dá sempre pela evidência, que lhe diz

18 Torno a chamar atenção para o modo como definir **leitura** de uma maneira particular tem implicações importantes na definição de outros conceitos. Isso não se dá somente de maneira sucessiva (um conceito depois do outro), mas no estabelecimento de sobredeterminações (cada conceito retorna sobre os outros e é delimitado em relação a esses), por isso a ideia de uma rede conceitual.

que “as palavras têm um sentido porque têm um sentido” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 32), que as frases e os textos têm um sentido porque têm um sentido. Tal relação de evidência e transparência se dá, retomando Pêcheux, ([1975] 2014, 1996) em sua leitura de Althusser ([1970] 1985), devido ao funcionamento da **Ideologia** e da **interpelação** do sujeito que antes mencionei, sempre-já em curso: o sujeito interpelado, como mostra Pêcheux, ([1975] 2014) ao tratar dos dois tipos de esquecimento e do estabelecimento da forma-sujeito do discurso, percebe com espontaneidade e facilidade o “óbvio” da língua e do discurso (o discurso, para Pêcheux, seria o “e não só” de que falei acima, mas está necessariamente articulado à língua, como explico adiante).

Contudo, é justamente dessa obviedade que é necessário desconfiar, caso se pretenda construir uma prática científica relacionada à leitura. Além disso, é preciso, sobretudo, criticá-la, como sugere Pêcheux, ([1975] 2014) ao mencionar, no título original de *Semântica e Discurso*, as *vérités de La Palice*¹⁹. Na tradução para o português, a referência a La Palice permaneceu apenas no corpo do texto, mas o subtítulo escolhido, “uma crítica à afirmação do óbvio”, alinha-se precisamente ao ponto discutido.

Enfatizo que o sentido, além de ser percebido como óbvio, parece localizado, na relação espontânea do sujeito com a língua, mas também em muitas teorias que tocam a questão da leitura, como que **para além** das palavras e de suas relações: a atenção do leitor não recai propriamente sobre elas, pois são apenas “pontes” que permitem acesso ao que está além, ao que “representam” ou “transmitem”. É na tentativa de se afastar desse efeito de evidência que captura o sujeito – ainda que não seja jamais possível colocar-se na posição de não-sujeito, fora da interpelação – que a AD, a partir de Pêcheux, ([1975] 2014), propõe ao analista fazer o movimento contrário: não avançar para supostamente “atravessar” a língua, mas afastar-se para observá-la; não produzir encadeamentos a partir de um discurso dado, mas tomar a posição do imbecil (PÊCHEUX, [1982] 2010), daquele que se recusa a responder e recua, interrogando-se sobre os modos de constituição da pergunta que lhe foi feita.

Dou alguns passos atrás na tentativa de situar a discussão sobre a língua no campo da AD. O espaço teórico da AD propõe como seu objeto o **discurso**, que é caracterizado e teorizado como o espaço de imbricação ou fricção de três Reais²⁰: o Real do sujeito, o Real da história – fazendo por ora apenas menção à necessidade de se pensar o acontecimento – e o Real da língua. Ao elaborarem essa noção de discurso, Pêcheux e demais teóricos do campo propõem uma mudança completa de terreno para a semântica – esmiuçada em *A semântica e o corte saussuriano* (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, [1971] 2008) –, deslocando-a do domínio único da Linguística ao enfatizarem que o campo dos sentidos não seria um quarto nível, de mesma natureza e ordem que a fonética-fonologia, a morfologia e a sintaxe, cujas áreas já teriam sido afetadas pelo corte saussuriano, diferentemente da semântica de até então.

Contudo, essa mudança de terreno não implica uma saída total do discurso e da AD do campo da Linguística, pois a necessidade de pensar a relação entre língua e discurso significa que a AD não pode prescindir de uma reflexão sobre o **conceito de língua**, esse sim contemplado no campo dessa área em particular. Da mesma forma, pensar o Real da

19 Nesse título, Pêcheux faz referência à canção francesa que conta a história de Monsieur de La Palice e faz rir por ser recheada de afirmações extremamente óbvias – ainda que essas sejam bastante semelhantes às que fazem certas teorias semânticas, conforme aponta o autor –, como “se tivesse continuado solteiro, não teria tido esposa”.

20 A noção de Real presente no campo da AD funciona a partir da noção de Real em Lacan, “em sua articulação ao impossível, ao não todo, à falta” (MARIANI, 2017, p. 38). Contudo, nessa apropriação do conceito na passagem de um campo a outro, Pêcheux ([1975] 2014, [1983] 2006) parece caminhar ora entre a noção de Real mais próxima da do campo psicanalítico, como aquilo que é da ordem do inominável, do impossível de simbolizar e atribuir sentido, ora entre a elaboração de um Real que é delimitável, referente a um campo específico e até mesmo nomeável – é o caso quando se diz, por exemplo, que o Real da língua é o equívoco, ou que o Real da história é a luta de classes. Nesse segundo funcionamento da noção, considero que algo da radicalidade do Real da primeira é perdido, mas permanece o Real como o que é antes de qualquer discurso, o que é sem causa, e aí está o sentido de sua impossibilidade.

história implicou a retomada da teoria marxista do materialismo histórico, em especial do conceito de **contradição** de Marx: uma contradição não passível de resolução ou dissolução, mas constitutiva e sempre presente, além de determinada pela **formação social capitalista** em que nos encontramos. Por sua vez, o Real do sujeito traz à baila, no campo da AD, tanto a existência do inconsciente – e é importante retomar, neste ponto, a afirmação de Lacan de que ele é “estruturado como uma linguagem” (LACAN, [1965-1966] 1998, p. 882) – quanto a tese althusseriana da interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos (PÊCHEUX, 1996, [1975] 2014), sempre-já em curso, à qual já me referi. Isto é, a noção de sujeito em AD afasta-se radicalmente daquela de um sujeito consciente, mestre de suas intenções e originador daquilo que diz.

Assim, ao propor o imbricamento desses três Reais no campo do discurso, esses teóricos propõem a fricção – que, de forma similar àquela que ocorre entre os três pilares da prática científica de que tratei mais acima, não se trata de uma articulação homogênea ou livre de problemas – da Linguística, da Psicanálise e do Materialismo Histórico no campo da AD. A dificuldade dessa pretensa articulação advém, em parte, do fato de que não é possível manter intactos os três campos e colocá-los como que lado a lado para funcionarem na constituição do objeto que é o discurso. Um campo sempre coloca problemas para os outros, ao mesmo tempo em que vê outros problemas colocados para si, sendo que as determinações postas por um campo retornam sobre o funcionamento daquelas postas pelos outros.

Disso resulta que o discurso é sobredeterminado, característica elaborada por Pêcheux, ([1975] 2014) por meio do conceito de **materialidade**, que encaro quase como sinônimo de sobredeterminação. Isso, pois, o conceito de materialidade – central na AD a ponto de dar a ela a caracterização de “materialista” – trata da concepção dos elementos (língua, história, sujeito, discurso, etc.) como sempre-já em relação dentro de uma totalidade. As consequências disso são que os elementos, dessa forma, não são jamais “causa em si” ou causa exclusiva de si mesmos, o que também faz com que não possam ser considerados transparentes. Por consequência, diz-se que o discurso é **material** porque se constitui com e por determinações que retornam umas sobre as outras, de forma que não se pode estabelecer hierarquia ou cronologia precisa entre elas; isto é, o discurso é **material** pois é **sobredeterminado**.

A partir da colocação dessas bases gerais do campo, volto à defesa da língua como seu elemento central e ao convite que a AD faz àquele que ocupa a posição de analista para que se afaste e volte seu olhar para ela. Pois se o discurso se constitui como espaço atravessado por sobredeterminações e é ainda o campo das disputas, é na língua que estão as marcas desses atravessamentos e litígios, ao mesmo tempo em que é também pela língua que eles se constroem. É preciso, porém, destrinchar um pouco mais isso que aqui chamei de “língua” e esclarecer a que instâncias se remetem esses dois funcionamentos que acabo de mencionar; como já proposto, a filiação à posição da AD perpassa a elaboração de um conceito de **língua**. Pêcheux, ([1975] 2014) retoma, de um lado, a concepção remissível ao considerado pai da linguística moderna, Saussure ([1916] 2012), de língua como **sistema** organizado pela noção de **valor**, isto é, pela possibilidade única de definição negativa de qualquer elemento: ele é o

21 Em relação à descrição linguística, é preciso ressaltar que ela não é uma etapa que precede aquela de análise discursiva, pois o discurso não é concebido como uma espécie de camada extra: a sintaxe está sempre-já investida do agenciamento discursivo, assim como a materialidade discursiva está sempre-já calcada na materialidade linguística. Contudo, não deixo de levar sempre em conta o postulado da autonomia relativa da língua no que se refere ao seu funcionamento enquanto sistema. Por isso, em alguns momentos do trabalho de análise faço referência a uma materialidade **linguístico-discursiva**, justamente para apontar esse modo de disjunção-articulação fundamental entre base material e processos discursivos.

22 É importante, a esse respeito, apontar sua diferença em relação a uma “falta de clareza” ou “explicação”, e mesmo a outro conceito, mais estritamente linguístico, que é o da **ambigüidade**. O equívoco, como ilustra, por exemplo, Henry ([1975] 1990) ao tratar das construções relativas, não se restringe ao âmbito da materialidade linguística e, sim, remete ao fato de que essa materialidade linguística funciona sempre agenciada por uma discursividade específica: é a interpelação do sujeito por essa mesma discursividade que dissimula a equívocidade da língua no “óbvio” dos sentidos de que já falei. Ainda buscando esclarecer esse ponto, posso retomar Ranciére (1996) em sua elaboração sobre o desentendimento, em que o autor afirma que ele “não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura” (RANCIÈRE, 1996, p. 11). É mais esse o equívoco materialista: um equívoco não passível de dissolução, pois é remissível à existência de divisões na sociedade e de uma multiplicidade de posições discursivas possíveis e pelas quais o sujeito é interpelado, sendo, sobretudo, um equívoco calcado na possibilidade de jogo do sistema linguístico.

que os outros não são, se delimita **em relação** aos outros e não por uma essência que lhe seja imanente.

Esse primeiro aspecto do conceito de língua está mais ligado ao que, em AD, elaborou-se como a noção de **materialidade linguística**. Dentre as consequências que a noção tem na prática do analista de discurso, gostaria de destacar duas. A primeira é a necessidade de descrever linguisticamente o material que se deseja analisar, podendo caminhar nesse movimento de descrição entre os três níveis linguísticos de que falei mais acima (fonologia, morfologia e sintaxe), sem deixar de lado a noção saussuriana do sistema em cada um desses âmbitos e sem negar à sintaxe um lugar de maior especificidade, de que tratarei mais à frente, nessa prática descritiva-interpretativa²¹.

A segunda consequência já me leva a tocar num outro âmbito relativo ao que antes chamei de língua, pois a questão da **primazia do significante** sobre o significado – ressaltada por Pêcheux, ([1975] 2014) ao, já afetado pela leitura de Lacan, retomar Saussure ([1916] 2012) – não diz somente respeito ao funcionamento da materialidade linguística, mas aponta também para o **Real da língua**. Se Saussure ([1916] 2012) tinha descrito o funcionamento do sistema linguístico como estruturado pelo estabelecimento de relações de valor entre **signos**, sendo o signo um elemento formado pelo recorte simultâneo de **significante** e **significado** (SAUSSURE, [1916] 2012), Lacan e Pêcheux propõem, em suas obras, um descolamento dessas duas partes do signo, de forma que as relações se estabelecem fundamentalmente entre significantes, enquanto o significado, não sendo colado aos significantes, é sempre passível de deslizar, pois é determinado justamente pelo jogo de relações entre os últimos.

Nesse ponto, se em parte ainda me refiro ao funcionamento da materialidade linguística, pois é por sua descrição e análise, como sistema, que se busca em AD identificar a presença de relações entre significantes, também me refiro ao Real da língua, dado que esse diz respeito ao fato de que a língua não é um sistema fixo, estável ou, em outras palavras, redutível à materialidade linguística: esse sistema é sempre passível de jogo, de **equívoco**. Por isso mencionei, mais acima, que não só o conceito de língua é imprescindível em AD, como também a posição a que me filio em AD não deixa de reconhecer a existência de *lalíngua*, pois ela “é, em toda língua, o registro que a fada ao equívoco” (MILNER, 2012, p. 21). Pontuo, contudo, que o Real da língua e *lalíngua* não coincidem: o Real da língua é a incompletude e o equívoco, uma de cujas determinações é a existência de *lalíngua*, mas *lalíngua* acena também para o domínio do inconsciente em sua estruturação como linguagem, o que mais à frente retorna quando penso a entrada da dimensão do traumático no funcionamento dos materiais a ler.

Com a primazia do significante e a assunção do equívoco como elemento constitutivo²², passa-se, no campo da AD, a falar não mais em significado, mas em **sentido**, e em especial em **efeito de sentido**, “efeito” justamente por ser material, sobredeterminado pelo jogo significante, mas também pelos atravessamentos dos outros Reais que, como mencionado, marcam-se na materialidade linguística ao mesmo tempo em que se calcam na possibilidade de jogo própria da língua – como o faz, enfim, o discurso. É por isso que Pêcheux, ([1975]

2014) define a língua como **base material** dos **processos discursivos**. Reitero, a partir da discussão teórica que fiz até agora, que definir a língua como base material não a coloca como “suporte” para “registro” de processos outros, de outra “natureza” ou “substância”, pois, sendo material, tem ela sua própria espessura e sua própria atuação na rede de sobredeterminações²³.

Aponto, acima, ao tratar da relação base material-processos discursivos, para a distinção entre **função** e **funcionamento**, que é de extrema relevância na mudança de terreno proposta pela AD em relação ao campo da semântica, justamente porque é própria do corte saussuriano (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, [1971] 2008). A linguística pré-saussuriana dedica(va)-se em grande parte a determinar qual seria a função a que se prestaria a língua, para que ela serviria; Saussure funda a prática da linguística moderna sobre a proposição de pensar o funcionamento da língua. Assim, o objeto da linguística não seria mais a reflexão sobre um suposto objetivo da língua, mas sim sobre “o **como**” de seu funcionamento – daí as noções primordiais de sistema e valor.

É ao chegar a essa distinção, depois de todo esse percurso, que posso, enfim, atender a necessidade de definir um conceito de leitura não-empirista, não mais calcado no atravessar a língua para fazer uso de sua suposta “função” de “representação” de algo outro. A resposta não-empirista – e filiada à AD – à pergunta “o que é ler?” é, portanto, que ler é buscar, a partir da observação da língua e em especial da materialidade linguística, marcas que apontem para o **funcionamento** dos enunciados e dos materiais, bem como para os processos que (se) sustentam (n)esse funcionamento. A prática de leitura do analista de discurso diante do material é, com isso, a de exploração e investigação dessas marcas, na tentativa de dar visibilidade aos processos – nos quais os Reais de que falei se imbricam e em que é preciso dar visibilidade também a essas imbricações – que interpelam o sujeito e produzem para ele efeitos de evidência, dentre os quais está compreendida a dissimulação da própria existência desses processos em curso (ALTHUSSER, [1970] 1985; PÊCHEUX, [1975] 2014, 1996). Deixo para discutir o conceito de arquivo que se articula a esse conceito de leitura não-empirista no próximo capítulo, já com as primeiras análises do material *Eu vou contar*.

Do que foi proposto acima a respeito do funcionamento da materialidade linguística e sobre a prática de leitura em AD, procede que o ponto de entrada do analista diante do material é, justamente, essa materialidade. Por isso, o gesto de análise, ainda que não se registre desta forma no trabalho produzido posteriormente, como é o caso aqui, sempre parte da descrição-interpretação – posto que não é possível fazer uma separação completa e considerar a existência de uma descrição totalmente fora do jogo interpretativo a que somos constantemente injungidos – do material e/ou da materialidade que se pretende analisar, perpassando em especial a descrição, também chamada de análise, linguística, que recai em primeiro lugar sobre o nível sintático. Em vista disso, meu movimento de análise do material a que centralmente me dediquei, a campanha *Eu vou contar*, partiu justamente do enunciado que a nomeia.

Não se pode esperar produzir, contudo, uma contenção ou redução do sentido na ou à descrição sintática, já que, como afirma Milner (2012), a possibilidade de enunciar proposições

23 É também por isso que Pêcheux aponta em grande parte de seus trabalhos (e não é surpreendente que esse seja o cerne de grande número de trabalhos produzidos em AD até hoje) o campo da língua como um campo de disputas, não apenas como um campo secundário em que se marcam disputas provenientes de outro lugar ou que acontecem em outro lugar. A língua como espaço do equívoco investe sempre-já o discurso de seu caráter político (o político, em AD, aparece no sentido de litígio, de disputa e não em referência ao discurso político estritamente), ao mesmo tempo em que o político parece nunca passar longe do discurso. Pêcheux ([1978a] 2011) afirma que “no terreno da linguagem, a luta de classes ideológica é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados” (PÊCHEUX, [1978a] 2011, p. 273), o que caminha na mesma linha da elaboração de Rancière (1996) sobre o desentendimento a que me referi na nota anterior: o discurso é sempre-já campo de disputa e a disputa é sempre-já pelo e no discurso mesmo.

24 Uso aqui o termo **posição discursiva** e não **FD** – sendo o último efetivamente cunhado por Pêcheux – na tentativa de dar alguma visibilidade à problemática que vejo na mobilização desse conceito em muitos gestos de análise. Essa consiste na redução da FD a uma tipologia, isto é, em um “uso espontaneamente imobilista e classificatório” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997, p. 168) do conceito que, na verdade, prevê sempre a não-univocidade e a possibilidade do tornar-se outro. Além disso, mas também por consequência disso, encaro o conceito de FD mais como o meio pelo qual o procedimento teórico-analítico dá visibilidade ao fato de que “as palavras [...] mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 146-147) e de que pela análise de sequências discursivas o analista de discurso pode identificar regularidades que remetem à constituição de um lugar de filiação e interpeção possível em relação a outros. É a essas regularidades encontradas **por meio** do gesto analítico que se pode dar o nome FD. Dito de outra forma, o estabelecimento de uma FD é **resultado do procedimento analítico**. Com isso, quero dizer que não existem FD previamente estabilizadas que, refletidas ou registradas nos enunciados, cabem ao analista trazer à tona. O que há é a produção de enunciados a partir de **posições** nas quais os sujeitos são interpelados, a partir de discursividades às quais os sujeitos se filiam. Ressalto que essas posições não correspondem a categorias etnográficas como “mulher”, “negro” ou “índio”, nem a posições “políticas”, tomando aqui o senso comum do termo, como “direita” ou “esquerda” – e na maioria das vezes nem mesmo as FD podem assim ser adjetivadas sem problemas. Aliás, justamente quando pensamos tê-las apreendido em algum tipo de categoria, essas posições tornam-se outras, o que as faz “denunciar precisamente como uma ilusão o seu caráter discreto” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997, p. 168). É por não

linguísticas só se instaura uma vez que, retomando a discussão anterior sobre objeto científico, *lalíngua* é deixada de fora do objeto da Linguística. O sentido depende, pois, em AD, fundamentalmente da assunção do equívoco – portanto também da assunção da existência de *lalíngua* – como Real da língua, mas também da sintaxe como base material dos processos discursivos. Isso porque o sentido só emerge como **efeito** desses processos, isto é, das relações, entre os significantes, de substituição, oposição, pertencimento e outras, estabelecidas **sobre** a estrutura do jogo sintático, em que todo o enunciado ou um conjunto de enunciados é “linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de derivas possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 53). É por esse jogo entre sintaxe e equívoco na relação com o sentido que Pêcheux é levado a afirmar que “a questão do sentido surge do interior da sintaxe” (PÊCHEUX, [1982] 2010, p. 65).

Os processos discursivos que mencionei não são, entretanto, determinados unicamente pela possibilidade de jogo no sistema linguístico – essa possibilidade se realiza enquanto agenciada por uma **posição discursiva**²⁴ específica, em **condições de produção** específicas. O conceito de condições de produção é um dos que são elaborados na tentativa de dar conta, no aparato teórico, de funcionamentos observados nos materiais de análise que concernem (sobre)determinações dos processos discursivos que não advindas da língua. Essas determinações, todavia, dizem respeito menos ao contexto imediato em que um discurso se realiza ou se produz e mais às determinações históricas desse discurso (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997), relativas ao recorte que a discursividade ou posição discursiva a que ele se filia realiza na **memória discursiva**²⁵ e no espaço do **interdiscurso** – isto é, no “todo complexo com dominante” das posições discursivas e discursividades e das possibilidades de dizer (faço aqui um pequeno deslocamento em relação às elaborações de Pêcheux [1975] sobre esse conceito, que justifiquei na nota 5).

As condições de produção, articuladas aos conceitos de memória discursiva e interdiscurso, dizem respeito, enfim, às condições – em que se considere nelas a contingencialidade prevista pelo materialismo histórico – para a emergência de um discurso e de dizeres específicos. São, por isso, primordiais para sua análise: uma vez que a produção dos dizeres se dá em determinadas condições que lhes são constitutivas, eles deixam de ser origem de si, causa em si, e deixam de ser uma ponte de acesso imediato para “a verdade”, ainda que, por efeito, assim se apresentem. Portanto, remetendo esse conceito à questão da leitura, ao analista de discurso não interessa a tentativa de desvelar uma suposta verdade para além de qualquer condicionamento, mas, sim, interessa investigar justamente as condições de produção dos dizeres e de que modo tais condições os constituem e compõem, assim, sobre a língua – enquanto base material (PÊCHEUX, [1975] 2014) –, a materialidade discursiva.

Ao longo deste capítulo, apresentei alguns elementos que, do meu ponto de vista, estabelecem algum tipo de cerne teórico para a AD, na medida em que a diferenciam de outras práticas e outros campos. Contudo, da primazia que o aparato teórico dá à materialidade linguística e aos funcionamentos que sobre ela se produzem resulta que o dispositivo de leitura

da AD não tem uma montagem pronta, prévia ao trabalho com o material. Diversamente, é ao longo do trabalho de análise e é com o surgimento das questões próprias do material às quais o movimento de descrição-interpretação do analista dá visibilidade que ele deve proceder à montagem e ao “pôr à prova” desse aparato, ao mesmo tempo em que essa mesma montagem retorna sobre o processo de análise e torna visíveis outras questões. Está ilustrado, aqui, o processo de engendramento recíproco e sobredeterminado de teoria, método e objeto que mencionei no início, bem como está justificado, enfim, o fato deste capítulo que se pretende fundamentação teórica não concernir a apresentação de todos os conceitos a que me referi ao longo do trabalho, pois a presença deles só pode se dar junto às análises que os suscitaram.

Isso posto, começo a dizer algo sobre minha caminhada pelo terreno das análises que fiz desses materiais – a campanha *Eu vou contar*, a campanha *#meuamigosecreto* e o Capítulo 10 do Relatório da CNV. De início, a análise de alguns enunciados e sequências discursivas, provenientes em especial do *Eu vou contar*, me levaram a perceber regularidades e questões desse material que remetiam ao funcionamento desses relatos – que no Capítulo 4, a seguir, justificarei como testemunhos – em relação às suas condições de produção, pensadas como determinações históricas e discursivas, como já mencionado. Uma das regularidades percebidas é a recorrência sintomática do vazio do objeto do verbo **contar**, presente inicialmente no enunciado-nome da campanha, mas que, repetindo-se enquanto espaço de furo ao longo dos relatos, é colocado em relação a outros elementos que o deixam marcado por memórias específicas, como a da maternidade e a da gestão pública do corpo da mulher.

Contudo, ao olhar para esse material em relação aos dois outros, em suas aproximações e distanciamentos, e sobretudo ao questionar-me e ao questioná-los mais à fundo sobre suas condições de possibilidade, suas condições de emergência, passei a perceber que se estabeleciam regularidades de outra ordem, que apontavam para a existência de outra (sobre)determinação, tal que o conceito de condições de produção parecia não abarcar satisfatoriamente. Do trabalho com mais de um material, por exemplo, resultou a necessidade de pensar a constituição de lugares para os sujeitos, especialmente para o sujeito que testemunha, em cada campanha, ao mesmo tempo em que emerge a percepção de que fatores dessa constituição se repetiam entre as campanhas, ainda que marcados por memórias diferentes; da mesma forma, o trabalho deu visibilidade a regularidades entre a presença de marcas específicas na materialidade linguístico-discursiva dos relatos e o estabelecimento de demandas de cada espaço de produção direcionadas a outros espaços possíveis de escuta.

Aos poucos, continuando as análises, pude elaborar essas determinações outras de maneira estruturada na medida em que as remetia a uma outra determinação fundamental: a formação, a montagem ou o estabelecimento de uma **cena**, de um espaço – em muitos aspectos quase concreto – no qual os testemunhos se produziam, com elementos particulares a cada material, mas com outros que pareciam constantes entre eles. A constituição dessa instância, cuja discussão e teorização me dedico no Capítulo 5, não se dá dissociada das determinações históricas para as quais aponta o conceito de condições de produção, assim como não se dá

estar aqui tratando de qualquer tipo de resultado de análise que opto, portanto, por um e não o outro termo, e também por isso que mais à frente no parágrafo faço um deslocamento da definição pecheutiana de interdiscurso como “todo complexo com dominante das formações discursivas” (PÉCHEUX, [1975] 2014, p. 149), em que o conceito de FD também está presente.
25 Ressalto que a memória discursiva nada tem a ver com a memória subjetiva, com “aquilo que o sujeito lembra”. É antes exatamente aquilo que ele esquece, mas que está lá produzindo efeitos, estabelecendo os sentidos possíveis, as filiações possíveis para que ele possa dizer e que possa inclusive se ver como fonte de seu próprio dizer.

independentemente do discurso e do funcionamento da materialidade linguística. Não há, entre as instâncias, nem hierarquia, nem sucessão, mas mais uma vez **sobredeterminação** e, o que é de muita relevância, **relativa autonomia** – condição necessária para que possam determinar e serem determinadas, ao mesmo tempo em que não são “reflexo” ou “projeção” umas das outras.

“EU VOU CONTAR”

Começo a voltar aos pontos que havia mencionado na apresentação inicial dos materiais, em especial àqueles relativos à campanha *Eu vou contar*. Porém, eles serão trabalhados à luz das discussões feitas no capítulo anterior e, além disso, articulados à montagem de um dispositivo analítico discursivo que parta da centralidade da materialidade linguística como ponto de observação primordial dos processos discursivos e dos gestos de leitura que apresento a seguir. Como já mencionei na seção anterior, não à toa faço o primeiro gesto de análise sobre o próprio enunciado-nome da campanha e também não é mera aleatoriedade notar que, nesse caso de análise em específico, o percurso que sigo na escrita deste trabalho coincide com aquele que efetivamente tracei no início do processo de trabalho com o material. Trata-se de novo da questão de assumir a posição do imbecil, a qual arrisco-me a parafrasear Pêcheux²⁶: com efeito, por que não? Por que a AD não dirigiria seu olhar sobre o enunciado que nomeia antes que sobre aquilo que é nomeado?

CONTAR, ARQUIVO, ACONTECIMENTO

De início, se antes me vi impelida a pensar sobre o que era ler, agora me parece primordial pensar sobre o que seria **contar**. Esse pensar consiste, sim, na elaboração teórica de algum conceito ou estrutura do contar, movimento que se desdobra ao longo de todo este trabalho, tratando também de pensar sobre como o contar **funciona** nessa campanha em específico – assim como nos outros materiais que me propus a analisar –, ao mesmo tempo em que é ele que, em parte, coloca a campanha pra funcionar, ao ponto de aparecer no enunciado que a nomeia. Isso pois, como já mencionado, essa nomeação se deu pela identificação de uma recorrência desse sintagma para que cada “relato” começasse por parte de Débora Diniz e da ONG produtora da campanha: conforme o texto de apresentação, disposto na íntegra no Anexo B, “eu vou contar” aparecia como o enunciado que dava início a um grande número dos relatos²⁷.

Começo esse gesto de pensar o modo de significar do “contar” colocando uma questão não particularmente referente a esse ou a algum material, mas trabalhada na AD materialista como referente ao campo do arquivo: em que consistiria esse processo de contar? De que processo se trata e o que implica? Vejo-o como paralelo ao processo de **textualizar**, conforme trabalhado por Guilhaumou, Maldidier e Robin ([1994] 2016), uma vez que ele não diz respeito a um “escrever em texto” no sentido do suporte em papel, mas ao produzir dizeres sobre um acontecimento, de maneira a estabelecer relações de causa, consequência, protagonismo, ações, estados, temporalidade, entre outras, ao narrá-lo. Assim, vejo a textualização, no sentido acima, como um ponto de encontro – leia-se quase de colisão e de

26 Lê-se no original “com efeito, por que não? Por que a AD não dirigiria seu olhar sobre os gestos de designação antes que os sobre os designados, sobre os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações?” (PÊCHEUX, [1982] 2010, p. 54-55).

27 É importante dizer, contudo, que nos textos efetivamente publicados no site não consta esse enunciado no início de cada relato. Leio-o, portanto, como um enunciado que não integra o relato em si (aos moldes do que faz, por exemplo, o enunciado presente na #meuamigosecreto), mas aparece como enunciado iniciador ou instaurador do momento do contar, do momento da possibilidade de testemunhar, conforme mostro nas análises presentes em 4.3.

fricção – em especial dos Reais da língua e do acontecimento. De acordo com Guilhaumou, Maldidier e Robin ([1994] 2016),

[o] método de Genette se apoia sobre a distinção fundamental entre narrativa e história. A história é aquilo que é contado, o conteúdo, o referente. O tempo da história é o tempo cronológico do acontecimento, o tempo 'real'. [...] A história se opõe à narrativa, como a fábula, à trama. Em suma, a narrativa é o discurso tal como ele se dá com todas as desordens cronológicas possíveis: retrospectões, antecipações, rupturas múltiplas da linearidade temporal, que produzem outra ordem: a ordem ficcional da narrativa. A comparação entre esses dois domínios revela concordâncias e distorções, com todos os efeitos ideológicos que elas implicam (GUILHAUMOU; MALDIDIER; ROBIN, [1994] 2016, p. 28-29).

Conforme já colocado, o Real da língua diz respeito ao fato dessa ser um sistema equívoco, passível de jogo devido à sua incompletude própria. O Real do acontecimento, por sua vez, penso-o a partir das elaborações de Pêcheux ([1983] 2006), em especial, mas também em suas consequências no trabalho de Guilhaumou, Maldidier e Robin ([1994] 2016), como um **se deparar** (PÊCHEUX, [1983] 2006) com um encontro contingente de elementos que produz o novo e afeta a estrutura, furando as séries estabelecidas. Assim, se o próprio da língua é a incompletude e o equívoco, o próprio do acontecimento seria a contingência, que produz “pontos de impossível [...]... que seja de outro modo” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 29). Retorna, aqui, a definição lacaniana de Real retomada por Pêcheux, que ressalta certa “independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 29), de maneira a desviar da afirmação problemática de que “tudo é discurso”.

Dessa forma, pensar o processo de textualização como um ponto de imbricação entre os Reais da língua e do acontecimento (não descartando os da história e do sujeito também aí em funcionamento) significa pensá-lo como fundamentalmente não-transparente, pois a existência de um Real do acontecimento implica a assunção da impossibilidade de dar conta dele em sua completude, já que ele é sempre-já também equívoco. Ou seja, o processo de textualização não diz respeito a escrever ou a apreender, pela língua ou pelo discurso, a totalidade de um acontecimento. Não pode, tampouco, tratar-se de uma colagem com o Real, mas também não está dissociado, além ou aquém, do **encontro** (PÊCHEUX, [1983] 2006) com ele. Nesse encontro, o acontecimento “deixa traços” (GUILHAUMOU; MALDIDIER; ROBIN, [1994] 2016, p. 146) nos textos ou discursos que se produzem sobre e/ou a partir dele, o que corrobora o desvio tanto da ideia de que tudo seja discurso, quanto de que haja separação entre uma espécie de âmbito dos “fatos” e de âmbito do discurso, que renegaria o discurso a um plano de “ideologia”, não no sentido althusseriano e constitutivo, mas num sentido quase de “manipulação deliberada”, que seria possível e preciso remover para alcançar os “fatos” em si.

A relação entre textualização e acontecimento funciona, portanto, sempre nessa contradição, bem precisada tanto pela ideia de **traço** (GUILHAUMOU; MALDIDIER; ROBIN, [1994] 2016) quanto pela elaboração de Lacan de que o Real é aquilo que “não cessa de não se escrever”. Afinal, o Real é aquilo que não está previsto na estrutura, mas nem por isso poderíamos pensar em estrutura e Real como duas linhas paralelas, isto é, que nunca se encontram; é justamente o contrário: o Real atravessa a estrutura (mais pensável como

rede do que apenas como linha) e, por esse atravessamento, provoca reorganizações nesses movimentos de tentativa-falha incessantes da escritura²⁸.

É por isso que, de início, eu afirmei que a questão da relação entre textualização e acontecimento é trabalhada na AD como referente ao campo do **arquivo**: na medida em que considero a relação entre acontecimento e textualização como primordialmente não-transparente e não-imediata, não é possível designar ao arquivo outro campo que não um que se constitua justamente no **intervalo** entre acontecimento e textualização. Assim sendo, o **arquivo** não pode meramente corresponder a um **conjunto de documentos** ou de textos, pois ele é antes o **espaço do equívoco, dos deslizos, das desestruturações-reestruturações** (fazendo referência a Pêcheux [[1983] 2006]), **da disputa pelos traços e pelos sentidos de um acontecimento**²⁹.

O mais interessante, contudo, no trabalho com o arquivo em AD – ainda que isso não tenha se dado e não se dê sem grande esforço de reflexão e teorização por parte de diversos autores e trabalhos, é claro –, é que se por um lado encontram-se desestabilizadas tanto as noções de unidade textual quanto de cronologia, sem deixar de lado a de completude, a AD também dá ferramentas para a montagem de um dispositivo teórico-analítico que ofereça – e jogo aqui de novo com uma paráfrase, dessa vez de um trecho da entrevista de Robin apresentada na introdução do livro *Discurso e arquivo* ([1994] 2016) – **um novo modo de leitura de massas documentais** que permite dar visibilidade, nesse processo de ler, a recorrências, variâncias, proximidades etc.³⁰, que são, enfim, **da ordem do discurs(iv)o**.

Voltando à relação entre o processo de textualização e o processo de contar, posso afirmar, por ora, que **contar** não se trata, portanto, de uma transposição do Real do acontecimento ou da experiência em palavras ou dizeres, mas trata-se mais de um **processo de textualização** – nos termos apresentados – que faz parte do movimento de reorganização da estrutura como tentativa de dar conta do encontro com o Real experienciado. Nesse processo de trabalho da/na estrutura discursiva, inscrevem-se, nos dizeres, **traços** do acontecimento, mas meu trabalho ao analisar esses materiais não é o de tentar reconstituir, buscando esses traços, a suposta verdade do acontecimento (o que já seria deixar de lado a equivocidade que lhe é própria). O trabalho é, antes, a partir da desmontagem dos textos (“relatos”) que se apresentam com efeito de unidade em materialidade discursiva³¹, em dizeres no campo do arquivo, o de explorar e de dar visibilidade às condições e aos processos que sustentam esses efeitos de unidade e de narratividade implicados no processo de contar, assim como o de retrair as condições do próprio processo de textualizar/contar.

ACONTECIMENTO, TRAUMA, TESTEMUNHO

Volto-me agora mais especificamente sobre a campanha *Eu vou contar* e começo a pensar o funcionamento do contar nesse âmbito, retomando a condição temporal de produção dos relatos e sua mais imediata consequência em termos jurídicos: refiro-me à condição primeira para a participação na campanha, de que o aborto tenha sido feito há mais de oito anos, pois esse é o tempo mínimo para a prescrição do crime. Emerge, aí, uma condição extremamente

28 Volto a tocar, aqui, de alguma forma, também na crítica ao conceito de FD que fiz na seção anterior, dado que Pêcheux também caminha por ela em *O discurso: estrutura ou acontecimento* ([1983] 2006), ao pensar o discurso entre a repetição e “a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes [de memória] e trajetos [sociais]”, pois ele afirma enfim que “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 56), ainda que ele não deixe de ser efeito delas.

29 Alinho-me, aqui, às elaborações sobre a problemática do arquivo feitas no e pelo trabalho do Grupo de Pesquisa Discurso e Arquivo (DARQ). O DARQ iniciou suas atividades como um grupo de estudos no IEL/Unicamp e desde o primeiro semestre de 2019 é um grupo de pesquisas certificado no DGP/CNPq. Tem se proposto a trabalhar em torno da questão do arquivo enquanto uma problemática central para a AD. Sugiro a leitura de Barbosa Filho (2018) para a introdução a algumas das elaborações que têm norteado o trabalho do grupo.

30 Lê-se no original: “[n]a época, eu terminava minha tese [...] e pesquisava novos modos de leitura que permitissem apreender uma massa documental na qual eu discernia recorrências, variantes, proximidades etc.” (GUILHAUMOU; MALDIDIER; ROBIN, [1994] 2016, p. 14)

31 Seria possível, a partir dessas considerações, desmontar até mesmo o efeito de unidade e fechamento presente na emergência da própria campanha *Eu vou contar*, bem como da campanha *#meuamigo secreto* e do movimento representado pela CNV. Ao longo deste trabalho, há momentos em que faço esse gesto de desmontagem para dar visibilidade a discursividades e processos discursivos presentes em atravessamentos que não seguem as divisões por campanhas. Em outros gestos, porém, opto por manter alguma separação entre os diferentes materiais para pensar a cena que se instaura em ou

marcante do **contar**, enquanto condição da própria enunciação: os dizeres produzidos por essas mulheres apontam para o que é ainda crime, mas depois do período de oito anos é um crime pelo qual não se pode mais ser perseguida penalmente, juridicamente, um crime pelo qual não se deve mais pagar nessas instâncias. Dizem, ainda, sobre algo que, na maioria das vezes, por anos não foi dito (a não ser em espaços bastante específicos que trabalho no Capítulo 6): até que o tempo mínimo não tenha passado, e mesmo além dele, há uma interdição quase completa do dizer – “[f]oram 20 anos em silêncio”, lê-se na história 1.

Assim, o contar é marcado, de um lado, pela **persistência de um silêncio** e, de outro, pela instauração do momento em que esse silêncio finalmente se desfaz (ao menos em efeito). Trato, agora, do primeiro aspecto – enquanto do segundo me ocupo na seção seguinte (4.3) –, retomando a questão do impossível definidor do Real do acontecimento que marca o processo de textualização para repensá-lo à luz de outra questão colocada pelo material. Isso pois, se observo nos relatos marcas do silêncio a que as mulheres se viram submetidas, não me parece possível atribuí-las unicamente a uma interdição imposta pela esfera jurídico-policial, e até mesmo a um controle proveniente do âmbito moral – ainda que esse também esteja presente, como procuro mostrar nas análises de 6.2 e 7.3. Há, conjugada à **interdição** do dizer, uma **impossibilidade** de dizer que, como as análises que faço na última seção deste capítulo (4.4) e no Capítulo 7 dão a ver, persiste até mesmo nos relatos da campanha, uma vez que o efeito de rompimento desse silêncio se mostra esgarçado pelo retorno dessa impossibilidade, marcado por uma **falha** do contar ao longo do relato.

Ou seja, a condição de impossibilidade do contar, se determinada em um primeiro momento, nesse material, pelo crime (condenação penal) e pela condenação moral – “o vivido por cada mulher no segredo de quem se esconde do crime e foge do dedo em riste”, leio no texto de apresentação –, perdura como condição do indizível, do impossível de dizer, do impossível de contar. Mesmo após a prescrição do crime e mesmo com o anonimato do relato, **persiste a nova interdição, da ordem do (im)possível**. Eu poderia considerar que, em parte, ela é referente ao impossível próprio da textualização diante do Real do acontecimento, como o trabalhei na seção anterior, mas a solução não me parece ser satisfatória.

Justifico retomando as análises feitas por Guilhaumou, Maldidier e Robin no primeiro capítulo de *Discurso e arquivo* ([1994] 2016), intitulado *Do espetáculo à morte do acontecimento*. Nesse texto, os autores trabalham com recortes de quatro grandes jornais parisienses visando a investigar os modos de textualização do acontecimento Charléty em maio de 1968. Detalhar a análise que fazem das reportagens, dos comentários e dos editoriais produzidos sobre o acontecimento em questão, ainda que ela seja extremamente cuidadosa e consequente, não é meu objetivo aqui, pois me basta apontar o modo como ela dá visibilidade ao importante desnível que há entre o acontecimento e a escrita dos textos – também trabalhado no quarto capítulo do mesmo livro, sobre o caso Fiszbin –, e principalmente à forma como os jornais trabalham justamente no espaço de equivocidade do acontecimento, produzindo a partir dele narrativas muito diferentes, relacionadas também ao que os autores denominam como diferentes “formas retóricas”.

que é instaurada por cada um deles, a fim de verificar a possibilidade ou não de aproximá-los, levando em conta essa questão, como explico à frente.

O fato que me chama atenção em relação a esse ponto é que, para os textos da imprensa, o encontro com o Real do acontecimento e com sua equivocidade própria não produz como efeito a impossibilidade, mas tão somente a necessidade de textualizar. Pois se textualizar é, de início, um meio de incorporar a ruptura na estrutura, é também ao mesmo tempo entrar na disputa para que essa incorporação se dê de uma forma e não de outra, o que me remete à “guerra dos traços” trabalhada pelos autores (GUILHAUMOU; MALDIDIER; ROBIN, [1994] 2016, p. 146) no texto sobre Fiszbin. O resultado último desses processos é, na verdade, a absorção do acontecimento na estrutura da série, na linha do que foi trabalhado por Pêcheux no fim de *O discurso: estrutura ou acontecimento* ([1983] 2006) – parece que, para uma posição específica, toma-se do acontecimento o “suficiente” para fazê-lo entrar na estrutura do vivido, do compreendido/compreensível, e nessa entrada apaga-se a equivocidade que antes ele trazia à baila, “esquecem-se” os demais traços e sentidos possíveis.

Em suma, parte do efeito da incorporação na estrutura é a dissolução do próprio fato de que tenha havido um furo nessa estrutura em primeiro lugar: o Real do acontecimento por si só, portanto, não se coloca como um problema para o sujeito interpelado, pois, no limite, a posição que o interpela já lhe oferece sua “visão” do acontecimento sem que ele veja seu caráter “parcial” diante de um todo impossível de abarcar. Ademais, mesmo que o caráter equívoco do acontecimento permaneça como um traço dele para diferentes posições, esse traço aparece, na relação espontânea do sujeito com a linguagem, como uma questão relativa a “pontos de vista” ou a uma relação entre verdade e mentira, como não é raro ver em dizeres sobre as notícias de jornais, por exemplo, para retomar o material de trabalho de Guilhaumou, Maldidier e Robin ([1994] 2016). De todo modo, não se coloca como questão a impossibilidade de atribuir significação ao acontecimento.

Com isso em vista, é preciso assumir que há no caso do *Eu vou contar* **outra dimensão determinante em jogo**, que barra exatamente a possibilidade de ocorrência do processo visibilizado na análise do caso Charléty, isto é, barra a possibilidade de entrada da experiência no âmbito do vivido e do reconhecido/reconhecível, fazendo permanecer para o sujeito justamente o impossível da experiência, o impossível de significá-la: considero essa, junto com Levi ([1946] 2014, [1986] 2014), Agamben ([1998] 2008), Felman (2014) e Mariani (2016), **a dimensão do trauma**.

Há uma extensa literatura sobre a questão do trauma e sobre a relação entre trauma e testemunho, desenvolvida principalmente a partir da experiência do pós-guerra e do nazismo, inclusive fortemente calcada em uma produção que posso tentar adjetivar como **testemunhal-teórica**, pois é feita por autores que viveram a experiência da perseguição nazista e viram-se impelidos a dar seus testemunhos e, ao mesmo tempo, a refletir sobre o próprio processo testemunhal. Um caso bastante emblemático é o de Primo Levi, que encontra eco na sua reflexão sobre as posições de *testis* (de maneira simplória, a posição da testemunha ocular) e *superstes* (a posição daquele que viveu o fato) e sua impossibilidade de desarticulação no testemunho a partir do caso dos muçulmanos (LEVI, [1946] 2014, [1986] 2014), pois esse

32 É importante apontar, neste ponto, para o fato de que, por filiar-me ao campo da AD e não ao da psicanálise, por exemplo, o que está em jogo quando falo em dimensão da língua é muito mais a materialidade da língua, enquanto sistema passível de descrição. Retomo, portanto, a discussão do capítulo anterior, relativa ao papel do reconhecimento de *lalíngua* em AD. Me parece que esse reconhecimento caminha no sentido de, por um lado, não reduzir a língua a um sistema imóvel e totalmente apreensível pela descrição, pois fundamentalmente passível de jogo; por outro, não colar o funcionamento dos processos discursivos ao funcionamento linguístico, afirmando a necessidade de agência de outras dimensões sobre essas possibilidades da base.

Eu poderia considerar ainda que uma terceira implicação da incidência do campo psicanalítico no campo da AD seria a de fundar o significante como elemento fundamental, mas quando se trata do significante em AD me parece necessário considerar uma concepção de entremeio em funcionamento no campo a partir da afirmação lacaniana do significante e da cadeia significante como fundamentais, que ganha corpo na asserção da primazia do significante na análise discursiva, mas também a partir do modo de trabalho com o significante em Saussure (referindo-me aqui ao Saussure do Curso de Linguística Geral [CLG], de 1916), que se dá no campo da linguística e não em outro.

Com isso quero frisar o modo como no CLG (SAUSSURE, [1916] 2012) e também na retomada do percurso saussuriano por Haroche, Henry e Pêcheux ([1971] 2008), continua posta a existência de níveis linguísticos bem divididos, ainda que a então chamada semântica não seja proposta como um quarto nível. O trabalho com o conceito de valor em Saussure faz funcionar as relações entre elementos pertencentes a um mesmo nível e, no máximo, dá visibilidade a determinações entre níveis, mas não deixa de conservar em certa medida as divisões

instaura tanto o enigma da sobrevivência quanto o da própria possibilidade de testemunho da posição de *superstes* como testemunho da experiência, de fato.

Filiando-se ora aos estudos psicanalíticos, ora aos estudos literários, ora articulando os campos, como o faz de maneira muito interessante o trabalho de Felman (2014), essa literatura entra em minhas leituras e neste trabalho de forma a contribuir para pensar a **questão do trauma e sua relação com o testemunho**, mas necessariamente produz alguns deslocamentos para trabalhá-la articulada à dimensão discursiva, seguindo, principalmente, as elaborações de Mariani (2016), mas também afetada por outros analistas de discurso que trabalham com minúcia e consequência a questão do testemunho como discurso (BOCCHI, 2017, 2019; MODESTO, 2018 e outros). Isto é, procuro fundamentar a concepção de **um conceito discursivo de testemunho**, articulado e articulável à rede de conceitos discursivos cuja especificidade já tratei em parte. Não será surpreendente afirmar que, para mim, isso implica uma concepção de testemunho que perpassa a dimensão da língua, conforme já trabalhado³².

Em minha leitura desses “teóricos do trauma”, expandindo a expressão que tomo de Felman (2014), não vejo emergir algum tipo de definição do trauma, mas apenas a possibilidade de pensar a questão por seus efeitos. É impossível definir, a priori, o que seria a experiência traumática por alguma característica que lhe seja própria. Isso se dá pelo fato de essa vivência, em primeiro lugar, ser o que foge à estrutura, ao mesmo tempo em que é fundamentalmente relativa a essa estrutura que, como proposto, jamais podemos delimitar em totalidade, pois no preciso momento em que pensamos tê-lo feito ela já se reorganizou, já se tornou outra. Em segundo lugar, o sujeito só significa a experiência como traumática no depois, de forma que o trauma é produzido retroativamente. Daí, também, destacamos as sutilezas dos movimentos de resignificação de experiências como traumáticas a partir de processos de identificação e reconhecimento de que trato no Capítulo 6.

Baseio-me, portanto, na retomada de Caruth (1995) por Felman (2014) e em reflexões sobre os demais trabalhos lidos para, de início, tratar o trauma como o que marca no sujeito o fato dele ser (e não apenas ter sido) possuído por uma experiência traumática. Essa, por sua vez, é uma experiência cuja força não é (re)conhecida e nem (re)conhecível, uma experiência que “não pode ser colocada entre os esquemas de conhecimento prévio” (CARUTH, 1995, p. 151 *apud* FELMAN, 2014, p. 31), nem permite ser absorvida por uma reorganização desses conhecimentos. Por consequência, a experiência traumática não integra o “vivido” do sujeito, pois não é jamais possuída por ele como uma memória incorporada em sua estrutura de (re)conhecimento e interpretação nem como mera gravação do passado – o trauma é, antes que passado, presente e persistentemente presentificado.

Para buscar a entrada do testemunho na rede teórico-analítica discursiva, parece-me necessário pensar sobre a relação entre o que acima apareceu, a partir dos autores citados, como “experiência traumática” e o conceito de acontecimento de que acima tratei. Eu poderia derivar, dessa reflexão, uma noção de **acontecimento traumático**? Defendo sempre que, se para a perspectiva discursiva a língua é o lugar de observação primordial, dentro das próprias

elaborações teóricas é preciso que se dê consequência a isso. Assim, a adjetivação de conceitos, como a que ocorre em “**acontecimento traumático**”, não pode ser feita de forma gratuita, sem que se trabalhe sobre os pressupostos que a sustentam e sobre as suas implicações. Nesse sentido, sem pretender resolver a questão da relação entre trauma e acontecimento, proponho-me a fazer algumas considerações.

Se retomo, de um lado, a atribuição do caráter traumático da experiência apenas a posteriori e, de outro, que o acontecimento, antes de qualquer adjetivação, é da ordem do encontro com o Real, parece de pronto pouco adequado adjetivá-lo como traumático. Isso, pois, fazê-lo parece remeter o caráter traumático ao âmbito do Real, ao âmbito do próprio ao acontecimento, e não ao âmbito do **encontro** com o sujeito: o Real é sempre da mesma ordem – é a ordem do impossível de dizer, do impossível de abarcar –, porém é o encontro com ele que parece traumático de forma particular. Na verdade, o sujeito pode até mesmo não significar o acontecimento como traumático num primeiro momento, e depois pode vir a fazê-lo por diferentes fatores.

De qualquer modo, permanece a problemática de como tratar, no campo da AD, o trauma em relação aos demais conceitos, em especial àquele de acontecimento. Essa problemática gira em torno de uma questão epistemológica central, que é a do colocar para friccionar reflexões de cunho psicanalítico no campo teórico-analítico do discurso. Como mencionado no Capítulo 3, Pêcheux propõe a AD como uma disciplina de entremeio, que traz à baila o materialismo histórico, a linguística de Saussure e também a psicanálise, em especial a partir de Lacan. A contribuição da psicanálise para o campo se dá principalmente no pensar um sujeito cindido, descentrado, que não é origem nem causa de si mesmo pelo fato de ser um sujeito que fala e que, portanto, é fundamentalmente atravessado pelo significante. Mas é bastante claro que a AD não é psicanálise ou uma psicanálise de textos.

O método psicanalítico pressupõe uma situação muito particular que é a da escuta clínica – um sujeito, em relação de transferência com um analista –, cujo objetivo é o de, pela fala que aí se dá, dar algum tipo de dissolução a processos de cadeia significante referentes àquele sujeito em específico, pensado em sua singularidade (quase) absoluta, a não ser pelo fato de haver algo que, ao menos de início, se repete entre os sujeitos em termos de estrutura psíquica e de modos de funcionamento a partir dessa estrutura. Esse não é o campo de trabalho da AD, mas é interessante desdobrar alguns pontos dessa relação psicanálise-AD pensando na questão do trauma.

Comentei previamente a contribuição da psicanálise para pensar o sujeito no campo da AD como atravessado pelo inconsciente e constituído pelo significante. Contudo, conforme já apontei no Capítulo 3, é preciso considerar outra determinação fundamental do sujeito na concepção discursiva, que é a do processo de interpelação (ALTHUSSER, [1970] 1985; PÊCHEUX, [1975] 2014). Ao tratar do processo de constituição da forma-sujeito do discurso, Pêcheux ([1975] 2014) coloca em paralelo a identificação do sujeito ao **Sujeito** althusseriano ou ao **Outro** lacaniano como processos de desconhecimento fundados sobre o reconhecimento. Mais à frente, contudo, parece permanecer com mais força o calcamento

entre eles. Por outro lado, no campo da psicanálise, o funcionamento de *lalíngua* é justamente o do desmonte de qualquer possibilidade de divisão estável em níveis, como ilustra o caso freudiano analisado no texto *O esquecimento de nomes próprios* (FREUD, [1901] 1996), bem como o caso Gestapo/*Geste à peau* referenciado no documentário *Um encontro com Lacan* (2011). Por consequência, considero que, ainda que a língua tenha seu Real próprio, ela é, a partir de determinado gesto de recorte, conforme aponta Milner (2012), passível de descrição, enquanto *lalíngua* jamais o poderia ser.

Assim, considerando essa concepção de língua e de significante bastante particular da AD, dizer que busco delinear um conceito de testemunho que perpassa a dimensão da língua significa dizer que tento fazer o gesto de definir um testemunho calcado na identificação de um modo particular de seu funcionamento discursivo, alicerçado, por sua vez, pelo encontro com marcas específicas na materialidade linguística, que me remetam à materialidade discursiva desses relatos. A dimensão de *lalíngua*, que dá efetivamente visibilidade à relação entre o sujeito do discurso e o sujeito do inconsciente pelos momentos em que o segundo atravessa o dizer do primeiro e produz efeitos de desconhecimento do eu, fica aqui pouco trabalhada, devido ao lugar particular de escuta dessa materialidade da fala que acima tentei definir.

do processo de constituição do sujeito no processo de interpelação ideológica, conforme elaborado por Althusser ([1970] 1985), que o identifica ao Sujeito de uma FD, conforme elaborado por Pêcheux ([1975] 2014). Por consequência, os processos discursivos analisados em AD são muito mais remetidos às FD em jogo e aos movimentos de reconhecimento segundo a descrição althusseriana do que a processos referentes ao inconsciente e ao Outro³³.

É bastante curioso, a esse respeito, retomar o modo como Pêcheux, ainda sob o pseudônimo de Herbert ([1966] 1972), trata da necessidade de uma “escuta social”, espaço que, de início, viria a ser preenchido por essa prática de análise discursiva. Encontro, na própria expressão que denomina esse espaço, um eco que retoma a situação de escuta clínica da psicanálise, mas que a desloca da relação com um sujeito singular e específico para, conjugada à noção de FD e aos demais conceitos do dispositivo teórico-analítico discursivo, pensar talvez a escuta das posições e dos processos em jogo na história.

Há, portanto, de um lado, o fato de que é o sujeito, pensado em sua singularidade, que pode significar um acontecimento **como** traumático e, de outro, o modo como posições discursivas diversas podem trabalhar um acontecimento e atribuir sentidos a ele, conforme o caso Charléty. Acredito ser possível supor, como ponto de entremeio, que determinada posição ou FD também poderia significar um acontecimento **como** traumático. A questão é, então, a de pensar a relação, e suas implicações entre **o trauma para o sujeito e o trauma para uma FD**, ainda que essa última formulação possa causar bastante estranheza. Em outras palavras, parece que para o funcionamento do testemunho nos materiais analisados é necessário que os diferentes sujeitos se identifiquem – retomando os processos de interpelação e reconhecimento enquanto base do estabelecimento do conceito de FD em Pêcheux ([1975] 2014) – com o Sujeito de uma FD para que possam dizer “eu” e, com isso, possam dizer algo sobre o que lhes aparece **como** traumático **também dessa posição**.

Se anteriormente defendi que diante de um acontecimento, ao invés de **impossibilidade**, há **necessidade** de textualizar, com isso não quis implicar que diante do trauma a necessidade se faz ausente, pelo contrário. Tanto que Levi diz que a “necessidade de contar aos **outros**” assumia “o caráter de um impulso imediato e violento, ao ponto de rivalizar com outras necessidades elementares” (LEVI, [1946] 2014, p. 8, grifo do autor, tradução minha³⁴), como também não deixa de apontar a profusão de narrativas testemunhais que emergiram no pós-guerra, mas também em outros momentos da história marcados por graves violações de direitos humanos, como a própria ditadura brasileira.

Entro, aqui, na questão da **articulação entre o trauma e o testemunho** por esse jogo incessante entre a **injunção** (a testemunhar) e a **falha** (de, pelo dizer, dar conta “de um ‘todo vivido’ [...] que mergulha com violência o sujeito” [MARIANI, 2016, p. 55]), decorrente do fato de que “testemunho e trauma se atravessam por uma relação de não-apreensão, incompletude, vazio e, ainda assim, tentativa, possibilidade, chance” (MODESTO, 2018, p. 135). Portanto, neste trabalho, pensar o testemunho em termos discursivos será, na análise dos relatos, buscar dar visibilidade ao modo como eles funcionam sempre nessa contradição

33 Proponho um caminho nesse sentido no Capítulo 6, a partir da aproximação com a campanha #meuamigosecreto, ao pensar como condição para o testemunho a identificação do sujeito com um **nós organizador**, o que me remete aos processos de “reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos, e finalmente o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo” (ALTHUSSER, [1970] 1985, p. 103).

34 No original: “Il bisogno di raccontare agli «altri» (...) aveva assunto (...) il carattere di un impulso immediato e violento, tanto da rivaleggiare con altri bisogni elementari” (LEVI [1946] 2014, p. 8).

própria do testemunho, entre a tentativa de e a resistência à textualização, ambas incessantes e marcadas na materialidade linguística desses relatos, em que entra minha análise.

Antes de efetivamente tratar das análises, cabe um último esclarecimento sobre a possibilidade de considerar esses relatos como testemunhos, logo, sobre a pertinência da discussão a respeito do material. Essa ordem de apresentação que parece primeiro instituir a afirmação de que os relatos são testemunhos para só depois justificá-la nas análises é, sobretudo, efeito do processo de (re)escrita deste trabalho, pois não poderia ter ocorrido da mesma forma no encontro com o material. Isso, visto que se o acontecimento só pode ser percebido como traumático a posteriori, também só dessa forma o relato pode ser visto como testemunho³⁵. Se posso, de início, afirmar que os relatos reunidos pela campanha *Eu vou contar* são testemunhos, é só porque relato um percurso de análise em que percebi, nos textos, um **funcionamento testemunhal**, referente exatamente à contradição a que fiz referência acima, marcada no que tomo, com Mariani (2016, p. 57), como traço fundamental do testemunho para uma perspectiva discursiva: “os pontos de real em que se tropeça”³⁶.

UMA LOCUÇÃO VERBAL: EFEITO DE RUPTURA

Me debruço, então, sobre o enunciado-nome da campanha, “eu vou contar”. Descrevo-o linguisticamente, em um primeiro momento, pela presença de um sujeito e de uma locução verbal, cujo objeto é elipsado³⁷: [_S [_{SUJ} Eu][_V vou contar][_{OBJ} ▲]]. Essa descrição linguística já me permite entrever o **funcionamento testemunhal** em jogo na campanha, a que fiz alusão acima: trabalhando a partir dela, nas análises dou visibilidade ao modo como, desde esse primeiro enunciado, já está posta a relação entre a irrupção de uma possibilidade, de uma chance de dizer (algo d) o trauma, e a falha da tentativa, marcada pelo objeto ausente.

Se a descrição da materialidade linguística me leva a adjetivar o objeto como “elipsado”, defendo seu funcionamento discursivo como da **ordem da ausência**. Não por ser um objeto inexistente, mas por apontar incessantemente para um lugar de difícil nomeação, rememoração e significação: ele aponta, enfim, para a ordem do impossível a que pertence. Ainda que a elipse tenha implicações discursivas importantes, enquanto elemento que coloca “o problema de uma teoria da articulação da gramática com seu exterior” (HAROCHE, [1981] 2016, p. 239), ela continua a permitir, em certa medida, a recuperação do objeto elipsado por meio de processos sintáticos, sobretudo os de dêixis, mesmo que ele continue marcado por efeitos discursivos outros, como o de saturação e de pré-construído, por exemplo.

No *Eu vou contar*, porém – conforme aponto no Capítulo 4, mas desenvolvo em detalhe nas análises do Capítulo 7 –, as elipses funcionam sintática e discursivamente apontando para outras elipses ou para dêiticos que, por sua vez, repetem esse processo infundável de apontar, deixando-me diante da impossibilidade de encontrar qualquer substantivo que ocupe consistentemente a posição de objeto do contar, ou que permita estabelecer para essa posição algum processo discursivo diferente do deslize constante ou, enfim, da ausência. Nesta seção, por sua vez, meus gestos de análise recaem especialmente sobre a locução verbal.

35 Aparece, aqui, uma diferença fundamental entre esse conceito de testemunho que procuro trabalhar e qualquer classificação tipológica e/ou antecipatória do mesmo. Por exemplo, no aparato jurídico, por vezes parece ser testemunho todo dizer sobre um fato ocorrido dentro de uma estrutura jurídica específica.

36 Traçando mais uma vez certo paralelo com a esfera jurídica, é preciso dizer que a concepção de um conceito de testemunho filiado a uma perspectiva discursiva demanda, sobretudo, uma ruptura fundamental entre **testemunho** e **verdade**, porém não no sentido de afirmar que os testemunhos não são verdadeiros, e sim de dissociar o âmbito do pensar o testemunho do âmbito do pensar em **valor de verdade**. Minha análise não caminha guiada pelo interesse em “acessar” uma verdade do ocorrido ou em verificar a veracidade dos fatos, mas, sim, em entender o funcionamento dos relatos sustentado por condições e determinações específicas. No Capítulo 6, trabalho essa questão deslocando-a do **valor de verdade** relativo ao suposto “fato” para pensar na construção de **efeitos** de verdadeiro, a partir do que a própria discursividade do material constrói como **sentido** de verdadeiro.

37 Uso o símbolo [▲] para representar a elipse.

Busco, com eles, dar visibilidade aos efeitos de sentido que seu funcionamento produz, e à maneira como esses estão relacionados ao **funcionamento testemunhal** dos relatos.

Minha tentativa de compreender o funcionamento da locução não pode levar-me a descrever o funcionamento gramatical de uma locução verbal de forma que pudesse se tratar dessa ou de qualquer outra locução presente efetivamente em um material. Trata-se de uma tentativa de entender o funcionamento dessa locução específica, nesse material específico, enquanto parte de processos discursivos. Ou seja, busco identificar de que maneira ela toma parte em um ou mais “sistema[s] de relações de substituição, paráfrases, sinonímia, etc., que funcionam entre elementos linguísticos” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 148). Ademais, é ao observar o jogo dessas relações que posso entrever e explorar os efeitos de sentido que a constituem e que ela também produz, enquanto materialidade discursiva.

Esse movimento de análise, que se repete em todo o meu percurso de trabalho, remete à ideia pecheutiana de que, em AD, o *corpus*³⁸ é que funciona como uma espécie de dicionário, pois “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem **um** sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 147, grifo do autor), sendo, depois, operada diferentemente por posições discursivas diversas. No limite, palavras, expressões e proposições só são dotadas de sentido uma vez que, enquanto significantes, são agenciadas por uma posição discursiva específica que as coloca em relações – de identidade (“mesmo sentido”), de completamento, de antagonismo, de dissociação, de pertencimento, etc. – com outros significantes.

É nesse sentido que, como aponte na fundamentação teórica, o enunciado é visto em AD como “uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de derivas possíveis” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 53), pois é só no campo de uma posição discursiva determinada que o sentido desses pontos de deriva estabiliza-se de alguma forma – ainda que essa estabilização não signifique estaticidade e menos ainda previsibilidade, pois a possibilidade dos sentidos e das posições em jogo tornarem-se outros está sempre presente no funcionamento do discurso. Por isso, já na Análise Automática do Discurso (AAD) de 1969, Pêcheux não falava exatamente em metáfora, mas mais em **efeito metafórico**, como uma “repetição do idêntico através das formas necessariamente diversas” (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 97): o que se estabelece entre significantes para uma posição discursiva específica não se trata de uma substituição exata, de uma perfeita equivalência, mas de um **efeito** de correspondência e/ou sinonímia que produz sentidos e produz, ademais, possibilidade de deslocamento.

Essa retomada da questão dos processos discursivos e do efeito metafórico serve, aqui, para tratar e, a partir disso, iniciar a apresentação das análises, do principal procedimento de que lança mão o analista de discurso: a **paráfrase**. Se, como já discutido, o movimento de leitura em AD desenvolve-se no sentido de dar visibilidade a processos discursivos em curso, de um lado têm-se como procedimento possível a descrição, mas de outro têm-se o exercício parafrástico como meio de trabalho com a própria materialidade da língua no esforço de dar corpo material ao processo descritivo. Assim, na maior parte dos gestos, parto da busca ainda no *corpus* pela presença de efeitos de paráfrase já em curso. Contudo, calcando-me

38 Ressalto que a concepção de *corpus* relativa à minha filiação não é a do texto concebido como unidade fechada, pois o *corpus* é pensado a partir de um processo de *montagem* que se dá com um gesto de recorte feito pelo analista diante dos enunciados em funcionamento no campo do arquivo.

na pertinência teórico-analítica desse mecanismo no dispositivo discursivo, elaboro, ainda, outras paráfrases, estando sempre atenta para que elas não deixem de ser consequentes com o *corpus* que tenho em mãos e com os processos discursivos em funcionamento nele.

Além disso, na apresentação dos gestos parafrásticos, utilizo-me frequentemente de uma notação fracionada do tipo , em que x e y são sintagmas que aparecem em paráfrases anteriores, separadamente, naquela mesma posição. Nesse movimento de retomada simultânea de dois elementos substituíveis no enunciado, procuro ressaltar a presença e o funcionamento simultâneos de ambos os sintagmas no processo discursivo em análise, isto é, enfim, na produção de sentidos, aproximando-me da noção de **enunciado dobrado** que Barbosa Filho (2018) trabalha a partir do “enunciado dividido” de Courtine (2009):

[o] dobrado joga também com o sentido de um duplo que não é apenas dois, mas **não-um**, que nega a linearidade, a horizontalidade. **Dobra** e **desdobra** vem fazer frente a um efeito ou gesto que não aparece de forma incisiva nas metáforas “químicas” da condensação e saturação. Assim, dizer **dobrado** (e não condensado, saturado etc.) é tanto dizer dividido, elidido, cindido quanto dar visibilidade, heurísticamente, ao efeito de fronteira pelo vinco oriundo desse processo (BARBOSA FILHO, 2018, p. 103).

Conforme o texto de apresentação escrito por Débora Diniz, a escolha do nome da campanha decorreu da identificação de uma regularidade: “*Eu vou contar*. É assim que muitas mulheres começaram seus relatos de aborto”. Ainda no mesmo texto, encontro um outro trecho que faz alusão ao uso da expressão por várias das mulheres participantes: “Quase nenhuma chorou, havia uma resignação na certeza do ‘Eu vou contar’”. Esses dizeres presentes no paratexto, em especial o segundo, parecem recair sobre a própria enunciação do dizer “eu vou contar”, de forma a significá-la em relação ao testemunho que a ela se segue, como instauradora de uma “resignação” ou de uma “certeza” para esse testemunho a ser produzido, que contrasta com algo outro que havia antes. A partir dessa hipótese inicial, volto-me para os relatos na tentativa de encontrar material de análise que me permita investigar o funcionamento da locução verbal em relação a essa temporalidade estabelecida entre um “antes” e o momento daquele testemunho.

Começo por buscar no *corpus* todos os enunciados em que haja uma locução verbal formada pelo verbo contar, acompanhado de um auxiliar. Como parte do gesto analítico, tomo “contar” em relação de sinonímia ao verbo “falar”, incluindo na seleção também os enunciados em que o último aparece como parte de uma locução. Nas histórias analisadas (presentes em anexo), as ocorrências encontradas foram as seguintes:

E1: “É uma sensação muito estranha entrar em consultório ginecológico com outro médico e **nunca ter falado** disso” (história 6, grifo meu).

E2: “Eu **nunca me senti à vontade para falar** a respeito. Nem na terapia” (história 1, grifo meu).

E3: “**Era** como ter um peso enorme para resolver e **não poder contar** para as pessoas que mais me amavam e confiavam em mim” (história 1, grifos meus).

E4: “Eu **precisava contar** para alguém” (história 7, grifo meu).

E5: “Três anos depois eu criei coragem e **contei** à minha mãe. Eu **precisava contar**, aquilo me **sufocava**” (história 2, grifos meus).

E6: “É bom ter alguém para conversar sobre isso. Sabe, é estranho **não poder contar**” (história 6, grifo meu).

E7: “Eu não me arrependo, mas o silêncio me oprime, por isso **resolvi contar** minha história” (história 1, grifo meu).

E8: “Ao terminar de ler, se **quiser contar** sua história ocorrida há mais de 8 anos e contribuir para romper o medo e o estigma, oferecer solidariedade e cuidado a outras mulheres, clique aqui” (texto breve de apresentação, grifo meu).

Chama-me a atenção, de início, a diferença na temporalidade construída nos enunciados de 1 a 5 (“nunca me senti à vontade para falar”, “não poder contar”, “precisava contar”) e no enunciado 7 (“resolvi contar”), pois a primeira é uma temporalidade quase dilatada, que contrasta com a pontualidade da segunda. A construção dessa temporalidade distendida, que inscreve na materialidade do relato a persistência do silêncio ao longo dos anos, ao menos oito, entre a ocorrência do aborto e o momento da participação na campanha, se dá em E1 e E2 pela recorrência do *nunca*, que significa a perduração do não (conseguir) falar enquanto já traz à baila o contraste do tempo do nunca ou do antes com o tempo do agora (sim). Já em E3, E4 e E5, a construção discursiva do tempo prolongado é produzida pela presença de verbos conjugados no imperfeito que, quando não são o próprio auxiliar da locução verbal, como “precisava” em E4 e E5, estão postos sintática e discursivamente em relação a ela, como é o caso de “Era” em E3 e “sufocava” em E5.

Ademais, o “não poder contar” presente em E3 funciona com o “precisava contar” de E5 e E6, articulando na materialidade linguístico-discursiva a interdição – que, como visto, pode ser pensada tanto como proveniente do âmbito jurídico quanto do âmbito moral – à necessidade de elaboração, à necessidade de (tentar) dizer o trauma que já encontrei na discussão sobre os que chamei de teóricos do trauma, tal qual Levi ([1946] 2014, [1986] 2014). Devo ressaltar, sobre esse ponto, o “precisar contar”, “três anos depois” do ocorrido, que aparece em E5. Ainda na vigência do crime para o aparato jurídico, ele significa diferentemente de um “precisar contar” após o período de prescrição do crime, ainda que, conforme a discussão feita na seção anterior, não seja a esfera jurídica a única força de interdição/impossibilidade em atuação.

Retomando a questão da temporalidade, em E7 produz-se, em contraste, o efeito de pontualidade da ação, pela presença do auxiliar no pretérito perfeito, em funcionamento paralelo ao do “contei”, que aparece em E5 no mesmo tempo verbal: fica marcada na e pela língua a tomada de uma decisão – que ecoa no “quiser contar” do enunciado 8, retirado de um dos paratextos –, com o estabelecimento de um ponto preciso (no sentido de sua temporalidade) de mudança³⁹.

Em suma, encontro um efeito importante, na medida em que produz sentidos de diferença e de oposição, entre, de um lado, os enunciados que vão de 1 a 5, que funcionam

39 Cabe fazer um breve comentário sobre a concepção do sujeito em AD, quando falo da “tomada de uma decisão”: o sujeito em AD é, também, sobre-determinado, de um lado pelo inconsciente, seu Real próprio, e de outro pela interpelação ideológica, que já trabalhei anteriormente na relação de Pêcheux com Althusser. Uma das características da interpelação ideológica é, como também já apontei, a dissimulação do próprio processo em seus efeitos; disso resulta que o sujeito interpelado tem a ilusão fundamental de ser origem de si e de ser um sujeito plenamente consciente, no sentido cartesiano. Assim, o que na materialidade do texto identificamos como a marca de uma tomada de decisão diz sempre respeito a esse efeito de consciência do sujeito, e não de uma concepção de sujeito consciente no dispositivo analítico.

marcando – pelos tempos verbais que aparecem e pela especificidade dos auxiliares – o tempo do não-dizer e, de outro, os enunciados 7 e 8:

E7: “Eu não me arrependo, mas o silêncio me oprime, por isso **resolvi contar** minha história” (história 1, grifo meu).

E8: “Ao terminar de ler, se **quiser contar** sua história ocorrida há mais de 8 anos e contribuir para romper o medo e o estigma, oferecer solidariedade e cuidado a outras mulheres, clique aqui” (texto breve de apresentação, grifo meu).

E7 e E8 funcionam significando o estabelecimento de um novo momento, de “poder dizer”, de “querer dizer”, de “escolher dizer”. Conforme mencionado, E7 é especialmente interessante pelo modo como marca o efeito da pontualidade da mudança, da passagem de um momento para o outro. Em nossa leitura, essa ruptura se produz como um efeito discursivo do próprio dizer “eu vou contar”, enunciação que parece se interpor entre o primeiro e o segundo momento, fundando esse último. Dizer “eu vou contar” funciona, portanto, produzindo um **efeito de ruptura** e instaurando o funcionamento do testemunho como chance ou possibilidade de dizer o acontecimento que aparece como traumático, conforme tratei acima.

A locução composta pelo auxiliar “vou” articula, então, sentidos referentes à tomada de decisão do sujeito, e projeta efeitos em direção ao tempo futuro, afetando especialmente o futuro imediato que segue sua enunciação, que é justamente o do testemunho. Na verdade, a própria linearidade cronológica entre esses dois momentos é, também ela, parte do efeito de que trato: dizer “eu vou contar” parece criar uma linha divisória, constituída por uma suposta decisão consciente do sujeito, que instaura a ruptura entre, de um lado, o que emerge como o passado da interdição e da impossibilidade do dizer e, do outro, o que se constitui como o presente-futuro do testemunho – não me parece possível estabelecer uma distinção clara entre um e outro, na medida em que há momentos em que o “eu vou contar” pode funcionar como um “eu já estou contando”.

Acabei por deixar de lado E6 no gesto de análise acima pois esse enunciado coloca em jogo uma relação entre “contar” e “conversar sobre” que não considero possível assumir como uma relação de sinonímia, aos moldes do que fiz com “contar” e “falar”, sem passar por cima do fato de que há na decalagem entre esses dois verbos em funcionamento, nesse *corpus* específico, uma elaboração da impossibilidade de contar que retorna permanentemente: pode ser possível “conversar sobre” com alguém, mas a impossibilidade se materializa diante do “contar”. Porém, está aí também significada uma diferença que, se não marcada temporalmente, poderia ser considerada como marcada, de alguma forma, espacialmente, no sentido de que enquanto há, ali, naquele espaço específico, a possibilidade de dizer sobre, essa mesma não existe como generalidade em espaços outros. Esse é um dos aspectos que me leva a pensar sobre a campanha em relação à montagem de uma cena, conforme apresento no Capítulo 5, que aponta também para a elaboração e o funcionamento de uma política do testemunho (cf. Capítulo 6).

Se o foco na locução verbal me permitiu dar visibilidade à produção de um efeito de ruptura no e pelo enunciar “eu vou contar”, recolocar a locução na estrutura do enunciado que nomeia a campanha traz à tona o esgarçamento desse efeito pelo encontro com o Real do acontecimento, em especial do acontecimento (tomado como) traumático, pois encontro nesse movimento de retorno o vazio do objeto do verbo. Como já apontei, a presença-ausência desse objeto vazio é, já desde o nome da campanha, uma marca linguístico-discursiva do esbarrar do sujeito numa suposta falha da memória, na impossibilidade de encontrar palavras, que é, enfim, o esbarrar no inapreensível do acontecimento, no irreconhecível do trauma. O próprio enunciado que nomeia a campanha já encerra, portanto, em seu funcionamento, as marcas do **funcionamento do testemunho na contradição**, que quase aprisiona o sujeito no movimento incessante entre **a necessidade (tentativa) e o impossível de dizer (falha)**.

Busco tratar, a princípio, esse espaço do objeto como uma elipse e, com isso, começo meu gesto de análise por procurar nos textos produzidos pela campanha – seja os que tomo como paratextos, seja os relatos em si – preenchimentos ou tentativas de preenchimento desse espaço estrutural posto pelo verbo “contar”. Trata-se de uma tentativa de levantar respostas não só para a questão “qual é o objeto do verbo ‘contar?’”, mas especialmente para a questão “o que se conta?”. Levanto, ainda, de início, duas outras questões relativas a esse espaço estrutural do objeto, cuja resposta construo ao longo de todo o trabalho: quando e por que ele está vazio/ausente? Quais são os efeitos de sentido produzidos por essa ausência?

Voltando-me aos paratextos da campanha, encontro dois enunciados (E9 e E10) em que identifico, pela paráfrase, tentativas de preenchimento desse lugar com duas expressões de estrutura bastante próxima: as construções genitivas “relatos de aborto” e “histórias de aborto”. Contudo, em ambas as estruturas, a nomeação parece partir desse lugar de escuta de quem promove a campanha e não daquele que conta: em nenhuma delas o sintagma genitivo aparece efetivamente como objeto do verbo contar, mas pode ser de alguma forma remetido a ele pela posição de escuta instaurada pela campanha ou pelo verbo “ouvir” – discursivamente construído como par de “contar”⁴⁰, como mostro nas paráfrases (sinalizadas por P) de E10.

E9: “**Eu vou contar**. É assim que muitas mulheres começaram seus relatos de aborto” (texto longo de apresentação).

P9.1: Muitas mulheres começaram seus relatos de aborto dizendo **Eu vou contar**.

P9.2: As mulheres disseram **Eu vou contar** para começarem seus relatos de aborto.

P9.3: As mulheres disseram que iriam contar para começarem seus relatos de aborto.

P9.4: As mulheres disseram que iriam contar seus relatos de aborto.

E10: “Eu vou contar é uma campanha iniciada pela Anis - Instituto de Bioética e apoiada pela Think Olga para ouvir **histórias de aborto**” (texto breve de apresentação, grifo meu).

P10.1: Eu vou contar é uma campanha para ouvir histórias de aborto.

P10.2: Eu vou contar é uma campanha que ouve histórias de aborto.

40 Destaco, quanto à construção discursiva do par ouvir-contar na campanha, a recorrência da aparição do verbo “ouvir” e também do substantivo “escuta” no texto longo de apresentação, apresentadas a seguir. Em relação a esses enunciados, ressalto a possibilidade de analisar, sobretudo, a manutenção ou desestabilização do lugar da escuta como lugar de recepção passiva em diferentes enunciados dos paratextos da campanha. Aponto a esse respeito o deslize dos sentidos entre, de um lado, “oferecer a escuta” (E.D) ou “fazer pouco mais do que ouvir e ler” (E.C) e, de outro, “ouvir como devia” (E.E), que reverbera na pergunta “Você ouvi?” (E.E). Nos dois últimos, há um eco prescritivo no ato de ouvir (é preciso ouvir **como se deve**), e é relevante, ainda, que “ouvir” se caracterize mais como **ato**, em que parece haver algum tipo de agência daquele que ouve, e não apenas como par receptivo-passivo de “contar” ou daquele que conta.

E.A: “**Ouvi** histórias do mundo feminino na sua máxima delicadeza e intensidade”.

E.B: “Algumas se aproximavam tímidas e diziam: **nunca ninguém quis ouvir minha história. Você ouvi?**”.

E.C: “Durante dias, eu **fiz pouco mais do que ouvir e ler**”.

E.D: “Para cada uma delas, **ofereci pouco, só a escuta**”.

E.E: “A dúvida era se eu iria **ouvi-la como devia**, e se nós agora as leríamos com o respeito que cada história deve receber. Esta é também a nossa pergunta. **Você ouvi? Se sim**, aqui estão elas”.

P10.3: Eu vou contar é uma campanha que ouve mulheres que contam histórias de aborto.

P10.4: As mulheres contam histórias de aborto.

Ainda que eu tenha podido, por meio do exercício parafrástico, remeter os dois objetos genitivos ao verbo “contar”, considerando, além disso, tratar-se de um dizer de alguém sobre o dizer de outro, parece-me importante investigá-los mais a fundo por meio de um exercício de desmontagem dessas construções genitivas e do pensar, a partir disso, as implicações para sua interpretação em termos de funcionamento discursivo. As construções genitivas podem funcionar estabelecendo relações de posse – que, muitas vezes, são estruturalmente ambíguas quanto à indicação do possuidor e do possuído – ou delimitando de alguma forma uma tipologia, em que um grupo é definido diante do outro (o que linguisticamente se caracteriza como um funcionamento restritivo). A seguir, exploro algumas possibilidades de interpretação a partir desses funcionamentos nas duas expressões destacadas, não na tentativa de estabelecê-las como corretas, mas, sim, de encontrar perguntas e caminhos para o desenvolvimento de minha análise.

A construção “relatos de aborto” chama minha atenção inicialmente por trazer à tona a questão do “relato”, que vejo como próxima à da textualização de que tratei na seção 4.1: relatar implica estabelecer certas relações de causalidade, cronologia, etc., para a criação de uma narrativa que gira, normalmente, em torno de um fato central, motivador, que é na expressão em questão o aborto. Está posta em jogo, aqui, de um lado, uma expectativa presente nos paratextos de que o que se “conta” tenha como eixo central isso que se chama de “aborto” e, de outro, uma expectativa de que se construa em torno desse eixo uma narrativa ao menos relativamente coesa e/ou parcialmente transmissível, uma vez que seja dotada de alguma ordem causal ou cronológica que toque a ocorrência do aborto – exploro analiticamente os efeitos dessa expectativa de sentido e transmissão, que também compõe a cena de que trato à frente, no Capítulo 6.

Retomando a expressão “relato de aborto”, permito-me levantar um questionamento fazendo trabalhar um outro sentido possível de “relato”, distante do que trabalhei no tocante à textualização, que se aproxima de um (desejo de) registro dos fatos “tal como ocorreram”. Caso eu assumisse esse sentido de relato, eu poderia afirmar que o “relato de aborto” mais adequado possível é um relatório médico em que estão registrados os procedimentos executados em determinada paciente para que se realizasse um aborto? Faço aqui esse questionamento menos por acreditar estar me mantendo no campo do possível para a(s) **posição(ões) discursiva(s)** do material (afinal, os textos apresentados não são relatórios médicos) e mais por notar o modo como, nele, o aborto é significado em relação de sinonímia com um procedimento médico. Por consequência, se um aborto é um procedimento médico, um relato de aborto só pode ser um relatório médico desse mesmo procedimento.

Toco aqui um ponto importante: os sentidos atribuídos a “relatos de aborto” dependem fundamentalmente dos sentidos atribuídos ao próprio objeto “aborto”, que aparece na expressão genitiva. Sobre isso, é notável a forma como “aborto” emerge nas expressões acima citadas

como um objeto dado, que não necessita de elaboração no fio do discurso (intradiscurso): esse funcionamento será descrito por Pêcheux como o **efeito de pré-construído**, que diz respeito ao modo como os objetos aparecem, no **intradiscurso**, dessa maneira dada, como se pensados “antes, em outro lugar ou independentemente” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 89), justamente porque são tomados do **interdiscurso**, a partir do recorte que uma posição discursiva específica faz desse campo dos objetos e dizeres possíveis. Mais uma vez, contudo, essa retomada se dissimula na transparência do sentido que se forma para o sujeito interpelado (PÊCHEUX, [1975] 2014), produzindo o efeito de que “todo mundo sabe” o que é um aborto, por exemplo, e por consequência também de que “todo mundo sabe” o que é um “relato de aborto” ou uma “história de aborto”.

Está fortemente relacionado a esse efeito de mobilização de um objeto “já pensado” e, por consequência, de memórias específicas relacionadas a esse objeto, o movimento que se deu entre P10.2 e P10.3:

P10.2: Eu vou contar é uma campanha que ouve histórias de aborto.

P10.3: Eu vou contar é uma campanha que ouve mulheres que contam histórias de aborto.

Nele, observo a emergência – justificada em meu gesto de análise, pois a mesma relação está presente em E9 (“Eu vou contar. É assim que muitas **mulheres** começaram seus relatos de aborto”) – de um pressuposto do feminino no aborto e na “história de aborto”. Isto é, dentre os “todo mundo sabe” de uma “história de aborto”, está o “todo mundo sabe que uma história de aborto **é contada por uma mulher**”, que poderia me levar à paráfrase “todo mundo sabe que uma história de aborto é a história de uma mulher que...”, em que jogo com a equivocidade da construção genitiva entre o protagonismo da mulher **na história** e/ou no **contar** a história. Essa questão retorna em 6.1, quando me dedico a analisar o lugar que se constrói para o sujeito que conta, considerando-o uma outra regularidade que funciona na cena.

De fato, vejo essa expectativa em funcionamento na campanha não só no fato da maior parte dos relatos serem, efetivamente, narrados por mulheres, mas também em E11, que abre a única história narrada por um homem. Cabe-me dizer que se tomo como dada, notadamente na passagem de P11.5 a P11.6 e P11.7, a oposição homem/mulher, em que um é precisamente o que o outro não é, é apenas porque é ela que está em funcionamento no material que analiso e não por uma naturalidade absoluta da construção dessa relação opositiva.

E11: “A história **não é minha** e preciso me apresentar antes que você ouça minha voz: **eu sou um homem**. O que preciso contar [...]” (história 16, grifos meus).

P11.1: A história não é minha: eu sou um homem.

P11.2: A história que preciso contar não é minha: eu sou um homem.

P11.3: A história que preciso contar não é minha porque eu sou um homem.

P11.4: A história de aborto que preciso contar não é minha porque eu sou um homem.

P11.5: A história de aborto que preciso contar, porque sou um homem, não é minha.

P11.6: A história de aborto que preciso contar, porque não sou uma mulher, não é minha.

P11.7: A história de aborto que preciso contar, , não é minha.

É bastante interessante como, a partir de P11.7, posso voltar à descrição do mecanismo da relativa explicativa, retomada de Frege (1892) por Pêcheux ([1975] 2014) para pensar o funcionamento do que ele então denomina **efeito de sustentação**, definido pela “evocação lateral daquilo que se sabe a partir de outro lugar” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 101). É ele que sustenta o funcionamento de uma proposição de base. Ainda que o caso aqui não seja exatamente o mesmo analisado pelos autores, procuro seguir abaixo os passos do exercício descritivo empreendido por eles para pensar os funcionamentos discursivos que são colocados em jogo. De início, faço com P11.7 o gesto de desdobrar o enunciado em um silogismo, buscando, com isso, dar a ver justamente esse enunciado evocado que sustenta a implicação “Eu sou um homem, logo a história não é minha”, mas que não aparece no fio do discurso.

P11.7: A história de aborto que preciso contar, , não é minha.

Se uma história é de aborto, é de uma mulher.

Ora, eu sou homem.

Logo, a história de aborto que preciso contar não é minha.

A retomada da premissa maior do silogismo (“Se uma história é de aborto, é de uma mulher”), que é justamente o saber evocado lateralmente, sustentando a conclusão, permite-me dar visibilidade ao que já apontei acima em relação aos paratextos da campanha, agora em funcionamento também em um relato. Trata-se do atravessamento de um pressuposto do feminino na questão do aborto e, portanto, na “história de aborto”. Emerge, contudo, a partir dessa nova análise, uma tensão interessante entre “uma história de aborto é **de** uma mulher” e “uma história de aborto é **contada por** uma mulher”, em funcionamento na estruturação da campanha e do lugar construído por ela para quem conta.

É interessante, contudo, destacar o trecho⁴¹ final da mesma história, em que o impedimento de dizer a história como sua afirmado pelo sujeito inicialmente (“A história não é minha”) desliza:

T1: Eu preciso contar. Essa campanha **não foi para os homens**, e imagino que você nem levará **minha história** à sério. Mas acredite: **ela é um pouco minha também**, como deveria ser de todos os homens que se preocupam com suas esposas. Eu vou destruir este relato, mas queria que você o levasse adiante. Quando um homem organizar um movimento pela vida, por favor, mostre **minha história** (história 17, grifos meus).

Sem pretender trabalhar todos os elementos que os enunciados do trecho colocam em jogo, destaco apenas a cadeia deslizante “a história não é minha” → “não foi para os homens” → “minha história” → “ela é um pouco minha também” → “minha história”. Se de início o sujeito parece, para enunciar, (tentar) tomar para si a correspondência “história de aborto” e

41 Uso a notação “T”, referente a Trecho, em vez de “E” para Enunciado, quando apresento trechos mais extensos retirados do material da campanha, de forma que podem ainda desdobrar-se em mais de um Enunciado para a análise.

“história contada por uma mulher que...”, o percurso do relato o leva a reivindicar a história para si, mesmo que só “um pouco” dela.

O movimento de deslize entre o que é posto para e assumido pelo sujeito no tomar a posição de sujeito que conta e relações outras que fogem à rede de sentidos inicialmente oferecidas é próximo àquele a que dou visibilidade no meu próximo gesto de leitura, referente à história 19. Ambos permitem trazer à baila, retomando as elaborações de Pêcheux no *Anexo III* ([1978b] 2014), a falha sempre possível no **ritual** de interpelação e, aqui, de tomada de posição: “[a]prender até seu limite máximo a interpelação ideológica como **ritual** supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, ‘uma palavra por outra’ é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso” (PÊCHEUX, [1978b] 2014, p. 277). É o estilhaçamento, a falha, o lapso que permite o deslizamento e a irrupção do novo nas cadeias estabelecidas ou que se tenta estabelecer: o sentido não pode ser contido e nem dele se pode esperar uni(formi)dade – ele pode sempre-já tornar-se outro –; nada há de permanente na estrutura – atravessada pela falha (no ritual), também ela está sempre-já sujeita à desestruturação-reestruturação.

A outra expressão genitiva que nomeia os relatos, “histórias de aborto”, coloca-me, por sua vez, outras questões interessantes, pois, de um lado, parece ter um funcionamento restritivo que a incluiria em uma série que tento nomear como de “tipologias para histórias”, similar a “histórias de terror”, “histórias de amor”, “histórias de fantasia”, entre outros: significaria, assim, uma história que envolve, isto é, da qual faz parte, um aborto, o que não estaria distante do que trabalhei como um sentido possível para “relato de aborto” a partir da retomada do processo de textualização. Por outro lado, mas não de maneira a dissociar-me completamente desse primeiro comentário, lendo a expressão como indicativa de uma relação de posse, mais próxima de “a história de um aborto”, eu poderia interpretá-la com o sentido de que cada aborto tem a sua própria história.

Sobre essa possibilidade específica, é bastante particular o funcionamento que aparece na história 19. Nela, o texto do relato é iniciado por E12, em que, conforme mostro por meio do exercício parafrástico, está posta uma relação entre “duas histórias” e “dois abortos”, que podemos descrever como **sustentada** – retomando novamente o conceito de Pêcheux ([1975] 2014) de efeito de sustentação – pela “evocação lateral daquilo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição de base” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 101), isto é, de um segundo enunciado que diz justamente que “uma história corresponde a um aborto” ou, jogando com a ordem dos constituintes de maneira a produzir outros efeitos de sentido, “um aborto corresponde a uma história”.

E12: “Eu tenho **duas histórias** para contar. As duas foram minhas, não sei se outras mulheres já fizeram **dois abortos** como eu, ou se elas contaram só uma história” (história 19)

P12.1: Eu .

P12.2: Eu, porque fiz dois abortos, tenho duas histórias.

P12.3: Eu tenho duas histórias pois fiz dois abortos.

P12.3: Eu tenho duas histórias de dois abortos.

P12.4: Eu tenho que contar a história de dois abortos.

P12.5: Eu tenho que contar duas histórias de aborto.

Contudo, o enunciado que encerra o texto publicado é E13 e nele não encontro as mesmas relações presentes em E12. Se o funcionamento de E12 estava calcado em um tipo de correspondência entre “um aborto” e “uma história” e fazia emergir como objeto do contar “a história de dois abortos”, em E13 há, antes, uma correspondência muito mais forte do “aborto” com um acontecimento pontual, sem necessariamente uma história própria, pois a história que há a contar é a do sujeito que diz “minha”, que diz “eu”, da qual essas ocorrências (os abortos) vêm a fazer parte.

E13: “Minha história já era o improvável na vida, uma menina que estudou em escola pública chegar em universidade pública. Eu já era o improvável do improvável. Eu tinha que fazer tudo, sempre, sozinha. Esses abortos foram só parte desta história”.

P13.1: Esses abortos foram só parte de.

P13.2: De minha história, esses abortos foram só parte.

P13.3: Eu tenho que contar minha história, de que os abortos foram parte.

P13.4: Eu tenho que contar minha história.

Um outro aspecto relativo ao **funcionamento testemunhal** sempre na **contradição** emerge se retomo o enunciado “uma história de aborto é de uma mulher”, que surgiu acima a partir da análise da premissa maior do silogismo que apresentei como desdobramento de P11.7, e o coloco em relação a P13.4. Isso, pois, naquele enunciado, que enumero abaixo como E14, havia um elemento elipsado que pode ser retomado como “uma história”. Contudo, está sempre presente a possibilidade de deslize entre o artigo definido e o indefinido, o que aponta para uma dimensão bastante delicada do testemunho: ao mesmo tempo em que há uma injunção a testemunhar, posta ainda mais forte no quadro de uma campanha como a *Eu vou contar*, coloca-se sempre como um certo risco para o sujeito o efeito de saturação pelo trauma, em que a história de aborto e a experiência traumática para a qual ela aponta tornam-se o único sentido possível para a história do sujeito e para o sujeito mesmo.

E14: Uma história de aborto é [▲] de uma mulher.

P14.1: Uma história de aborto é uma história de uma mulher.

P14.2: história de aborto é história de uma mulher.

Voltando às questões que coloquei no início desta seção, é importante ressaltar, a respeito do gesto parafrástico de E13, que, ainda que em P13.3 e P13.4 eu tenha remetido “minha história” à posição de objeto do “contar”, não quero com isso pretender ter encontrado um caminho para responder à pergunta “o que se conta?”. Primeiro pela opacidade do objeto “minha história”, que ainda assim perduraria, mas principalmente porque, com esse gesto parafrástico, eu quis antes ressaltar a corrente possibilidade de deslize nesse lugar do objeto do “contar”. Em E15, a seguir, não pretendo, portanto, estabelecer algum tipo de paralelo ou de sinonímia entre “minha história” e “a história de dois abortos”. Pelo contrário, tento dar

ênfase exatamente à impossibilidade dessa sinonímia e, por consequência, à impossibilidade de dar conta do objeto do contar que emerge **dos relatos** nem com uma, nem com a outra expressão: ele é, sobretudo, um objeto que desliza, que não consegue ser apreendido nem nomeado.

E15: Eu tenho que contar .

Esse deslize inevitável já se nota em E12, pois não é possível estabelecer se o fato de outras mulheres terem contado “só uma história” se refere ao fato de que elas “não fizeram dois abortos”, ou se seria possível contar “só uma história” ainda que se tivesse feito mais de um aborto, como parece ser a partir de minha análise de E13. Com isso quero dizer que essa impossibilidade de estabelecer não diz sobre uma limitação do aparelho analítico e muito menos sobre uma falta de “clareza” do material, por exemplo: trata-se de uma impossibilidade constitutiva desse lugar, constitutiva do funcionamento discursivo desse material em específico, que se repete ao longo dos relatos, conforme mostro nas análises do Capítulo 7. É, antes, uma potência do aparelho analítico que eu possa, por meio dele e com ele, dar visibilidade a ela enquanto algo próprio do material que analiso.

É notável, a partir dos gestos de análise que fiz com os enunciados 9 e 10, provenientes dos paratextos da campanha, e com os enunciados 12 e 13, provenientes de um dos relatos, uma discrepância entre as posições a que uns e outros se filiam. Nos paratextos, foi bastante fácil encontrar parafrasticamente um objeto para o verbo contar, ainda que ele não deixe de ser opaco, enquanto o mesmo gesto já se mostrou muito mais problemático quando dirigido aos enunciados do relato. Retomo a questão do objeto ausente e de suas relações com o objeto “aborto” nos relatos no Capítulo 7. Por ora, deixo-a em suspenso para tratar de outra questão para a qual as análises deste capítulo apontaram já com alguma frequência: trata-se da necessidade de pensar a **cena** em que se produzem e que é produzida pela campanha e pelos relatos, nos diferentes aspectos em que ela determina e (se) marca (n)o seu funcionamento.

PENSAR O TESTEMUNHO, (N)A CENA

Ao longo do capítulo anterior, aponte algumas vezes para o modo como as análises me levaram a pensar questões que determinam o funcionamento dos testemunhos, como a organização de um espaço e/ou de uma temporalidade de possibilidade em oposição a outros e/ou outras de interdição, a expectativa de sentido e de transmissão, a construção de um lugar particular para o sujeito que conta, entre outras ponderações. Essa dimensão da análise só se constituiu a partir da aproximação entre o material *Eu vou* contar e os dois outros, a campanha *#meuamigosecreto* e o Capítulo 10 do Relatório da CNV (BRASIL, 2014b), gesto que, na introdução, remeti à noção de leitura-trituração trabalhada por Pêcheux ([1980a] 2016): após certo percurso de trabalho com o primeiro material em momentos anteriores à elaboração desta monografia, a tentativa de aproximá-lo dos outros me fez colocar novas questões, bem como reelaborar as inicialmente postas e, a partir delas, revisei as análises que até então tinha feito, conforme relato adiante.

Na verdade, foi já a partir do lugar constituído por essas perguntas que apresentei esses gestos de análise no capítulo anterior. Paulatinamente, o (re)percurso analítico que se produziu nesse movimento de reelaboração e retorno deu visibilidade a **funcionamentos e regularidades que atravessavam os materiais e que dirigiam ao dispositivo analítico demandas por conceitos** que lhes dessem um corpo mais coeso na relação estrita proposta pela AD entre **análise e montagem do dispositivo teórico-analítico**. Na parte inicial deste capítulo, retraço esse percurso e, com isso, justifico a entrada, no meu dispositivo, do conceito de **cena**, elaborando-o nas seções seguintes e também ao longo do Capítulo 6.

A princípio, propor-me a analisar com algum tipo de proximidade os três materiais fez emergir a possibilidade de cotejo que, se por um lado, permitiu-me avançar na resposta à minha questão inicial de análise – a da relação dos relatos com suas condições de emergência –, fez-me também colocar outras questões: que funcionamentos se repetem e que funcionamentos se alteram quando comparo os três materiais? *Há algo de regular que me permita* justificar o estabelecimento de uma *série ou conjunto*? A noção de **funcionamento testemunhal** que propus – o funcionamento entre a necessidade/tentativa e a impossibilidade/falha marcado na materialidade linguístico-discursiva –, por exemplo, estava em jogo apenas no *Eu vou contar* ou era possível pensá-la também nos demais materiais?

No limite, colocar em perspectiva o que antes se organizava em torno de apenas um material deu às questões e às análises nova dimensão e consequência: o objetivo do trabalho deslocou-se da análise de um material específico – e mesmo da análise de um conjunto de materiais – para o pensar **elementos estruturantes que determinam o funcionamento testemunhal** e que, ainda que aqui elaborados no trabalho analítico com esse *corpus*, podem

potencialmente ser retrabalhados como conceitos produtivos para o desenvolvimento de análises, diante de outros materiais que tragam à baila a questão do trauma e do testemunho.

O deslocamento do objetivo reverberou, sobretudo, na reelaboração das questões que norteavam meu trabalho com os materiais. De início, eu me debruçava sobre o material *Eu vou contar* a partir de questões como “o que se conta?”, “que sujeito conta?”, “quais determinações o atravessam?” e ainda “que marcas aparecem com regularidade nos relatos e para qual elemento do âmbito das condições de produção/emergência apontam?”. Posteriormente, (re)trabalhei, por outra chave, as análises produzidas a partir de perguntas como essas – dirigidas também aos outros dois materiais –, visando, contudo, a responder a questões como “que funcionamentos e que marcas apontam para o atravessamento de algo da ordem do traumático em um relato?”, “como se constitui o lugar ou a posição para o sujeito que testemunha? A partir de quais determinações? Que outras posições estão em jogo e que relações estabelecem umas com as outras?”, entre outras.

Ademais, devo destacar duas coisas sobre esses gestos de deslocamento. A primeira é o fato de que eles não foram por mim produzidos de forma arbitrária e, só num momento posterior, impostos aos materiais como que para obrigá-los a responder às inquietações levantadas de outro lugar, independentemente deles. Uma vez que propus o gesto de analisar os materiais juntos, foi o próprio trabalho com eles que demandou e desencadeou essas reelaborações, ao mesmo tempo em que elas jogavam nova luz sobre os materiais e me faziam (re)analisá-los: há, de fato, um batimento entre análise e montagem do dispositivo que faz com que um alimente e retorne sobre o outro, de forma que a tentativa de reconstituir esse processo na escrita do trabalho, senão pela assunção desse batimento, é custosa e muito frequentemente problemática.

A segunda é *que se à primeira vista* esses gestos de deslocamento e reelaboração podem parecer pouco substanciais ou determinantes, o modo como redireciona(ra)m meu trabalho mostra o contrário. Eles fizeram com que, ao invés de perscrutar os materiais buscando dar visibilidade a processos que sustentavam o seu (e só o seu) funcionamento discursivo, eu passasse a procurar elementos passíveis de serem pensados **entre** os materiais, e que potencialmente estivessem em questão sempre que também o estivesse o testemunho ou, melhor dizendo, o funcionamento testemunhal.

Com isso não quero dizer que me interessavam apenas as regularidades absolutas que eu pudesse encontrar entre os três materiais analisados: tratava-se antes de trabalhar com a possibilidade de estabelecer **elementos estruturantes que se repetissem, ainda que atualizados** em cada caso por atravessamentos de memórias e relações particulares de um material e não de outro. Por exemplo, no Capítulo 6 elaboro a noção de **demanda de escuta** como um desses **elementos estruturantes**, ao mesmo tempo em que mostro como essa demanda se desdobra e se atualiza diferentemente nos casos do *Eu vou contar* e da CNV. No primeiro, coloco-a em relação a uma **demanda de transmissão**, constituída a partir de uma necessidade de que faça sentido. Já no caso do Relatório da CNV (BRASIL, 2014b), por ser

fortemente marcado por um **atravessamento do jurídico**, a **demanda de escuta** faz emergir na materialidade dos testemunhos uma profusão de nomeações e tentativas de identificação.

Desse novo lugar, passei a deparar-me, nas análises, com movimentos bastante singulares de alinhamento e de diferença aos quais meus gestos davam visibilidade. Entretanto, parecia faltar algo no dispositivo analítico que eu montava até então, que me permitisse dar visibilidade ao que os constituía e determinava com mais força. Ainda que houvesse no dispositivo de leitura e análise o conceito de condições de produção ou mesmo o de FD, ambos apresentados no Capítulo 3, as regularidades que eu encontrava pareciam não conduzir, por exemplo, ao estabelecimento de filiação a uma mesma FD e, por consequência, a um mesmo recorte no interdiscurso e na memória discursiva. Isso porque tais regularidades seguiam por caminhos muito diferentes quando marcadas por outras determinações, particulares de cada material: não se tratava da identificação de um efeito de estabilização dos sentidos, como há quando uma análise leva à identificação de uma FD.

Ademais, o conceito de FD parecia carecer do caráter **estruturado** que os funcionamentos e elementos que eu identificava demandavam. De início, em *Semântica e Discurso* ([1975] 2014), Pêcheux apresenta uma definição bastante direta e funcional do conceito:

[c]hamaremos, então, **formação discursiva** aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina **o que pode e deve ser dito** (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 147, grifos do autor).

Contudo, é notável que o autor volte sobre a afirmação inicial do conceito por várias vezes em textos posteriores, como em *O discurso: estrutura ou acontecimento* (PÊCHEUX, [1983] 2006), diante da percepção de que a elaboração inicial dava margem para a leitura da FD como uma máquina inexorável de produção de sentidos, que produzia a absorção imediata de qualquer acontecimento na estrutura e fadava o sentido à estabilidade, sem possibilidade de qualquer quebra ou deslize que não fosse pela mudança de posição do sujeito para uma outra FD, que produziria uma outra imobilização.

É por isso que leio a FD como um resultado possível de análise decorrente da identificação de certo nível de estabilidade que pode, contudo, desfazer-se no próximo enunciado. A estabilidade a que me refiro é a regularidade de ocorrência de certos funcionamentos ou processos discursivos, ou ainda a estabilização de uma rede possível de substituições para certos significantes, que aparecem em posições específicas dos enunciados. Assim, uma FD poderia ser representada por dois eixos perpendiculares, conforme os trabalhados por Jakobson (2010) no ensaio *Dois aspectos da linguagem, dois tipos de afasia* ao pensar a metáfora e a metonímia: o eixo horizontal representa a operação de encadeamento, ao passo que o eixo vertical apresenta as substituições possíveis, presentes em ausência, para o elemento que está no ponto de cruzamento dos dois eixos.

Ressalto o modo como esse sistema de representação assemelha-se àquele que usei no capítulo anterior para apresentar alguns enunciados, sobretudo nos momentos em que

retomei substituições possíveis para uma mesma posição e apresentei-as divididas por uma barra, como no exemplo abaixo, ainda que eu tenha remetido minha escolha, mais do que à presença por ausência de um sintagma em relação a outro, ao funcionamento do **enunciado dobrado** (BARBOSA FILHO, 2018), como já discuti no Capítulo 4.

P11.5: A história de aborto que preciso contar, porque sou um homem, não é minha.

P11.6: A história de aborto que preciso contar, porque não sou uma mulher, não é minha.

P11.7: A história de aborto que preciso contar, , não é minha.

Em contrapartida, minhas análises dos materiais davam visibilidade a dois pontos: i) a necessidade de pensar o estabelecimento de **lugares** a serem ocupadas pelos sujeitos, lugares esses que deviam estar **postos em relação** (o sujeito que diz eu, o sujeito que diz eu para aquele que lhe diz tu e assim por diante, conforme trabalho ainda neste capítulo), levando à emergência do estabelecimento de algum tipo de “**espaço**” **estruturado**; e ii) a necessidade de pensar o atravessamento desses lugares e do “espaço” em questão por **demandas** que seriam determinadas pelo atravessamento de memórias e de sentidos particulares. Os atravessamentos também remetiam a certo caráter necessário de espacialidade, cuja estruturação não era remissível aos dois eixos que representariam uma FD.

Em resumo, parecia que **os relatos se produziam ou emergiam a partir desse “espaço” estruturado**, uma vez que os sujeitos nele pudessem tomar posição e que as condições dessa produção ou emergência deixassem marcas na materialidade linguístico-discursiva dos relatos – que eram justamente a entrada analítica que permitia passar dos relatos a uma retomada dessas condições organizadas, **postas em relação em e pela estrutura**. Operar o conceito de **cena** foi o que me permitiu **pôr em relação** e dar consequência, na análise, a funcionamentos importantes dos materiais, ao passo que a noção de FD, por exemplo, não me permitia explorá-los e dar visibilidade a eles da mesma forma e com a mesma consequência analítica.

Os elementos que eu identificava, então, remetiam à construção particular do que, de início, posso tentar nomear como a “situação” em que os relatos daquele material em particular se produziam. Por vezes, isso que chamei de “situação” adquiria um caráter quase concreto, próximo ao que a noção de “espaço”, que mencionei acima, poderia propor, ou ao que Orlandi (2005) denomina “condições imediatas de produção”. Entretanto, em muitos aspectos, o que eu identificava estava distante dessa concretude, trazendo à tona elementos de outra ordem, que também não coincidiam com as condições de produção tomadas em seu sentido histórico, conforme a definição pecheutiana (PÊCHEUX, [1975] 2014). Portanto, era preciso tentar especificar o caráter e o modo de funcionar desses elementos que compunham a “situação” ou a espécie de “quadro” que a configurava e, assim, dar visibilidade ao modo de constituição do “quadro” em si, instaurado na e pela situação de produção de cada material.

Retomo as elaborações de Orlandi (2005) na tentativa de apontar com mais clareza o lugar desse “quadro” ou “espaço” quando penso no processo de produção dos sentidos. A autora subdivide esse processo em três instâncias: as de **constituição** e **formulação**, retomadas de Courtine (2009), e a de **circulação**. A instância de **constituição** é aquela que aponta para o

interdiscurso, para o campo dos já-ditos e dos dizeres possíveis. A de **formulação**, determinada pela anterior, é efetivamente a instância de produção, em circunstâncias específicas, de um dizer que atualiza a memória. Os dizeres, assim, estão sempre nesse ponto de intersecção entre o eixo vertical da constituição, da memória, e o eixo horizontal da formulação, da atualidade. A de **circulação**, por fim, dá visibilidade à conjuntura e às condições em que esses dizeres circulam, tratando dos meios e maneiras – próximos à noção de **formas retóricas** que aparece no trabalho de Guilhaumou, Maldidier e Robin ([1994] 2016) – em que ela se dá.

É bastante central, ainda, apontar o modo como a autora enfatiza a igual relevância desses “momentos”, que aqui opto por chamar de instâncias na tentativa de problematizar a possibilidade de pensá-los ordenados cronologicamente, cujo motivo esclareço adiante. Contudo, se tento remeter as determinações e, enfim, o que até agora chamei de “quadro”, “situação” ou “espaço” que elas compõem, a uma dessas instâncias, a primeira a ser descartada como possibilidade é a de circulação: esse “quadro” não é remissível ao âmbito do pensar os meios em que se formulam os dizeres, ainda que pareça agir como determinação desse âmbito.

Ademais, pensando entre formulação e constituição, em relação à primeira, o “quadro” parece de alguma forma colocar-se antes ou fora dos dizeres, como espaço necessário para que eles se produzam, ou seja, a formulação aparenta não ser da ordem da produção dos dizeres em si. Já em relação à segunda, ela tampouco parece se tratar de algo que para o sujeito é do âmbito do esquecimento, dos já-ditos disponíveis como objetos e sentidos pensados em outro lugar, ainda que não deixe de ser determinado por esses funcionamentos.

Dessa forma, esse “quadro” parece estar em um lugar outro que o de qualquer uma das três instâncias. Se eu quisesse manter a tentativa de estabelecer certa cronologia ou ordenamento entre os elementos, diria que ele está num espaço de entremeio em relação às instâncias de constituição e de formulação. Ele não se dá fora das determinações postas pelas redes de memória e pelo interdiscurso, dado que se assumíssemos isso ele teria um caráter pouco material(ista), uma vez que emergiria como um elemento que é origem e causa de si – há sentidos que emergem no quadro e determinam seu funcionamento como sempre-já lá disponíveis e presentes, como o sentido do que é “relato” ou “mulher” no caso do *Eu vou contar*, por exemplo. Ao mesmo tempo, ele está marcado na instância de formulação, pois é também de alguma forma instaurado, construído pelo funcionamento da materialidade linguístico-discursiva dos dizeres. No entanto, ele não é correspondente nem ao campo do interdiscurso, nem ao campo dos dizeres em funcionamento: daí a necessidade, para mim, de pensá-lo como uma instância outra.

Contudo, considero mais consequente e produtivo teórica e analiticamente desmontar a ideia de um lugar de entremeio para essa instância na medida em que isso implique um ordenamento sem retornos, isto é, sem sobredeterminação, nos moldes de que já tratei. As razões para isso marcam-se em especial quando retomo Benveniste ([1956] 1995, [1958] 1988, [1970] 1989) para pensar a constituição e a tomada de lugares específicos para e pelos sujeitos no “quadro”: ao mesmo tempo em que o sujeito que diz “eu” o diz sempre-já investido das determinações postas pela construção do lugar que ele ocupa em particular, é ao

dizer “eu” que o sujeito atualiza e constrói esse lugar, assim como são os dizeres desse sujeito que, determinados pelas particularidades do “quadro”, o atualizam e lhe dão materialidade e existência. Assim, penso-o como **uma instância que entra na rede de sobre-determinações** da qual fazem parte o discurso e as condições de produção, mas que não é espelho, reflexo ou projeção nem de um, nem de outro, pois é **relativamente autônoma** e também exerce determinação no funcionamento dos relatos-testemunhos, ao mesmo tempo em que é determinada por outros elementos do “todo complexo”.

O conceito de **autonomia relativa** em AD funciona sobretudo para demarcar o fato de que a língua tem uma estrutura que lhe é própria, da qual não se pode precisar uma origem ou causa. Em outras palavras, o próprio da língua é o fato de ela ser estruturada, sendo que ter estrutura a faz ser não apenas reflexo de outras determinações, mas um elemento que determina, e o faz justamente pelo que sua estruturação particular coloca em jogo. Paralelamente, depreendo que essa instância ou “quadro” também tem uma autonomia relativa exatamente pelo fato de propô-lo enquanto **algo que tem estrutura**. É nessa e por essa estrutura que se organizam ou são organizadas determinações que posso remeter ao interdiscurso. Além disso, essa organização **imbrica tais determinações de maneira que produz efeitos e determinações outras**.

Justifico, portanto, não só a possibilidade, mas a **necessidade** de pensar a autonomia relativa do “quadro” visto que, ainda que seja possível produzir sua desmontagem em determinações provenientes do interdiscurso, as marcas que encontro nos materiais apontam não apenas para essas determinações, mas para outras que só surgem a partir do “**colocar em estrutura**” feito pelo “quadro”. Em suma: **da propriedade estruturada desse “quadro”** (que à frente proponho denominar **cena**) **derivava seu caráter estruturante** – o estabelecimento de sua autonomia relativa e sua consequente entrada no jogo de determinações.

Mas que contorno ou elaboração teórica dar a isso que até agora chamei de “quadro”? Já do primeiro gesto de análise do material, dirigido ao enunciado-nome da campanha *Eu vou contar*, emergiu como questão a enunciação, como apresentado no capítulo anterior. Nesse sentido, tratei, na análise, do modo como era o próprio enunciar “eu vou contar” que parecia produzir a instância de diferença necessária ao testemunho. Já nesse enunciado estava em questão o movimento de dizer “eu” de um sujeito e era preciso pensá-lo como o movimento particular de tomada de um lugar marcado pelo atravessamento – determinado pela instância da constituição, da memória – de um imaginário do feminino e mesmo de uma suposição do trauma relativo ao aborto. Em suma, a questão da enunciação estava constantemente entrando pela janela, apontando principalmente para a necessidade de pensar o “quadro” de que falei.

Assim, buscando me alinhar às demandas do material, o encontro do modo de trabalho com a questão da enunciação em sua relação com o funcionamento da língua e da linguagem em Guimarães (2002; 2014), com destaque ao conceito de **cena enunciativa**, mostrou-se bastante produtivo uma vez que passei a trabalhar sua entrada no dispositivo teórico-analítico em construção. Não ignoro que seja preciso, é claro, considerar que a elaboração do conceito

no trabalho do autor se dá visando a pensar as relações entre línguas e sujeitos falantes no espaço de enunciação constituído em território brasileiro no período colonial. Porém, ele dá às elaborações o caráter de uma espacialidade organizada que, ainda que não necessariamente concreta, pois é trabalhada pelo autor enquanto projeção, dá enorme suporte ao meu empreendimento analítico. Primeiro, pois fornece subsídio teórico para dar visibilidade ao funcionamento das determinações em jogo de acordo com as demandas que elas mesmas colocam, como a da estruturação. Segundo, pois, além disso, fornece a base teórica necessária para elaborar a imbricação dessas determinações em um funcionamento relativamente uno, no sentido em que permite estabelecer uma instância relativamente delimitada ou delimitável, que é justamente a da **cena**.

ALGO DE RETOMADA, ALGO DE DESLOCAMENTO

Guimarães (2002; 2014) trabalha a cena enunciativa como uma **especificação local no espaço de enunciação**. O espaço de enunciação, como apontado, é para o autor um espaço político – no sentido do conflito e do confronto – em que funcionam línguas distribuídas de maneira desigual. Essas relações desiguais projetam lugares específicos de locutor para cada língua e, assim, afetam e significam os falantes que habitam esse espaço e que eventualmente ocupam esses lugares. Retomo as elaborações do autor sem deixar de produzir deslocamentos importantes, dado que aqui não trato de um espaço em que estão em jogo diferentes línguas, mas o faço, pois interessa sobretudo a definição da cena como um “espaço particularizado de agenciamento do falante em locutor que distribui os lugares de enunciação no acontecimento” (GUIMARÃES, 2014, p. 58). Além disso, o modo como o autor afirma que “estudá-la é necessariamente considerar o próprio modo de constituição desses lugares pelo funcionamento da língua” (GUIMARÃES, 2002, p. 23) também é produtivo para esta monografia, conforme explico adiante.

Incidem nessa definição outros dois conceitos trabalhados por ele. O primeiro é o de acontecimento enunciativo ou acontecimento de enunciação, que é efetivamente o texto ou o material que se produz “pelo funcionamento da língua nos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2014, p. 49). Não adoto esse conceito ao longo das análises, posto que não o considero mais produtivo e coeso ao dispositivo teórico-analítico que até agora construí do que as noções de acontecimento, de textualização e de arquivo com as quais já trabalhei. Mesmo para pensar o “eu vou contar” como enunciação produtora de diferença, esse conceito parece carecer da dimensão da transformação pelo **ato** enunciativo, que talvez fosse mais contemplada por uma retomada da performatividade trabalhada por Austin ([1962] 1990) e explorada analiticamente por Felman (1980). Ainda que eu não desenvolva esse gesto teórico-analítico neste trabalho, acredito que a retomada de Austin pela visada de Felman permita pensar a questão dos atos de linguagem junto à cena enunciativa. Seja porque estão em funcionamento nela, seja para pensá-los, como no caso de “eu vou contar”, como ato que a instaura. Outra possibilidade, mais interessante, consistiria em verificar em que medida o

próprio funcionamento da cena, ou seja, sua estruturação, só se sustenta justamente por uma concepção performativa da linguagem.

O segundo conceito trazido pelo autor é o de **lugar de enunciação**, que diz respeito a uma configuração de lugares “constituídos pelos dizeres” que não correspondem a “pessoas donas do seu dizer” (GUIMARÃES, 2002, p. 23). Essa noção está particularmente alinhada às elaborações de Benveniste ([1956] 1995, [1958] 1988, [1970] 1989), que retomo à frente. Ela, sim, eu procuro incorporar à minha montagem de dispositivo (ainda que não sem alguma discussão), pois ela coloca em jogo uma relação quase espacial – uma espacialidade mais projetada ou constituída pelo funcionamento da língua do que propriamente concreta – entre lugares para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala” (GUIMARÃES, 2002, p. 23). Em minha leitura, percebo esses lugares como sempre-já significados, enquanto marcados pelas relações desiguais estabelecidas no espaço. Por isso, considero que o estudo da cena será o de pensar a constituição desses lugares pelo funcionamento da língua, mas também por funcionamentos discursivos que lhes atribuem sentidos.

Para além das determinações em funcionamento para os lugares, a própria proposição de uma relação entre o(s) espaço(s) de enunciação e a(s) cena(s) enunciativa(s) marca a cena como um espaço sempre-já determinado. A meu ver, ainda que o autor trabalhe com a determinação pelo espaço de enunciação, esse movimento alinha-se ao que proponho fazer em termos de pensar a cena não como um espaço vazio original, mas, sim, sempre-já atravessada por discursividades e memórias específicas, isto é, determinada pelo âmbito do interdiscurso e das condições de produção. Contudo, proponho ainda pensar a cena como relativamente autônoma, isto é, como elemento que toma parte nas determinações, não sendo apenas reflexo de outras.

Visando a dar consequência a essa necessidade, friso o uso da preposição “em”, e não “de”, na primeira definição de cena enunciativa que retomei do autor. Isso porque se digo que a cena é uma especificação local **do** espaço de enunciação, ela se torna não mais do que algo como uma projeção em pequena escala, um espelho contextualizado das relações em jogo no espaço de enunciação. Pelo contrário, dizer que ela é especificação local **no** espaço de enunciação, para mim, dá margem para pensá-la ainda determinada pelas relações em jogo no espaço, mas também, ao menos potencialmente, como espaço de atualização, de deslize, de produção do novo ou de incidência do outro. Enfim, são constituídas determinações novas para aquilo que é enunciado ou que se produz como material a partir dela.

Tomo, até aqui, a cena enunciativa como espaço que coloca em relação lugares de enunciação a serem ocupados pelos sujeitos e que é determinado por certos funcionamentos, mas que também os determina, de forma a fazer parte de uma rede de determinações que não é da ordem do sequencial, mas, sim, da sobredeterminação. Quando afirmei que, por vezes, essa cena adquiriria, no trabalho com o material, um caráter quase concreto, é porque vejo em alguns momentos o estabelecimento de uma relação muito singular entre os dizeres, os lugares (em) que eles (se) projetam na cena e a montagem de uma disposição material

dos sujeitos físicos e de outros elementos da ordem do “mundo”, por assim dizer, também projetados no funcionamento das campanhas.

É claro que, com isso, não pretendo produzir nenhum tipo de colagem entre a situação “objetiva” e aquela que funciona discursivamente, pois na tentativa dessa passagem há sempre-já em jogo o deslize, a não-coincidência dos sujeitos, das posições que os interpelam, das discursividades que os atravessam – funcionamentos esses amplamente explorados em diversos trabalhos em AD, que dão a ver o modo como as questões podem ser sempre bem outras do que aquelas que o desejo por um “mundo semanticamente normal” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 34) nos faz, enquanto “sujeitos pragmáticos” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 33), esperar.

Contudo, posso desdobrar essa problemática da concretude no estabelecimento da cena ao passo em que ela se imbrica com configurações da ordem do discursivo, ao mesmo tempo em que exploro com mais clareza o funcionamento da cena na sobredeterminação, ao fazer alguns apontamentos e reflexões a partir do filme-documentário *Jogo de Cena* (2007), de Eduardo Coutinho. O filme foi produzido a partir de um anúncio de jornal que convidava mulheres a contarem suas histórias. Algumas das histórias foram selecionadas e filmadas, sendo também interpretadas por atrizes e gravadas da mesma forma em data posterior. Na maior parte dos casos, contudo, não há nada que marque claramente quando se trata das atrizes ou das mulheres que responderam ao anúncio. Da mesma forma, no caso das atrizes mais prontamente reconhecíveis por sua fama e alta circulação nas produções brasileiras, não está posto claramente se a história contada é de outra mulher ou delas mesmas.

O cenário enquadrado no filme, que descrevo a seguir e exemplifico abaixo com a Figura 10, é quase sempre o mesmo, desconsiderando os momentos de transição que consistem na chegada de cada mulher. A gravação é feita em cima do palco de um teatro cuja plateia está vazia; sobre ele, estão dispostas duas cadeiras, uma de frente para a outra, em uma leve diagonal em relação à plateia. Na cadeira que está de frente para a plateia, está sentado o diretor, Eduardo Coutinho. Em torno dele estão dispostos os aparelhos de gravação, a câmera e há outras pessoas que assumo que compõem a equipe de produção. Na cadeira que está de costas para a plateia, sentam-se, uma a uma, as mulheres que contam as histórias.



Figura 10: Captura de tela do filme-documentário *Jogo de Cena*, de Eduardo Coutinho

O enquadramento varia entre aproximação ao rosto e maior ou menor aparição do corpo da mulher (comparar Figura 10 e Figura 11), mas as cadeiras da plateia ao fundo são uma constante. Em poucos momentos, em especial quando Coutinho fala com as atrizes sobre o processo de atuar e de contar uma história alheia (há outros momentos em que ele fala com as mulheres que contam, pondo em geral perguntas, e nesses não há a mesma mudança de enquadro), o enquadramento abre o suficiente para que apareça a parte de trás de sua cabeça ao lado da figura da atriz (Figura 12).



Figura 11: Captura de tela de enquadramento do rosto da atriz.



Figura 12: Captura de tela de momento em que aparece parte da cabeça de Coutinho.

Quase no fim do filme há uma inversão completa do ponto de observação da câmera (Figura 13), que passa a estar posta de forma centralizada em meio à plateia. No enquadro, há ainda algumas das cadeiras vazias, agora vistas pela parte de trás, e o palco. Lá, apenas as duas cadeiras que até então eram ocupadas por Coutinho e pelas mulheres. A cena, silenciosa, dura não poucos segundos, até que a luz se apaga e entram os créditos finais.



Figura 13: Captura de tela do momento de inversão do ponto de observação.

Descrevo esses diversos momentos sem pretender trabalhar com todos os elementos e questões que eles colocam, mas para, a partir deles, apontar o modo como essas diferentes disposições entram no jogo de determinações. Elas não apenas espelham ou reproduzem elementos estáveis de outro lugar, mas jogam com esses elementos, os desestabilizam e ressignificam no jogo entre o mesmo e o diferente, entre o reconhecível e o novo, produzindo, com isso, efeitos singulares de cujas materialidades fazem parte. O aspecto que proponho explorar de início é a ocupação do espaço do palco do teatro. Esse espaço é já significado por relações específicas com a memória, que a princípio produzem certa estabilidade para os sentidos do que é um palco de teatro, do que é estar em um palco de teatro e, em especial, do que se faz nesse espaço.

Vários dos elementos que descrevi acima, contudo, apontam para a desestabilização desses sentidos a partir da cena construída no e pelo filme-documentário. O primeiro deles é a alternância entre mulheres “comuns”, com profissões diversas, que respondendo ao anúncio se propõem a contar suas histórias – curiosamente, nos créditos finais do filme há uma referência a essas mulheres como “personagens”, em oposição às mulheres que são referidas como “atrizes” nas duas frases que tratam do período de gravação de cada grupo – e mulheres que são atrizes e que se dispõem a ora contar suas histórias, ora a contar a história de outra mulher. Há, na cena, um único lugar delimitado para a mulher que toma o papel de locutora da história, seja ela atriz por profissão ou não, seja a história que ela conta sua ou não. Trata-se sempre de um lugar concretizado na cena física também por ocupar uma cadeira, disposta sempre na mesma posição, sempre em cima do palco de um teatro.

Considero, portanto, que esse lugar – e aqui procuro dar visibilidade à imbricação entre o lugar disposto concretamente e o lugar de enunciação projetado como parte da cena enunciativa, num sentido mais próximo do de Guimarães (2002; 2014) – é atravessado simultaneamente por algo da memória da teatralidade e algo da memória do que significa “vida real”, grosso modo. Como consequência, tenho que a cena construída no filme-documentário desestabiliza a própria possibilidade de separação entre a narrativa do real e a narrativa da atuação que antes poderia estar posta pelo espaço do palco. A cena traz à baila, assim, uma questão singularmente complexa, que é a da possibilidade de estabelecer um ou mais critérios ou espaços de veracidade para as diversas narrativas. Ainda que, aqui, por não se tratar do meu objeto de análise, eu não vá aprofundar-me analiticamente, assumo dizer que essa desestabilização não pode deixar de afetar os dizeres produzidos nessa cena particular.

Um segundo elemento que produz jogo com as relações supostamente estabilizadas postas pelo espaço teatral é a posição de observação, tanto do espectador do filme quanto do próprio diretor, sustentada na maior parte do documentário: ela não se dá da plateia em direção ao palco, mas do palco em direção a uma plateia vazia – o diretor e o espectador parecem estar em cena e não postos fora dela. É só no final, quando não há mais ninguém no palco, mas restam as duas cadeiras, que o ângulo de observação se inverte, numa pausa que parece confundir o início e o fim de uma peça ao recolocar o espectador no lugar que em geral lhe é cabido, até que as luzes se apagam.

A partir da retomada de Guimarães (2002; 2014) e desses breves gestos de descrição e análise de *Jogo de cena* (2007), espero poder elaborar com mais clareza o que, daqui em diante, penso como a **cena enunciativa**, assim como de que forma opero heurísticamente esse conceito. Penso a cena como um espaço relativamente concentrado – aponto, aqui, para o caráter de especificação **local** estabelecido por Guimarães (2002; 2014) – que coloca em jogo, numa configuração específica, uma série de determinações, dentre as quais a da constituição (linguística e discursiva) de lugares de enunciação particulares. Por organizar o modo de imbricação das determinações, a cena estabelece regularidades e efeitos específicos. Com isso, faz emergir novas determinações que lhe são próprias e que afetam os dizeres que se produzem nela ou a partir dela.

Minhas próximas elaborações analíticas, que dirijo, é claro, aos materiais que me propus a analisar de início, caminham no sentido de explorar os elementos que, pelas marcas na materialidade dos relatos, percebo que estão em questão na cena montada em particular pela campanha *Eu vou contar*. Os demais materiais entram nas análises através de gestos de aproximação e cotejo, de leitura-trituração (PÊCHEUX, 1980), justamente na tentativa de explorar esses funcionamentos. Os elementos analisados nem sempre implicam ou estão implicados por uma disposição concreta colocada na situação de produção dos relatos: penso-os mais como determinações em jogo, que atravessam a cena de maneira específica. Interessante, portanto, identificar esses modos de atravessamento e de imbricação das diferentes determinações na cena a partir de – pois é esta a minha entrada de análise, efetivamente – e ao lado da forma como as determinações produzidas por essa imbricação ficam marcadas nas formulações.

Ademais, busco construir um percurso geral de investigação da produtividade do conceito de cena enunciativa para a análise discursiva de materiais em que esteja posta em jogo a questão do testemunho. É por isso que proponho produzir gestos não unicamente em torno da campanha *Eu vou contar*, mas que busquem cotejar seu funcionamento enquanto cena com o funcionamento dos outros dois materiais: tento, assim, de um lado, identificar possíveis regularidades que se coloquem em questão no trato com o testemunho de mulheres, porém, de outro, identificar elementos estáveis que componham a cena quando se pensa o testemunho. Isso, visto que podem ter funcionamentos diferentes em um e outro material conforme os atravessamentos de determinações e discursividades particulares a eles. Dessa forma, objetivo, enfim, pensar o modo como a montagem da cena é constitutiva no processo de emergência dos testemunhos veiculados nos diferentes materiais.

Nesse sentido, pensar na cena especificamente dirigida ao testemunho implica, para mim, elaborar teórica e analiticamente a entrada da dimensão do trauma nela. Isto é, impõe a necessidade de trabalhar as consequências teóricas dessa entrada de forma conjugada à prática analítica. Mais uma vez, acabo por me afastar das elaborações iniciais de Guimarães (2002; 2014). Não por qualquer tipo de insuficiência do conceito do autor, mas apenas porque é interessante, nesta monografia, pelo trabalho com o conceito diante de um outro material, deixar que esse material, por sua vez, coloque questões para o conceito e, a partir delas,

produza deslocamentos na tentativa de dar conta de suas especificidades e, possivelmente, de especificidades que tenham alguma regularidade diante de materiais que trazem à baila o traumático. Esse movimento pendular entre teoria e material, entre montagem do dispositivo e montagem do *corpus*, para o qual já apontei ao longo do Capítulo 3 e que retorna com mais força nas análises do Capítulo 6, é um dos princípios mais caros à AD, portanto não é surpreendente que eu esteja às voltas com ele em minhas elaborações em torno da cena.

UMA CENA PARA P TESTEMUNHO: PRIMEIRAS INQUIETAÇÕES

Conforme apontei, um elemento definidor da cena enunciativa é a distribuição de lugares de enunciação e é justamente em relação ao modo de delimitação desses lugares que se constitui minha primeira inquietação ao pensar em uma cena específica para o testemunho, isto é, que seja marcada pela **dimensão do trauma**. Ao delimitar esses lugares, Guimarães (2002; 2014) aponta para uma saída à proposição de pensar o sujeito como alguém dono de seu dizer ao passo em que entende os lugares como constituídos por dizeres. Além disso, o autor propõe que esses lugares são ocupados e não sempre-já colados a sujeitos ou pessoas. Por conta disso, as reflexões do autor fazem ecoar as elaborações de Benveniste ([1956] 1995, [1958] 1988, [1970] 1989) sobre as relações entre o sujeito e o “aparelho formal da enunciação” (BENVENISTE, [1970] 1989), que recaem em especial sobre o funcionamento dos pronomes a partir do estabelecimento dessa relação.

Retomei o modo como Guimarães (2002) se refere a configurações específicas, relativas aos **lugares de enunciação**, para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”. Ao voltar aos textos de Benveniste ([1956] 1995, [1958] 1988, [1970] 1989), encontro definições bastante próximas a essas: “o termo **eu** denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo **tu**, o indivíduo que aí está presente como alocutário” (BENVENISTE, [1970] 1989, p. 84, grifos do autor). Contudo, outra definição do autor, presente no texto sobre a subjetividade na linguagem (BENVENISTE, [1958] 1988), radicaliza o caráter linguístico do funcionamento do pronome “eu”, propondo que “se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor” (BENVENISTE, [1958] 1988, p. 288). O autor defende, aí, uma subjetividade fundada pelo *status* linguístico da pessoa, por sua capacidade “para se propor como ‘sujeito’” (BENVENISTE, [1958] 1988, p. 286): “[é] ‘ego’ que **diz ego**” (BENVENISTE, [1958] 1988, p. 286, grifo do autor). Fundamentalmente, emerge da minha retomada de Benveniste a definição do lugar do locutor como o **lugar daquele que diz “eu”**.

Se de início o gesto que fiz pode parecer de um preciosismo desnecessário, justifico-o precisamente naquilo que ele tem de implicações para que eu pense os lugares e o sujeito atravessados pelo traumático. Em primeiro lugar, a definição pela presença de uma forma linguística específica na formulação (“eu”) e não apenas pela referência à realização do ato empírico de falar dá consequência de forma bastante interessante ao pensar a constituição dos lugares **pelo** dizer: é o dizer “eu” e, da mesma forma, dizer “tu” ao alocutário, que projeta na cena, a partir do funcionamento da base linguística, lugares específicos postos em relação.

Em segundo lugar, a formulação anterior, de pensar o locutor como **aquele que fala**, coloca um problema considerável diante da concepção em AD do sujeito cindido, atravessado pelo inconsciente e pelos encontros com o Real. Aponto isso, pois, os dizeres desse sujeito que diz “eu” são constantemente atravessados por elementos que são falados de outro lugar, ao ponto de, não raramente, provocarem efeitos de estranhamento desse “eu” em relação aos próprios dizeres – funcionamento que vem à tona no ato falho, no chiste, etc., seguido pelo estranhamento que frequentemente se desdobra em formulações como “não foi isso que eu quis dizer”, “não fui eu quem disse isso” e assim por diante.

Encontro, ainda, em Benveniste ([1958] 1988), a referência a uma “polaridade das pessoas” (BENVENISTE, [1958] 1988, p. 286), relativa ao fato de que “**eu** propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se o meu eco – ao qual digo **tu** e que me diz **tu**” (BENVENISTE, [1958] 1988, p. 286, grifos do autor). Levando em conta as questões relativas ao lugar construído para o sujeito que conta – a respeito das quais apresentei análises no Capítulo 4 –, considero mais interessante trabalhar essa polaridade no sentido de pensar uma **constituição mútua** dos lugares e não apenas uma constituição alternada. Isto é, não pensar apenas numa alternância mais ou menos regular e indiferente em que em um momento um sujeito ocupa o lugar daquele que diz “eu”, dizendo “tu” ao outro, e que no momento seguinte é o sujeito que antes era designado como “tu” que diz “eu” e, por consequência, diz “tu” ao que antes era designado pela posição de “eu”.

Ao invés disso, proponho considerar uma incidência concomitante do dizer “eu” e ser dito como “tu” sobre o sujeito no momento em que ele passa a ocupar esse lugar de locutor na cena enunciativa. Esse modo de definição me permite dar visibilidade de forma consistente ao modo como essas posições funcionam na cena, assim como, determinados por ela, os processos de interpelação e de reconhecimento se dão. Ao lado dos atravessamentos do lugar de locutor por memórias e sentidos específicos, dou visibilidade às consequências da interpelação e do reconhecimento por eles marcados nos processos discursivos em curso no material. Isso, pois, esse funcionamento de base pronominal retoma o gesto de interpelação mais fundamental apontado por Althusser ([1970] 1985): o fato do sujeito olhar quando escuta, na rua, “ei, **você!**”.

A partir desse gesto, posso pensar nas paráfrases ou nos encadeamentos possíveis, para diferentes posições discursivas, para o pronome que aí aparece, dando visibilidade a processos discursivos e atravessamentos que significam o lugar daquele que diz eu. Na linha do funcionamento que já comecei a explorar nas análises do Capítulo 4, considero que há em curso na cena um gesto de interpelação do tipo “ei, você, mulher!”, por exemplo, que barra a interpelação ou o reconhecimento, ao menos a princípio, daquele que é designado como “homem”. Considerar a constituição mútua dos lugares me permite, portanto, dar visibilidade a um processo fundamental que percebo em funcionamento no material: um processo de identificação não só com o lugar instaurado pelo pronome, mas com as cadeias parafrásticas que se constituem a partir desse lugar. Um processo que se dá precisamente

quando o sujeito diz “eu”, mas que é, sobretudo, condição necessária para que ele possa dizer “eu” e, a partir desse lugar, produzir dizeres outros; testemunhar, enfim.

Voltando à definição de Benveniste ([1970] 1989) para o lugar de alocutário, que se diferencia daquela de Guimarães (2002), enquanto este se refere a “aquele para quem se fala” (GUIMARÃES, 2002, p. 23), retorna novamente naquele a primazia da forma linguística na constituição dos lugares, pois o outro lugar é delimitado como o **lugar daquele a quem quem diz “eu” diz “tu”**. Ponho-me novamente a pensar sobre as implicações de cada definição quando postas em relação às elaborações sobre o trauma: ao pensar a cena como um espaço em que há produção de testemunho é preciso levar em conta o funcionamento ou mesmo o **processo testemunhal**.

Conforme já discuti ao longo do Capítulo 4, pelo ponto em que o testemunho toca a ordem do impossível do trauma, ele é sempre uma tentativa de elaboração do traumático que se dá no e pelo próprio ato de testemunhar, de dizer. Assim, testemunhar não se trata de um dizer em voz alta ou dizer para alguém algo que já estava elaborado ou reconhecido antes, delimitado enquanto sofrimento. Por isso, proponho pensar em um **processo testemunhal** que se dá no próprio testemunhar. Contudo, mesmo com as múltiplas tentativas de falar, há sempre um resto que sobra, resistente à historicização, ao reconhecimento. Por conta disso, é possível e preciso pensar em um **falar para si mesmo** no funcionamento de uma escuta própria daquele que diz “eu” em relação aos seus próprios dizeres, instaurada pela tentativa de **elaborar o trauma**. Nesse sentido, o funcionamento e o processo testemunhal desestabilizam o par emissão-recepção, produção-recepção ou, enfim, fala-escuta, trabalhado sobretudo por Jakobson (2010), mas que vejo ecoar nas definições de Guimarães (2002).

Não pretendo, porém, ignorar a dimensão que funciona no testemunho de dizer para um outro. Em geral, está posto no ato de contar o contar **para**, em que se imbrica a necessidade de um outro na cena testemunhal (contar para alguém) e a necessidade de algum tipo de reconhecimento, sobretudo do sofrimento, por parte desse outro (contar para que o outro reconheça a dimensão da dor). Essa imbricação pode ser pensada como sintomaticamente em funcionamento na recorrência do pesadelo descrito por Levi ([1946] 2014), em que a reação das pessoas diante do relato do sofrimento era de descrédito ou de completo desinteresse. Com isso, considero mais consequente tomar a definição que delimita o lugar que faz par ao daquele que diz “eu” como o **lugar daquele a quem se diz “tu”**, ao invés de o lugar “[d] aquele para quem se fala” (GUIMARÃES, 2002). Por conseguinte, posso pensar a escuta como um elemento que constitui a cena e que é central no funcionamento testemunhal, mas que não se cola a apenas um dos lugares de enunciação.

De forma próxima ao que fiz diante do filme-documentário *Jogo de cena* (2007) e de maneira a reforçar o caráter material, isto é, sobredeterminado, da constituição da cena e dos relatos, encerro esta seção apontando para o modo como, pensando, a título de exemplo, na cena instaurada na e pela campanha *Eu vou contar*, há em funcionamento determinações da ordem do interdiscurso – já a partir de um recorte específico feito pelas formações discursivas em jogo – que significam, pela memória, o que é um relato, o que é uma mulher, o que é um

aborto, entre outros. Mas a cena tem algo de relativamente autônomo – uma estrutura – que faz com que ela mesma traga à baila determinações para o funcionamento discursivo, por organizar de uma forma específica os elementos em jogo.

Assim, no próximo capítulo, dedico-me a delimitar alguns dos elementos que percebo como estruturantes na/da cena, visando a explorar, a partir das marcas na materialidade discursiva dos relatos, os modos de funcionamento desses elementos e as determinações que eles produzem sobre os testemunhos. Começo sempre por análises e elaborações referentes ao material *Eu vou contar*, sinalizando os momentos em que trago à baila algum dos outros materiais ou em que me refiro à elaboração de uma questão que se repete enquanto estruturante do conceito de cena em si.

UMA POLÍTICA DO TESTEMUNHO EM CENA

Parto do que, já em Guimarães (2002), colocava-se como questão central na definição da cena enunciativa: o fato de que (n)ela (se) instaura(m) **lugares de enunciação** distribuídos de maneira não-homogênea. No capítulo anterior, tratei do modo como o processo de tomada desses lugares perpassa **movimentos de identificação e reconhecimento**, ou seja, de **interpelação** dos sujeitos. Apontei, a esse respeito, para a emergência de chamamentos possíveis a partir do gesto de interpelação fundamental elaborado por Althusser ([1970] 1985) – “ei, você!” –, postulando o estabelecimento de delimitações no movimento de interpelação referente a uma campanha ou cena específica de testemunho – no caso da campanha *Eu vou contar*, por exemplo, uma possibilidade seria “ei, você, mulher!”. Com isso, torna-se necessário pensar, de um lado, sobre as determinações em jogo para a presença ou ausência de possibilidades, como a acima citada, nessa série de chamamentos ou gestos de interpelação em funcionamento em e para uma campanha; e, de outro, sobre as consequências do estabelecimento desses chamamentos – produtores de delimitações – para o funcionamento de uma cena específica e dos testemunhos nela produzidos. Os dois caminhos, sempre imbricados, colocam em jogo a questão da **memória** e de seu recorte e atualização a partir de posições e condições determinadas:

só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação [das] redes [de memória] e trajetos [sociais nos quais ele irrompe]: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 56).

Dito de outro modo, é preciso refletir sobre o processo de constituição dos lugares de enunciação em uma cena enquanto marcado pelo funcionamento da memória, bem como sobre as consequências desse processo tanto para o funcionamento da cena nos materiais quanto para a elaboração teórico-heurística da cena como parte do dispositivo de análise. Uma consequência fundamental é a de que, tomando parte nesse processo de constituição dos lugares na cena, os desdobramentos possíveis para o gesto fundamental de interpelação produzem delimitações particulares a uma cena ou campanha específica, relativas a **quem** pode testemunhar. Na mesma linha, algo parece fazer funcionar o estabelecimento de certos propósitos – supostos, ao menos – para o testemunhar, que se desdobram na determinação de modos ou maneiras específicas de fazê-lo. Isto é, está também em elaboração **como** testemunhar na tentativa de produzir determinados efeitos – também eles de alguma forma precisados por **para quê** se testemunha, ou o “**para quê**” do testemunho.

Está, portanto, em questão certa **gestão do testemunho** e sobretudo **do testemunhar** – distinção que considero relevante e retomarei à frente. Uma noção presente nas produções teóricas sobre o testemunho, sobretudo naquelas calcadas nos Estudos Culturais, como as que se debruçam sobre as diversas políticas estatais e culturais após grandes catástrofes e/ou sobre a literatura dita de testemunho ou de teor testemunhal, é a de **política da memória** (SELIGMANN-SILVA, 2005; 2010). Muitas vezes, ela é posta em oposição a uma **política do esquecimento** perpetrada de outro lugar. Por exemplo, Seligmann-Silva (2010) aponta que uma política do segundo tipo se instaura muito fortemente no caso da pós-ditadura brasileira devido à interpretação dada à Lei da Anistia, bem como à imensa demora na instauração de qualquer tipo de comissão de investigação e de averiguação dos crimes cometidos pelo Estado ditatorial. Essa política do esquecimento do caso brasileiro sufoca e retarda grandemente a produção testemunhal no Brasil e, assim, segundo ele, impõe barreiras à possibilidade de constituição de um **trabalho de memória** em relação a esse período da história brasileira.

Da relação entre o **testemunho** e a **política da memória** (SELIGMANN-SILVA, 2005) depreende-se que, no campo de produção teórica ao qual me refiro neste ponto, o testemunho pode ser **meio** ou mesmo **instrumento** de construção dessa política, isto é, enfim, de gestão da memória (construída politicamente como) coletiva e mesmo da memória historiográfica produzida e reconhecida por uma sociedade. Dois aspectos a esse relacionados me parecem relevantes para a discussão que procuro aqui fazer: o primeiro é o da ausência de elaboração, na bibliografia mencionada, de diferença entre **testemunho** e **testemunhar**, que penso como dois significantes que podem ocupar o mesmo espaço estrutural em expressões como “gestão do ” e “política do ”.

A espécie de indistinção entre um e outro termo produz um apagamento, na discussão teórica, da diferença entre o testemunho enquanto textualização produzida em outro lugar e, então, gerida, ou gerida depois – o que poderia encaminhar para discussões acerca de políticas de arquivo e de gestão pública da memória (construção de memoriais, práticas educacionais, entre outras possibilidades), por exemplo, relativas, sobretudo, a modos de circulação – e a gestão do testemunho em seu caráter de ato, isto é, relativa à delimitação e à organização dos espaços – e do caráter desses espaços – em que ele irá ainda se produzir.

Assim, a passagem ou deslize de um significante a outro produz deslocamentos importantes de sentido e conceito, tocando fundamentalmente o que procuro discutir com o segundo aspecto: o da equivocidade do termo “política” em “política da memória”, que funciona e produz efeitos dentro da própria discussão teórica do autor a partir da alternância observável entre a noção de “**política da memória**” e a de “**cultura da memória**” (SELIGMANN-SILVA, 2005; 2010). Em verdade, deparar-me com esses conceitos e procurar discuti-los na relação com a área a que me filio traz à tona uma questão de grande complexidade, para a qual apenas apontarei, que tem a ver com o fato de que a AD, usualmente, não incorpora em seu dispositivo teórico-analítico o conceito de **cultura**. Contudo, ela não deixa de deparar-se com essa noção e ver-se obrigada a discuti-la e repensá-la de alguma forma, seja na medida em que ela coloca questões para a rede conceitual com que efetivamente trabalhamos, seja sobretudo

quando nos propomos a analisar objetos trabalhados em outros campos teóricos nos quais esse conceito opera, como é o caso do testemunho.

A respeito da alternância mencionada e à questão da cultura como conceito, interessa-me discutir uma citação de *Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes* (SELIGMANN-SILVA, 2005). Trago-a de um momento do texto em que o autor aponta diferenças entre as elaborações sobre o testemunho pensadas na Alemanha, na França e nos EUA, a partir da *Shoah*, e o desenvolvimento da noção de *testimonio* na América Latina. Segundo ele: “[a] ‘política da memória’, que também marca as discussões em torno da *Shoah*, possui na América Latina um peso **muito mais de política ‘partidária’ do que ‘cultural’**: aqui ocorre uma convergência entre política e literatura” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89, grifo meu). Essa passagem me interessa não pela discussão das especificidades das teorias sobre o testemunho em uma e outra tradição, mas por colocar em jogo e sobretudo em contraste uma noção de “**política partidária**” e outra de “**política cultural**”.

A partir disso, compreendo que a alternância ou o deslize “da memória” torna-se possível na medida em que a noção de **política da memória** em seu todo não tem a que ver somente com a atuação político-partidária ou Estatal sobre e na questão da memória, mas emerge de uma espécie de **prática** que, uma vez compartilhada e algo estabilizada, se instaura nisso que se chama de **cultura**. É por isso que o autor aponta como particular da tradição latino-americana uma vinculação mais forte a agendas partidárias. Contudo, é importante pontuar que, também pela manutenção da proximidade na expressão acima destacada, o aspecto cultural não implica ruptura com o caráter político das práticas em questão – nesse caso, porém, concebe-se o político ou a política como algo outro ao que está estritamente ligado à política como jogo ou forma de organização do Estado.

É curioso, contudo, contrapor o dito acima com outra citação do autor, que trago justamente do texto em que o termo “cultura da memória” é mais utilizado, intitulado *O local do testemunho* (SELIGMANN-SILVA, 2010). Sua parte final é dedicada à discussão do (sufocamento do) testemunho no caso da ditadura civil-militar brasileira. Tratando-se de um texto pré-CNV, Seligmann-Silva fala das lutas travadas sobretudo por vítimas e suas famílias contra o entrave das investigações e punições, assim como contra a falta de abertura para a escuta de testemunhos. A origem de tal sufocamento, como já mencionei, estaria nas características da abertura que se produziu e, sobretudo, na interpretação então dada à Lei da Anistia (BRASIL, 1979), que se mantém vigente até hoje e estende àqueles que tomaram parte nas ações do regime a impossibilidade de tornarem-se réus de processos jurídico-penais.

Trata-se de uma luta que ainda não conquistou a sociedade e que está muito dependente de iniciativas das vítimas. **Quando os testemunhos dos sobreviventes se tornarem parte dos currículos escolares, quando arquivos forem abertos, mais memoriais debatidos e construídos, quando os tribunais forem abertos aos testemunhos dos que sofreram sob a ditadura, quando a verdade começar a se delinear e os responsáveis forem levados a pagar pelo que fizeram, aí sim teremos a nossa cultura da memória.** Aí poderemos debater também de modo mais claro os limites da fala testemunhal. Por enquanto, este debate no Brasil é feito a partir de outras culturas da memória, como a do Holocausto e a de nossos países vizinhos. (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 15, grifo meu)

Os elementos elencados pelo autor na citação acima, segundo ele necessários à instauração ou produção de uma **cultura da memória** no Brasil pós-ditadura, parecem tornar menos clara a separação entre política partidária e política cultural que funcionava na citação anterior. Isso, pois, entende-se que a criação de uma cultura da memória passa por instituições e práticas que têm relações fortes com a política concebida enquanto jogo do Estado, ou com as instituições que necessariamente ao Estado se reportam – isto é, para retomar Althusser, com os chamados Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) (ALTHUSSER, [1970] 1985): as escolas ou currículos escolares, os arquivos oficiais, as construções públicas, os tribunais e a lei, entre outros.

Por isso, parece que na produção teórica de Seligmann-Silva, assim como no campo teórico de que o considero representante, a **política da memória**, mesmo quando pensada enquanto **cultura da memória** ou enquanto **política cultural**, não deixa de trilhar um caminho que passa por certo crivo do Estado e de suas instituições: são elas as grandes responsáveis por instaurar práticas em torno da memória que venham a constituir o que se chama de **cultura**, ou de “da memória”.

Assim, não posso deixar de compreender essa noção de **política da memória** como algo que passa pelo que é **gerido**, organizado a partir de instituições e aparelhos identificáveis como parte da máquina político-estatal. Contudo, aquilo que, no início deste capítulo, eu identificava como “algo” que faz funcionar o estabelecimento de certas delimitações para o funcionamento e, sobretudo, para a produção do testemunho não parece ser exatamente o apontado por essa noção. Isso, pois, as balizas que apontei, relativas a **quem** testemunha e a **como** e a **para quê** se testemunha, não coincidem com nenhum conjunto de regras nomeadamente postos por qualquer tipo de órgão – seja, no caso do *Eu vou contar* ou da *#meuamigosecreto*, pelas ONGs promotoras, seja, no caso do Relatório da CNV, pela própria Comissão ou, enfim, por qualquer instituição estatal ou jurídica.

Dito de outro modo, essa sorte de regulação do espaço do testemunho não coincide diretamente com um conjunto de demandas e/ou regras de um movimento social determinado ou dos AIE, explicitadas para os sujeitos que estão por testemunhar – volto a apontar a importância da distinção entre **testemunho** e **testemunhar** para essa discussão, visto que essas delimitações necessariamente operam para além da esfera de circulação pensada *a posteriori* –, ainda que seja necessário considerar que tais demandas não deixam de tomar parte no processo de constituição dessas delimitações.

Esse “algo” de que falo, como comecei a apontar com a discussão sobre os chamamentos possíveis em funcionamento nos diferentes materiais, estabelece-se e é posto em funcionamento, muito mais do que por qualquer grupo ou instituição de organização, por determinações do **interdiscurso**, das redes de **memória**, das redes de sentido que se atualizam na produção de uma campanha ou de um testemunho – daí o não-descolamento com aquilo que emerge como demanda de uma campanha, pois as demandas também se produzem como efeito da filiação a redes específicas da memória. Detendo-me sobre a campanha *Eu vou contar*, por exemplo, penso que esse “algo” está relacionado às redes de sentido e memória que, para

uma posição discursiva específica, circundam o significante “aborto”, bem como, no caso dos outros dois materiais, circundam outros significantes centrais, como “machismo”, para a *#meuamigosecreto*, e “ditadura” ou “tortura”, para o Relatório da CNV.

Assim, considero necessário afastar-me, por um lado, da noção de “gestão”, que remete ao campo da organização por meio de normas localizáveis e atribuíveis a um lugar de autoridade identificável, e, por outro, da noção de “política da memória” visto que ela parece se referir a um modo posterior de trabalho com uma produção já feita em outro lugar. Proponho, por isso, pensar a noção de **política do testemunho** – uma formulação que não é inédita, mas, quando emerge, é pouco discutida em sua fundamentação teórica. Aqui, trago-a como tentativa de identificação do processo de produção de determinações – relativas a **quem** testemunha e a **como** e **para quê** se testemunha, como já dito – que funciona dentro de uma campanha ou, enfim, na instância de emergência de testemunhos ou de um testemunho.

De início, ressalto que pretendo, com e nessa nomeação, entender o “testemunho” aí presente simultaneamente em seu caráter de ato e de “texto”, permitindo que se imbriquem, sem deixar de distingui-los, os âmbitos do **testemunho** e do **testemunhar** que antes discuti. Tendo já apresentado a necessidade da distinção, considero a imbricação necessária para que não se produza uma divisão artificial entre o ato e o “produto”, o “texto”. Isso, sobretudo, porque a filiação à AD me faz postular que as determinações na dimensão do espaço de produção geram efeitos e marcas nisso que se obtém como “produto”, ou melhor dizendo na materialidade linguístico-discursiva que aí se produz. Ademais, é justamente a partir de e sobre essas marcas que minha análise se constitui, portanto são elas, antes de tudo, que possibilitam que eu construa qualquer discussão sobre a política de que busco tratar.

Considero que a **política do testemunho**, enquanto processo produtor de delimitações, é constituída pela emergência e pela imbricação de redes de sentido e de relações de memória. Assim, penso essa política como um elemento que se repete, isto é, que está em questão, nos três materiais que analiso. Contudo, são diferentes as determinações a ela remissíveis em cada um deles, ao passo que são diferentes as redes a que as posições em jogo em cada material ou campanha se filiam. Dito de outro modo, variam os elementos visíveis no campo da memória e, por isso, variam as questões postas em jogo no espaço da **cena** em que os testemunhos se produzem, mas há sempre esse elemento, essa política, que faz funcionar a produção de delimitações que marcam os testemunhos em análise.

Por consequência, a elaboração da noção de **política do testemunho** é importante para a construção do dispositivo analítico: articulada àquela de **cena**, ela ajuda a dar visibilidade, na e pela análise, a funcionamentos presentes nos materiais, bem como auxilia na reconstituição dos processos que produzem esses funcionamentos. Essa articulação possibilita, enfim, analisar os funcionamentos **em relação a** suas condições de produção e ao funcionamento da memória.

Assim, justifico a necessidade de afirmar a relação de imbricação entre **política do testemunho** e **cena** também pela retomada do jogo de sobredeterminações que explorei no capítulo anterior. Em especial, é preciso ressaltar a dimensão da concretude da cena nesse

jogo, pensando-a em paralelo ao modo como Althusser ([1970] 1985) trabalha a ideologia em sua **existência material**. Segundo o autor, a ideologia não é apenas um conjunto de ideias ou representações imaginárias, mas é também a sua organização em um conjunto de instituições e, sobretudo, de **práticas**: “uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material” (ALTHUSSER, [1970] 1985, p. 89). Por consequência, penso a **cena** como uma **especificação local** em que opera um conjunto de **práticas**. Por sua vez, essas práticas são, em minha perspectiva, a elaboração material de uma política do testemunho que funciona ideologicamente, isto é, que tem a que ver com o funcionamento discursivo e da memória.

Em suma, a **política do testemunho** não corresponde, por um lado, a um conjunto de regras abertamente postas ou declaradas em algum lugar. Contudo, por outro lado, pensar o jogo entre essa política e a **cena** enquanto instância **estruturada** e, por consequência, **estruturante** permite tirar a noção de **política do testemunho** de um plano de existência pouco materialista, isto é, pouco inserido no jogo de sobre-determinações, como se ela estivesse posta antes e elevada em relação ao plano da produção discursiva em si. Pelo contrário, essa política não está constituída antes e independentemente da **cena**, pois é pelo funcionamento **material** da última, instaurado, no limite, pelo próprio funcionamento da língua (vide a discussão que fiz no capítulo anterior sobre o papel dos pronomes na constituição dos lugares na cena), que ela toma forma e produz efeitos, esses também simultaneamente constituídos pela e marcados na materialidade linguística ou linguístico-discursiva.

Assim, acredito que o conceito de **cena** seja interessante para pensar a estruturação e o funcionamento da **política do testemunho** concebida dessa forma por permitir dar visibilidade ao modo como há, em cada material, o estabelecimento de um **espaço em que convergem discursividades específicas**. A título de exemplo, no caso do *Eu vou contar*, falar dessa convergência de discursividades significa dizer que, sempre na relação com o domínio da memória, imbricam-se na cena discursividades relativas ao aborto, ao corpo feminino no espaço público e privado, ao corpo feminino e à gravidez no discurso médico, ao feminino e ao sofrimento, assim como ao que é um relato ou um testemunho, entre outras.

A convergência dessas discursividades em atravessamento na estrutura da cena, ao produzir determinações e delimitações para os espaços de **quem** testemunha, **como** e **para** **quê**, também produz efeitos discursivos importantes. De fato, emergem, em cada material, regularidades estruturantes que apontam para a constituição dessa política em funcionamento, conforme discuto adiante. Alguns exemplos são a prevalência de depoimentos de mulheres e a constituição de um lugar de sujeito-“mulher” com características específicas (domina sua própria história e decide contá-la, sabe dizer de seu sofrimento, entre outras), no caso da campanha *Eu vou contar*, bem como, no caso dos testemunhos da CNV, a presença de nomeações e identificações precisas de agentes, em um movimento próximo ao do funcionamento jurídico.

Contudo, no processo de análise – e é esse seu aspecto mais interessante, ao qual procuro dar ênfase no desenvolvimento de meu trabalho –, torna-se possível perceber e dar a ver como,

além das regularidades cuja emergência pode-se atribuir à constituição de uma política do testemunho em cena, emergem nos materiais outras regularidades, talvez algo inesperadas se não estivesse sempre-já em jogo o fato de que “não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura” (PÊCHEUX, [1990] 2012, p. 17).

No caso do *Eu vou contar*, um exemplo notável seria a única história contada por um homem, que faz trabalhar a delimitação de **quem** testemunha em seu aspecto equívoco e histórico da produção de sentidos. Ademais, tem-se a recorrência de marcas que fazem referência à memória mnemônica do sujeito como fator para o esquecimento, bem como a própria recorrência da ausência do objeto do (“)contar(”). Essa recorrência é de especial relevância, pois, ainda que haja todo um trabalho do sujeito e dos sentidos na tentativa de dar conta daquilo de que se quer dar testemunho, há um furo que inevitavelmente escapa a qualquer percepção, restando, injustificado, como marca daquilo que é da ordem do furo irreparável na estrutura, da experiência que o sujeito não possui, enfim, do **trauma**.

Com isso, quero dizer que encontrar no material diretrizes constitutivas de uma política do testemunho não implica fadar o funcionamento dos relatos à sua repetição ou reprodução: o interesse é, antes, apontar justamente os espaços de falha, mas, ao mesmo tempo, o modo como, a partir dessas falhas, emergem funcionamentos e regularidades outras que percorrem talvez não o caminho pavimentado, mas as brechas dessa pavimentação. Aqui exploro com mais especificidade o caso do *Eu vou contar*, que interessa por dar visibilidade à produção de marcas, de inscrições, enfim, de algo que não cessa de não se escrever, por fazer escrever “a própria marca de uma impossibilidade de marcar” (BALDINI, 2017, p. 73).

Na mesma linha, é preciso ressaltar que apontar para uma convergência de discursividades no espaço da cena dos testemunhos não é afirmar a possibilidade de estabelecer uma **unidade temática** que faria, por si, emergir a designação de um **conjunto**. Seja o tal conjunto referente a um material específico, como esses que são denominados e se autodenominam “campanhas” – *Eu vou contar* e *#meuamigosecreto* – seja ele composto por mais de um material, como o que proponho montar neste trabalho. Contudo, as “campanhas” se constituem como tais ao passo em que emergem como algo relativamente uno, mais ou menos “formador de conjunto”, tanto porque assim se identificam quanto porque assim são percebidas. O caso da *#meuamigosecreto*, que analiso a seguir, é particularmente interessante para se pensar a questão, posto que, ainda que haja uma ONG que assume a autoria da campanha, ela não é a única fonte de produção dos materiais que a integram; ainda assim, as eventuais divisões parecem ser atenuadas na emergência de algo que se percebe como **um**.

Uma base fundamental da AD é o deslocamento feito pelo campo de pensar o **sentido** para pensar o **efeito de sentido** (PÊCHEUX, [1975] 2014). Para a AD, o sentido de uma palavra não é dado, nem é colado a ela, mas é **produzido e sustentado por processos** – que podem sempre tornarem-se outros e sofrerem deslizamentos –, e por isso é pensado como **efeito**: ele ganha relativa estabilidade dentro de uma posição ou FD que faz com que a palavra tome parte em **processos discursivos** específicos, que produzem um **efeito de sentido** específico referente àquela, mas não a outra posição ou FD. Com isso, a interpelação

de um sujeito por uma FD faz com que esse processo de produção de sentidos seja apagado e que, assim, determinado (efeito de) sentido apareça como o único sentido possível, colado a um significante, próprio a ele: daí a força desse **efeito**, que a análise discursiva visa a desmontar pela restituição da visibilidade aos processos e funcionamentos que o sustentam em determinado *corpus*.

Por esse caminho, como já apontei anteriormente, a perspectiva discursiva permite dar visibilidade à **contradição** e aos múltiplos diante do que de início se apresenta como **uno**: pode-se, por exemplo, dar visibilidade à produção de sentidos diferentes para um mesmo significante em diferentes *corpora*, ou mesmo em um único *corpus* em que, a princípio, parece haver unidade e constância de um só sentido para determinado objeto. Por extensão, a **unidade** de que falei no que tange as campanhas também poderia, uma vez retraçados os percursos discursivos e ideológicos que levam à sua emergência, ser trabalhada como **efeito de unidade**.

Com isso, visto, ademais, a ressaltar o modo como a noção de **efeito** é central no campo da AD enquanto campo **materialista**, pois o **efeito** dá força à necessidade de se pensar em **processos de produção** e, assim, recoloca os elementos que parecem dados como origem e causa de si no jogo de **sobredeterminações** do “todo complexo com dominante”. Portanto, de forma paralela à **produção de sentidos**, considero que há **processos** particulares que **produzem**, entre determinados enunciados ou *posts*, um **efeito de unidade** ou, melhor dizendo, **efeito de conjunto**. Para os sujeitos, ele parece justificar-se, de início, por uma “unidade temática”, mas ela não é efetivamente verificada – há uma profusão de narrativas dos mais diversos tipos e estruturas e verificam-se, na prática, dissidências e disputas dentro do próprio movimento: o que, então, sustenta o **efeito de conjunto**? Quais processos o produzem?

Desviando da solução pela temática e calcando-me em um gesto de leitura e análise tanto do material da campanha *Eu vou contar* quanto da *#meuamigosecreto*, penso o **efeito de conjunto** como estruturado e produzido por **processos de identificação e reconhecimento**: há em cada material uma recorrência da identificação dos sujeitos com o espaço da cena, com o modo particular em que esse espaço recorta e faz convergir certas discursividades, pois isso é o que permite que esses sujeitos venham a ocupar, tomar o **lugar de locutor** aí construído; ao mesmo tempo, é a recorrência dessas identificações que faz com que emerja o espaço de **cena** de uma campanha, tornando-o, ao menos em efeito, delimitável por alguma coesão, também relativa à convergência de discursividades específicas de que já tratei.

O SUJEITO QUE CONTA

Começo por pensar esse movimento de tomada do lugar considerando **cada** sujeito, partindo sempre da campanha *Eu vou contar*, mas pensando que há funcionamentos que podem ser generalizados para o conjunto de materiais. Eu já sinalizei o atravessamento de uma memória do feminino na cena que determina particularmente o lugar do locutor, mas há uma determinação muito mais basal em jogo para esse mesmo lugar. Trata-se da construção dessa

posição como **a ser ocupada por um sujeito consciente e, em especial, através de um gesto consciente desse sujeito**. Apontei para o funcionamento do contar a partir desse efeito de consciência do sujeito nas análises que apresentei no Capítulo 4, posto, principalmente, por formulações presentes nos paratextos da campanha quando convidam os sujeitos a também darem seus testemunhos (ver E8), mas também marcado em enunciados dos próprios relatos (ver E5 e E7).

E8: “Ao terminar de ler, se **quiser contar** sua história ocorrida há mais de 8 anos [...], clique aqui” (texto breve de apresentação, grifo meu).

E5: “Três anos depois eu **criei coragem e contei** à minha mãe” (história 2, grifos meus).

E7: “Eu não me arrependo, mas o silêncio me oprime, por isso **resolvi contar** minha história” (história 1, grifo meu).

De qualquer modo, o funcionamento dos sujeitos a partir dessa certeza da consciência é, enfim, consequência de efeitos ideológicos dos mais elementares, conceituados por Pêcheux ([1975] 2014) através dos dois esquecimentos de que já falei no Capítulo 3. Destaco o modo como ele está posto na campanha e nos relatos, porém, pois não posso deixar de lembrar que esses mesmos relatos estão atravessados pela **ordem do trauma**, enquanto ordem que faz vir à tona exatamente a falha da suposta soberania do sujeito sobre si e sobre sua história, pois ele é **a experiência que o sujeito não pode possuir, não pode significar**. Imbricam-se, portanto, nesse lugar do sujeito que conta, a **determinação da consciência** e a **determinação do trauma**, que expõe a suposta consciência ao seu caráter de ilusão.

Assim, a demanda por um sujeito consciente por parte da política do testemunho em questão faz funcionar na e a partir da cena essa imbricação marcada pela contradição, que atravessa, sobretudo, o lugar do locutor e, por consequência, marca os dizeres produzidos a partir desse lugar. Nesse sentido, considero que essa imbricação é a determinação central de duas regularidades⁴² presentes nos relatos. A primeira é o aparecimento de marcas que buscam ancorar o relato num **discurso do verdadeiro**, que deixo para analisar adiante, mas que trazem à materialidade marcas como números que indicam distâncias temporais ou valores.

A segunda decorre também da delimitação da passagem de tempo entre a ocorrência do aborto e o momento do testemunho no contexto da campanha, mas encaminha-se para a construção dessa passagem de tempo como justificativa diante da falha, diante da e para a **impossibilidade de tudo dizer**. Essa impossibilidade é, assim, trabalhada como uma **impossibilidade de tudo lembrar**, conforme aponta a relação de implicação funcionando em E16: a falha é significada como efeito do desgaste da memória do sujeito – uma memória mnemônica, da ordem do puro registro. Assim, essa regularidade produz como efeito um certo **aplacar do atravessamento do traumático** na tentativa de sustentar a posição do sujeito consciente antes assumida.

E16: “**Isso já tem quase 10 anos**, é difícil ter a exata sequência dos acontecimentos” (história 7, grifo meu).

P16.1: Isso já tem quase 10 anos, por isso é difícil ter a exata sequência dos acontecimentos.

42 A esse respeito, destaco que as análises a partir das quais encontro essas duas regularidades se desenvolvem fundamentalmente sobre as mesmas marcas na materialidade dos relatos. Ao chamar a atenção para isso, busco mostrar que há possibilidade de encaaminhamentos analíticos diferentes não só a partir de um mesmo material, mas até mesmo a partir dos mesmos enunciados e da atenção sobre as mesmas marcas presentes nos enunciados. Toco, portanto, no modo como a AD, de maneira muito particular, propõe com a noção de **recorte** uma aproximação fundamental entre montagem do dispositivo analítico e montagem do *corpus*: essa aproximação não é uma colagem, mas é, como eu já disse, um movimento pendular. O analista não impõe ao *corpus* seu dispositivo já pronto, porém ao mesmo tempo o *corpus* não impõe ao dispositivo analítico qualquer tipo de cristalização. Ao invés disso, é no jogo entre as perguntas de análise e os gestos em direção ao material que o analista encontra e passa a dar visibilidade a alguns dos processos discursivos que sustentam o funcionamento daquele material. Por conseguinte, mudar as perguntas de análise, por exemplo, desencadeia todo um outro percurso de trabalho, que pode levar ao encontro com processos discursivos outros também ali presentes, em funcionamento.

Em E17 há um funcionamento semelhante – é notável, inclusive, que se repita o “isso tem”, não apenas para essa análise, mas também pelo aparecimento do dêitico “isso”, cuja relevância para pensar o funcionamento desse material já apontei no Capítulo 4 –, mas que em certa medida entrecruza as duas regularidades que delimitei. Surge um número, um valor (“150 reais”), marca que antes atribui à tentativa de ancoragem do relato num âmbito do crível, do verdadeiro. Porém, imediatamente depois dessa marca repete-se quase idêntico o funcionamento, inclusive em formulação, presente em E16. Assim, a questão do desgaste da memória pelo tempo passado parece surgir como justificativa não da falha produzida pelo furo que eu atribuiria à dimensão do traumático, mas de um possível furo da marca que é, também ela, uma tentativa de aplacar essa dimensão, com certo aspecto de precaução.

E17: “Ele me disse que eram **150 reais. Isso tem 12 anos, acho que foi 150, sim**” (história 13, grifos meus).

Um terceiro enunciado, E18, chama a atenção pelo modo como nele funciona o adjetivo “boas”. Esse funcionamento dá visibilidade ao **equivoco** constitutivo, de que tratei no Capítulo 3, em especial na nota 22. O equívoco em AD decorre, como mencionado, do jogo que é próprio à língua. Ao lado do descolamento promovido por Pêcheux ([1975] 2014) entre significante e significado, a partir do qual pensa-se que as palavras não têm **um** sentido que lhes seja próprio, o conceito de equívoco instaura o deslize dos sentidos como sempre já possível. Nas paráfrases do enunciado, busco dar visibilidade ao modo como são as duas regularidades em imbricação que agenciam e fazem funcionar a possibilidade do equívoco a partir do adjetivo. Digo “a partir do” adjetivo, pois, como mostro, o funcionamento da equivocidade reverbera nos modos de articulação das partes do enunciado, o que corrobora a afirmação de que a sintaxe tem um lugar particular na questão do sentido.

E18: “Não tenho **boas** lembranças, quase não lembro de nada” (história 22, grifo meu).

P18.A.1: Não tenho boas lembranças pois quase não lembro de nada.

P18.A.2: Não tenho lembranças precisas pois quase não lembro de nada.

P18.B.1: Não tenho boas lembranças, na verdade quase não lembro de nada.

P18.B.2: Não tenho lembranças agradáveis, na verdade quase não lembro de nada.

Nas paráfrases marcadas por A, o adjetivo “boas” é significado a partir do mesmo funcionamento que explorei em E16 e E17: as “boas” lembranças são aquelas mais intactas, mais precisas, menos desgastadas pela ação do tempo na memória do sujeito – que é da ordem do registro. Por outro lado, nas paráfrases marcadas por B o que está em jogo em “boas” é exatamente a dimensão do desconforto, do traumático da experiência. É interessante notar, contudo, que a esse segundo funcionamento conjuga-se uma outra concepção de memória, em que a falha é assumida como constitutiva e não apenas imposta por uma distância ou desgaste temporal. Essa concepção põe problemas para um sujeito que tenta se colocar como senhor de si e de sua história, assim como para a política testemunhal que pede esse sujeito: como é possível que haja sofrimento na ausência da lembrança do que o originou? Como seria possível dizer algo desse sofrimento sem poder dizer precisamente o que o causou?

A partir dessas análises, friso o modo como esses funcionamentos apontam para a **política do testemunho** e, por consequência, para a **cena** enquanto instância que estabelece as condições de emergência ou de **possibilidade** do testemunho. Os processos discursivos que emergem nos relatos marcados pela determinação de que trato aqui mostram, enfim, um sujeito que se debate na tentativa de tomar para si o lugar que lhe é oferecido, pois é só a partir desse lugar que há para ele a possibilidade de testemunhar. Em outras palavras, no *Eu vou contar*, **ao** e **para** testemunhar, o sujeito deve e tenta se construir como um **sujeito consciente**, capaz de tomar decisões e de fundar pela própria fala um momento novo, em que há a possibilidade de narrar a história de que ele se apresenta como mestre e, inclusive, há a possibilidade de agenciar essa narrativa para um objetivo determinado. Nesse movimento, o sujeito se constrói como capaz de endossar um **corpo político** que faz o mesmo, ao mesmo tempo em que é o tornar-se parte desse corpo político que permite que ele testemunhe, como exploro na seção seguinte.

Ao dar visibilidade à instauração desse litígio que atravessa o lugar oferecido ao sujeito que conta, exatamente para que conte, não pretendo dirigir algum tipo de crítica ferrenha à campanha *Eu vou contar*. Assim, gostaria de apontar que, para além de um funcionamento explicado pela relação espontânea do sujeito com a linguagem e consigo mesmo enquanto atravessado por ela, é possível considerar ainda outro fator que **impõe para a cena a necessidade de que o testemunho parta de um lugar de consciência**. Fator esse que funciona não só na campanha *Eu vou contar*, mas também nos outros dois materiais e, arrisco-me a dizer, possivelmente em outros ainda que toquem questões relativas a vivências ou sofrimentos marcados por uma memória de feminino.

Elaboro esse fator como o do **lugar do pudor ou da vergonha** diante do testemunho ou do ato testemunhal, que implica, em parte, um reconhecimento do sofrimento. Para trabalhar com um exemplo que permita o cotejo, penso na ausência ou ao menos em uma atenuação dessa necessidade nos testemunhos relativos à segunda guerra e ao holocausto. Nesse movimento, não posso evitar desconsiderar, por vezes, diferenças e questões importantes, mas o faço esperando, apesar disso, esclarecer meu argumento.

No caso dos testemunhos de judeus, o estabelecimento desse lugar de pudor para aquele que ouve o testemunho parece depender fundamentalmente do reconhecimento da existência do holocausto enquanto acontecimento histórico. Ou seja, se aquele – que ocupa na cena o lugar daquele para quem se diz “tu” – compartilha do pressuposto de que o acontecimento realmente ocorreu, quase logicamente ele reconhece aí a existência de um sofrimento para o sujeito que testemunha e, portanto, reconhece a necessidade de certo pudor no tocante à questão. Discursivamente, é possível pensar essa colagem de um sentido ou de um campo de sentidos ao acontecimento por processos de saturação, em que historicamente os sentidos possíveis para “holocausto” passam a ser apenas os de uma experiência de dor e/ou horror.

Por outro lado, não há o mesmo efeito de saturação em funcionamento quando o acontecimento em questão é, por exemplo, um aborto ou um abuso. Para o segundo, pode estar em jogo o próprio reconhecimento do acontecimento, o que o torna um exemplo mais

complexo. O caso do aborto, contudo, me permite construir mais facilmente o paralelo com a questão do holocausto. Posições diferentes podem reconhecer ou assumir o acontecimento, o fato do aborto: “houve um aborto”. Contudo, os encadeamentos que a partir daí se produzem e as paráfrases que são possíveis desdobram-se por caminhos muito diferentes a depender da FD considerada e do campo de sentidos em que se caminha. Por exemplo, em muitos materiais e formulações, ainda que possa permanecer o reconhecimento de uma dimensão de sofrimento atrelada ao fato, há uma disputa importante entre atribuir esse sofrimento ao lugar da mulher que fez o aborto ou ao lugar daquele (ou daquilo) cujas nomeações estão sempre em questão – a “criança”, o “feto”, o “inocente”, entre outras.

O lugar do pudor diante desses testemunhos de mulheres está, portanto, longe de estabilizado por qualquer lógica da saturação, pois também não é estável o reconhecimento ou a legitimação de qualquer sofrimento da parte da mulher que aborta. Penso, por consequência, a construção desse sujeito plenamente consciente de si e de sua história também como um mecanismo que responde a essa ausência de estabilidade. Em suma, a **política do testemunho** de que até agora falei é marcada, no caso dos testemunhos de mulheres, por uma **necessidade de legitimação**, que se desdobra em determinações para **o que** e **como** se diz na cena. Retomo adiante a relação entre **determinações** e **demandas** postas pela cena tanto para o sujeito quanto para seus dizeres, visando a pensar o modo como elas determinam a ocorrência de processos discursivos, pelos quais ficam marcadas na materialidade dos relatos, como comecei a mostrar na análise que apresentei neste item.

O SUJEITO, OS SUJEITOS

Na seção anterior, comecei por pensar a tomada do lugar de locutor e a decorrente entrada na cena para cada sujeito que faz esse movimento. Contudo, aponte também para a emergência de um **corpo político** a partir dos **repetidos movimentos de tomada de lugar pelos sujeitos**. É sobre esse ponto que desenvolvo esta seção, pensando os movimentos de identificação e reconhecimento não mais apenas entre **um** sujeito e o lugar de locutor, ou entre um sujeito e o **Sujeito**, mas entre **os sujeitos** que eventualmente ocupam esse lugar. Movimentos sustentados por funcionamentos e efeitos discursivos específicos e que, ao mesmo tempo, também fazem emergir efeitos outros.

Considero essa elaboração de grande importância para construir um caminho de resposta à minha questão inicial de análise, sobre as condições necessárias para a emergência dos testemunhos de mulheres. Me parece que a identificação entre os sujeitos e a decorrente emergência do que elaboro como um **nós político organizador** é uma condição central para a produção dos testemunhos em questão. Assim, é preciso pensar sobre os **movimentos de filiação e reconhecimento** nos materiais para apontar as condições de constituição do **nós organizador** que vejo emergir. É importante apontar que esse caminho de análise me leva a desviar, simultaneamente, de restringir a questão ao espaço de circulação e da abordagem da possibilidade de testemunhar como determinada pelo suposto “conteúdo” daquilo que se diz, o que poderia levar a afirmações como “não era feito **no** tribunal pois é **sobre** aborto, e

aborto é crime”. É preciso, antes, pensar em **condições discursivas** para a emergência dos testemunhos.

A menção da questão da circulação me leva a dizer algo sobre o âmbito **digital** como um elemento a ser levado ou não em conta na análise sobretudo das duas campanhas, *Eu vou contar* e *#meuamigosecreto*. A questão do digital em AD é, a meu ver, bastante delicada: alguns modos de tratá-la parecem fazer os analistas voltarem a falar de **funções**, e não de **funcionamentos** – ruptura apontada como fundamental, enquanto remissível ao próprio do corte saussuriano, por Haroche, Henry e Pêcheux ([1971] 2008) –; de **suporte**, e não de **materialidade** (quando se pensa o arquivo). Em vista disso, defendo ser importante trazer à baila a questão do digital se e enquanto esse se faz determinante em processos discursivos em análise, e não como obrigatoriedade, apenas pois determinado material é produzido ou se apresenta *online*, por exemplo. Assim, não me parece problemático o fato de que, em minha análise sobretudo do *Eu vou contar*, o digital ou qualquer possível digitalidade pouco apareça: a emergência do nós político organizador, nessa campanha, me parece pouco ligada a qualquer funcionamento especificamente digital.

A campanha *#meuamigosecreto*, por outro lado, já traz à tona a possibilidade de elaborar essa determinação, mas ainda é preciso algum cuidado para evitar, sobretudo, o deslize entre função e funcionamento ao se pensar o aparecimento da *hashtag* que aí se dá. Por conta disso, retomo no meu gesto de análise o trabalho de Zoppi-Fontana e Oliveira (2016) a respeito de *#sóquenão* ou *#sqn* e *#taserto*, de um lado para produzir, em minha própria análise, gestos de descrição-interpretação próximos aos das autoras e, de outro, para apontar a emergência de efeitos discursivos diferentes a partir de cada *hashtag*, ainda que esteja em questão o uso do “mesmo recurso” em termos de sua função na plataforma digital. É a partir desses efeitos discursivos produzidos que retomo a discussão sobre a **identificação entre os sujeitos** e a emergência do **nós político organizador**.

Em relação à **função**, defino a *hashtag* como um pequeno código (#) que, inserido diante de uma mensagem (a *tag*, que pode ser composta por uma ou mais palavras desde que escritas sem espaços), torna-a pesquisável no banco de dados de plataformas da internet, sobretudo nos de redes sociais. A **função** do elemento dentro do algoritmo, da máquina, é sempre a mesma: em geral, nas plataformas que operam com o uso de *hashtags*, a inserção do símbolo # faz com que o elemento que o segue torne-se um hiperlink que, quando clicado, direciona o usuário a uma página de busca. A página contém potencialmente todos os *posts* daquela plataforma marcados pela mesma (*hash*)*tag*. A *hashtag* exerce, portanto, **função agrupadora**, sem importar a posição em que ela aparece no *post* ou sua relação com os demais elementos; basta que ela esteja presente.

Porém, passando ao âmbito do **funcionamento**, a primeira questão que se coloca é a do modo de articulação entre a *hashtag* e as outras materialidades presentes no(s) *post(s)* por ela marcado(s). Nesse sentido, é interessante o gesto feito pelo *#MUSEUdeMEMES* em relação a essa e a outras *hashtags* e memes, visto que há na página de cada meme uma seção dedicada à sua “gramática/sintaxe”. Nela, descreve-se seu funcionamento e o gesto de atualização que o

sujeito deve fazer para utilizá-lo. Há memes, por exemplo, que são reproduzidos com menor alteração, e são classificados pelo Museu como “*catchphrases*”. É o caso do meme “Nunca nem vi”⁴³, frase que pode ser repetida tal como está, e sem que se precise dizer mais nada, a cada vez que se queira dissimular algum acontecimento ou relação. O caso do *#meuamigosecreto* é outro, pois ainda que o sintagma que compõe a *hashtag* seja o mesmo em grande parte das ocorrências, ela é raramente usada sozinha: é preciso que o usuário complete a frase para a qual o sintagma da *hashtag* serve de sujeito.

O campo da memética desliza constantemente para o conteudismo e assume um sujeito extremamente intencional, mas o trago aqui, pois não deixa de contribuir para pensar o funcionamento dos elementos em questão, especialmente se articulo esse primeiro gesto àquele feito por Zoppi-Fontana e Oliveira (2016) em sua análise.

As autoras descrevem o funcionamento das *hashtags* *#sqn* e *#táserto*, de início, pelo modo como aparecem nos *posts* e pensam a partir disso os efeitos que esse aparecimento produz nos outros elementos. Elas identificam como regularidade o aparecimento das *hashtags* ao fim do *post*, acompanhando um outro enunciado, do qual forçam um movimento de releitura. Assim, tanto o trabalho do *#MUSEUdeMEMES* quanto o de Zoppi-Fontana e Oliveira (2016) contribuem para o que proponho a respeito de pensar as *hashtags* entre o **estável** e o **atualizável** no âmbito linguístico-discursivo, isto é, considerar esse jogo ao produzir o gesto de análise das ocorrências no “batimento entre as regularidades linguísticas e enunciativas [...] e as particularidades de suas enunciações” (ZOPPI-FONTANA; OLIVEIRA, 2016, p. 141) na tentativa de dar visibilidade ao seu modo de funcionamento. Interessa pensar, enfim, os funcionamentos enquanto sustentados por **articulações discursivas**, que se marcam e se sustentam em **funcionamentos da base linguística** (HENRY, [1975] 1990).

Parto, portanto, para a análise da *#meuamigosecreto* começando pela descrição e pela análise da forma de apresentação e articulação da *hashtag* com os demais elementos do *post*. A maior parte das suas ocorrências apresenta a estrutura da *hashtag* no início do *post*, seguida por um verbo que a liga ao restante da sentença. Assim, essa *hashtag* é quase sempre parte do enunciado que marca. Ela propõe um sujeito específico para a frase que ainda está por ser formulada, determinando a forma como o texto se constrói: está já em jogo a questão do anonimato e da adivinha presentes na brincadeira de fim do ano da qual o enunciado é (re) tomado. O enunciado que segue a *hashtag* em cada *post* é da ordem do **atualizável**, mas a estrutura que descrevi pode ser considerada da ordem do **estável**. É preciso discutir, contudo, não só a estabilidade em termos de disposição e articulação entre *hashtag* e restante do *post*, mas também em relação aos efeitos produzidos por essa repetição.

No caso de *#sqn* e *#táserto*, as autoras identificam como principal efeito da aparição desses segmentos nos *posts* a produção de “um movimento de releitura e reinterpretção do segmento que a precede no texto, afetando desta maneira a direção argumentativa do enunciado” (ZOPPI-FONTANA; OLIVEIRA, 2016, p. 145). Já no caso da *#meuamigosecreto*,

43 Disponível em: <https://www.museudememes.com.br/sermons/nunca-nem-vi/>. Acesso em: 29 set. 2019.

o principal efeito que parece ser produzido é o **efeito de conjunto**, que já mencionei na apresentação dos materiais e que também é apontado pelo fato da própria *hashtag* tornar-se nome da campanha. Ainda que não haja uma única fonte produtora dos *posts*, visto que eles são feitos por diversas internautas, há algo que faz com que a soma dos *posts* se torne um **conjunto**, isto é, seja percebida como uma junção que produz (relativa) unidade – em termos de efeito, posto que a AD sempre postula a divisão e a não-univocidade.

Defendo que esse “algo” causador do efeito passe pela presença da *hashtag*, não apenas por sua **função agrupadora**, mas porque ela, enquanto materialidade discursiva, **funciona** produzindo **efeito de conjunto** ao agenciar processos específicos de identificação e reconhecimento. Toco aqui na importância da distinção entre **função** e **funcionamento** para pensar as *hashtags* em termos discursivos: as *#sqn* e *#taserto*, como quaisquer outras *hashtags*, tornam-se hiperlinks nas redes sociais e podem ter suas ocorrências reunidas pelo clique nesses hiperlinks. Contudo, de maneira diferente dos *posts* marcados pela *#meuamigosecreto*, aqueles em que aparecem essas *hashtags* (*#sqn* e *#taserto*) e que mobilizam seu funcionamento de produção de releitura não compõem qualquer tipo de conjunto ou série no âmbito discursivo – a “soma” de *posts* não é percebida como um conjunto no sentido discutido acima.

A esse respeito, como já mencionei no Capítulo 2, o estabelecimento do conjunto é atribuído em dizeres **sobre** a campanha, sobretudo a uma temática ou conteúdo supostamente comum entre os *posts*. Contudo, a saída pelo conteudismo mostra-se bastante falha: os *posts* com a *hashtag* transitam entre relatos pessoais extremamente longos e detalhados e frases curtas que tentam caracterizar atitudes bastante difundidas, e que muitas vezes marcam litígios dentro da própria campanha. Ainda assim, há algo que faz emergir um efeito de unidade de alguma ordem, que chamo de **efeito de conjunto**, e que também ecoa nos dizeres sobre a campanha a partir da identificação de seu protagonista que, na verdade, é um conjunto, “mulheres”, que protagoniza a campanha e que pode também ser um “(todas) nós” feminino (Figuras 14 e 15).

#MeuAmigoSecreto: nova campanha na internet denuncia o machismo do dia a dia

Nas redes sociais, **mulheres** mais uma vez tomam a frente e expõem atitudes machistas de colegas e conhecidos

44 Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2015/11/meuamigosecreto-nova-campanha-na-internet-denuncia-o-machismo-nosso-de-cada-dia.html>. Acesso em: 29 set. 2019.

Figura 14: Captura de manchete e lide de notícia da revista Época com destaque meu em “mulheres”⁴⁴.

#MeuAmigoSecreto: Campanha denuncia machismo e abusos vindos de amigos

A hashtag reúne histórias cotidianas, muitas vezes tratadas como naturais, que **todas nós** já presenciamos

Figura 15: Captura de manchete e lide de notícia da revista Claudia com destaque meu em “todas nós”⁴⁵.

Porém, é preciso recolocar a questão de “o que” produz o efeito de conjunto nessa *hashtag* para “que processos” o produzem, dando consequência à distinção função-funcionamento ao passo em que pensar em **funcionamentos** é justamente pensar em **processos**. Destarte, o principal processo que faz organizar os *posts* com a *#meuamigosecreto* como conjunto é a emergência desse “nós”, que considero, como justifico adiante, um **nós político organizador** – e não o fato de estarem marcados por um símbolo que permite que eu faça a máquina reuni-los, ou de abordarem um “mesmo assunto”. É preciso, contudo, retrazar as condições e processos dessa emergência, bem como pensar sobre seus efeitos no espaço da cena.

Para pensar a emergência do “nós” no caso da *#meuamigosecreto* e os efeitos nela e por ela implicados, retomo precisamente a construção que nomeia a campanha, em sua relação com a brincadeira de fim de ano. Conforme dito, nos *posts* marcados pela *hashtag*, “*#meuamigosecreto*”, esse sintagma funciona como sujeito dos enunciados presentes. Há aí, então, um elemento que chama a atenção: o pronome possessivo de primeira pessoa singular, “meu”. No contexto da brincadeira, aquele que diz “meu amigo secreto” dirige-se a outros que se propõem a adivinhar a quem a descrição dada refere-se. Nesse sentido, é interessante o fato de que, no jogo, entre o dizer “meu amigo secreto...” e a resposta “é Fulano!”, ainda que o reconhecimento só possa se dar por um saber compartilhado sobre o “fulano” em questão, não é automática a possibilidade de paráfrase de “meu” por “nosso”. “É Fulano!” se remete antes a “o **seu** amigo secreto é fulano” – ainda que aí esteja implicado “eu o conheço” ou “nós o conhecemos”, que também ecoa no funcionamento da campanha – do que a “o **nosso** amigo secreto é Fulano”.

Entretanto, o ciclo se repete, visto que o próximo a tomar a palavra na brincadeira também começa a dizer “meu amigo secreto”. Acredito, então, ser possível pensar esse gesto de também tomar a palavra, de também dizer “meu amigo secreto” ou, sobretudo, “*#meuamigosecreto*”, como o gesto que inscreve “eu” no **nós político** ao produzir reconhecimento entre os sujeitos. Assim, passa-se a dizer “**eu também** tenho um amigo secreto” e daí decorre um funcionamento que não é a transposição exata do contexto da brincadeira: o da possibilidade de dizer que “meu amigo secreto também é **assim**”. Ressalto como incide, aqui, o atravessamento do traumático na campanha *#meuamigosecreto*, pelo aparecimento de um novo dêitico. Além disso, para a constituição do **funcionamento testemunhal**, a condição de anonimato posta pelo modo de textualização da campanha contribui. Isso porque ela instaura um espaço estrutural nos testemunhos que não precisa ser necessariamente preenchido pelo nome de um único indivíduo no mundo, mas que é um espaço que se repete estrutural e sintomaticamente

⁴⁵ Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/meuamigosecreto-campanha-denuncia-machismo-e-abusos-vindos-de-amigos/>. Acesso em: 29 set. 2019.

enquanto lugar de difícil nomeação, de bloqueio moral (não se diz para a família ou não se compartilha essa informação fora dela, por exemplo), enfim, de ausência necessária.

Destarte, cada um dos sujeitos se depara com um mesmo lugar estrutural de dificuldade de nomeação que, pelo caráter do encontro que lhe é próprio, se inscreve no testemunho desses sujeitos enquanto sua marca fundamental. Considero que é por essa repetição que se torna possível tratar da emergência de um **nós** na campanha: o reconhecimento não se dá apenas do sujeito em direção ao Sujeito, mas, também, entre os sujeitos que falam a partir de e se veem marcados por uma mesma impossibilidade de dizer.

A questão do **nós** é amplamente trabalhada por diferentes áreas da linguística e, aqui, não pretendo exaurir a questão em nenhum dos materiais que me propus a analisar. Contudo, voltando-me ao campo em que AD e Semântica da Enunciação se friccionam, refiro-me ao trabalho de Zoppi-Fontana (2014) para fazer alguns apontamentos. A autora trabalha principalmente com o funcionamento do **nós** enquanto instaurador de figuras de **porta-voz**, uma questão bastante recorrente em trabalhos da AD. Estão postas, assim, novas questões: há na campanha *#meuamigosecreto* o funcionamento de uma figura de porta-voz? E na campanha *Eu vou contar*?

Nesse sentido, a partir da leitura de Zoppi-Fontana (2014), depreendo que o funcionamento de porta-voz se dá frequentemente **diante de** um outro: trata-se de um lugar a partir do qual se fala, **em nome de um conjunto, para** outro interlocutor, principalmente para autoridades, funcionando frequentemente como meio de veiculação de demandas e insatisfações em relação às quais exige-se ação do outro. Esse não me parece ser o caso com que me deparo nos materiais em análise.

Tanto na campanha *#meuamigosecreto* quanto na *Eu vou contar*, os sujeitos parecem contar histórias que os particularizam, ainda que ao e para contá-las na **cena** da campanha estabeleçam-se relações de identificação entre os sujeitos a partir de suas histórias singulares. É por isso que me parece mais adequado tratar da identificação **entre os sujeitos** e pensar a **emergência de um nós** como efeito dela, ao invés de considerar o processo de identificação ocorrendo em relação a um “nós” que já funciona e já é enunciado como tal. A diferença entre um e outro processo é evidenciável pela comparação entre o funcionamento da *hashtag* da campanha – que, de início, propõe o pronome possessivo de primeira pessoa singular, e não plural (“meu”, e não “nosso” amigo secreto) – e o funcionamento de um dizer como “nós, trabalhadores” que pode aparecer no discurso de um político, restando aos sujeitos o processo de identificação ou não com esse lugar já estabelecido.

Da constituição do lugar de porta-voz decorre, com frequência, a tentativa de fazer com que um outro tome parte das demandas do grupo representado, sendo esse “outro” fortemente marcado por algo do âmbito público – o outro pode se referir a um governante ou a algum outro tipo de autoridade, e a cena da enunciação do porta-voz traz as demandas do grupo que representa ao debate público, enfim. Parece-me, contudo, que no caso das campanhas *#meuamigosecreto* e *Eu vou contar* o âmbito público ou do **tornar público** não está posto já

de início: aponto, aqui, para uma reflexão ainda por fazer sobre a relação entre **testemunhar** e **tornar público**, que deve ser opacizada.

Emergem, nas notícias sobre a campanha no caso da *#meuamigosecreto* – destaco a ocorrência de “**todas nós**” no lide da revista Claudia – e nos paratextos no caso do *Eu vou contar* – destaco o trecho “Cada história é parte de uma vida. Todas elas importam para nós; é falar de um **vivido entre mulheres** e pouco conhecido para além de **nós mesmas**” (texto longo de apresentação, grifos meus) – pronomes de primeira pessoa do plural, marcados por remissões gramaticais ao feminino. Não me parece, contudo, que esse **nós** emergja da mesma forma em que descrevi o funcionamento de porta-voz, para colocar-se diante de, apresentar-se perante a um outro, que não faz parte do **nós**, mas a ele concede algum reconhecimento ou demanda. Assim, a emergência do **nós** nas duas campanhas não aparenta marcar ou funcionar como a irrupção dos testemunhos veiculados em torno desse **nós** no âmbito **público**, em oposição à sua prévia circulação restrita ao espaço **privado**.

O funcionamento que se produz coloca, antes, problemas para a própria distinção categórica entre **público** e **privado** e desmonta a colagem que parece tender a acontecer entre o **público** e o **digital**. Isso, pois, a circulação dos testemunhos nas campanhas pode ser pensada não se espalhando em rede a partir de um único ponto, mas, sim, enquanto tessitura que se forma por conexões, uma por vez, de diversos pontos. Nesse ponto o material leva-me a pensar na imagem trabalhada por Medeiros e Sousa (2018) com a retomada da metáfora do poema de João Cabral de Melo Neto⁴⁶. Nesse sentido, a constituição do **nós político organizador** de que trato se dá muito mais pelo movimento de lançar o grito de um a outro, e de outro a outro ainda e assim por diante, do que por um espalhar imediato em rede – fazendo, aqui, alusão também à imagem de rede que emerge como imaginário acerca do digital.

Com isso, torna-se possível questionar se na campanha *Eu vou contar*, por exemplo, não se continua a falar de e a falar como “um vivido entre mulheres e pouco conhecido para além de nós mesmas” (texto longo de apresentação), não havendo verdadeiro rompimento com os espaços anteriores em que dizer algo do aborto era possível, sendo eles também fortemente marcados por algo do privado. Por outro lado, são recorrentes os apontamentos, nos relatos, para a formação e a atuação de uma opinião pública ou de um debate público sobre o “aborto” enquanto objeto marcado pela memória da maternidade ou da **recusa à maternidade** por parte da mulher que aborta, por exemplo. Decorre daí a possibilidade de pensar a tensão público-privado em torno do objeto aborto ao desdobrá-la discursivamente na **gestão pública do corpo da mulher**, mas, ao mesmo tempo, na **gestão privada do aborto**.

Nos parágrafos anteriores, já estava posta uma outra paráfrase possível para o enunciado que apresentei mais acima a partir do funcionamento do nome da campanha, “eu também tenho um amigo secreto **assim**”, que seria “eu também, **por ser mulher**, tenho um amigo secreto **assim**”. O “nós” que emerge dos funcionamentos que acima apontei pode ser parafraseado por “nós, mulheres”? Quais são os efeitos de sentido e as consequências dessa possibilidade parafrástica sustentada pelos materiais?

46 Tecendo a Manhã.
João Cabral de Melo Neto

Um galo sozinho não tece
a manhã:
ele precisará sempre de
outros galos.
De um que apanhe esse
grito que ele
e o lance a outro: de outro
galo
que apanhe o grito que um
galo antes
e o lance a outro; e de
outros galos
que com muitos outros
galos se cruzam
os fios de sol de seus gritos
de galo
para que a manhã, desde
uma tela tênue,
se vá tecendo, entre todos
os galos.

E se encorpando em tela,
entre todos,
se erguendo tenda, onde
entrem todos,
se entretendendo para
todos, no toldo
(a manhã) que plana livre
de armação.
A manhã, toldo de um
tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si:
luz balão.

É pela necessidade, então, de colocar essas perguntas que adjetivei, antes, o **nós** como **político**. E tomo aqui o **político** como o que aponta para a dimensão do social **em disputa** sobre e no funcionamento da língua e do discurso. Com isso, é fundamental apontar para os inevitáveis e radicais **apagamentos** que se produzem para que se possa vislumbrar a possibilidade de dizer “**nós, mulheres**”. Ademais, de fato, na campanha *Eu vou contar* não há nenhum tipo de informação apresentada diretamente pela ONG que dê indícios dos espaços de circulação de cada mulher que testemunha na campanha, a não ser quando algo pode ser inferido a partir de passagens muito específicas dos “relatos”: há, assim, um silenciamento importante do **social** enquanto espaço de divisão e disputa, inclusive pelos sentidos do significante “mulher”, em prol do funcionamento político desse **nós** que sustenta em grande parte a campanha.

Afirmo que o “**nós**” é um elemento importante para que o funcionamento da campanha se sustente justamente pela segunda característica que lhe atribuí – a de **organizador**. Refiro-me, aqui, à certa organização de discursividades que a emergência de e a filiação a um **nós** promove, podendo ser considerada novamente a metáfora dos galos que tecem a manhã retomada por Medeiros e Sousa (2018) para pensar funcionamentos discursivos: só é possível tomar parte no contínuo lançar de fios e na contínua tessitura da rede uma vez que o sujeito filie-se e reconheça-se no **nós** que dita o modo de entrelaçamento dos fios, de forma a fazer imbricar certas discursividades específicas e não outras na constituição e na formulação dos seus dizeres.

Uma dessas discursividades pode ser pensada exatamente como aquela que significa determinada experiência – o próprio aborto, por exemplo – **como** traumática. Assim, retomando a questão do **efeito de conjunto** para a *#meuamigosecreto*, mas também a questão estrutural da relação entre o trauma para o sujeito e o trauma para uma FD, cada novo *post* produzido inscreve-se na série não na medida em que a *hashtag* é utilizada e na medida em que se mantém um mesmo tema, um mesmo assunto, mas na medida em que ao empregar a *hashtag* e para usá-la, o sujeito toma parte em processos de **identificação** com esse **nós político organizador**.

A produção de um *post* é, então, um **gesto de inscrição na série** que se dá não somente pela escrita do nome da campanha com o símbolo #, mas pela interpelação ideológica que media, aqui, o estabelecimento de uma relação entre o “eu” e outros “eus”, que, enfim, faz emergir um “nós” filiado a certas discursividades. Dentre essas, está a que produz o apagamento de dimensões do social em prol da estabilização do nós e a que determina que a posição a partir da qual o testemunho se dá signifique certo evento ou experiência **como** traumática. Testemunhar nas campanhas trata-se, portanto, de um **gesto discursivo** de inscrição que funciona na imbricação entre língua, ideologia e história.

DEMANDAS, DETERMINAÇÕES, FUNCIONAMENTOS

Na seção 6.1, passei a usar o termo **demanda** sempre em relação à noção de **determinação**. Dedico-me, no início desta seção, a justificar essas nomeações como tentativa

de dar consequência teórico-analítica à diferença entre o âmbito da política do testemunho e o âmbito do interdiscurso. Ademais, busco explicar como penso a articulação das duas dimensões no espaço da cena e como, a partir daí, vejo a emergência de processos discursivos, de regularidades, no material. Guio-me, em grande parte, pela análise que fiz na mesma seção, pois foi ela que me levou a fazer essas elaborações e a pensá-las como generalidade para o funcionamento da cena e do material.

A noção de **determinação**, que já explorei no Capítulo 3 e retomo brevemente a seguir, é central para o campo da AD enquanto um campo materialista. As relações de determinação e sobredeterminação dizem respeito ao fato de que todos os elementos estão sempre-já inseridos em um “todo complexo com dominante”. Isso os faz sempre-já determinados pelos demais elementos do todo, portanto não são causa de si próprios e também não têm uma causa única: daí deriva sua **materialidade**. Os gestos analíticos voltados para processos discursivos são tentativas de dar visibilidade ao discurso em sua materialidade, ou seja, ao modo como ele também é (sobre)determinado. Isso se dá por recolocá-lo no “todo complexo com dominante” e consiste em remeter os dizeres em análise ao campo dos dizeres possíveis, ao igualmente “todo complexo com dominante” que é o interdiscurso, verificando as determinações que recortam esse campo e, no limite, fazem com que o dizer produzido seja aquele e não outro.

Conforme venho dizendo desde o Capítulo 5, penso a **cena**, de um lado, como uma instância no jogo de sobredeterminações, como um elemento do “todo complexo com dominante”, portanto como um espaço em que atuam determinações remissíveis a esse todo, e, de outro, afirmo que a cena é também **relativamente autônoma**, pois imbrica determinações de maneira **estruturada**. Além disso, comecei este capítulo elaborando a noção de **política do testemunho**, ligada fundamentalmente à estruturação da cena, mas (ou portanto) também determinada historicamente. Eu afirmo, então, que a **política do testemunho** estabelece **quem, como e por quê** se diz ou se testemunha na cena. Ademais, no percurso da seção anterior, dediquei-me a explorar, em especial, os funcionamentos que aparecem na materialidade dos relatos referentes às determinações do **quem** testemunha.

Friso, contudo, que quando menciono essas “determinações” do **quem** testemunha, refiro-me, conforme explorei na análise, a “determinações” que surgem postas pela política do testemunho que, por sua vez, é atravessada, **determinada** por discursividades e instâncias do interdiscurso. São essas “determinações” da política do testemunho que proponho chamar de **demandas**, diferenciando-as daquelas **determinações**, no sentido que discuti antes, relativas ao “todo complexo”. Proponho marcar essa diferença nos termos com que designo uma e outra coisa e não apenas sinalizar uma suposta proveniência diferente de duas coisas que continuariam a ser **determinações**. Isso, principalmente, pois uma e outra não exercem o mesmo papel no funcionamento discursivo, não estabelecem a mesma relação com os processos discursivos.

Retomo a análise da seção anterior na tentativa de dar visibilidade à articulação entre análise e elaboração teórica e de tornar a última mais clara. No que tange o pensar analiticamente a relação entre o **quem** pode testemunhar e os processos discursivos encontrados no *Eu*

vou contar, faço três afirmações, que reescrevo à luz da discussão acima: 1) a política do testemunho em funcionamento na campanha (determinada por condições de produção históricas específicas) **pede** um sujeito consciente; 2) há, no lugar de locutor posto pela cena, a imbricação entre essa **demanda** da consciência e a **determinação** do trauma; 3) há processos discursivos marcados na materialidade dos relatos que apontam **para essa imbricação**.

Conforme mencionado, propus elaborar a cena como instância **relativamente autônoma** dentro do “todo complexo com dominante” justamente por propor uma **estrutura**, que é definida pela distribuição de **lugares**, mas sobretudo por **fazer imbricar determinações** de maneira específica. Assim sendo, não posso deixar de remeter o que há em 3) à instância da cena: os processos discursivos observados não são determinados diretamente nem pela incidência do traumático, nem pela demanda por um sujeito consciente, mas, sim, pela **imbricação de demanda e determinação** – promovida pela estrutura, pelo próprio da cena – que atravessa o lugar de locutor – também estabelecido pelo funcionamento da cena. É, enfim, esse atravessamento que determina o processo discursivo, marcando-se na materialidade discursiva.

Ao reescrever, em 2), a formulação presente na análise, passei de “determinação da consciência e determinação do trauma” a “demanda da consciência e determinação do trauma”. Já justifiquei a mudança relativa à consciência, mas considero importante fazer um comentário em relação à manutenção do trauma como uma **determinação**. Por ter definido a determinação por sua relação com o âmbito do interdiscurso, em oposição às demandas que são previstas pela política do testemunho, dizer que o trauma é uma determinação parece excluí-lo do âmbito dessa política ou mesmo da cena, atribuindo a ele um caráter mais estrutural. Contudo, a questão não pode se resolver pela mútua exclusão entre um e outro âmbito.

De um lado, há um funcionamento (do) traumático que pode ser pensado como estrutural – no limite, o trauma é sempre o que permanece como irrepresentável – e é por isso que não o considero estritamente uma **demanda**; de outro, porém, há o fato de que não há definição a priori da experiência traumática nem para o sujeito, nem por uma propriedade que lhe seja intrínseca. Retomo, nesse ponto, a discussão que comecei em 4.2 para propor um caminho de solução que passa exatamente pela cena: se a cena estabelece e organiza de forma estruturada um espaço de convergência de certas discursividades determinadas, considero que no caso do *Eu vou contar*, mas também no do *#meuamigosecreto* e da CNV, uma dessas discursividades que são colocadas em jogo é precisamente a que permite ou leva a significar a experiência em questão (um aborto, um abuso, entre outras) **como traumática**.

Isto é, para tomar um exemplo, a experiência “aborto” não é traumática *per se*, mas há uma discursividade que assim a significa. Uma vez que essa discursividade é posta em cena, como no caso da campanha *Eu vou contar*, ela se torna mais um elemento com o qual o sujeito se identifica **ao e para** testemunhar, para enfim tomar parte no jogo posto pela cena. Essa elaboração torna possível, primeiro, estruturar um caminho para pensar a relação problemática entre o trauma para o sujeito e o trauma para uma FD, que mencionei no

Capítulo 4; segundo, permite pensar, a partir de uma perspectiva discursiva, os movimentos de resignificação da experiência **como** traumática a posteriori, passando pela identificação entre sujeito e FD ou cena (que tocam a dimensão do Sujeito), mas também “entre os próprios sujeitos” (ALTHUSSER, [1970] 1985, p. 103), conforme explorei neste capítulo.

É curioso, contudo, o modo como a política do testemunho em funcionamento supõe o traumático da experiência, mas não o prevê marcado discursivamente como falha, como impossível: há antes uma **demanda para que se diga o trauma**, para que se explicito o que o causou, conforme já apontei – uma demanda que não encontra amparo no funcionamento do traumático, por definição, e nem dos relatos.

Acredito que as elaborações referentes à noção de **demanda** já tenham deixado claro que ela nada tem a ver com a vontade do sujeito, pois é antes algo que se estrutura em cena a partir de determinações históricas. Contudo, quero frisar o modo de **estruturação em cena** retomando a constituição mútua dos lugares, de que tratei no Capítulo 5, sobretudo a incidência concomitante do dizer “eu” e ser dito como “tu” pelo outro. Nesse sentido, há, entre demanda e lugares em cena, a passagem do funcionamento histórico e ideológico para o funcionamento dos processos discursivos sobre a base material que é a língua. Ou seja, as demandas compõem a cena enquanto parte de uma política do testemunho, sem se colarem a um lugar em particular. Contudo, elas funcionam materialmente ao passo que determinam o funcionamento dos gestos de designação e interpelação entre “eu” e “tu” em cena – na e pela estrutura de lugares que ela propõe – e que se dão, sobretudo, **pela língua**, ou seja, a questão passa fundamentalmente pelo funcionamento pronominal. É a partir dessa configuração que penso a determinação dos processos discursivos, o que reforça o caráter não-transparente da instância da cena.

Retomo uma das primeiras questões que apontei sobre pensar o funcionamento testemunhal na cena: a desestabilização do par fala-escuta e a necessidade de pensar a escuta como um elemento que constitui a cena sem estar colado a um dos lugares postos por ela. À luz da discussão feita, proponho pensar a escuta na cena enquanto **demanda de escuta**, sendo que, por não estar colada a um lugar específico, ela desdobra-se em mais de uma, que são meus próximos objetos de reflexão a partir da análise dos materiais. Eu já havia apontado para a demanda **por ser escutado** que parte do lugar de quem testemunha, porém a exploro a seguir, pensando a quem ou a quem ela se dirige, que discursividades aí interferem e quais marcas esses funcionamentos deixam na materialidade discursiva dos relatos.

Contudo, considero que há também em jogo uma demanda **de escutar aquilo**, em que “aquilo” é determinado por outros atravessamentos que constituem a política do testemunho. A princípio, ela parece marcar a posição daquele a quem o “eu” do testemunho diz “tu”, mas, na verdade, ela está fortemente imbricada à demanda anterior, afetando os dizeres produzidos a partir do lugar de quem diz “eu”. O que está em jogo é, novamente, a possibilidade de tomar parte na cena – que passa por adentrar o espaço delimitado por uma política do testemunho específica – e, no limite, a própria possibilidade de emergência e existência desses dizeres e testemunhos. Mais adiante, a partir de um funcionamento que coloca em relação texto e

vídeo, trabalho essa demanda ligada a uma **demanda de (que faça) sentido**, tocando na questão da **transmissão**, de um lado, como concepção das teorias sobre o testemunho, e o trauma, de outro, como elemento que compõe a cena.

ESCUITA E VERDADE

Ao tratar do funcionamento testemunhal na seção 5.2, falei que nele está posta a necessidade de contar **para**, que trabalhei como necessidade de contar a um outro, mas também de que haja algum tipo de reconhecimento do sofrimento por parte desse outro. É preciso apontar, contudo, que esse reconhecimento não tem um sentido estável e dado, mas é determinado nas e pelas condições de produção e discursividades de cada material. Por consequência, não é também estável o “outro” a que o “eu” se dirige, primeiro, pois não me refiro a um sujeito empírico e, segundo, pois esse outro não se restringe apenas ao “tu” enquanto lugar delimitado pela cena: há, nos materiais, demandas **para ser escutado** que se dirigem a mais de um lugar e a mais de uma instância. No âmbito da política do testemunho, essas demandas produzem imbricação, como busco mostrar ao longo da análise que apresento nesta seção, entre o contar **para quem** – em que o “quem” não aponta para um sujeito empírico, mas para lugares e instâncias – e o contar **para quê**.

Na análise, coloco em relação a campanha *Eu vou contar* e o Capítulo 10 do Relatório da CNV. Essa aproximação entre os materiais é já parte do gesto de análise e de recorte que faço, que é guiado pela necessidade de explorar os funcionamentos que apontei. No trabalho com os dois materiais, passei a perceber marcas que tinham algo de repetição e algo de diferença, mas que apontavam para um mesmo lugar de determinação que depois elaborei como o do **contar para**. Além disso, me interessava explorar a relação entre, de um lado, o que eu encontrava em cada material como objetivos do “contar”, estabelecidos e enunciados por dizeres fora dos testemunhos, e, de outro, os funcionamentos discursivos que efetivamente apareciam nos relatos. É a partir dessas relações que passei a me deparar com a imbricação entre o contar **para quem**, o contar **para quê** e ainda o **como** contar.

A relação de repetição e de diferença entre os materiais, condensa-se, para mim, nos dois trechos que apresento a seguir e que tomo como ponto de partida para a análise, um proveniente de cada material. Em ambos, vem à baila no testemunho o dizer de um outro, mas o modo como esse dizer aparece no dizer da mulher que testemunha é bastante diferente. Ao lado do próprio movimento de retomada estão as marcas que nele surgem e que busco analisar, especialmente pois elas são regulares quando postas em relação a outros enunciados dos mesmos materiais.

T2: “Ela me disse que tinha um enfermeiro conhecido que terminaria tudo aquilo. Mas custaria caro. Fiz um empréstimo com agiota e fui no enfermeiro. Ele fez uma curetagem sem anestesia. E disse que eu já estava com infecção séria, que tudo aquilo era muito perigoso. **Tudo estava podre dentro de mim. Não sei se ele usou essas palavras, mas é assim que lembro**” (história 15, grifo meu).

T3: “Até que chega de novo o Magalhães com esta pérola da vida. **Eu quero que vocês botem exatamente como ele falou, que eu nunca esqueci: sua puta, esta cona nunca mais vai ver piroca na vida! Aos gritos. E repetia.** Nossa, isso eu senti como uma violação” (BRASIL, 2014b, p. 405-406, grifo meu).

Ao apresentar esses dois trechos, destaquei os enunciados relativos à entrada do dizer do outro no relato. Abaixo, retomo os trechos para ressaltar as marcas que vejo como parte de regularidades nos materiais. Elas são as marcas que apontam não para os dizeres, mas para os outros agentes que comparecem na história.

T2: “Ela me disse que tinha **um enfermeiro** conhecido que terminaria tudo aquilo. Mas custaria caro. Fiz um empréstimo com **agiota** e fui **no enfermeiro**. **Ele** fez uma curetagem sem anestesia. E **[ele] disse** que eu já estava com infecção séria, que tudo aquilo era muito perigoso. Tudo estava podre dentro de mim. Não sei se **ele** usou essas palavras, mas é assim que lembro” (*Eu vou contar*, história 15, grifos meus).

T3: “Até que chega de novo **o Magalhães** com esta pérola da vida. Eu quero que vocês botem exatamente como **ele** falou, que eu nunca esqueci: sua puta, esta cona nunca mais vai ver piroca na vida! Aos gritos. E repetia. Nossa, isso eu senti como uma violação” (BRASIL, 2014b, p. 405-406, grifos meus).

O que é notável é o contraste entre os dois materiais nos modos de identificação: em T2, proveniente do *Eu vou contar*, a identificação é feita apenas pela profissão exercida, o que produz efeito de grande genericidade. Isso se repete nos enunciados 19 a 22, provenientes do mesmo material, em que não há nenhuma informação valiosa no sentido de identificar os indivíduos envolvidos no mundo. A mesma indeterminação se repete na identificação do espaço em E19, em que aparece apenas “o hospital”, sem nenhuma referência que permita estabelecer de que hospital se trataria. E22 é particularmente interessante, pois exacerba o funcionamento de indefinição no material: não só não há identificação do hospital, como é “o hospital” que, por efeito metonímico, aparece como agente do verbo.

E19: “[eles] **Me atenderam** sem um mínimo de decência **no hospital**. Eu estava sangrando, só que isso não importava, pois para **eles** eu tinha feito um aborto” (história 18, grifos meus).

E20: “**A médica de plantão** mandou apenas eu ir para casa e repousar. Poucas horas depois, eu comecei a sangrar muito, voltei e lá estava **a mesma médica**. Um sangue escuro e grosso escorria pelo chão. Meu marido pediu uma cadeira de rodas. **O atendente** olhou para o sangue e só disse – ‘ela não pode ir andando não?’” (história 18, grifos meus).

E21: “Eu gritava de dor, **os médicos e enfermeiras** eram muito rudes comigo. **Eles** sabiam que eu tinha provocado um aborto. Eu fiquei numa maca mais de 24 horas e sangrava muito. Minha amiga ouviu **um deles** dizer que esperava que eu perdesse o útero para nunca mais ter filhos” (história 2, grifos meus).

E22: “Eu sei que **o hospital** fez isso de propósito” (história 2, grifos meus).

Em T3, por outro lado, proveniente do Relatório da CNV (BRASIL, 2014b), há o aparecimento do que parece um nome próprio. Nos enunciados 23 a 26, dispostos a seguir, não só se repete o aparecimento de nomes, como explica-se que, por vezes, trata-se de apelidos. Ademais, no caso de haver mais de um nome identificador do indivíduo, ambos são mencionados, como consta em E26. Aparecem também identificações de cargos – mesmo quando não se sabe o nome do indivíduo, mantem-se a marca da profissão – e de locais, como em E23 e E26.

E23: “Quando eu cheguei **no DOPS**, tinha um tal de... **ele era apelidado de Lúcio Fé**” (BRASIL, 2014b, p. 403, grifos meus).

E24: “Ele me beliscou inteira, **esse Tralli**. Ele era tarado” (BRASIL, 2014b, p. 405, grifo meu).

E25: “Foi nesse quadro, na volta, que **o próprio Nagib** fez o que ele chamava de ‘tortura sexual científica’” (BRASIL, 2014b, p. 406, grifo meu).

E26: “Numa dessas sessões, **um torturador da Operação Bandeirantes** que **tinha o nome de Mangabeira ou Gaeta** [...]” (BRASIL, 2014b, p. 407, grifos meus).

Isto é, no Capítulo 10 do Relatório da CNV (BRASIL, 2014b), ainda que nem sempre seja possível fazê-lo, há uma preocupação em identificar os indivíduos envolvidos por referências que funcionam de modo bastante preciso na sociedade civil e no sistema instaurado pelos aparelhos estatais de repressão da ditadura, no caso dos apelidos e cargos. No *Eu vou contar*, a presença desses outros, mesmo quando é significada como danosa, violenta ou prejudicial, não é marcada da mesma forma: o efeito aí produzido não é o de impossibilidade de identificação, mas antes de que essa não seja uma demanda posta em cena, portanto não toca os dizeres dos sujeitos.

Remeto a presença dessa demanda no caso da CNV ao atravessamento do discurso jurídico no espaço de discursividades recortados pela cena (em) que esse material (se) produz. A ordem do jurídico determina de forma bastante marcada o **como** do testemunho e faz emergir a abundância de descrições, de nomes próprios ou apelidos, enfim de identificações. Isso, pois é própria do jurídico a necessidade de “que nada do que existe fique sem nome” (PÊCHEUX, [1980b] 2016, p. 233), havendo também o funcionamento de “fazer coincidir descrições definidas [...][,] identificando-as com um nome próprio” (PÊCHEUX, [1980b] 2016, p. 233). Nesse sentido, observo o mesmo atravessamento funcionando em relação ao modo como o dizer do outro entra no discurso do sujeito: é preciso dizer exatamente o que foi dito e registrá-lo como tal.

No Relatório da CNV não há, portanto, espaço para que a suposta memória do sujeito falhe nos termos que trabalhei na análise do início deste capítulo a respeito do *Eu vou contar*. Contudo, isso não quer dizer que esse material não esteja também atravessado pelo traumático e pela impossibilidade de tudo dizer. É fundamental notar que esse excesso de nomeações, de descrições definidas, de referências precisas surge na tentativa de dar conta do acontecimento e do traumático do acontecimento, mas também aí ele não se apreende: há uma tensão entre o tudo dar a ver do jurídico e o escapar constante do Real da experiência traumática, para o

qual sempre faltarão palavras. Se no *Eu vou contar* a tentativa de aplacar o traumático passava por atribuir a falha que ele instaura a um lugar de não-lembrança, no Relatório da CNV o aplacamento se dá, aos moldes do que descreve Felman (2014), pelo negar o impossível do trauma ao saturá-lo com nomeações. Saturação de que ele, contudo, continua a escapar:

[s]ob os constrangimentos práticos de ter de prestar contas e estabelecer justiça, o direito tenta **dar sentido ao abismo** ou reduzir sua ameaça (sua insensatez, seu caos inteligível) conferindo-lhe um nome, codificando-o ou subsumindo sua realidade (a qual é inatamente sem nome e inclassificável) à lógica classificadora e à coerência técnica e procedimental do julgamento. Mas, ao fazer isso, o direito (o julgamento ou o litígio) nega, inadvertidamente, a natureza abissal do abismo (FELMAN, 2014, p. 128, grifo da autora).

Porém, essa correspondência estabelecida entre “o direito” e “o julgamento” não pode se sustentar intocada quando pensada em relação ao Relatório da CNV. Na apresentação dos materiais (Capítulo 2), aponte para os limites da CNV enquanto instância de apuração, mas não de julgamento ou persecução. Assim, os testemunhos recolhidos e apresentados no Relatório não se dão efetivamente como parte de um julgamento ou na cena do tribunal, não obstante, são marcados pelo funcionamento do direito enquanto definidor de um modo de dizer, por uma língua(gem) do jurídico. Penso que esse atravessamento se dá, pois há no caso da CNV uma **demanda de escuta**, uma **demanda para ser escutado** que se dirige ao jurídico, fazendo com que o funcionamento da língua do jurídico retorne sobre os testemunhos ainda que se deem fora do aparato jurídico em si.

A persistência dessa demanda de escuta, para mim, decorre exatamente da ausência de sua recepção por parte do sistema jurídico brasileiro. Os limites impostos à atuação da CNV – estendidos a todo o aparato jurídico do sistema brasileiro pela interpretação vigente da Lei da Anistia (BRASIL, 1979) – e as justificativas que aparecem para tanto na recente história brasileira tentam diluir essa demanda – que passa pela transformação de vítima em acusador e por dar consequência jurídica aos crimes cometidos, enfim, por reparação histórica – em uma política do “virar a página”, que se atém ao direito à memória e à verdade enquanto mera necessidade de arquivagem e, no limite, de esquecimento⁴⁷.

Com isso não pretendo afirmar que o processo jurídico levado a cabo poderia produzir qualquer tipo de dissolução do traumático – pelo contrário, como a análise de Felman (2014) em relação ao caso de O. J. Simpson dá a ver –, mas poderia movimentar e deslocar as discursividades que atravessam os testemunhos das vítimas, possibilitando, assim, a produção de sentidos e de filiações outras nas redes de memória e nos espaços do social. Alinho-me, nesse sentido, à afirmação de Seligmann-Silva (2010) de que “[n]ossos testemunhos estão sufocados pelas amarras de uma ‘política do esquecimento’ que não conseguimos até agora desmontar” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 14) – **o contar para quem e para quê do Relatório da CNV está preso à demanda por judicialização**.

Frisar a presença determinante da demanda de escuta dirigida ao jurídico no Relatório da CNV não significa que ela esteja completamente ausente na campanha *Eu vou contar*. Contudo, ela parece se restringir ao âmbito do contar **para quê**, sem saturá-lo completamente, permitindo ainda outras filiações para o contar **para quem**. A questão do jurídico aparece

47 Toco, aqui, no fato de que produzir arquivo não significa produzir uma política da memória ou uma política de circulação dos dizeres. O movimento de arquivagem pode, antes, trabalhar em sentido contrário, produzindo a não-circulação, o esquecimento. Nesse sentido, posso traçar um paralelo entre o que eu disse acima, retomando Pêcheux ([1980b] 2016) e Felman (2014), sobre a necessidade de tudo nomear e o nada apreender do direito e a necessidade ou pulsão de tudo arquivar, que trabalha no sentido de nada lembrar: não à toa falo, junto a Seligmann-Silva (2010), de uma política do esquecimento em torno da ditadura brasileira diante da produção de um relatório de mais de quatro mil páginas. O trabalho de Derrida em *Mal d'archive* (1995), já desde o título, coloca em questão essas relações entre a falta, a necessidade, o excesso e as pulsões que trabalham (n) o arquivo: seria possível desenvolver um extenso percurso de análise do material produzido pela CNV a partir da retomada do autor.

principalmente nos paratextos da campanha e toca poucas das formulações dos relatos em si: dentre os relatos selecionados há apenas duas ocorrências, destacadas a seguir, em que a instância do jurídico interfere como a instância da lei, que impõe ao aborto o caráter de crime. Entretanto, a questão para as mulheres que contam parece ser sempre outra.

E27: “Eu tive muito medo da lei e da morte” (história 15).

E28: “Eu me sinto triste não é pelo crime, minha inocência era tanta que nem sabia que era crime. Eu só sabia que era errado” (história 9).

Não posso ignorar, porém, que a política do testemunho que funciona na campanha *Eu vou contar* e que possibilita sua emergência tem como uma de suas condições de produção mais determinantes a existência da lei que criminaliza o aborto e é nesse ponto que objetiva tocar o âmbito do jurídico. Todavia, esse efeito bastante específico que pretende produzir não passa pela responsabilização de agentes citados nos relatos das mulheres, como é o caso na CNV; passa, antes, por uma sensibilização do debate público sobre a questão do aborto que possa ulteriormente tocar a lei. Volto, aqui, a tocar na relação entre o contar/testemunhar e o âmbito público, que retorna novamente adiante.

Agora, entretanto, gostaria de tomar como questão o fato de que, ainda que as marcas encontradas em um e outro material sejam bastante discrepantes, há algo no funcionamento de ambos que constrói os relatos como **verdadeiros**, isto é, que os ancora em um discurso da verdade, que os propõe como válidos ou críveis num âmbito da “verdade dos fatos”, distanciando-os de uma narrativa ficcional, por exemplo. Considerando o que foi posto no Capítulo 4, está suficientemente claro que não posso estar tratando de qualquer registro de **verdade** efetivamente, pois pensar discursivamente o testemunho significa dissociá-lo do âmbito do valor de verdade, conforme já afirmei. O que proponho pensar, então, são os modos de constituição de um **efeito de verdadeiro** dos e nos testemunhos, isto é, que deles emerge e que posso dar a ver, pois há no dispositivo analítico o conceito de **efeito**, como já trabalhado.

Porém, os funcionamentos indicados até agora, que estão em jogo em um e outro material, não me permitem depreender um único modo de constituição de **efeito de verdadeiro**, como um conceito estável no dispositivo analítico a ser apenas verificado na análise. Percebo, antes, que o efeito de verdadeiro não é o mesmo, pois não é o mesmo o sentido de **verdadeiro** que funciona em um e outro material. Logo, o verdadeiro **do** material, de que eu tinha tratado acima, constrói-se fundamentalmente em relação ao verdadeiro **no** material, ou seja, com o que emerge como “verdadeiro” dos relatos da campanha e do Relatório da CNV, no que se refere às suas condições de emergência e às suas demandas (de escuta) específicas: o próprio conceito de **efeito de verdadeiro**, portanto, não pode ser estabelecido senão **em relação a** cada material, que determina o sentido de “verdadeiro” aí presente. O que se mantém relativamente estável, contudo, é a noção de efeito, muito própria do campo materialista.

No funcionamento do Relatório da CNV, o sentido de verdadeiro está para o “tudo registrar” próprio do jurídico. O testemunho, assim, produz-se como tentativa de reconstituição do acontecimento, dos “fatos tal como ocorreram”: o efeito de verdadeiro se

dá na medida em que são numerosas as marcas que precisam as circunstâncias, os agentes – e assim por diante – do ocorrido. Por isso, está barrada a possibilidade da falha da memória do sujeito, tomando, aqui, a memória como mero registro que está em funcionamento, a princípio, no *Eu vou contar*, conforme apontei em no início deste capítulo. É preciso que ele nunca se esqueça, que ele lembre exatamente o que aconteceu e isso está marcado muito acentuadamente em T3, trecho do Capítulo 10 (BRASIL, 2014b) com o qual comecei esta subseção, em especial no enunciado que antecede e introduz o dizer do outro, que reproduzo abaixo como E29.

E29: “Eu quero que vocês botem **exatamente como ele falou**, que **eu nunca esqueci**” (BRASIL, 2014b, p. 405, grifos meus).

Para a produção do efeito de verdadeiro em questão, é notável que o discurso do outro apareça reportado em discurso direto: importa registrar as palavras “tais como ditas”, e importa a atribuição das palavras ao outro não apenas por menção, mas por efeito discursivo – o sujeito não se apropria delas como parte de seu próprio discurso, e sim faz emergir no interior dele a figura de um outro sujeito. O descrito acima é significativamente diferente do que acontece em T2, proveniente de um relato da campanha *Eu vou contar*, que reproduzo parcialmente abaixo (E30). O dizer do outro, o enfermeiro, aparece de início como discurso indireto, introduzido por “ele disse que” – já aí há uma diferença diametral em relação ao trecho anterior, mas há mais a descrever e a analisar.

E30: “**E [ele] disse que** eu já estava com infecção séria, que tudo aquilo era muito perigoso. **Tudo estava podre dentro de mim. Não sei se ele usou essas palavras**, mas **é assim que lembro**” (história 15)

Depois de “ele disse”, há duas frases postas em paralelo, visto que ambas são precedidas de “que”, assim, pelo funcionamento do discurso indireto, ambas são atribuídas ao terceiro, a “ele”. Após as duas frases, há um ponto final, e é a partir dele que se produz o efeito mais interessante do trecho. O sinal gráfico parece encerrar o funcionamento de discurso indireto e, portanto, o enunciado seguinte (“Tudo estava podre dentro de mim”) parece atribuível ao sujeito que diz “eu”, e não mais ao “ele” reportado. Porém, o enunciado seguinte atribui novamente, ainda que a posteriori, o enunciado anterior ao “ele”, mesmo que haja “dúvida” do sujeito em relação à exatidão das palavras. Entretanto, há afirmação de certeza em relação à sua lembrança, quando lê-se: “é assim que lembro”.

Enfatizo, contudo, que em minha análise importa menos ler o que o sujeito diz por qualquer chave de intencionalidade ou de conteúdo e mais mostrar como é justamente pelas marcas na base material, isto é, é pelas formas linguísticas, que posso chegar a funcionamentos discursivos. Assim sendo, é pelo modo de articulação dos enunciados descritos e por como, nessa articulação, se atribui o dizer ao sujeito outro, ao “ele”, que se produz no material não o efeito de quase exterioridade do dizer, como era o caso na CNV, mas de retomada do dizer do outro que passa por sua apropriação pelo sujeito: na textualização, o dizer aparece como aquilo que o sujeito **lembra** do dizer e não como o que o outro necessariamente disse. É

interessante como, com isso, emerge outra concepção de memória em funcionamento no *Eu vou contar*, diferente da que apontei antes para esse mesmo material, em que a memória parecia ser puro registro mnemônico. Ressalto, portanto, o modo como os sentidos não se fecham e não são únicos, ainda que para uma mesma posição discursiva. Assim, esse sentido de memória está em estreita relação com o sentido de verdadeiro no *Eu vou contar*.

Retomo, para elaborá-lo, as marcas a que já fiz menção em 6.1, que são números que emergem no material, sobretudo, para estabelecer a distância temporal entre o aborto e o relato, como nos enunciados dispostos a seguir. Dessa vez, porém, leio as marcas como a passagem do relato pelo inegável da ocorrência do fato, isto é, como marcas materiais que buscam atestar que “houve um aborto”. Todavia, o sentido de verdadeiro que o material **demand**a e produz não se restringe a atestar o fato: o sujeito é chamado a dizer da forma como o ocorrido o atingiu, o impactou, o que se marca no “é assim que lembro” que encontrei em T2 e em E30.

E31: “Eu descobri que estava grávida **em 1993**, na época **eu tinha 17 anos**” (história 9, grifos meus).

E32: “Eu já tinha **duas filhas**, era casada, e aquela **era minha terceira gravidez**” (história 18, grifos meus).

E33: “Eu **tinha 15 anos** quando fiz o aborto, **hoje tenho 35**. Foram **20 anos em silêncio**” (história 1, grifos meus).

E34: “Eu fiquei numa maca **mais de 24 horas**, e sangrava muito” (história 2, grifo meu).

E35: “Eu já disse minha idade a você? Eu **tinha 20 anos** e namorava **há uns 7 meses** com um rapaz, hoje **tenho quase 30**” (história 7, grifos meus).

E36: “No primeiro, eu era ainda estudante, **tinha 22 anos**” (história 19, grifo meu).

E37: “Lembro-me daquele dia. Eu já tinha **dois filhos**, um de **3** e outro de **5 anos**” (história 15, grifos meus).

E38: “Paguei, na época, uma fortuna: **R\$ 300,00**” (história 15, grifo meu).

E39: “Ele me disse que eram **150 reais**. **Isso tem 12 anos**, acho que foi **150**, sim” (história 13, grifos meus).

E40: “**Isso já tem quase 10 anos**, é difícil ter a exata sequência dos acontecimentos” (história 7, grifo meu).

Essa análise não está dissociada da que trabalhei em 6.1, em que mostrei que havia na campanha a construção de um sujeito senhor de si (como efeito do/no material, e não como concepção própria do dispositivo teórico-analítico), pois é próprio desse sujeito que “domina sua própria casa” o saber dizer em palavras não apenas a experiência, mas principalmente o modo como ela o afetou ou o afeta (e aqui está em questão a imbricação entre aborto e trauma também produzida pela cena).

Em suma, no Capítulo 10 do Relatório da CNV me deparei com uma imbricação substancial entre contar **para quê** e contar **para quem** (que ecoa no **como** contar) produzida pela presença da demanda de escuta dirigida ao jurídico: os testemunhos parecem sempre presos ao fazer reconhecer juridicamente, penalmente, o que ocorreu e isso faz com que os

eventos sejam contados **para** o jurídico, inclusive em sua própria língua. Por outro lado, na campanha *Eu vou contar* o jurídico é demandado apenas depois, pois é, antes, primordial produzir efeito no debate público sobre o aborto. É sobre essa necessidade que desenvolvo a subseção a seguir.

SENTIDO E TRANSMISSÃO

Há, portanto, a necessidade de que algo do testemunho se transmita, de que o testemunho produza algum efeito ao circular. Penso, portanto, que no *Eu vou contar* a **demanda de escuta** se desdobra em uma **demanda de transmissão**, que novamente não está colada a um dos lugares da cena, mas atravessa ambos produzindo funcionamentos diferentes. Da parte do sujeito que conta, a possibilidade de transmissão parece constituir-se justamente na medida em que ele sabe e é capaz de falar de como a experiência do aborto toca-o enquanto uma experiência de sofrimento, o que remete aos funcionamentos que apontei na subseção anterior. Porém, para além dessa possibilidade endossada pelo sujeito, pensar a transmissão como uma **demanda** da política do testemunho em questão me permite também trabalhar analiticamente com funcionamentos presentes entre texto e vídeo, a partir de uma vontade de (que faça) sentido que produz esses funcionamentos.

A partir do dispositivo teórico-analítico que tenho até agora montado, falar em **transmissão**, quando se trata de testemunho, não é, claramente, tratar da possibilidade de apreender a experiência em sua totalidade e fazer com o que o outro também a apreenda por meio do testemunho. É, antes, dar consequência ao funcionamento do testemunho como **chance** de dizer algo do trauma e como chance de, ao fazê-lo, tornar algo do trauma compartilhável. Penso o funcionamento da transmissão, por exemplo, no reconhecimento da experiência como traumática por parte do outro, ainda que faça parte desse reconhecimento também a assunção do caráter de inapreensibilidade dessa experiência: o que se transmite pode ser exatamente a existência do furo, da fratura, do abismo a que não se pode atribuir sentido ou palavras. Também como forma ou efeito de transmissão, não dissociada da primeira, considero possível pensar a movimentação de redes de sentido antes estáveis a partir do testemunho: o testemunho, ao expor o furo, pode expor algo do sentido ao seu caráter de efeito e pode, assim, visibilizar como possível a produção de efeitos outros.

Contudo, essa noção de transmissão pensada como efeito possível do testemunho carrega em grande parte o caráter de contingência, do que não pode ser controlado pelo sujeito, mas que pode acontecer, novamente, pela chance, pelo encontro contingente de condições que possam produzir acontecimento e, conseqüentemente, movimento na estrutura. Por isso, não é exatamente ela que está em jogo quando tento pensar a **demanda de transmissão** posta em cena pela política do testemunho. Essa demanda não caminha nas trilhas da possibilidade, mas, sim, nas da **necessidade de que faça sentido**. Devo voltar brevemente, portanto, ao que é “fazer sentido”, e ao que é “sentido” mesmo para a AD.

O sentido é sempre-já **feito de sentido**, visto que não está jamais colado a uma palavra, mas, sim, produz-se a partir do jogo entre significantes que estabelece relações com redes

de memória e discursividades específicas. Algo só “faz sentido” para um sujeito se, para ele, isto é, para a posição que o interpela, estão disponíveis, visíveis, essas redes específicas que determinam os sentidos em jogo e os fazem aparecer como possíveis. Ao tratar de jogo entre significantes, a questão do sentido traz à baila a sintaxe pela definição pecheutiana do enunciado como “uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de derivas possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 53): esses pontos de deriva se encaminham para sentidos saturados apenas a partir de uma posição discursiva específica, que os faz se filiarem a redes de memória definidas.

É a partir dessas redes de memória que se torna possível fazer paráfrase de enunciados, não apenas como prática analítica, mas como prática linguageira dos sujeitos: os movimentos parafrásticos tentam direcionar a interpretação, encaminhar a produção dos sentidos para determinadas redes e não outras, ainda que a possibilidade de deslize não possa jamais ser barrada, posto que a incompletude é constitutiva da linguagem. Da mesma forma, é só por esses funcionamentos que é possível a articulação de enunciados de maneira que “faça sentido” ou, de outro modo, é a partir da retomada das discursividades em jogo que se pode compreender como enunciados justapostos no fio do discurso podem se articular.

Sobre esse ponto, é bastante singular, e mesmo tocante, o modo como, nos testemunhos em geral, mas em especial naqueles divulgados pela campanha *Eu vou contar*, parece frequentemente haver um abismo entre os períodos gramaticais do relato, ainda que esses apareçam encadeados no fio do discurso. É só pelo atravessamento de discursividades muito particulares, que não raramente desestabilizam sentidos correntes, que as articulações entre os enunciados emergem como possíveis. A título de exemplo, trago abaixo o trecho final de uma das histórias (T4), do qual já analisei algumas questões, mas que não me proponho a destrinchar aqui, pois espero, a partir dele, poder dizer algo sobre a escuta oferecida ao testemunho principalmente nos e pelos movimentos sociais, mas também a partir de uma posição analítica como a que aqui assumo.

T4: “Ele fez uma curetagem sem anestesia. E disse que eu já estava com infecção séria, que tudo aquilo era muito perigoso. Tudo estava podre dentro de mim. Não sei se ele usou essas palavras, mas é assim que lembro. Ele me deu antibióticos e eu tomei. Eu tive muito medo da lei e da morte. Obrigada por me ouvir, fique com Deus” (história 15).

A demanda de que faça sentido, da qual busco tratar aqui, parece-me uma necessidade constante para as diversas militâncias e movimentos sociais, o que não é mero acaso, pois está em questão a vontade de sentido do sujeito pragmático que todos somos (PÊCHEUX, [1983] 2006), à qual já fiz alusão em 5.1. Ela sempre faz barrar os efeitos da existência de “um real constitutivamente estranho à univocidade lógica” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 43), pois ela institui o furo como constitutivo e, por consequência, desestabiliza a possibilidade de um “mundo semanticamente normal” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 34). Dessa forma, os movimentos de nomeação, de retomada, de paráfrase, são tentativas de conter o que é propriamente da ordem do não-estável, do inominável, exatamente nessas ordens. Observo, no *Eu vou contar*, funcionamentos decorrentes da impossibilidade de reconhecer a existência

desse inapreensível sem renegá-lo ao campo do que não se pode transmitir, no sentido que trabalhei de início: é possível assumir que há “um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 43) e que esses efeitos podem se produzir sem que haja necessidade de que o sentido se feche de maneira lógica.

Em vista disso, o testemunho no funcionamento do discurso da militância ou do discurso político emerge quase sempre a título de exemplo, de prova do que se pretende dizer, e esse funcionamento parece se sustentar apenas diante do pressuposto de que haja algo nos relatos que seja compartilhável. O compartilhável, por sua vez, tende a remeter ao estável, às redes de sentido já estabelecidas como possíveis. Assim, a escuta que se oferece ao testemunho nesses espaços me parece caminhar precisamente no sentido oposto ao da transmissão de que tratei acima: ao invés de dar voz ao testemunho enquanto potência de deslocamento, de desestruturação-reestruturação dos sentidos vigentes – pois seria, nesse caso, necessário assumir a possibilidade de funcionamentos que por vezes parecem tocar o “sem sentido”, que é o lugar do abismo, daquilo que não se pode significar –, ela procura dar sentido a ele a partir das redes já postas.

Observo o funcionamento que descrevi na campanha *Eu vou contar*, sobretudo ao comparar texto e vídeo. Conforme descrevi na apresentação dos materiais, o vídeo consiste em uma leitura-interpretação do texto publicado, feita por Débora Diniz em primeira pessoa, isto é, como se fosse a mulher autora do relato que estivesse narrando. Débora tem em mãos uma folha em que, assumo, está o texto publicado, mas ela não a lê todo o tempo. Assim, há momentos em que ela se afasta do texto que acompanhamos publicado no site. Em alguns deles, surgem movimentos parafrásticos que dão visibilidade às discursividades em jogo na campanha, fazendo emergir a tentativa de conter o testemunho nos sentidos já estabelecidos, como mencionado. Para dar visibilidade às questões em jogo, busco analisar, a seguir, os movimentos entre T5, proveniente do texto escrito, e T6, que é a transcrição do trecho de narração correspondente a T5.

T5: “Depois de 10 anos, eu engravidei do meu segundo casamento e **resolvi ter** minha segunda filha. Foi maravilhoso ter, criar. As minhas filhas são incríveis. Eu não sinto culpa **de ter tirado os outros**, só acho que **poderia ter sido mais fácil**” (história 17, grifos meus).

T6: “Depois de 10 anos, eu engravidei do meu segundo casamento e tive a minha segunda filha, que foi maravilhoso ter, foi maravilhoso criar. **Sabe, eu adoro ser mãe**. As minhas filhas, elas são incríveis. Eu não sinto culpa **por ter feito esses abortos, isso não quer dizer que eu sinto orgulho de contar essa história, né, eu tô aqui pra dividir**. E dividir que **essas histórias não precisavam ter sido assim**” (história 17, transcrição de trecho do vídeo⁴⁸ correspondente a T5, grifos meus).

É, já de início, notável o número de diferenças entre T5 e T6, assim como é perceptível que há, na passagem de T5 a T6, principalmente, a inserção de enunciados e trechos ausentes em T5. A seguir, desmembro os trechos em enunciados para analisá-los, começando por E41 e E43.

48 Disponível em: <https://youtu.be/qhqAngKal6c>. Acesso em: 29 set. 2019.

E41: “eu engravidei do meu segundo casamento e resolvi ter minha segunda filha” (história 17, texto)

E42: eu engravidei e resolvi ter uma filha.

P42.1: eu engravidei e resolvi ter uma filha.

P42.2: eu engravidei e resolvi não ter uma filha.

P42.3: eu engravidei e resolvi abortar.

P42.4: eu engravidei e resolvi .

E43: “eu engravidei do meu segundo casamento e tive a minha segunda filha” (história 17, transcrição de trecho do vídeo correspondente a E41)

P43.1: eu engravidei do meu segundo casamento, logo tive a minha segunda filha.

Em ambos, mantem-se a conjunção coordenativa “e”, mas discursivamente ela não funciona do mesmo modo: em E41, a coordenação coloca as duas ações em sequência, mas não produz nenhum tipo de relação de implicação, como E43, por sua vez, faz. Na passagem de E41 a E43 há o apagamento da agência do sujeito como o que toma a decisão de ter o filho diante da gravidez, pois “ter o filho” passa, em E43, a ser quase consequência lógica de “engravidar”.

É importante ressaltar que a textualização da decisão do aborto no material analisado não passa nenhuma vez pelo aparecimento do verbo “querer” – o agenciamento se dá quase sempre pelo verbo “(não) poder” e com a recorrência do aparecimento do condicional, conforme mostro em 7.1, isto é, não passa pela decisão do sujeito, mas, sim, pela impossibilidade de que se fizesse outra coisa. A partir de E41, porém, seria possível elaborar, por oposição, o aborto como o espaço de decisão por não ter um filho, conforme mostro com E42 e as paráfrases decorrentes. É significativo, portanto, que justamente diante do surgimento dessa agência do sujeito, a paráfrase produzida a partir do lugar da campanha, que escuta e reconta, apague essa mesma agência – o sentido possível para “aborto” para essa posição continua, com isso, a passar pelo lugar da inevitabilidade, da necessidade absoluta.

Ressalto, contudo, que os sentidos no relato em texto também funcionam na contradição constitutiva, indissolúvel. Ao mesmo tempo em que “abortar” é posto em sinonímia com “não ter um filho”, a contagem da filha que efetivamente se tem depois como “segunda” barra o reconhecimento do objeto do aborto como “filho”. A mesma questão está presente na articulação entre os enunciados justapostos em E44, pela elipse após “outros”: ao mesmo tempo em que, considerando estritamente o funcionamento sintático, eu poderia remeter o substantivo “filhos” ao espaço deixado vazio, não posso ignorar que o próprio fato de haver elipse desse elemento produz efeitos discursivos significativos para esse material e que outros enunciados do relato parecem barrar a possibilidade de que essa elipse seja automaticamente preenchida por “filhos”.

E44: “As minhas filhas são incríveis. Eu não sinto culpa de ter tirado os outros” (história 17, texto).

P44.1: As minhas filhas são incríveis. Eu não sinto culpa de ter tirado os outros [▲]

P44.2: As minhas filhas são incríveis. Eu não sinto culpa de ter tirado os outros filhos (?).

No cotejo entre E45 e E46 dou ênfase à emergência mais chocante na comparação dos trechos. Considero-a chocante, pois escancara o atravessamento do movimento de dar sentido ao testemunho por uma discursividade muito específica no tocante à maternidade. Ela, primeiro, põe em relação de sinonímia “ter filhos” e “ser mãe”, relação de cuja naturalidade é preciso desconfiar. Em seguida, estabelece uma implicação extremamente significativa entre o “sucesso” dos filhos e a realização como mãe, ou entre o amor aos filhos e a realização como mãe. O trabalho de Donath (2017) dá visibilidade ao modo como essas colagens estão socialmente estabelecidas, mas não são da ordem do natural, do óbvio, conforme mostram os relatos de mulheres reunidos pela pesquisadora.

E45: “Foi maravilhoso ter, criar. As minhas filhas são incríveis” (história 17, texto).

E46: “Foi maravilhoso ter, foi maravilhoso criar. Sabe, eu adoro ser mãe. As minhas filhas, elas são incríveis” (história 17, transcrição de trecho do vídeo correspondente a E45).

P46.1: Sabe, eu adoro ser mãe. As minhas filhas, elas são incríveis.

P46.2: Sabe, eu adoro ser mãe, pois as minhas filhas, elas são incríveis.

Por fim, o trecho final chama a atenção pela quantidade de inserções e de reformulações produzidas no vídeo em relação ao trecho bastante curto e incisivo do texto (ver E47 e E48). O efeito geral que se produz na leitura comparada dos dois trechos é de uma grande atenuação do dito pela mulher que testemunha, mas quero destacar algumas marcas específicas. Em primeiro lugar, a substituição de “ter tirado os outros [filhos?]” por “ter feito esses abortos”: é interessante como, nesse caso, a emergência do significante aborto ganha um caráter técnico, remetendo quase ao discurso médico, aplacando, assim, as questões – muito mais problemáticas em termos de sentidos estabilizados e da necessária inevitabilidade do aborto – que estavam em jogo em “tirar os outros [filhos (?)]. Em segundo, a inserção do enunciado sobre o orgulho em um funcionamento de denegação, no qual se supõe um outro que diz que “não sentir culpa quer dizer sentir orgulho por contar essa história” e em que se procura negar esse dizer antes mesmo que ele emerja.

Em terceiro e último lugar, há a emergência do dêitico “assim” no fim do trecho do vídeo (“não precisava ter sido **assim**”). Ela mantém possíveis duas paráfrases: uma que remete o dêitico à questão do sofrimento e da solidão, relatados pela mulher como decorrentes do fazer os abortos na condição do crime, outra que o remete à própria possibilidade de que os abortos não fossem feitos, se as circunstâncias pudessem ter sido outras. Restringe-se novamente, no segundo caso, o aborto ao lugar do inevitável, e jamais ao da escolha.

E47: “Eu não sinto culpa de ter tirado os outros, só acho que poderia ter sido mais fácil” (história 17, texto).

E48: “Eu não sinto culpa por ter feito esses abortos, isso não quer dizer que eu sinto orgulho de contar essa história, né, eu tô aqui pra dividir. E dividir que essas histórias não precisavam ter sido assim” (história 17, transcrição de trecho do vídeo correspondente a E47).

Em suma, os movimentos de paráfrase e deslocamento entre texto e vídeo que explorei acima dão visibilidade às tentativas de encaminhar os sentidos para um campo de filiações

e não para outro. Os funcionamentos apontados se repetem quando penso nas outras materialidades em jogo na campanha que não apenas os vídeos, como as imagens que acompanham os relatos, marcadas pelos tons pastéis: há remissão a uma construção específica de universo feminino e, dentro dele – que é fruto da produção e produz efeitos discursivos, como já mostrado –, do sentido de aborto. Isso se dá até mesmo na modulação da voz nos vídeos: é notável o estabelecimento de um tom que passa por algo de confessional, de súplica, contrastando com o tom do vídeo do único relato contado por um homem (história 16) – ressaltado que é sempre Débora Diniz quem faz a leitura-interpretação –, muito mais decidido e incisivo do que o dos demais vídeos.

Defendo, a partir disso, pensar a AD como espaço de possibilidade para oferecer, possivelmente, outra escuta para o testemunho: uma escuta menos daquilo que se diz enquanto conteúdo, menos dos enunciados, e mais dos intervalos entre eles. Enfim, uma escuta do abismo para o qual o testemunho aponta incessantemente.

ESCUTAR O ABISMO

Ao fim do percurso de reflexão sobre a cena que desenvolvi nos Capítulos 5 e 6 e a partir da contribuição desse percurso para pensar os materiais que me propus a analisar, em especial o *Eu vou contar*, retorno ao ponto em que terminei o Capítulo 4. Isto é, a uma das primeiras perguntas de análise que coloquei para esse material, precisamente para o enunciado que o nomeava enquanto campanha: a do objeto ausente do verbo contar. Não é exatamente esse objeto, insistentemente ausente, a marca que aponta o abismo? A marca do trabalho do dizível no tentar tecer as bordas do indizível (MARIANI, 2017)? A marca de uma insistente impossibilidade de marcar (BALDINI, 2017)? Assim, se defendo a AD como espaço de escuta do abismo, dos furos, como espaço de trabalho com os restos, não é justamente aí ou isso que devo me propor a escutar?

No fim do Capítulo 4 eu estava às voltas com a possibilidade de encontrar, por remissão ou paráfrase, um objeto para o verbo contar. Ela tinha se mostrado existente nos paratextos da campanha, com a emergência dos objetos “história de aborto” e “relato de aborto”, mas mostrou-se bastante problemática quando estavam em questão os relatos. Ademais, apontei ao longo das elaborações e análises o modo como o sentido dos dois objetos acima mencionados dependiam fundamentalmente dos sentidos de “aborto”, porém, esse objeto aparecia nas duas expressões dos paratextos como um objeto dado a partir do efeito de pré-construído. Por outro lado, ao analisar E13, enunciado proveniente da história 19, o “aborto” tinha efeito de pontualidade do acontecimento, como se não tivesse história própria, e, além disso, como se não fosse essa história que poderia vir a ser o objeto do contar.

“ABORTO” E “ABORTAR”: REGULARIDADES E EFEITOS

Volto, portanto, à tentativa de escutar os testemunhos naquele ponto da análise, visando a investigar como “aborto” significa nos relatos e como ou em que medida ele está relacionado ao objeto do contar. Para isso, começo por buscar nas histórias analisadas as ocorrências do significante “aborto”. Apresento a lista completa desses enunciados e trechos no Anexo P, ordenada pela ordem de publicação das histórias e pela ordem de aparecimento quando há mais de uma ocorrência na mesma história. Abaixo, incluo, ao longo das elaborações, alguns dos enunciados que lá aparecem, agrupados, porém, segundo regularidades que percebo e me proponho a discutir.

De início, destaco que o número de ocorrências da palavra nos relatos é relativamente baixo: nos 13 relatos analisados, há 34 ocorrências, resultando em média de 2,6 ocorrências por relato, sendo que há, inclusive, um relato (a história 15) em que “aborto” não aparece sequer uma vez; em contraste, o texto longo de apresentação (cuja extensão não é muito

maior do que a das histórias), sozinho, tem nove ocorrências da palavra “aborto”. Além disso, é significativo que, das 34 ocorrências nos relatos, apenas uma delas seja da expressão “história de aborto”, conforme encontrei de início nos paratextos da campanha.

A primeira regularidade marcante que percebo ao observar as ocorrências é que em 15 delas – dentre as quais “aborto” aparece em posição de objeto direto, conforme disposto a seguir, notadamente regido pelo verbo “fazer” ou por locução verbal formada por esse verbo – o sujeito desse verbo é sempre a mulher que passou pelo aborto (na maior parte dos casos a narradora da história, mas há menção também a outras mulheres como agentes de seus próprios abortos).

E49: “Eu tinha 15 anos quando **fiz o aborto**, hoje tenho 35. Foram 20 anos em silêncio” (história 1, grifo meu).

Trecho de E52: “O meu castigo seria viver o mesmo ano duas vezes, talvez para eu nunca esquecer que **eu tinha feito um aborto**” (história 4, grifo meu).

E57: “Uma amiga se abriu comigo e disse que **já tinha feito um aborto**. Ela perguntou se eu queria também fazer um” (história 9, grifos meus).

E62: “A minha história é daquelas de linchamento público. **Eu fiz três abortos**” (história 17, grifo meu).

Há dois efeitos principais que essa estrutura produz. O primeiro é aquele que a análise de E13 já tinha me levado a apontar: a atribuição ao “aborto” do caráter de acontecimento pontual. O significante “aborto” parece só estar presente na materialidade do relato quando se quer apontar para o acontecimento quase biológico de interrupção. O efeito é especialmente interessante em E49, pois, no enunciado, produz-se contraste entre duas temporalidades, uma pontual e uma dilatada: a primeira em “**tinha** 15 anos”, “**fiz** o aborto”, “**tenho** 35”, opondo-se à segunda em “**Foram 20 anos** em silêncio”. Contudo, é preciso frisar, e com isso passo ao segundo efeito, que há nesse acontecimento uma **agência** marcada do sujeito: é ele quem faz a ação. Esse segundo efeito leva-me a discutir dois outros aspectos.

O primeiro é a possibilidade de estabelecer uma relação de sinonímia entre “fazer” e “provocar” um aborto, considerando os efeitos mencionados e os processos discursivos nos relatos analisados, pois ambos aparecem na mesma estrutura já descrita. Assim, incluo E51, a seguir, na série que me permite pensar sobre a agência do sujeito e sua relação com o processo de testemunhar. Nesse enunciado há uma diferença estrutural em relação à posição do sujeito – inclusive enquanto posição gramatical – nas duas ações de que tratam as duas orações que o compõem: se, por um lado, seguindo a regularidade já identificada, o sujeito é agente de “ter provocado um aborto”, por outro ele é paciente da ação de “ser rude” de outros agentes.

E51: “Eu gritava de dor, os médicos e enfermeiras eram muito rudes **comigo**. Eles sabiam que **eu tinha provocado um aborto**” (história 2, grifos meus).

P51.1: Os médicos e enfermeiras eram muito rudes comigo pois eles sabiam que eu tinha provocado um aborto.

Conforme venho mostrando, a ocorrência do aborto não parece ser, por si só, o objeto do contar, o objeto do testemunho; por outro lado, nos relatos há uma frequência de estabelecimento de relações de consequência a partir dessa ocorrência, como é o caso em E51, explicitado em P51.1. Essas, sim, parecem ser parte daquilo que há a contar. Por consequência, o processo de testemunhar impõe uma passagem não pouco problemática ou trabalhosa para o sujeito que conta: a de paciente da ação do outro a agente do ato de testemunhar sobre essa ação e, principalmente, sobre esse estado de ser paciente. Cabe mencionar ainda, a respeito do aparecimento de “provocar” em relação de sinonímia com “fazer”, que ele também faz emergir e marcar em alguns dos relatos uma diferença entre o “aborto espontâneo”, que é um aborto que se “sofre”, conforme E69, e o “aborto provocado”, conforme E52, que é o aborto que se “faz”.

Trecho de E69: “**O meu aborto foi espontâneo**, nem por isso me senti menos culpada ou julgada. [...] Quero contar minha história, porque no final pouco importa se **provocamos ou sofremos um aborto**: somos sempre julgadas” (história 18, grifos meus).

Trecho de E52: “Eles podiam fazer o que quisessem comigo, eles sabiam que havia sido **um aborto provocado**” (história 4, grifo meu).

Ainda sobre a agência do sujeito no aborto, o segundo aspecto a discutir é relativo ao fato de que ela é construída e marcada de forma bastante direta na ocorrência do aborto enquanto acontecimento pontual, mas quando se trata da “decisão” do ou pelo ou sobre o aborto, a questão é diferente: há, pelo contrário, o efeito de **apagamento** da agência do sujeito, a que já fiz menção em 6.2.2. Uma primeira marca desse apagamento é a ausência do verbo “querer” como elemento possível da locução com “fazer”. Em E53 (abaixo), de fato, o verbo “desejar”, que posso tomar como próximo de “querer”, aparece apenas para textualizar essa impossibilidade de articulação, a impossibilidade de pensar o aborto como vontade do sujeito. Não posso deixar de remeter esse ponto a certa expectativa de sentido da política do testemunho em cena, conforme apontado na análise que fiz no Capítulo 6.

E53: “**Eu não desejava fazer um aborto, não existe isso**, ‘ah, eu desejo fazer um aborto’” (história 4, grifos meus).

Em construções que ainda mantêm um traço de agência do sujeito na “decisão” – e é já notável que esse significante apareça –, como E56 e E60, o âmbito da vontade ou desejo não deixa de estar excluído: há sempre algo outro que intervém, que “leva o sujeito a”, independentemente de sua suposta vontade. Ressalto que, aqui, não trato daquilo que seria ou não de fato uma vontade do sujeito, daquilo que passa ou não, para ele, pelo campo dos desejos; trato, ao invés disso, de buscar, na materialidade discursiva, a **textualização** ou não de algo **como** vontade, **como** desejo, ou **como** inevitabilidade, consequência de algo outro, que é aqui o caso. Esse modo de textualização está necessariamente determinado pelas demandas em jogo na cena e na política do testemunho que funcionam no material, podendo ser outro caso essas condições mudassem, conforme o percurso que fiz nos Capítulos 5 e 6.

E56: “A minha **decisão pelo aborto** foi triste, não foi madura. Foi solitária” (história 9, grifo meu).

E60: “Acho que é porque agora eu consigo entender – não existe isso de um ‘fato do aborto’, mas **várias histórias que levaram à minha decisão**” (história 13, grifo meu).

O atravessamento da decisão pelo traço de inevitabilidade, de inexistência de outras possibilidades, exacerba-se, sobretudo, em uma construção que se repete, que é a do aparecimento de verbos no futuro do pretérito em frases negativas, como nos três enunciados a seguir. Essa construção, por vezes descrita como um modo verbal específico, que seria o condicional, produz um efeito particular que parece faltar se tento parafrasear passando o verbo ao pretérito perfeito ou ao imperfeito, como busco mostrar produzindo as paráfrases dos enunciados abaixo. Em P79.1 há, ainda, um outro efeito no enunciado no condicional que se mantém na paráfrase com a passagem do verbo ao pretérito imperfeito: é o de certa atualização ou presentificação da impossibilidade, que parece se produzir por uma especificidade do verbo “poder”, mas também pelo fato de que “não se poderia” não se refere a “não abortar”, mas a “ter um filho”, que parece não ser da mesma ordem da pontualidade que caracterizava o “aborto” no material.

E77: “Nossa casa era muito pobre, **não caberia** mais uma criança ali” (história 2, grifo meu).

P77.1: Nossa casa era muito pobre, não mais uma criança ali.

E78: “Hoje, eu tenho um filho e sei que **não teria sido capaz** naquele momento” (história 2, grifo meu).

P78.1: Hoje, eu tenho um filho e sei que não capaz naquele momento.

E79: “Eu não subestimo a capacidade da mulher que se torna mãe para crescer na vida. Eu só **não poderia** ter aquele filho” (história 7, grifo meu).

P79.1: Eu só não ter aquele filho.

Retomo a problemática da relação entre “aborto”, objeto do contar, e “ter um filho” mais adiante, mas, antes, quero tratar de uma outra regularidade observável no conjunto de enunciados que reuni no Anexo P. Chama a atenção o fato de que, quando aparece como verbo, “abortar” é sempre intransitivo, um verbo sem objeto – caso das ocorrências de E80 a E85⁴⁹. Considero o verbo intransitivo e não com um possível objeto elipsado ou ausente, pois é justamente a estrutura intransitiva que permite que o substantivo que dele deriva apareça, conforme visto, como objeto do verbo “fazer”. A intransitividade do verbo produz como efeito tirar de questão pensar – para as posições em jogo na cena que analiso – o aborto como ação que se faz **sobre** um outro, um “feto” (palavra ausente no *corpus* de análise), um “filho”, um “bebê”, ainda que algo em relação a esse outro possa estar implicado na consequência da ação de abortar – os efeitos discursivos de uma e outra coisa são, contudo, bastante diferentes –, conforme a análise já apontou e como retomo a seguir.

E80: “Acho que as histórias tristes são as de mulheres que não conseguiram **abortar**” (história 12, grifo meu).

49 Estabelecem-se relações um pouco diferentes em E83, que possibilitariam, talvez, a remissão de um objeto ao verbo “abortar”, ainda que ele apareça sem objeto, ao lado do verbo “perder” que, esse sim, tem objeto. Chama a atenção também o aparecimento inclusive do nome “bebê”, que não se dá em nenhum outro relato analisado. Considero, contudo, que a questão se deve em parte ao fato da história 18, de que o enunciado provém, ser a única história que trata de um aborto espontâneo, e não de um “aborto provocado”, conforme a distinção construída pelo funcionamento dos próprios relatos. Assim, as relações entre aborto e maternidade parecem ser outras a respeito daquelas que aparecem nos demais relatos, ainda que eu não me dedique a explorar a questão em relação a esse relato específico.

E81: “Ela respondeu de uma maneira bem grossa ‘Já era, você perdeu, **você abortou**’. **Eu tinha abortado**, entende?” (história 18, grifos meus).

E82: “Depois tive ódio de mim: inconscientemente, lá estava repetindo o mundo que separa as corretas das putas. Como se casadas não **abortassem**” (história 18, grifo meu).

E83: “Eu tinha **abortado**, eu tinha perdido o meu bebê, eu não tinha feito o repouso suficiente para segurar o bebê” (história 18, grifo meu).

E84: “Mas é que eu também acreditava nisso na época – que mulher direita não **aborta**” (história 18, grifo meu).

E85: “Não tive dúvidas que **iria abortar** só que com mais condições” (história 19, grifo meu).

Porém, ainda que seja recorrente a aparição de “aborto” como objeto de fazer sem nenhum tipo de complemento adicional, também emerge como regularidade a construção “fazer um aborto de”, sendo que a preposição introduz a referência ao homem implicado na ocorrência da gravidez e do posterior aborto (conforme E50, E54 e E73, reproduzidos em seguida). Não me proponho a discutir em profundidade efeitos discursivos que daí emerjam ou decorram, mas gostaria de apontar a regularidade como forma de pensar o funcionamento estrutural do verbo “abortar” e do substantivo “aborto” – é já significativo dar visibilidade à possibilidade de jogo na estrutura linguística em relação ao funcionamento discursivo, inclusive ao ponto de afetar a estrutura verbal.

E50: “Minha mãe voltou, me acalmou e contou a história dela. **Ela tinha feito um aborto de meu pai** quando eles namoravam” (história 1, grifo meu).

E54: “Eu tenho 38 anos, tenho uma filha, sou casada com o mesmo homem **de quem fiz um aborto**” (história 6, grifo meu).

E73: “ **Os dois abortos foram do mesmo companheiro**, ainda hoje meu marido” (história 19, grifo meu).

Contudo, considero digno de nota que os três enunciados coloquem em questão não qualquer homem, mas um homem que, “apesar do aborto” (conforme efeito dos próprios enunciados), torna-se e é ainda marido da mulher que testemunha. Isso é interessante, pois, funcionando na contradição, ao mesmo tempo em que a relação que aí se estabelece pode desestabilizar a ideia de que “ não abortam”, mencionada na história 18, ela também evoca e recorre ao mesmo imaginário, de que a instituição “casamento” dá à mulher outro tipo de validação. Essa regularidade poderia, portanto, ser pensada como um tipo de resposta por denegação, determinada pela necessidade – posta pela política do testemunho em cena – de deslocar o lugar do aborto de uma existência feminina vista como ilegítima. Quanto a seus efeitos, ela faz deslizar alguns sentidos estabelecidos dessa “existência feminina”, mas ao mesmo tempo reforça outros.

Em suma, ao tratar do funcionamento de “aborto” e “abortar” nos relatos da campanha *Eu vou contar*, noto, sobretudo, que não estou tratando do objeto do contar, posto que na

análise o verbo, ou aquele que no Capítulo 4 tomei como seu sinônimo, “falar”, sequer apareceu.

DÊIXIS E INDIZÍVEL

Buscando continuar a escutar esse lugar de ausência que já apontei como sendo o do objeto do “contar”, retomo o gesto de recorte do *corpus* que fiz no Capítulo 4, de seleção dos enunciados dos relatos pelo aparecimento dos dois verbos, mas, dessa vez, para olhar para outras marcas presentes na sua materialidade discursiva, não mais referentes à locução verbal, mas ao lugar do objeto. Na apresentação dos enunciados a seguir, marco esse lugar não mais como de elipse, mas de ausência, gesto que já discuti brevemente no Capítulo 4, e que justifico em mais detalhe com o desenvolvimento das análises. É por isso que modifico o símbolo que inicialmente tomei de Haroche ([1981] 2016). Ademais, destaco em negrito as ocorrências em que há algo que preenche o lugar de objeto.

E86: “Eu nunca me senti à vontade para falar **a respeito**. Nem na terapia” (história 1, grifo meu).

E87: “Três anos depois eu criei coragem e contei [] à minha mãe. Eu precisava contar [], **aquilo** me sufocava” (história 2, grifo meu).

E88: “Sabe, é estranho não poder contar []” (história 6).

E89: “É uma sensação muito estranha entrar em consultório ginecológico com outro médico e nunca ter falado **disso**” (história 6, grifo meu).

E90: “Minha mãe até hoje não sabe [], só minha irmã. Eu precisava contar [] para alguém. Falei poucas vezes sobre **isso**, mas ouço as pessoas falando sobre **aborto** e dizendo que as mulheres são egoístas por fazerem []” (história 7, grifos meus).

Ao e para definir os relatos como testemunhos, recorri à regularidade que se faz ver nos enunciados acima. Sempre que os verbos “contar” e “falar (sobre)” aparecem, seu objeto se faz ausente. Contudo, diferente do que havia no caso do verbo “abortar”, há indício de que há o espaço estrutural do verbo a ser preenchido por um objeto, pois às vezes ele o é. A questão é que, nesses casos, o preenchimento se dá por elementos dêiticos. O funcionamento linguístico dos dêiticos é o de apontar, indicar outros espaços estruturais da língua, outros elementos postos em relações precisas pelo funcionamento sintático. O problema é que, no funcionamento específico dos relatos da campanha *Eu vou contar*, os dêiticos apontam para objetos ausentes que, se procuro tratá-los como elipses, apontam ainda para outros dêiticos, outras elipses ou outras ausências.

Assim, o lugar estrutural do objeto do contar é preenchido somente pelo constante e insistente apontar, sendo essa uma das regularidades que me leva a definir os relatos como testemunhos, atribuindo esse movimento ao que chamei de **funcionamento testemunhal**. O funcionamento testemunhal é, enfim, a marca material do trabalho do sujeito **diante de** e **em torno do indizível**. Estar diante do indizível é da ordem do deparar-se, é da ordem do encontro com o Real, “com aquilo que não tem inscrição na linguagem” (MARIANI,

2017, p. 41). Contudo, estar diante do que não se pode dizer, do que não se pode colocar em palavras, não quer dizer que não haja nada a dizer: há algo que nos permite ver que há indizível, o indizível nos afeta, pois se assim não fosse não haveria a própria possibilidade ou necessidade de nomeá-lo como tal. Pelo contrário, é justamente a falta constitutiva que o indizível, o Real, institui que faz dizer: “insistimos na precariedade dos significantes para lidar com o desamparo, com a falta” (MARIANI, 2017, p. 41).

Assim, diante do indizível, o sujeito trabalha, pelo jogo significante, **em torno dele**, na tentativa de lhe fazer algum tipo de borda. Preso ao campo do dizível, pois é essa sua condição necessária, o sujeito jamais poderá escrever o indizível, mas pode acabar por marcar, apontar, exatamente pela fal(h)a, o campo do impossível. Quando digo “acabar por”, quero frisar que marcar, no dizível, o indizível como ausência tem pouco a ver com qualquer tipo de “sucesso na empreitada” do sujeito: **a marca não é resultado da insistência do sujeito em dizer o indizível, mas antes da insistência do indizível no dizer do sujeito**, que produz as falhas, os lapsos, os atos falhos, ou mesmo uma ausência sintomática que passa aquém da consciência. Refiro-me, aqui, à diferença no caso do *Eu vou contar* entre as falhas que aparecem apontadas pelo sujeito, com marcas como as que destaco nos enunciados a seguir e que trabalhei no Capítulo 6, assim como já foi mostrado em enunciados anteriores, em relação ao objeto sempre ausente do contar – essa sim é a marca de uma ausência no dizer que aponta o campo do indizível (BALDINI, 2017).

E91: “Eu fiz como mandaram, acho que foram dois na vagina e dois orais. **Não me lembro bem**” (história 1, grifo meu).

E92: “Isso já tem quase 10 anos, é difícil ter a exata sequência dos acontecimentos” (história 7, grifo meu).

E93: “Fui ao banheiro e tudo começou a acontecer. Eu estava na rua. Você acredita em mim que **eu não me lembro mais dos detalhes?**” (história 7, grifo meu).

Ao analisar os enunciados 86 a 90, não destaquei de início a única ocorrência, em E90 (que reproduzo mais adiante), em que o lugar de objeto de “falar sobre” é preenchido por um nome, que é não outro que “aborto”. Esse caso é especialmente interessante pois dá força ao fato de que os processos discursivos se constroem efetivamente sobre a base material que é a língua: é pelo modo como a estrutura sintática da frase coloca em relação determinados espaços estruturais e, portanto, os elementos que tomam esses espaços, que se produz o efeito discursivo de oposição entre “aborto” e o objeto do contar, para o qual as outras análises já apontaram.

Ressalto, nesse ponto, que buscar identificar processos discursivos em torno do objeto do contar enquanto objeto ausente não me leva, ulteriormente, a encontrar o elemento que poderia preencher essa posição, pois isso seria assumir a possibilidade de, pela AD, restituir ao indizível a dizibilidade que ele teria apenas momentaneamente perdido. Esse não é o caso, pois, como já mencionado, a indizibilidade é constitutiva, irrevogável, e interessa dar consequência a ela como tal no funcionamento discursivo: a ausência do objeto, por si só, produz sentido, como procuro destacar na análise.

E90: “Minha mãe até hoje não sabe [], só minha irmã. Eu precisava contar [] para alguém. Falei poucas vezes sobre **isso**, mas ouço as pessoas **falando sobre aborto** e dizendo que as mulheres são egoístas por fazerem []” (história 7, grifos meus).

O enunciado apresenta uma estrutura de base que é repetida duas vezes: verbo falar + preposição sobre + objeto. Há, contudo, duas diferenças marcantes entre as repetições: na primeira, o verbo, conjugado em primeira pessoa, aponta como seu sujeito aquele que diz “eu”, aquela que ocupa o lugar de quem dá o testemunho na cena, já na segunda o sujeito é de terceira pessoa, “as pessoas”; ademais, enquanto na primeira, o objeto do verbo é “isso”, na segunda, é “aborto”.

A ordem que mantive na descrição acima é significativa para a produção de sentido: o dêitico “isso” funciona linguisticamente apontando um elemento que tenha aparecido **antes** no fio do discurso, em um movimento de retomada. Por conseguinte, ele não pode retomar o significante “aborto”, posto que ele aparece apenas **depois**: daí há a necessidade de afirmar que o objeto do contar é outro que o “aborto”. Destarte, buscando as possíveis retomadas, noto que os lugares estruturais que oferecem essa possibilidade estão também vazios, marcados pela recorrência da ausência do objeto. Assim, discursivamente, **o dêitico coloca em funcionamento a incompletude e o equívoco** próprios da linguagem e é marca, no relato, do **encontro com o Real** e do indizível que lhe é próprio.

UM OBJETO SIGNIFICADO

As análises das seções anteriores (7.1 e 7.2) deram visibilidade ao modo como, nos relatos da campanha *Eu vou contar*, o significante “aborto” aparece quando o que está em questão é um acontecimento pontual. Além disso, esse mesmo significante não ocupa a posição de objeto do verbo “contar” ou “falar” e é, inclusive, marcada discursivamente a não-coincidência entre “aborto” e o que venho buscando como o objeto do contar. Esse objeto, por sua vez, está sempre marcado pela ausência, seja porque a posição não é ocupada, seja pois há ali um dêitico cujo funcionamento de apontar não encontra alvo preciso. Contudo, há alguns outros enunciados presentes no relato que me chamam a atenção, pois, ao mesmo tempo em que neles “aborto” não aparece, há ainda algo da referência a esse acontecimento da interrupção que nos enunciados anteriores fazia emergir exatamente esse significante. Nesses outros enunciados, estabelecem-se outras regularidades em relação ao que aparece, duas das quais me proponho a analisar nesta seção.

E91: “Eu cheguei a ir numa casa de umbanda comprar umas soluções, marquei consulta com uma mulher que **fazia a cirurgia a frio**” (história 2, grifo meu).

E92: “a pessoa perguntou se eu já tinha **feito o procedimento** antes” (história 6, grifo meu).

A primeira delas chama a atenção, particularmente, por manter a estrutura que, como mencionei, se repetiu em 15 das 34 ocorrências do significante “aborto” no material, reunidas no Anexo P: o significante aparece como objeto do verbo “fazer”. Porém, ao invés

de “aborto”, há “a cirurgia” e “o procedimento”. A manutenção da estrutura de um lado, e a mudança de significante, de outro, remetem-me à “repetição do idêntico através das formas necessariamente diversas” (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 97) que em 4.3 trabalhei como base fundamental dos processos discursivos. O deslize entre significantes, o aparecer um no lugar de outro, produz efeitos e sentidos ao mobilizar discursividades e memórias específicas. No caso de E91 e E92, é significativo que as “formas diversas” que emergem no material remetam notadamente ao campo do discurso médico, aspecto que retomo adiante.

E93: “A pessoa não me explicou **o que ia acontecer**, ou quem ia cuidar de mim” (história 6, grifo meu).

E94: “Eu vesti uma camisola, botei um colchão na sala, e fomos assistir filmes. A ideia era tentar não pensar **no que iria acontecer**” (história 7, grifo meu).

E95: “Fui ao banheiro e **tudo começou a acontecer**” (história 7, grifo meu).

A segunda faz aparecer a repetição do verbo “acontecer”, sempre marcada pela indefinição daquele que é seu argumento (“o que”, “tudo”). Então, por que, tomando E95 como exemplo, não se poderia dizer “fui ao banheiro e o aborto começou a acontecer”? É notável que a construção verbal que esse enunciado apresenta, em especial devido ao “começou a”, faz perder em grande parte o efeito de pontualidade que antes era próprio da aparição do significante “aborto”. Quando substituo “tudo” por “o aborto”, acima, esse efeito é notável: o “aborto” não parece mais um acontecimento pontual, pois tem seu tempo de ocorrência dilatado, mas surge como um acontecimento que se desenrola no tempo, não que o marca pelo corte.

O efeito corrobora-se, ainda, pelo aspecto temporal marcado nos enunciados 93 e 94, que são contrastados às 15 ocorrências anteriores, pois, nelas, o verbo “fazer” estava na maioria das vezes conjugado no pretérito perfeito, simples ou composto. Em E93 e E94, por outro lado, a marca verbal do pretérito imperfeito ou do futuro do pretérito produz efeito de futuro para a ocorrência do aborto em relação a um ponto do passado.

Curiosamente, ainda que nas 15 ocorrências com o verbo “fazer” o sujeito do verbo, o agente do fato, fosse a mulher, o aparecimento do significante “aborto” era possível. Parece que, nesse caso, ainda era possível que a agência fosse atravessada discursivamente pelo caráter de necessidade, de inevitabilidade. Já com a perda, seja da pontualidade, seja da marca de um passado mais finito e absoluto, esse agenciamento pelo inevitável se perde e o âmbito do “querer” do sujeito, sempre silenciado pela política do testemunho em questão, parece voltar a espreitar. Como forma de voltar a aplacá-lo, emerge, no funcionamento discursivo, a interdição do significante “aborto”.

O caso da substituição por termos da linguagem médica (“a cirurgia”, “o procedimento”) é especialmente interessante nesse sentido, pois mostra como, pelo jogo de significantes, a discursividade faz intervir o âmbito médico como forma de atenuar a instância moral – a que faz atravessar o objeto “aborto” pela memória do ato criminoso e recriminável – que certas construções, sobretudo se nelas aparecesse o significante “aborto”, trazem ou trariam à tona. Outro caso interessante é o do enunciado 57, disponível a seguir, que mobiliza o

funcionamento linguístico-discursivo da elipse: “aborto” aparece no enunciado em que o verbo “fazer” está no pretérito perfeito composto, “tinha feito”, mas no enunciado seguinte, em que surge o verbo “querer” conjugado no pretérito imperfeito, repete-se o verbo fazer e ele tem como objeto apenas “um”, restando elipsado o sintagma que poderia ser preenchido por “aborto” ou, ainda, estando interdita a possibilidade de dizer “se eu queria também **abortar**”.

E57: “Uma amiga se abriu comigo e disse que **já tinha feito um aborto**. Ela perguntou se eu **queria também fazer um [▲]**” (história 9, grifos meus).

Ressalto que, nas análises feitas nesta sessão, o objeto de que trato não é exatamente o objeto do contar, mas também não é o objeto “aborto” enquanto acontecimento pontual apenas, pois em torno dele se produzem interdições na medida em que ele é marcado por memórias específicas da condenação, sobretudo moral, do aborto. Há, ainda, outros processos presentes no material que, entre a interdição do significante “aborto” e a imposição da ausência para o objeto do contar, continuam a produzir sentidos para esse espaço estrutural do objeto, sobretudo pelo dizer daquilo que pode ser remetido ao que ele não é. Isto é, o objeto é construído discursivamente pela nomeação e pela significação de elementos outros que, por efeito discursivo sobre o funcionamento sintático da base material, fazem oposição a ele. Dessa forma, ele acaba marcado por certas discursividades e certos sentidos. Assim, pela minha filiação à perspectiva discursiva, interessa-me não só dar visibilidade a essas marcas, mas também ao seu modo de produção na relação entre base linguística e agenciamento discursivo.

T7: “Eu vivia um misto de arrependimento e de saber que **aquilo** foi o melhor para mim. **Ter um filho** é um momento **certo** na vida. **Hoje, eu tenho um filho** e sei que **não teria sido capaz naquele momento**” (história 2, grifos meus).

Parto desse trecho da história 2 para desmontá-lo em enunciados e, nesse processo, apontar para questões discursivas que o sustentam nessa configuração. Em E96, correspondente ao início do trecho, o encontro com “aquilo” me remete à área de imbricamento entre “aborto” e objeto do contar, com a repetição de questões análogas àquelas já analisadas que fazem com que qualquer nomeação seja aí interdita. Na articulação de E96 com E97 no fio do discurso, chama a atenção a emergência de “ter um filho” como elemento de início da frase: é preciso perguntar o que, discursivamente, permite que essa articulação ocorra e é por isso que o processo de análise discursiva é um processo de dessintagmatização – o objetivo é **dar visibilidade ao desnível, em termos de relação com a memória, entre elementos que aparecem justapostos**, e fazer ver que a possibilidade de justaposição se dá pelo funcionamento dessa memória, por **efeito discursivo**.

E96: “Eu vivia um misto de arrependimento e de saber que **aquilo** foi o melhor para mim” (história 2, grifo meu).

E97: “**Ter um filho** é um momento **certo** na vida” (história 2, grifo meu).

A questão de “ter um filho” continua presente em E98, enunciado que encerra o trecho. Esse último enunciado é particularmente interessante em termos de construção de efeito de oposição, pois delimita dois espaços temporais, um identificado por “hoje” e pela possibilidade de afirmar que se tem um filho, outro identificado por “naquele momento”, mas marcado pela elipse do que posso restituir como o “mesmo” elemento, conforme paráfrase – não deixo de sublinhar que a presença da elipse, ainda que em grande parte “recuperável”, produz por si só efeito, marca o processo discursivo. A dissimetria entre um e outro momento também está marcada discursivamente quando retomo o enunciado anterior, E97: há nele o elemento “certo” e o funcionamento discursivo do trecho indica a existência de seu par, um “errado”, mas esse também não aparece no fio do discurso.

E98: “**Hoje, eu tenho um filho** e sei que **não teria sido capaz naquele momento**” (história 2, grifo meu).

P98.1: Hoje, eu tenho um filho e sei que não teria sido capaz [] naquele momento.

P98.2: Ter um filho é um momento certo na vida. Hoje, eu tenho um filho e sei que não teria sido capaz disso naquele momento.

P98.3: Ter um filho é um momento certo na vida. Hoje, eu tenho um filho e sei que não teria sido capaz de ter um filho naquele momento.

A partir das relações estabelecidas, restituir os enunciados à articulação em que se apresentam no trecho me leva a ver o “aquilo” presente em E96 ou no início de T7 como marcado pela articulação com o “ter filho” e com o “momento certo” dos enunciados seguintes, fazendo oposição em relação a eles por pertencer ao espaço do “naquele momento” e não ao do “hoje”. Assim, os processos discursivos em jogo fazem emergir como possível uma relação de sinonímia (jamais perfeita, como já discutido) entre “aquilo” e “não ter um filho”. Portanto, na questão da interdição do significante “aborto” está em jogo não só a memória do crime e da condenação moral, mas também a de “ter um filho”.

Outro enunciado, E79, traz à baila não só a relação já explorada, mas ainda a possibilidade de sinonímia entre “ter um filho” e “tornar-se mãe”: está em jogo, portanto, a memória da maternidade e, sobretudo, de uma **maternidade compulsória, gerida/gestada enquanto interesse público**, conforme foi trabalhado no Capítulo 6. Reúno, em P96.1, as possibilidades discutidas como paráfrases possíveis para “aquilo”.

E79: “Eu não subestimo a capacidade da mulher que **se torna mãe** para crescer na vida. Eu só **não poderia ter aquele filho**” (história 7, grifos meus).

P79.1: Eu não subestimo a capacidade da mulher que para crescer na vida. Eu só não poderia .

E96: “Eu vivia um misto de arrependimento e de saber que **aquilo** foi o melhor para mim” (história 2, grifo meu).

P96.1: Eu vivia um misto de arrependimento e de saber que foi o melhor para mim.

Diante da análise feita, considero importante trazer um último trecho, para que não pareça estável ou automática demais a relação entre “aborto” e “não ter um filho”, o que implica também a necessidade de uma atenção maior em relação ao “tornar-se mãe”.

T7: “Eu só tinha 16 anos, e na escola passaram a dizer que eu havia **perdido um filho**. Eu não desejava fazer um aborto, não existe isso, ‘ah, eu desejo fazer um aborto’. Era uma necessidade. Só que **eu também não queria que me marcassem como alguém que havia perdido um filho**” (história 4, grifos meus).

A recusa do sujeito, no trecho, à identificação que lhe é dada pelo outro, como “alguém que havia **perdido um filho**”, aponta para o funcionamento do “não ter um filho” na contradição. Ao mesmo tempo em que a expressão parece colocar em jogo um pressuposto existencial, isto é, de que haja “um filho” em primeiro lugar, “não tê-lo” pode não ser apenas a recusa à continuidade de sua existência, por assim dizer, mas, sim, ao fato de que **haja** um filho em primeiro lugar. Sobretudo se, havendo “um filho”, haja também “uma mãe”, ou uma mulher que “se torna mãe” – está em questão, aqui, também uma impossibilidade de sobreposição entre os indivíduos identificáveis como “mulher” e aqueles identificáveis como “mãe”, o que dá visibilidade ao atravessamento por discursividades que significam a maternidade como experiência que satura o (lugar do) sujeito, barrando a possibilidade de que ele seja ora “mãe”, ora “mulher”.

OUTROS SENTIDOS PARA “ABORTO”

Minha principal questão neste trabalho não foi a de analisar a produção de sentidos a partir de significantes específicos e, a partir disso, buscar delimitar posições ou formações discursivas que pudessem estar presentes no material. Fazê-lo seria igualmente possível e importante, mas possivelmente me levaria por caminhos de análise muito diferentes dos que percorri. Contudo, especificamente em relação ao significante “aborto”, gostaria de fazer, brevemente, esse gesto. Já mencionei a notabilidade da discrepância proporcional entre o número de ocorrências de “aborto” nos relatos analisados, de um lado, e no texto longo de apresentação da campanha, de outro. Não explorei, contudo, os contextos e estruturas em que o termo aparece no paratexto, como fiz com as ocorrências provenientes dos relatos.

Para além da ocorrência na expressão genitiva “relatos de aborto”, já trabalhada, e outra bastante próxima da outra expressão genitiva, “histórias de aborto”, outras quatro ocorrências, reproduzidas abaixo nos enunciados 99 a 102, estão junto do verbo “fazer”. Duas delas, E99 e E101, mantêm o padrão no que concerne ao aspecto temporal do passado. As outras duas, contudo, atualizam o fato do aborto, sempre pelas marcas da língua: E102 o faz uma recorrência presentificada e E100 projeta sua repetição no futuro. O que chama a atenção é que, ainda assim, a presença do significante “aborto” não é barrada.

E99: “Elas não representam todas as mulheres que **já fizeram aborto** no Brasil” (texto longo de apresentação, grifo meu).

E100: “Mas, ao final do percurso por suas histórias, mais de meio milhão de mulheres **já terá feito um aborto**” (texto longo de apresentação, grifo meu).

E101: “Sabemos que, aos 40 anos, uma em cada cinco mulheres **já fez um aborto**” (texto longo de apresentação, grifo meu).

E102: “A vasta maioria não era feminista; eram as mulheres comuns que **fazem aborto** todos os dias” (texto longo de apresentação, grifo meu).

As três ocorrências que restam, apresentadas de E103 a E105, levam-me a retomar, enfim, uma reflexão sobre como significam as expressões genitivas “relato de aborto” e “história de aborto”, que comecei no início do Capítulo 4.

E103: “Muitas delas **passaram pelo aborto** com medo e solidão, mas também alívio e senso de dever” (texto longo de apresentação, grifo meu).

E104: “Mas elas queriam cuidar das outras mulheres, as que **vivem o aborto** neste momento ou se inquietam com o silêncio imposto às suas experiências” (texto longo de apresentação, grifo meu).

E105: “Essas mulheres narraram suas confidências para cuidar de milhares de outras mulheres que **atravessam o desamparo do aborto** no Brasil” (texto longo de apresentação, grifo meu).

É notável, em primeiro lugar, que os verbos que compõem as construções em que “aborto” aparece produzem um aspecto bastante diferente daquele de “fazer”, que já comentei quase exaustivamente. O aborto não é mais significado como acontecimento pontual, pouco relevante em termos de experiência para o sujeito, como era o caso nos relatos. Como visto, o que era relevante nos relatos, no que tange ao âmbito da experiência, dos saberes, do que era preciso “contar” e/ou transmitir, aparecia sempre marcado pela ausência, construída pela recorrência de elipses e dêiticos que apontavam para o incerto. No paratexto, por outro lado, o aparecimento de “aborto” parece fazer referência exatamente ao campo do que é preciso dizer sobre a experiência. Não há separação entre o aborto (como acontecimento pontual) e o medo, a solidão, o silêncio imposto, entre outros: constitui-se uma única coisa em termos de experiência, que aparece nomeada pelo significante “aborto” ou pela construção “relato/história de aborto”.

Assim, “aborto”, nesse texto, surge como um pré-construído que significa de forma diversa àquela dos relatos, principalmente por tomar parte em processos discursivos diferentes. Ao buscar, no mesmo texto, substituições possíveis para as construções genitivas – sintagmas postos em relação, pelo verbo ou pela estrutura da frase, ao objeto do contar –, encontro “suas memórias”, “suas histórias”, “suas experiências”, “testemunho do vivido”, “histórias guardadas”, “o vivido por cada mulher no segredo de quem se esconde do crime e foge do dedo em riste”. Com isso não só corroboro a afirmação de que os sentidos para aborto aí sejam outros do que aqueles encontrados no relato – o que poderia me levar a estabelecer ao menos duas formações discursivas em jogo no material da campanha *Eu vou contar* –,

como também posso concluir a explicação da impossibilidade de sinonímia entre “história de aborto” e “relatório médico”, hipotetizada apenas como exercício analítico.

Assim, na passagem dos relatos ao(s) paratexto(s) da campanha, emerge a possibilidade de retorno do significante “aborto” ao fio do discurso sem que deixe de estar articulado ao objeto do contar, àquilo que se conta. “Aborto” emerge de novo como um objeto pré-construído, mas estabelece novas relações de sentido. Com Mariani (2016), atribuo a possibilidade do novo, de emergência de sentidos outros, a um efeito dos testemunhos na estrutura. Ainda que, ou talvez porque sempre esburacados, atravessados pelo Real, ainda que/porque sempre no fazer borda do funcionamento testemunhal, os testemunhos façam com que algo do indizível, permanecendo indizível, toque-nos (BALDINI, 2017). Podem, com isso, fazer irromper o novo, funcionando como memória possível para novas filiações discursivas, novas filiações de sentido não só para o objeto “aborto”, mas para as experiências de mulheres diante do indizível.

HÁ AINDA UMA PALAVRA A SER DITA

E assim falha-se, fala-se, e, a cada vez, foi possível ir um pouco mais adiante, prosseguir. Falhar cada vez melhor, falar cada vez melhor, sabendo que nunca se sairá do impasse, falar, então silenciar, de uma vez por todas, mas ainda não, há ainda uma palavra a ser dita... Pois o importante é que nesses giros se percorreu um caminho, mesmo que seja o de volta ao ponto de partida (BALDINI, 2017, p. 80).

Terminar este trabalho, este percurso, é um gesto. Um gesto não pouco difícil de fazer, pois o efeito de fechamento que produz parece fazer ver antes o que deixei de fora do que o que minimamente pude tocar. Há sempre ainda muitas palavras a serem ditas. Mas talvez, para que eu me resigne com o gesto de fim, haja sobretudo uma palavra que seja preciso dizer. Essa palavra é violência. Talvez seja ela a grande marca do indizível, que fica como resto nos materiais que analisei e que se atualiza como resto em meu texto, pois dela pouco falei, ainda que ela sempre estivesse logo ali.

Na tentativa de não deixar que o efeito de fecho a apague, quero terminar justamente apontando para como, nos materiais que analisei, está sempre funcionando uma dimensão do arquivo que não deixa de ser da ordem da violência. É a do modo como, ao fazer inscrever determinados testemunhos, o arquivo faz silenciar outros. O interessante é, porém, buscar ver que esses se tornam presentes por ausência necessária. No caso do *Eu vou contar*, está sempre em questão, ainda que algo disso reste como não-dito, a impossibilidade da presença de testemunhos outros, que ali não estão.

T8: “Eu sei que sou uma mulher privilegiada. Não morri, eu tive dinheiro para ir numa clínica limpa, tive pessoas que souberam me orientar para onde ir. Eu penso nas outras mulheres que não tiveram o mesmo privilégio que eu” (história 6).

T9: “Eu não tenho trauma. Acho que as histórias tristes são as de mulheres que não conseguiram abortar” (história 12).

Em T8 e T9, o dito dessas mulheres aponta para a ausência do dizer de outras mulheres, que “não tiveram o mesmo privilégio”, que “não conseguiram abortar”. Significa pelo silêncio, contudo, a condição dessas outras mulheres, e é difícil tentar restituir palavras a esse silêncio sem desdobrá-las em muitas possibilidades. O silêncio, ademais, me parece a presença-ausência necessária para que essas possibilidades signifiquem como violentas, é a marca que inscreve a violência nos testemunhos e o arquivo. Posso dizer que, entre as “mulheres que não conseguiram abortar”, estão aquelas que tiveram e/ou foram obrigadas a ter um filho, tornaram-se ou foram obrigadas a se tornarem mães, levaram e/ou foram obrigadas a levar a gravidez adiante, entre outras possibilidades, mas também aquelas que não conseguiram abortar e, ou pois, tendo-o tentado, não sobreviveram.

Parece-me que, no trabalho com o *Eu vou contar*, deparei-me por vezes, talvez não por marcas, funcionamentos, ou pela escuta dos testemunhos, mas mais pelo encontro com eles, com um ver a borda do sem sentido. A violência, por isso, tenho pensado como o que, ao mesmo tempo em que expõe o sujeito a ela, ou antes o faz submergir naquilo a que ele jamais poderá atribuir sentido, barra para ele as tentativas de fazê-lo e de talvez no jogo da chance não fracassar absolutamente (MILNER, 2012). Isso, pois tentar fazê-lo implicaria tocar ou entrar num campo que não se pode tocar ou entrar sem abrir mão de algo do humano e da possibilidade do retorno. A violência parece produzir um resto do resto, constitutivo, que se atualiza sempre em sua indizibilidade, mantendo seu caráter de encontro.

Se, enquanto analista de discurso, proponho-me a trabalhar com a violência, pois isso parece ser da ordem do inevitável, do constitutivo quando o que está em jogo é a linguagem e o discurso, talvez seja preciso tomar o encontro como campo de trabalho, ou aceitá-lo como parte dele. Há ainda muitas palavras a serem ditas; há muitas palavras que jamais o serão. Há, enfim, ainda muito a ser escutado, quer se faça em palavra, quer não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. São Paulo: Boitempo, (1998) 2008.

ALTHUSSER, Louis. Sobre a dialética materialista (da desigualdade das origens). *In: ALTHUSSER, Louis. Por Marx*. Campinas: Editora da Unicamp, (1965a) 2015, p. 133-182.

ALTHUSSER, Louis. De O Capital à filosofia de Marx. *In: ALTHUSSER, Louis; RANCIÈRE, Jacques; MACHEREY, Pierre. Ler O Capital*. vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, (1965b) 1979.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, (1970) 1985.

AUSTIN, John. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Porto Alegre, RS: Artes médicas, (1962) 1990.

BALDINI, Lauro. O que se pode dizer do indizível? *In: MARIANI, Bethania; MOREIRA, Carla Barbosa; DIAS, Juciele Pereira; BECK, Maurício (orgs.). Indizível, ininteligível e imperceptível: o sujeito contemporâneo e seus arquivos*. Niterói: Eduff, 2017, p. 71-81.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. **O discurso antiafricano na Bahia do século XIX**. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2018.

BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. *In: BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, (1956) 1995.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. *In: BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, (1958) 1988.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. *In: BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, (1970) 1989.

BOCCHI, Aline. Posições subjetivas em face da violência: traços constitutivos de memória em testemunhos de mulheres. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 1808-1822, jan./mar. 2017.

BOCCHI, Aline. O funcionamento discursivo de campanhas sobre a violência no parto: testemunho, violência e silêncio. **Linguagem em (dis)curso**, Tubarão, v. 19, n. 1, p. 17-33, jan./abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.683**, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: 22 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.528**, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. Acesso em: 22 mai. 2019.

BRASIL. A criação da Comissão Nacional da Verdade. *In: BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, v. 1. Brasília: CNV, 2014a, p. 19-46. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 22 mai. 2019.

- BRASIL. Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. In: BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, v. 1. Brasília: CNV, 2014b, p. 399-435. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 22 mai. 2019.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.
- DERRIDA, Jacques. **Mal d'archive**: une impression freudienne. Ed. Galilée, 1995.
- DONATH, Orna. **Mães arrependidas**: uma outra visão da maternidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.
- FELMAN, Shoshana. **Le scandale du corps parlant**: Don Juan avec Austin, ou, la séduction en deux langues. Paris: Seuil, 1980.
- FELMAN, Shoshana. **O inconsciente jurídico**: julgamentos e traumas no século XX. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- FREUD, Sigmund. O esquecimento de nomes próprios. In: FREUD, Sigmund. **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana**. Vol VI. Rio de Janeiro: Imago, (1901) 1996.
- GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN, Régine. **Discurso e arquivo**: experimentações em Análise do Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, (1994) 2016.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. **Revista Fragmentum**, n. 40, p. 49-68, jan./mar. 2014.
- HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. **Revista Linguagem**, São Carlos, SP, n. 3, out./nov. (1971) 2008.
- HAROCHE, Claudine. A elipse (falta necessária) e a incisa (acréscimo contingente). In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean Marie; PÊCHEUX, Michel (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, (1981) 2016, p. 237-246.
- HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, (1969) 1997, p. 13-38.
- HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 1, n. 19, p. 43-64, jul./dez. (1975) 1990.
- HERBERT, Thomas [Michel Pêcheux]. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 30/31, p. 3-36, jul./dez. (1966) 1972.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2010.
- JOGO de cena. Direção de Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Videofilmes, 2007.
- LACAN, Jacques. A ciência e a verdade. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, (1965-1966) 1998. p. 869-892.
- LAGAZZI, Suzy. A imagem do corpo no foco da metáfora e da metonímia. **Redisco** – Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 104-110, jan./jun. 2013.

- LAGAZZI, Suzy. 'Um lugar à margem, quase invisível'. **Língua e instrumentos linguísticos**, v.1, p. 133-156, 2014.
- LAGAZZI, Suzy. Paráfrases da Imagem e Cenas Prototípicas: em torno da memória e do equívoco. *In*: FLORES, Giovanna; NECKEL, Nádia; GALLO, Solange (org.). **Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia**. Campinas: Pontes, 2015. p. 177-189.
- LEVI, Primo. **Se questo è un uomo**. Einaudi, (1946) 2014.
- LEVI, Primo. **I sommersi e i salvati**. Einaudi, (1986) 2014.
- MARIANI, Bethania. Testemunho: um acontecimento na estrutura. **Revista Desenredo**, Passo Fundo, v.12, n.1, p. 48-63, jan./jun. 2016.
- MARIANI, Bethania. (In)dizível, in(dizível), in(visível): linguística, análise de discurso, psicanálise. *In*: MARIANI, Bethania; MOREIRA, Carla Barbosa; DIAS, Juciele Pereira; BECK, Maurício (orgs.). **Indizível, ininteligível e imperceptível: o sujeito contemporâneo e seus arquivos**. Niterói: Eduff, 2017. p. 31-47.
- MEDEIROS, Vanise; SOUSA, Lucília Maria Abrahão. Efeitos de um fora: o grito desdobrado na ordem da vida. *In*: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; BALDINI, Lauro José Siqueira (Org.). **Análise de discurso e materialismos: prática política e materialidades**. Campinas: Pontes, 2018. p. 177-197. V. 2.
- MILNER, Jean-claude. **O amor da língua**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- MODESTO, Rogério. "**Você matou meu filho**" e outros gritos: um estudo das formas da denúncia. 2018. Recurso online (244 p.). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/330864>. Acesso em: 22 mai. 2019.
- ORLANDI, Eni. Domesticação e proteção: o discurso dos padres na raiz do latifúndio. *In*: ORLANDI, Eni. **Terra à vista! Discurso do confronto, novo e velho mundo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- ORLANDI, Eni. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, (1969) 1997, p. 61-161.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, (1975) 2014.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, (1975) 1997, p. 163-252.
- PÊCHEUX, Michel. As massas populares são um objeto inanimado?. *In*: ORLANDI, Eni (org.) **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, (1978a) 2011, p. 251-273.
- PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. *In*: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, (1978b) 2014.
- PÊCHEUX, Michel. Abertura do colóquio. *In*: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean Marie; PÊCHEUX, Michel (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, (1980a) 2016, p. 23-29.

- PÊCHEUX, Michel. O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligação. *In*: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean Marie; PÊCHEUX, Michel (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, (1980b) 2016, p. 227-236.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, (1982) 2010, p. 57-67.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, (1983) 2006.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 19, p. 7-24, (1990) 2012.
- PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. *In*: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 143-152.
- PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre (org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2015.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **A análise e o arquivo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, (2001) 2006.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, (1916) 2012.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Revista Projeto História**, [S.l.], v. 30, dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2255>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894/1532>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- SOUZA, Pedro de. Os suprasegmentos como índices da subjetivação na enunciação oral. **Revista da Anpoll**, São Paulo, v. 1, n. 9, p. 155-185, dez. 2000. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/issue/view/21/showToc>. Acesso em: 22 mai. 2019.
- SOUZA, Pedro de. Gritos e sussurros: rasgos vocais em discurso. *In*: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; BRANCO, Luiza Katia Andrade Castello (Org.). **Análise de discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni. Campinas: RG Editores, 2011. p. 87-106.
- UM ENCONTRO com Lacan. Direção de Gerard Miller. França, 2011.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica. A cidade se mexe. Da bicicleta ao cycle chic. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, v. 53, n. 2, p. 179-196, 26 dez. 2011.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica; OLIVEIRA, Sheila Elias de. Tá certo! Só que não... argumentação, enunciação, interdiscurso. **Linha D'Água**, v. 29, n. 2, p. 123-155, 12 dez. 2016

ANEXOS

ANEXO A – TEXTO CURTO DE APRESENTAÇÃO

Eu vou contar é uma campanha iniciada pela **Anis - Instituto de Bioética** e apoiada pela **Think Olga** para ouvir histórias de aborto. Ouvir e contar histórias é uma forma de cuidar de mulheres. Não pense se você é contra ou a favor do aborto, pare e se permita conhecer essas histórias reais. Você é capaz de ouvir? Ao terminar de ler, se quiser contar sua história ocorrida há mais de 8 anos e contribuir para romper o medo e o estigma, oferecer solidariedade e cuidado a outras mulheres, clique **aqui**.

Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/>. Acesso em: 01 jul. 2019.



Eu vou contar. É assim que muitas mulheres começaram seus relatos de aborto. Ouvi histórias do mundo feminino na sua máxima delicadeza e intensidade. Foi o vivido por cada mulher no segredo de quem se esconde do crime e foge do dedo em riste. Muitas delas passaram pelo aborto com medo e solidão, mas também alívio e senso de dever.

Cada história é parte de uma vida. Todas elas importam para nós; é falar de um vivido entre mulheres e pouco conhecido para além de nós mesmas. Aqui, contaremos uma história por semana, durante doze meses. Serão 52 mulheres e suas memórias. Elas não representam todas as mulheres que já fizeram aborto no Brasil. Mas, ao final do percurso por suas histórias, mais de meio milhão de mulheres já terá feito um aborto. Acalmamos o tempo: uma história por semana, sendo que elas são muitas milhares a cada semana em busca de clínicas, medicamentos ou ervas.

Elas remexeram as lembranças. Algumas se aproximavam tímidas e diziam: “nunca ninguém quis ouvir minha história. Você ouvi?”. Durante dias, eu fiz pouco mais do que ouvir e ler. A vasta maioria gravou as histórias, não me fez perguntas e se foi. Algumas escreveram um texto longo e o enviaram. Devem ter passado horas a escrevê-lo. Outras escreviam linha a linha, o pensamento seguia os dedos que puxavam o fio da memória.

Para cada uma delas, ofereci pouco, só a escuta. Parecia tanto. Elas indicavam outras mulheres, algumas voltavam com as mães, as filhas ou as amigas que se acanhavam com a tecnologia. Quase nenhuma chorou, havia uma resignação na certeza do “Eu vou contar”. A dúvida era se eu iria ouvi-la como devia, e se nós agora as leríamos com o respeito que cada história deve receber.

Esta é também a nossa pergunta. Você ouviu? Se sim, aqui estão elas. São memórias pessoais e íntimas. Elas pedem respeito e afeto para serem acompanhadas. Elas são o vivido

pela abstração dos números. Sabemos que, aos 40 anos, uma em cada cinco mulheres já fez um aborto. Mas os números parecem não nos tocar como a nitidez das biografias.

As narrativas chegaram por WhatsApp. Foram gravadas, escritas como páginas de um diário, ou digitadas lentamente. Não sabemos os nomes das mulheres, não somos mais capazes de localizá-las. Todos os áudios e contatos foram destruídos. As histórias são de aborto realizados há mais de 8 anos, tempo em que não há mais crime para a lei penal. O recurso do áudio permitiu que mulheres muito diversas se apresentassem em testemunho do vivido. A proteção de só ser ouvida acalmou as que não conseguiriam ser vistas e ouvidas.

Antes de escrever sobre o que li e ouvi, pensei sobre o que movia cada mulher a me escrever, a confiar num chamado de redes sociais para contar histórias guardadas. A vasta maioria não era feminista; eram as mulheres comuns que fazem aborto todos os dias. Falavam em Deus e nos filhos, na família e no trabalho. Mas elas queriam cuidar das outras mulheres, as que vivem o aborto neste momento ou se inquietam com o silêncio imposto às suas experiências.

Essas mulheres narraram suas confidências para cuidar de milhares de outras mulheres que atravessam o desamparo do aborto no Brasil. Essas são histórias íntimas e solidárias de mulheres cuja coragem de falar as fez cuidadoras de todas nós.

Debora Diniz

Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/165778031711/eu-vou-contar>.

Acesso em: 01 jul. 2019.



“Eu nunca me senti à vontade para falar a respeito. Nem na terapia. A minha memória falha, a garganta chega a doer só de pensar no assunto. Eu tinha 15 anos quando fiz o aborto, hoje tenho 35. Foram 20 anos em silêncio.

Eu tinha um namorado, e percebi que algo estava errado quando a menstruação atrasou. Fiz o teste de farmácia e deu positivo. Não acreditei. Fui sozinha no posto de saúde e pedi um exame de urina. Novamente positivo. Como eu era adolescente, a enfermeira me chamou para falar do resultado. Foi naquele momento que senti o impacto. Ela falava de banco de leite e do pré-natal. Eu achei que iria desmaiar. Eu nunca senti isso.

Sai dali e falei com o meu namorado, que também não sabia o que fazer. Ele falou com um amigo que conhecia alguém numa farmácia, foi lá que conseguimos comprar o citotec. Eu me lembro que era caríssimo na época e eu tive que arranjar dinheiro de formas que eu nunca tinha feito antes: roubei em casa e vendi coisas pessoais.

Eu sempre fui uma boa filha, nunca havia sido desonesta com minha família. Era muito difícil esconder aquilo tudo dos meus pais. Foi horrível. Era como ter um peso enorme para resolver e não poder contar para as pessoas que mais me amavam e confiavam em mim. Eu nunca tive problemas para falar com eles, mas eu tinha que disfarçar minha angústia. Conseguimos juntar o dinheiro, dei para o meu namorado, e entregaram o remédio.

Eu fiz como mandaram, acho que foram dois na vagina e dois orais. Não me lembro bem. Horas depois comecei a ter um sangramento intenso e muita dor. Entrei no chuveiro para acalmar a dor. Eu estava sozinha, tinha que conter o choro. Meu pai estava em casa e acordou, começou a bater na porta. Falei que era uma cólica forte, ele insistia em me levar ao hospital. Eu disse que não, e passei dias sangrando, disfarçava com vários absorventes. Eu recolhia o lixo do banheiro sem que ninguém percebesse.

Meus pais notaram que eu estava diferente e deram falta do dinheiro. Eles acharam que eu estava usando drogas. Um dia, meu pai me colocou contra a parede, queria saber o que acontecia. Pediu que eu mostrasse os braços para ver se tinha picadas. Eu não aguentei e falei

a verdade. Você não sabe o quanto me dói lembrar a cara dele quando ouviu a verdade. Ele saiu do quarto e pediu um tempo para pensar. Minha mãe voltou, me acalmou e contou a história dela. Ela tinha feito um aborto de meu pai quando eles namoravam. Nunca mais falamos a respeito, e eu agradeço os pais que tenho.

Hoje eu tenho uma ponta de orgulho por ter resolvido e não comprometido meu futuro. Eu não me arrependo, mas o silêncio me oprime, por isso resolvi contar minha história. Eu não quero que mais nenhuma mulher sinta o que eu passei. Eu quero ajudar, como eu puder. Nem que seja contando pela primeira vez a minha história”.

Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/165871317711/hist%C3%B3ria-1>.

Acesso em: 01 jul. 2019.



“Ele dizia que não ia decepcionar a mãe, como o irmão já tinha feito. Nós namorávamos há um tempo, eu tinha 19 anos. Fomos juntos fazer o exame de sangue, e enquanto eu chorava por tudo, mas principalmente porque minha mãe me expulsaria de casa, ele só dizia que não ia ter este filho. Eu namorava com ele sem minha mãe saber, imagine se ela sonhasse que eu fazia sexo. Nossa casa era muito pobre, não caberia mais uma criança ali.

Depois do exame, o meu ex-namorado desapareceu. Eu cheguei a ir numa casa de umbanda comprar umas soluções, marquei consulta com uma mulher que fazia a cirurgia a frio. Graças a Deus eu não consegui o dinheiro, no dia seguinte uma moça morreu no quarto de cirurgia desta senhora. Eu comecei a pedir ajuda a umas amigas.

Uma amiga tinha um cunhado que trabalhava em uma maternidade e ele me vendeu o citotec. Me deu um comprimido oral e uma injeção. Eu tive tanto medo que liguei para o meu ex-namorado e ele veio me dar a injeção. Em 15 minutos eu achava que ia morrer. Aquilo não era citotec, não existe citotec injetável, mas eu não sabia.* Ele fugiu e fui para um pronto socorro com uma amiga.

Eu gritava de dor, os médicos e enfermeiras eram muito rudes comigo. Eles sabiam que eu tinha provocado um aborto. Eu fiquei numa maca mais de 24 horas, e sangrava muito. Minha amiga ouviu um deles dizer que esperava que eu perdesse o útero para nunca mais ter filhos. Nós ligamos para o cara que me vendeu o remédio e ele chamou o SAMU. Eu fui transferida para um hospital.

Eu fiz imediatamente a curetagem, mas senti tudo. Eu sentia e ouvia rasparem meu útero. Eles não me deram anestesia. Assim que acabou eu já saí andando da maca. Eu tinha certeza que eles iam chamar a polícia. O mais certo é dizer que eu fugi do hospital. Eu não tinha para onde ir, fui para a casa de uma amiga.

Fui adoecendo devagar, febre alta, um cheiro estranho na vagina. Com duas semanas, descobri que estava com uma infecção horrível e fui novamente internada. Passei duas semanas

no hospital. Eu fiquei esse tempo internada na enfermaria de partos. Eu só via mulheres após o parto e os bebês. Eu sei que o hospital fez isso de propósito.

Três anos depois eu criei coragem e contei à minha mãe. Eu precisava contar, aquilo me sufocava. Eu passei a achar que não merecia mais ter filhos. O tabu fazia eu pensar que merecia a tortura que eu passava. Eu vivia um misto de arrependimento e de saber que aquilo foi o melhor para mim. Ter um filho é um momento certo na vida. Hoje, eu tenho um filho e sei que não teria sido capaz naquele momento. Eu tive apoio do pai desta vez, foi tudo diferente”.

Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/166076282881/ele-dizia-que-n%C3%A3o-ia-decepcionar-a-m%C3%A3e-como-o>. Acesso em: 01 jul. 2019.



“Era o primeiro dia de aula na escola. As boas-vindas tinham um recado especial para mim: ‘Não esqueçam: Educação Física reprova’. Eu era a aluna reprovada por Educação Física. Você sabe por quê? Porque eu tinha feito um aborto no ano anterior e a escola não aceitou o atestado médico para me liberar das aulas.

O meu castigo seria viver o mesmo ano duas vezes, talvez para eu nunca esquecer que eu tinha feito um aborto. Você pode me perguntar por que não brigamos com a escola? Por medo, por vergonha, porque aborto é crime. Eles podiam fazer o que quisessem comigo, eles sabiam que havia sido um aborto provocado.

Eu tinha 16 anos, era uma menina de classe média. Meus pais na infância foram pobres, mas minha vida foi diferente. Eu tinha um namorado que era sério para a minha idade, eram já dois anos de relacionamento. Quando eu engravidei, nenhum dos dois estava preparado para aquilo.

Eu não me lembro da clínica, nem como foi o procedimento. Eu não fui sozinha, eu falei com minha família e ele com a família dele. No dia, minha mãe me acompanhou. Como você vê, o mais doloroso para mim não foi em casa, mas na escola. Eu vivi uma verdadeira humilhação.

Não sei como mas todos meus colegas sabiam que eu tinha feito uma curetagem. Eu tenho uma lembrança vívida de um colega me tirando do fundo do poço. Um dia ele me trouxe uma revista que na capa tinha várias mulheres famosas que tinham passado por essa experiência. Ele não disse nada, ou eu não me lembro de ele ter falado. Me ficou um sentimento de apoio pela independência ao ver aquelas mulheres junto comigo.

Eu só tinha 16 anos, e na escola passaram a dizer que eu havia perdido um filho. Eu não desejava fazer um aborto, não existe isso, ‘ah, eu desejo fazer um aborto’. Era uma necessidade. Só que eu também não queria que me marcassem como alguém que havia perdido um filho. Isso nunca foi dito ao meu namorado, entende? Essa história teve um impacto emocional muito forte em mim. Não sinto arrependimento ou culpa, só vergonha. Uma lembrança triste da humilhação que sofri na escola”.

Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/166569853196/era-o-primeiro-dia-de-aula-na-escola-as>. Acesso em: 01 jul. 2019.



“Por onde eu começo? Há algum jeito certo de contar a minha história? Você quer me fazer perguntas? Certo, então, seguirei minhas lembranças, mas você pode me perguntar o que quiser, por favor. É bom ter alguém para conversar sobre isso. Sabe, é estranho não poder contar. Eu fico imaginando se as outras histórias que você já ouviu foram como a minha.

Eu tenho 38 anos, tenho uma filha, sou casada com o mesmo homem de quem fiz um aborto. Isso foi há 12 anos, em uma clínica particular, e paguei muito caro e em dinheiro pelo procedimento. O que mais me marcou nessa história foi o lugar. Era clandestino, então nem eu tinha identificação nem as pessoas com quem eu falava. Na chegada era uma sala de espera confortável, havia várias pessoas. Tocava uma música. Quando chegou minha vez, eu fui enviada para outro lugar. Passei por uma porta, depois por outra. Andava por labirintos, subia andares, e no final havia uma porta falsa. A casa era muito grande e com muitos corredores.

Eu passei primeiro por uma consulta, a pessoa perguntou se eu já tinha feito o procedimento antes, mas eu não sei com quem eu falava. A pessoa não me explicou o que ia acontecer, ou quem ia cuidar de mim. Me mandou para outro andar, noutra sala. Ali me esperavam um homem e uma mulher. Não sei porque imagino que fosse um médico e uma enfermeira. A verdade é que não sei quem eles eram, não sei os nomes. Eu não podia fazer perguntas, quase tudo era por gestos. Havia outras mulheres. Todas nós estávamos em silêncio. Eu cheguei neste esconderijo sem acompanhante.

No canto em que fiquei havia três camas, os quartos eram grandes, quase sem janelas. Eu recebi um avental para vestir, e deixei minha roupa em algum lugar. Estar nua ali me aterrorizava. Fui levada a um centro cirúrgico, onde novamente havia outras mulheres. Eu não sei quanto tempo durou nem o que foi feito em mim. Parece que o tempo da caminhada entre salas e andares foi mais longo do que o procedimento.

Eu só queria sair dali. A mulher, que eu achava ser a enfermeira, me perguntou se eu estava bem. Eu ainda estava meio grogue, não sei se era da anestesia. Havia pressa para que eu fosse embora. Ela só me disse, ‘Em casa, tire o tampão’. Eu não sabia o que era tampão, sentia que havia algo na vagina, mas eu não fazia ideia do que era. Quando cheguei em casa,

me dei conta que era rolo gigante de gaze. Eu ia puxando, puxando, não parava de sair gaze com sangue. Aquilo me deixou em pânico.

Eu sei que sou uma mulher privilegiada. Não morri, eu tive dinheiro para ir numa clínica limpa, tive pessoas que souberam me orientar para onde ir. Eu penso nas outras mulheres que não tiveram o mesmo privilégio que eu. Mesmo assim, eu preciso dividir esse sentimento de silêncio que guardo em mim. É uma sensação muito estranha entrar em consultório ginecológico com outro médico e nunca ter falado disso”.

Disponível em: [https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/167052206991/por-onde-eu-
come%20o-h%C3%A1-algum-jeito-certo-de](https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/167052206991/por-onde-eu-
come%20o-h%C3%A1-algum-jeito-certo-de). Acesso em: 01 jul. 2019.



“Eu posso falar meu nome se você quiser. Sei que o anonimato é para me proteger, mas eu queria que você soubesse que eu sou eu. Minha história é tão comum. Bem, vou começar pelo mais importante para mim. Minha mãe é empregada doméstica, ela sempre fez tudo para que eu e minha irmã estudássemos. Eu estava no primeiro ano da faculdade, uma conquista enorme para minha família. Eu sempre fui cuidadosa, não sei o que deu errado. Quando vi, estava grávida.

Eu não queria aquilo. Não sabia nem como começar a resolver, eu não podia dar este desgosto a minha mãe. E não só a ela, a mim mesma. A esposa de meu tio era envolvida com gente que vendia drogas, ela já tinha ajudado uma prima minha. Eu falei com ela. Foi ela quem conseguiu o citotec*. Eu já disse minha idade a você? Eu tinha 20 anos e namorava há uns 7 meses com um rapaz, hoje tenho quase 30.

Primeiro eu fiz um exame de farmácia, depois fiz um de sangue. Eu passei dois dias chorando com o resultado. Com os remédios na mão, eu esperei um final de semana que minha mãe trabalhava dormindo na casa da patroa. Eu e meu namorado fomos para minha casa. Eu lembro da cena como um ritual. Será que eu posso usar essa palavra?

Eu vesti uma camisola, botei um colchão na sala, e fomos assistir filmes. A ideia era tentar não pensar no que iria acontecer. Isso já tem quase 10 anos, é difícil ter a exata sequência dos acontecimentos. Era tudo inédito, acho que a palavra surreal cabe aqui. Eu era cuidadosa, eu já disse isso antes?

Eu pus um comprimido na vagina, outro eu tomei. Me ensinaram assim, depois descobri que era pouco. Eu senti cólicas muito fortes, e tive um pouco de sangramento. Nada além disso. Eu não tinha mais dinheiro, e tentei seguir a vida e ver o que aconteceria. Eu estava um dia na faculdade quando comecei a sangrar muito.

Fui ao banheiro e tudo começou a acontecer. Eu estava na rua. Você acredita em mim que eu não me lembro mais dos detalhes?

Minha mãe até hoje não sabe, só minha irmã. Eu precisava contar para alguém. Falei poucas vezes sobre isso, mas ouço as pessoas falando sobre aborto e dizendo que as mulheres

são egoístas por fazerem. Eu sei se fiz a coisa certa, eu não queria me explicar com você que não sou egoísta. Por que as pessoas dizem isso, você sabe me explicar? Eu não subestimo a capacidade da mulher que se torna mãe para crescer na vida. Eu só não poderia ter aquele filho. Obrigada por me ouvir, eu queria dizer meu nome a você”.

Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/167307746721/eu-posso-falar-meu-nome-se-voc%C3%AA-quiser-sei-que-o>. Acesso em: 01 jul. 2019.



“Quem me convidou a vir aqui contar minha história foi a minha doula. Ela participou do parto do meu último filho. Sou casada e tenho três filhos. Fui criada em uma casa evangélica, onde todos queriam que eu fosse uma santa, e não um ser humano. A minha decisão pelo aborto foi triste, não foi madura. Foi solitária. Sempre que penso nisso a única palavra que me vem à cabeça é solidão. Eu sei que se tivesse tido aquele filho minha vida não seria a que é hoje. Eu não teria esta família que adoro tanto.

Eu me sinto triste não é pelo crime, minha inocência era tanta que nem sabia que era crime. Eu só sabia que era errado. Eu me entristeço porque passei por uma situação de vida ou morte sem ser acolhida. Tudo para ser a moça da boa família. Eu sei que todos ficaram aliviados. Só não sei se eu fiquei.

Eu descobri que estava grávida em 1993, na época eu tinha 17 anos. Meus pais haviam migrado para trabalhar em outro país e eu tinha ficado para tentar entrar na faculdade. Eu estava terminando o ensino médio. Acho que eu me senti muito sozinha. Quando me vi grávida, não sabia por onde começar, que médico procurar. Só tinha um resultado positivo nas mãos e muita gente dando palpite. Meu namorado queria que eu fosse morar com meus pais em outro país, meus pais diziam que eu era pura decepção.

Uma amiga se abriu comigo e disse que já tinha feito um aborto. Ela perguntou se eu queria também fazer um. Ela me passou o telefone e o endereço. Eu não faria isso escondido do meu namorado e da minha família. Quando contei, todos ficaram aliviados. Meu namorado me levou até o lugar. Era uma casa comum no centro da cidade. Ninguém ia suspeitar. Eu me lembro de tudo, absolutamente tudo: do quarto, do procedimento. O que mais me doeu foi ter ouvido a mulher dizer: “nossa, como tinha coisa aqui! Acho que era mais de um”.

Meu mundo desabou. Era um preço muito alto para dar alívio as pessoas. No final das contas, eu acabei indo morar com meus pais e o namoro acabou. Eu achava que nunca mais seria amada. Depois de 4 anos, retornei ao Brasil e até hoje moro aqui. Encontrei meu marido e tenho uma família feliz. Mas a minha história de aborto não é feliz, não sei se de alguma mulher é. Tudo ainda me ronda como um fantasma. Eu gostaria de ter sido acolhida naquela

época, mas não fui. Eu era apenas uma garota assustada que acreditava em amor de conto de fadas”.

Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/168182899266/quem-me-convidou-a-ir-aqui-contar-minha-hist%C3%B3ria>. Acesso em: 01 jul. 2019.



“Eu não tenho trauma. Acho que as histórias tristes são as de mulheres que não conseguiram abortar. Acho que a história que eu vou contar é menos minha e mais do médico que me atendeu. Eu já tinha uma filha, e tinha passado por uma depressão pós-parto. Eu não queria engravidar novamente, foi sem querer.

Fui na médica que me atendia, mas ela disse que não poderia me ajudar. Deu o telefone de um médico do interior do estado. Eu entrei em contato e ele já avisou: ‘não sei o que andam falando de mim, eu não posso te ajudar’. Eu sabia que ele já tinha ajudado outras mulheres. Fui assim mesmo. Fui com uma amiga, meu marido era contra, para ele, ter um filho não mudava nada. Eu que sabia o que era cuidar de uma criança. Conversei com minha mãe e ela me apoiou.

Quando eu cheguei no consultório, o médico me atendeu contrariado. Ele aceitou me ajudar, desde que dividíssemos o procedimento em dois momentos. Eu comecei em casa com comprimidos*, e no dia seguinte fiz a curetagem. Não tinha nem uma semana de atraso menstrual, foi tudo muito simples. Ele me atendeu por pena. Eu tive uma compaixão por ele, parecia um homem solitário. Eu quis saber mais da história dele.

Ele me contou que era muito católico e que sempre foi alguém contra o aborto. Até um dia que uma paciente dele engravidou sem querer e foi lhe pedir ajuda. Ele negou. No dia seguinte, ela se jogou de um prédio público. Ele se sentiu muito mal, até mesmo um pouco culpado. Ele sabia que tinha como ajudá-la, nem que fosse com os medicamentos como fez comigo. Ele tinha a informação que poderia ter salvado esta mulher.

Quando a paciente se suicidou, ele procurou a mãe dele, uma mulher muito católica. Ele dizia que a mãe era “carola” de tanto que frequentava a igreja. Foi aí que a mãe lhe contou que, antes mesmo dele nascer, ela estava deprimida e havia engravidado. Ela já tinha dois filhos, e o médico lhe ajudou a interromper. O médico sabia da condição dela e que mal conseguia cuidar dos dois pequenos em casa. Ao contar essa história para ele, foi como se a

mãe o tivesse abençoado no trabalho. Ter a permissão da mãe para ajudar outras mulheres lhe deu coragem no ofício. Eu agradeço muito a esse médico”.

Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/169618769966/eu-n%C3%A3o-tenh-o-trauma-acho-que-as-hist%C3%B3rias>. Acesso em: 01 jul. 2019.



“Eu não sei porque estou chorando. Já contei tantas vezes, para tantas amigas. Nunca choro. Acho que é porque agora eu consigo entender – não existe isso de um “fato do aborto”, mas várias histórias que levaram à minha decisão. Pela primeira vez, eu estou contando tudo: minha mãe, meu pai ausente, o namorado abusador. Ele me agredia.

Eu tinha 17 anos, morava com minha mãe. Ela não tinha me criado, era Testemunha de Jeová, e me teve muito cedo. Ela queria ser independente antes de me criar. Meu pai morreu quando eu tinha um ano, só conheci ele por fotografia. Quando minha tia morreu, eu fui para a casa da minha mãe. Nós eramos duas estranhas, eu trabalhava o dia inteiro numa casa de empréstimo consignado. Ela trabalhava numa loja. Eu tinha um namorado da mesma idade do namorado dela. Minha mãe fazia tudo por esse homem, até esconder comida de mim.

Eu tomava a pílula, mas de uma maneira errada. Eu me sentia mal, enjoava, não gosto de tomar remédios. E sempre tinha sido assim, por isso não achava que engravidaria. Foi um susto: fui lá fiz um teste de farmácia. Positivo. Fiquei desesperada, fiz mais dois testes. Sai de casa e fui na casa dele. Ele já tinha um filho, era um pai ausente. Nem precisei me explicar muito, ele já foi gritando: “você vai tirar. Ou quer você também ter um filho sem pai?”

Sabe, eu até acho que essa seria minha decisão também, mas foi antes dele que minha. Ele sumiu, não me ajudou em nada. Eu sabia que era possível fazer o procedimento com remédio ou em clínica. Eu não queria clínica, mesmo que tivesse dinheiro. Se fosse para morrer, que fosse com tudo que eu tivesse controlado. Esperei dois meses para juntar o dinheiro, antes contei para minha mãe que estava grávida do namorado. Ela me olhou e só disse: “a decisão é sua, só não faça na minha casa”. Essa foi a preocupação dela, não sujar a casa dela.

Perto do meu trabalho tinha uma farmácia. Eu sabia que lá vendia, procurei o cara do balcão. Não sei se ele era farmacêutico. Ele me disse que eram 150 reais. Isso tem 12 anos, acho que foi 150, sim. Eu já estava enjoando, quase não comia. Marquei com ele para pegar os remédios.* No dia, ele estava numa moto com um carona. O cara do carona me olhou e disse: “não toma os remédios não, eu cuido de você e do seu filho”. Eu não acreditei.

Eu li muito sobre o remédio. Na internet parece até que citotec é remédio de rato. Mas não é, vi que em alguns países é usado oficialmente. Eu tinha que tomar dois e colocar dois com aplicador vaginal. Eu pensei que ia sangrar muito, horrores. Mas nem foi assim: sangrei, em quatro horas tudo começou a sair. Eu fui ao banheiro, e tudo desceu. No dia seguinte eu fui no hospital, eu estava com muito medo. Eu falei a verdade, quem me atendia era um grupo de residentes. Um deles foi bacana comigo, escreveu “sugestivo”, ou algo assim. Daí fizeram uma curetagem. Ninguém me julgou.

Eu demorei ainda um tempo para me separar deste namorado. Não sei se essa é a história de outras mulheres. Hoje olho e sei que eu poderia ter tido mais responsabilidade – de não engravidar, de não ter um namorado agressivo. Eu era nova, sozinha. Hoje já me perdoo de tudo isso. Até de ter sido sozinha”.

Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/169854203011/eu-n%C3%A3o-sei-porque-estou-chorando-j%C3%A1-conteei>. Acesso em: 01 jul. 2019.



“Lembro-me daquele dia. Eu já tinha dois filhos, um de 3 e outro de 5 anos. Hoje eles são rapazes, já entrando na faculdade. É muito bom poder falar sobre isso, queria dizer isso antes de começar. Não é uma história feliz, mas é bom falar.

Era uma gravidez de um namorado que havia terminado comigo há um mês. Ele tinha outra namorada ao mesmo tempo, uma ex dele. Quando eu me descobri grávida, eu já sabia o que ele ia me dizer – “de quem?”. Pedi para uma amiga ir até ele, e foi isso mesmo que ele disse. Me vi sozinha. Com dois filhos, meu ex-marido, e grávida de um namorado que duvidava de mim.

Uma amiga conhecia um cara que vendia citotec*. Esperei meu pagamento e comprei. Eram 4 comprimidos, tomei dois e coloquei dois. Paguei, na época, uma fortuna: R\$ 300,00. Não tinha mais dinheiro se desse errado. O pior aconteceu, eram falsos. Fui lá falar com o cara, fui na farmácia em que ele trabalhava. Ameacei contar tudo se ele não me devolvesse o dinheiro. Ele me deu mais 4. Nada, nada, nada.

Uma semana depois começou a sair um corrimento fedido, rosado e comecei a ter febre. Nunca foi esquecer. Estava na fila do banco e uma amiga me viu passando mal. No chão mesmo. Desesperada. Eu não poderia ir ao hospital, contar o que tinha feito e correr risco. Ela me disse que tinha um enfermeiro conhecido que terminaria tudo aquilo. Mas custaria caro. Fiz um empréstimo com agiota e fui no enfermeiro.

Ele fez uma curetagem sem anestesia. E disse que eu já estava com infecção séria, que tudo aquilo era muito perigoso. Tudo estava podre dentro de mim. Não sei se ele usou essas palavras, mas é assim que lembro. Ele me deu antibióticos e eu tomei. Eu tive muito medo da lei e da morte. Obrigada por me ouvir, fique com Deus”.

Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/170385868551/lembro-me-daquela-dia-eu-j%C3%A1-tinha-dois-filhos>. Acesso em: 01 jul. 2019.



“A história não é minha e preciso me apresentar antes que você ouça minha voz: eu sou um homem. O que preciso contar aconteceu com minha esposa há vinte anos, ela é a mulher que amo. Eu não sou apenas testemunho da dor, eu faço parte desse passado, pois esta história nunca a abandonou. É um sofrimento inútil, perverso, provocado e imposto pela moral hipócrita. Me deixe contar essa história, sei que são só mulheres aqui, mas eu queria poder dizer a todos homens que calem a boca.

Ela me contou um dia apenas, uma única vez, quase em uma catarse de desespero. Nós estávamos juntos há pouco mais de seis meses, ela contou como em uma confissão. Eu fui o primeiro e a única pessoa a saber. Tentamos vários jeitos de tirar a dor que ela carrega: fomos para grupos terapêuticos, banho de cachoeira, nem mesmo a chegada de nossos filhos acalmou esse passado. O pesadelo é sempre o mesmo: alguém descobre, a denuncia, e ela passa a vida na prisão.

Ela era estudante e vivia em um pensionato. Tinha um namoro já sério para uma mulher de 21 anos quando engravidou. O namorado foi contundente: não teria o filho e sabia como resolver. Ela não lembra de detalhes, só de ter acordado com um barulho de descarga. Eu não acredito que ela se arrependa do aborto, o sentimento é diferente: é medo, vergonha, um peso no corpo e na alma.

Eu preciso contar. Essa campanha não foi para os homens, e imagino que você nem levará minha história à sério. Mas acredite: ela é um pouco minha também, como deveria ser de todos os homens que se preocupam com suas esposas. Eu vou destruir este relato, mas queria que você o levasse adiante. Quando um homem organizar um movimento pela vida, por favor, mostre minha história”.

Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/170695083381/a-hist%C3%B3ria-n%C3%A3o-%C3%A9-minha-e-preciso-me-apresentar>. Acesso em: 01 jul. 2019.



“A minha história é daquelas de linchamento público. Eu fiz três abortos. Eu tenho uma razão para cada um deles, e de todos eu lembro da solidão. Não era para ser assim, sou uma mulher informada, posso até dizer que de classe alta. Sempre dei azar com os homens. Minha irmã mora no Canadá e ela também fez um aborto, mas tudo foi diferente para ela. Foi atendida com dignidade e em um hospital público. Estava tudo errado na minha vida, as coisas se repetiam e eu não tinha com quem conversar.

Eu tenho 54 anos, duas filhas maravilhosas. Elas sabem dos meus abortos. Eu estou nervosa porque contar isso tudo mexe com a minha religiosidade. Fiz meu primeiro aborto aos 20 anos, do meu primeiro marido, pai da minha filha. Eu tive a primeira filha aos 19, foi um parto difícil, longo, e no final uma cesárea ruim. Eu sentia muito medo de cuidar dela, não conseguia pegar nos braços ou trocar fraldas. Esse meu marido era um cara infiel, me passou doença, eu lutava para ter forças para conseguir me separar. Ele me deu o dinheiro e eu que me virasse para o aborto.

Eu morava no interior e vim para a capital. Uma senhora fazia o procedimento, a cru, sem anestesia. Foi a pior dor que já senti em toda minha vida, eu vomitei muito. Eu não conhecia outros métodos. Eu tive infecção e tive que contar para minha família. Claro que todos me julgavam, e ouvi coisas horríveis dos médicos. Me separei do pai da minha filha, depois de dois anos eu tive um namorado e, por azar, a camisinha estourou. Nessa época, eu já era mais esclarecida e fiz um aborto com condições. Fui mal atendida pela médica, ela até depois foi presa. Nunca pensei que iria achar bom alguém ser presa.

Você não vai acreditar, mas a camisinha estourou de novo logo depois. Não sei se eu fazia algo errado ou se é algo do meu corpo. O cara até falou que queria ter esse filho comigo, que se casaria. Tudo mentira, um mês depois estava eu lá sozinha de novo à procura de ajuda. Eu não queria ter um filho sozinha, por isso fiz o terceiro aborto. Depois de 10 anos, eu engravidei do meu segundo casamento e resolvi ter minha segunda filha. Foi maravilhoso ter,

criar. As minhas filhas são incríveis. Eu não sinto culpa de ter tirado os outros, só acho que poderia ter sido mais fácil”.

Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/171167772396/a-minha-hist%C3%B3ria-%C3%A9-daquelas-de-linchamento>. Acesso em: 01 jul. 2019.



“O meu aborto foi espontâneo, nem por isso me senti menos culpada ou julgada. Me atenderam sem um mínimo de decência no hospital. Eu estava sangrando, só que isso não importava, pois para eles eu tinha feito um aborto. Quero contar minha história, porque no final pouco importa se provocamos ou sofremos um aborto: somos sempre julgadas.

Eu já tinha duas filhas, era casada, e aquela era minha terceira gravidez. Com três meses de gestação, senti algo estranho e fui ao pronto socorro de meu plano de saúde. A médica de plantão mandou apenas eu ir para casa e repousar. Poucas horas depois, eu comecei a sangrar muito, voltei e lá estava a mesma médica. Um sangue escuro e grosso escorria pelo chão. Meu marido pediu uma cadeira de rodas. O atendente olhou para o sangue e só disse – ‘ela não pode ir andando não?’

Meu marido e minhas duas filhas viam tudo. Eu só tinha 23 anos. A mesma médica me atendia sem me olhar. Mandou meu marido ir fazer a ficha pois eu seria internada. Quando eu estava sozinha, chorando, ela me disse ‘É, já era’, eu não entendi e só disse ‘como assim?’. Ela respondeu de uma maneira bem grossa ‘Já era, você perdeu, você abortou’. Eu tinha abortado, entende? Ela não parou aí, ‘Você não enfiou nada?’ Ela disse essa palavra: enfiou. Eu só respondi que era casada. Depois tive ódio de mim: inconscientemente, lá estava repetindo o mundo que separa as corretas das putas. Como se casadas não abortassem. Demorei 20 anos, mas aprendi a resposta certa.

Ela me levou para o centro cirúrgico, onde me anestesiaram só o suficiente para não atrapalhar a curetagem. Me sacudiram na mesa como se eu fosse um pedaço de carne. Eu ouvi tudo que se passou na sala de cirurgia, todo o desinteresse por mim e pelo que tinha acontecido. Tudo era a desconfiança pelo aborto. De lá, fui para uma enfermaria onde ninguém falou comigo, ninguém me explicava o que estava sendo posto na minha veia. Passei a noite sozinha.

No dia seguinte, a mesma médica veio, bateu no meu ombro e só disse: ‘você pode ir para casa’. Culpa, culpa, culpa. Eu tinha abortado, eu tinha perdido o meu bebê, eu não tinha feito o repouso suficiente para segurar o bebê. Eu perdi, a responsabilidade era minha.

Semanas na cama. Hoje sei o que me deixou na cama, não foi perder o bebê, mas o que me fizeram engolir. Como me arrependo de ter dado aquela resposta. Mas é que eu também acreditava nisso na época – que mulher direita não aborta. A hipocrisia sobre isso precisa acabar. Em mim, ela acabou”.

Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/171169613996/o-meu-aborto-foi-espont%C3%A2neo-nem-por-isso-me>. Acesso em: 01 jul. 2019.



“Eu tenho duas histórias para contar. As duas foram minhas, não sei se outras mulheres já fizeram dois abortos como eu, ou se elas contaram só uma história. Eu tenho 43 anos, estudava ainda quando fiz o primeiro aborto. Eu era a primeira na minha família a ir para faculdade. Meus pais são analfabetos. Os dois abortos foram do mesmo companheiro, ainda hoje meu marido. Vou começar com um de cada vez.

No primeiro, eu era ainda estudante, tinha 22 anos. Morava no alojamento estudantil, o dinheiro faltava muito. Falei com ele que não me ajudou em nada. Um colega me apresentou a um pessoal no departamento de farmácia e lá consegui os 4 comprimidos*. Fiz tudo na casa de uma amiga, senti muitas dores. Depois do procedimento, precisava de cuidado, precisava contar a verdade para minha família. Falei para minha mãe quem foi supermoralista comigo, minha irmã havia acabado de ter um bebê.

Para pagar os comprimidos, eu usei minha bolsa inteira de iniciação científica. Era uma bolsa que eu recebia para pagar coisas muito básicas e me manter vinculada à universidade. Depois de tudo acabar, eu contei à professora da bolsa sobre o aborto, ela fez um sermão horrível, falou do cara, e depois de uns dias perdi minha bolsa. Não posso dizer que ela me tirou a bolsa por isso, mas foi muita coincidência. Era a única estudante negra no grupo dela.

Eu terminei a faculdade, arrumei um emprego como professora de educação infantil. Tive minha filha, e depois me descobri grávida novamente. Não tive dúvidas que iria abortar só que com mais condições. Procurei uma clínica, sabe aquela com mármore Carrara? Era dessas muito chiques, todas as pacientes eram brancas, só eu negra. Tudo demorou 10 minutos, no outro dia estava trabalhando. Não me lembro bem, mas acho que pedi um empréstimo para pagar esse aborto.

Eu continuo com esse mesmo companheiro. Você pode estranhar isso, mas entre trancos e barrancos a gente resolveu encarar esses erros. Encarar que isso é uma possibilidade na vida. Minha história já era o improvável na vida, uma menina que estudou em escola pública

chegar em universidade pública. Eu já era o improvável do improvável. Eu tinha que fazer tudo, sempre, sozinha. Esses abortos foram só parte desta história”.

Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/post/171804653556/eu-tenho-duas-hist%C3%B3rias-para-contar-as-duas>. Acesso em: 01 jul. 2019.

ANEXO P – OCORRÊNCIAS DE “ABORTO”

E49: “Eu tinha 15 anos quando **fiz o aborto**, hoje tenho 35. Foram 20 anos em silêncio (história 1, grifo meu).

E50: “Minha mãe voltou, me acalmou e contou a história dela. **Ela tinha feito um aborto de meu pai** quando eles namoravam (história 1, grifo meu).

E51: “Eu gritava de dor, os médicos e enfermeiras eram muito rudes comigo. Eles sabiam que **eu tinha provocado um aborto** (história 2, grifo meu).

E52: “Porque **eu tinha feito um aborto** no ano anterior e a escola não aceitou o atestado médico para me liberar das aulas. O meu castigo seria viver o mesmo ano duas vezes, talvez para eu nunca esquecer que **eu tinha feito um aborto**. Você pode me perguntar por que não brigamos com a escola? Por medo, por vergonha, porque **aborto é crime**. Eles podiam fazer o que quisessem comigo, eles sabiam que havia sido **um aborto provocado** (história 4, grifos meus).

E53: “Eu não desejava **fazer um aborto**, não existe isso, ‘ah, eu desejo **fazer um aborto**’” (história 4, grifos meus).

E54: “Eu tenho 38 anos, tenho uma filha, sou casada com o mesmo homem **de quem fiz um aborto** (história 6, grifo meu).

E55: “Falei poucas vezes sobre isso, mas ouço as pessoas **falando sobre aborto** e dizendo que as mulheres são egoístas por fazerem (história 7, grifo meu).

E56: “A minha **decisão pelo aborto** foi triste, não foi madura. Foi solitária (história 9, grifo meu).

E57: “Uma amiga se abriu comigo e disse que **já tinha feito um aborto**. Ela perguntou se eu **queria também fazer um** [] (história 9, grifos meus).

E58: “Encontrei meu marido e tenho uma família feliz. Mas a minha **história de aborto** não é feliz, não sei se de alguma mulher é (história 9, grifo meu).

E59: “Ele me contou que era muito católico e que sempre foi alguém **contra o aborto** (história 12, grifo meu).

E60: “Acho que é porque agora eu consigo entender – não existe isso de um ‘**fato do aborto**’, mas várias histórias que levaram à minha decisão. (história 13, grifo meu).

E61: “Eu não acredito que ela **se arrependa do aborto**, o sentimento é diferente: é medo, vergonha, um peso no corpo e na alma (história 16 [narrador homem], grifo meu).

E62: “A minha história é daquelas de linchamento público. **Eu fiz três abortos** (história 17, grifo meu).

E63: “Minha irmã mora no Canadá e **ela também fez um aborto**, mas tudo foi diferente para ela (história 17, grifo meu).

E64: “Eu tenho 54 anos, duas filhas maravilhosas. **Elas sabem dos meus abortos** (história 17, grifo meu).

E65: “**Fiz meu primeiro aborto** aos 20 anos, **do meu primeiro marido**, pai da minha filha (história 17, grifos meus).

E66: “Ele me deu o dinheiro e **eu que me virasse para o aborto** (história 17, grifo meu).

- E67: “Nessa época, eu já era mais esclarecida e **fiz um aborto com condições** (história 17, grifo meu).
- E68: “Eu não queria ter um filho sozinha, por isso **fiz o terceiro aborto** (história 17, grifo meu).
- E69: “**O meu aborto foi espontâneo**, nem por isso me senti menos culpada ou julgada. Me atenderam sem um mínimo de decência no hospital. Eu estava sangrando, só que isso não importava, pois **para eles eu tinha feito um aborto**. Quero contar minha história, porque no final pouco importa se **provocamos ou sofremos um aborto**: somos sempre julgadas (história 18, grifos meus).
- E70: “Eu ouvi tudo que se passou na sala de cirurgia, todo o desinteresse por mim e pelo que tinha acontecido. Tudo era a **desconfiança pelo aborto** (história 18, grifo meu).
- E71: “As duas foram minhas, não sei se outras mulheres já **fizeram dois abortos como eu**, ou se elas contaram só uma história (história 19, grifo meu).
- E72: “Eu tenho 43 anos, estudava ainda quando **fiz o primeiro aborto** (história 19, grifo meu).
- E73: “**Os dois abortos foram do mesmo companheiro**, ainda hoje meu marido (história 19, grifo meu).
- E74: “Depois de tudo acabar, eu contei à professora da bolsa **sobre o aborto**” (história 19, grifo meu).
- E75: “Não me lembro bem, mas acho que pedi um empréstimo para pagar **esse aborto** (história 19, grifo meu).
- E76: “**Esses abortos** foram só parte desta história (história 19, grifo meu).

SOBRE A AUTORA



Júlia Mendes é graduada em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Durante a graduação, interessou-se pela análise de discurso e, particularmente, por trabalhos que tangenciam o trauma e o testemunho. Seu trabalho está voltado para materiais em que se marcam questões sociais e políticas atuais, notadamente as relativas à(s) mulher(es) e ao(s) feminismo(s). Em seu percurso como pesquisadora, busca analisá-los, junto aos conceitos de trauma e testemunho, de uma perspectiva discursiva. Portanto, suas reflexões tocam também discussões conceituais e heurísticas relativas ao arquivo, à leitura e ao digital no campo da análise de discurso. Membro dos grupos DARQ – Grupo de Pesquisa Discurso e Arquivo e PsiPoliS – Psicanálise, Política, Significante.